Organização:

Pedro Abib Hecktheuer
Edney Costa Souza
Fábio Abib Hecktheuer
Carla Manuela Franco dos Santos

VII JORNADA ACADÊMICA INTEGRADA 2025.2

+ V MOSTRA PESQUISA E EXTENSÃO

CADERNO DE RESUMOS CIENTÍFICOS

FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA
AASCAM Associação de Assistência à Cultura na Amazônia

Porto Velho - RO
2026

educar

Reitora
Marcia Abib Hecktheuer
Vice-Reitor e Diretor Administrativo
Pedro Abib Hecktheuer
Diretor Acadêmico
Edney Costa Souza
Coordenador de Pesquisa e Extensão
Rafael Luis da Silva
Organizadores
Pedro Abib Hecktheuer
Edney Costa Souza
Fábio Abib Hecktheuer
Carla Manuela Franco dos Santos
Comitê Editorial
Presidente
Fabio Rychecki Hecktheuer
Diretor Executivo
Fábio Abib Hecktheuer
Membros
Domingos Sávio da Silva Sena
Representante do Curso de Filosofia e Teologia
Zeno Germano de Souza Neto
Representante do Curso de Psicologia
Carolina Simões Correia
Representante do Curso de Direito
José Nilton Leite de Oliveira
Representante do Curso de Administração
Roxane Dias da Silva
Representante dos Cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição
Expediente
Revisão
Kaila Carine Oliveira Santos Araujo
Rafael Luis da Silva
Diagramação e Revisão
Atair Lopes Chacão Junior
Projeto Gráfico
Créditos
Este ebook foi possível por conta da articulação acadêmica para propagação do conhecimento científico entre os Cursos de Graduação em Administração, Direito, Enfermagem, Filosofia, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Teologia da Faculdade Católica de Rondônia.
Projeto de Fomento
Obra resultado do fomento à pesquisa previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade Católica de Rondônia, por meio da Jornada Acadêmica Integrada, cujos custos são absorvidos pela IES, para a propagação do conhecimento científico de discentes, docentes e da comunidade científica regional.
Endereço
Av. Governador Jorge Teixeira, 4100 - Costa e Silva - CEP: 76803-594, Porto Velho – RO – Brasil – EDUCAR, Telefone: (69) 3211-4505

Bibliotecária responsável: Jenifer Martins Garcia CRB11ª 3511

J828j VII Jornada Acadêmica Integrada & IV Mostra de Pesquisa e Extensão 2025.2 Caderno de Resumos. -- Porto Velho - RO : Educar, 2025.

ISBN 978-65-86431-47-6

1. Conhecimento. 2. Pesquisa. 3. EnsinoI. Hecktheuer, Pedro Abib. II. Souza, Edney Costa. III. Hecktheuer, Fábio Abib. IV. Santos, Carla Manuela Franco dos Santos. V. Título.

CDD: 370

APRESENTAÇÃO

A Faculdade Católica de Rondônia – FCR tem a satisfação de apresentar o Caderno de Resumos da VII Jornada Acadêmica Integrada (JAI) e da V Mostra de Pesquisa e Extensão. Este e-book reúne os resultados de pesquisas, projetos e vivências acadêmicas realizadas por nossos alunos e professores, reafirmando o compromisso institucional com a promoção da ciência, o incentivo à produção de conhecimento e a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

A Jornada Acadêmica, já consolidada no calendário institucional, configura-se como um espaço de troca de saberes, incentivo à investigação científica e de fortalecimento da articulação entre conhecimento acadêmico e demandas sociais. Com a participação de estudantes e docentes dos cursos presenciais, da Educação a Distância (EaD), bem como de programas de pós-graduação *Stricto* e *Lato Sensu*, o evento promove o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, abrangendo temáticas que refletem as realidades locais, regionais e nacionais.

As apresentações, realizadas nos formatos de comunicação oral e exposição de banners, permitiram o compartilhamento de experiências, vivências práticas e reflexões críticas, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para a construção de uma cultura acadêmica pautada na responsabilidade social e no compromisso com o desenvolvimento humano.

A Jornada Acadêmica Integrada 2025.2 promoveu reflexões sobre o saber acadêmico diante dos desafios da região amazônica. O evento destacou propostas inovadoras, sustentáveis e transformadoras, fortalecendo o compromisso da FCR com o desenvolvimento regional. O Evento tornou-se um espaço de diálogo científico e intercâmbio entre instituições, saberes e territórios. Com foco na gestão de projetos, políticas públicas e sustentabilidade, discutiu o papel do Estado e da sociedade civil no enfrentamento dos desafios amazônicos. A iniciativa reforça a missão institucional de articular ensino, pesquisa e extensão com responsabilidade social.

Este caderno é, portanto, a materialização do esforço coletivo da comunidade acadêmica da FCR em produzir conhecimento relevante, ético e transformador. Que esta leitura inspire novas ideias, pesquisas e ações que fortaleçam o papel da educação superior na construção de uma sociedade mais justa, solidária e comprometida com o bem comum.

Prof. Dr. Edney Costa Souza
Diretoria Acadêmica
Faculdade Católica de Rondônia – FCR

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 3

O FUTURO É ANCESTRAL 4

Luiz Guilherme Moreno de Souza 4

Maria Julia de Oliveira Lemos 4

Camille Oliveira Gunther 4

Gabriel Costa Brandão 4

Livia Juliana Caldeira 4

Ellyan Ferraz Pinto 4

Roxane Dias da Silva 4

A HISTÓRIA NÃO CONTADA DO POVO NEGRO 6

Sara dos Santos Medrado 6

Juliano França Moura Junior 6

Junaia Freitas 6

Marcelo Henrique dos Santos 6

Sara Ordohnes de França Pincer 6

Thatiane Pereira Silva de Sena 6

Roxane Dias da Silva 6

A GARANTIA DO ACESSO CONTÍNUO À ÁGUA POTAVÉL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE PORTO VELHO 9

Diógenes Pereira Machado 9

Eduarda de Souza Mazzo 9

Kayllani Mezabarba Ferreira 9

Raissa César de Veras Gomes 9

Rebecca Politis Ribeiro 9

Yarla Nayane da Costa de Lima 9

Orientador: Prof. Rita de Cássia P. Nocetti 9

O PAPEL DO DIREITO NO ACOLHIMENTO E RESTAURAÇÃO: PERSPECTIVAS HUMANIZADAS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER 11

Alice Nogueira de Carvalho 11

Amanda Maria Mello de Souza 11

Cecilia Carolina Mariuba Vaz 11
Cleriston Couto De Sousa 11
Herta Honorina de Souza Sá 11
Leri Souza e Silva 11
Ludmila Tayaná de Araújo Cartonilho 11
Sabrina Gomes Rodrigues 11
Carolina Simões Correia 11
IDENTIDADE CULTURAL: A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE PORTO VELHO 14
Amanda Victor Valladão Almeida de Carvalho 14
Anderson Augusto Machado Junior 14
Breno Villar Souza Duarte 14
Diego Italo Moraes Cardoso 14
Eloah Leandro da Silva 14
Larissa Menezes Silva 14
Marina Lino Gonçalves 14
Pedro Paulo Almeida Martins 14
Vinicius Angelo Lessa Holanda 14
Carolina Simões Correia 14
PORTO DO CAI N'ÁGUA – NEGLIGÊNCIA ESTRUTURAL E AMBIENTAL NO PORTO DE PORTO VELHO: IMPACTOS SOCIAIS E JURÍDICOS 16
Clecenilda Barbosa Sevalho 16
Elcio Rafael Rodrigues Cortez 16
Ilmar Esteves de Souza 16
Jeferson Venâncio 16
João Carlos 16
José Roberto dos Santos 16
Milena Ribeiro Lopes 16
Wélita Kássia Bongestab G. Moraes 16
Dra.Mestre Carolina Simões Correia 16
DIREITO À DIGNIDADE: AÇÃO SOLIDÁRIA PARA A MATERNIDADE DO HOSPITAL DE BASE DE PORTO VELHO 19
Anne Naomi Oiye Oliveira 19

Camilla Nogueira de Vasconcelos 19
Gabriel Almeida de Barros 19
Marcos Vinícius Lima Araújo 19
Regina Cidade de Carvalho 19
Rúlian Afonso Magalhães de Lima 19
Prof. Dra. Rita de Cássia Pessoa Nocetti 19
ROSTO INVISÍVEIS: REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA MÍDIA 21
Eduarda Lopes 21
Jeremias da Silva 21
Júlia Costa 21
Raian Gomes 21
Yasmim Araújo 21
Roxane Dias da Silva 21
RUÍNAS DA MEMÓRIA: PORTO VELHO E O RISCO DA PERDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL 24
Alicia Kattleen Evangelista da Silva 24
André Francisco Araújo dos Santos 24
Debora da Luz Sousa 24
George Mar'Cos 24
Guilherme de Jesus Ferreira 24
Isabele Cristinny Nascimento Santos 24
Jamille Lesyrre Oliveira Sampaio 24
Thaise Reis Cruz 24
Carolina Simões Correia 24
Vinicius de Assis 24
DO FOGO À FALA: ENCONTRO DE SABERES AMBIENTAIS E JURÍDICOS NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO 27
Amós Grigio Pinheiro 27
Caroline Duran de Lucena 27
Gabriel Martins da Silva 27
Gláucia Ferreira da Silva 27
Isaías Marques Cordeiro 27

Suze da Rocha Barroso 27

Carolina Simões Correia 27

SISTEMA DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS PRESOS E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA 30

Ana Carolina Carneiro de Oliveira 30

Matheus Medeiros Cardoso Viana 30

Pedro Lucas Galdino Gomes 30

Pedro Otavio Oliveira Feitosa 30

Tryscila Caroline Xavier da Cunha 30

Tayla Tays de Melo Silva 30

Rita de Cássia Pessoa Nocetti 30

A POSSIBILIDADE DE INSTALAÇÃO DE CISTERNA NO BAIRRO TEIXEIRÃO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO: CAPTAÇÃO SUSTENTÁVEL PARA COMBATER ALAGAMENTOS OCASIONADOS PELAS CHUVAS - RUAS CASTILHO, RUA BEATRIZ E RUA PACAEMBU 32

Ellen Feitosa do Nascimento 32

Hanrle dos Santos Rabelo 32

Isadora Gomes Maurício 32

Julya Giovana Ramos da Cruz 32

Kailany Tâmara Rodrigues de Lima 32

Laura Beatriz Ferreira de Andrade Lima 32

Luhara Medeiros de Miranda Lemos 32

Carolina Simões Correia 32

TRÁFICO INFANTIL NA AMAZÔNIA - ILHA DE MARAJÓ 35

Bruna Orfanides Furtado 35

Eduardo Bezerra 35

Luiz Miguel da Silva Barros 35

Maria Eduarda Andrade de Souza Nunes 35

Sara de Oliveira Pinheiro 35

Rita de Cássia Pessoa nocetti 35

A VERDADE NÃO CONTADA 37

Frank Ferreira Lopes 37

Gisele dos Santos Porto 37

Isana Diniz de Matos Souza 37
Jônatas Luiz dos Santos Lourenço 37
Laureen Caroline De Paula Carneiro 37
Léia Castro de Oliveira 37
Natacha Claros de Barros Corrêa 37
Roxane Dias da Silva 37
INCLUSÃO E ESPORTE: A DIGNIDADE ATRAVÉS DO ESPORTE 40
Ana Sheila B. Rabelo 40
César L. S. Guimarães 40
Joelma L. Souza 40
Mariana R. B. Araújo 40
Paulo Carvalho Barros 40
Pedro Henrique P. F. Duarte 40
Roxane Dias da Silva 40
SUBSNOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM PORTO VELHO (RO): ANÁLISE DE DADOS E ESTRATÉGIAS DE CONSCIENTIZAÇÃO 42
Beatriz Corazza Guastala 42
Kelvin Cernov Vieira 42
Moisés Silva Sussuarana 42
Nalanda Saiury Rodrigues Dos Santos 42
Pedro Henrique Bandeira Pontes 42
Pedro Henrique Montenegro Ribeiro 42
Everson Rodrigues Castro 42
INCLUSÃO E DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: CONSCIENTIZAÇÃO, ACESSO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL 45
Eduardo Gabriel Guzman Pinheiro 45
Érica Cristina Ribeiro da Silva 45
Karina da Silva 45
Patrícia Souza de Oliveira 45
Tatiana Valéria Viana 45
Thiago Possamai Della Tomasi 45

Rita de Cássia P. Nocetti 45
COMBATE À DESINFORMAÇÃO E AOS DISCURSOS DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS 48
Nander Adriano Biliatto 48
Rebecca Emmanuele Correia 48
Sofya Lorena de Oliveira Pardo 48
Everson Rodriguez Castro 48
ALEGRIA RIBEIRINHA: OS PROTAGONISTAS DO AMANHÃ 50
André Lucas Fernandes de Araújo 50
Bruno Verno Barros Spellmeier 50
Eduardo Silva Magalhães 50
Gabriel Almeida de Barros 50
João Pedro Ferracini Botelho 50
Matheus Henrique Arruda Ribeiro 50
César Augusto Wanderley Oliveira 50
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E O PROCESSO ESTRUTURANTE: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA FCR E DEFENSORIA PÚBLICA EM REDE DE COOPERAÇÃO PELA JUSTIÇA SOCIAL 52
Andreia Boriezeska de Siqueira 52
Calel Siqueira da Silva 52
Cleriston Sousa 52
Clivton Reis 52
Emerson Giuliano Carvalho Souza 52
Fernanda Figueiredo Cardoso de Oliveira 52
Hevelyn Brunna de Souza Bezerra 52
Inglest Victória Souza de Aguiar 52
Joice Carneiro Batista 52
João Neto Costa Kechner 52
Jucelino Boveda 52
Jucilene de Oliveira Bernardo 52
Nagib Badra Almeida 52
Nathalia Heloise Rodrigues 52
Rita Nathalia dos Santos 52

Sofia Ardaia Mesquita 52

Ysabelle Waleska Guidorizzi Frutuoso 52

Carolina Simões Correia 53

O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E O DESAFIO DA REINSERÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DE DADOS 55

Gislaine Débora Rozo 55

Rita de Cássia Pessoa Nocetti 55

MÍDIA, REDES SOCIAIS E REPRESENTATIVIDADE ÉTNICO-RACIAL: COMBATE AO RACISMO E PROMOÇÃO DA CIDADANIA EM AMBIENTE ESCOLAR 58

Ana Clara Pereira 58

Emanuely de Souza 58

Fabriny Lima 58

Maria Giovanna Biavati 58

Richard Vinicius 58

José Valter 58

Roxane Dias da Silva 58

ESPORTE E COMUNIDADE: INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO EM PORTO VELHO 61

Ana Júlia Camilo de Souza 61

Ilmar Esteves de Souza 61

Jéssica Caroline Santos de Lai 61

Letícia Costa Mesquita 61

Maria Eduarda Esteves Dias 61

Melissa Araújo dos Santos Coelho 61

Rita de Cássia Pessoa Nocetti 61

DIREITOS HUMANOS EM AÇÃO: INFORMAÇÃO E CIDADANIA 63

Ana Carolina Neves 63

Felipe Nunes 63

Letícia Cristine 63

Luiza Cassupá 63

Maria Geovanna 63

Rúbia Victória Córdova Rodrigues 63

Rita de Cássia P. Nocetti 63

ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA REVELIA: BARREIRAS ESTRUTURAIS E SIMBÓLICAS AO ACESSO À JUSTIÇA 66

Edicarlos da Silva Matos 66

Breno Azevedo Lima 66

A IMPORTÂNCIA DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E A CONTRIBUIÇÃO ACADÊMICA AO PROGRAMA JUSTIÇA RÁPIDA EM RONDÔNIA 69

André Ramires Viamonte Tavarez 69

Danylo Ferreira Carvalho 69

João Victor Freitas Vaz 69

Neriano Alves de Almeida 69

Pietra Menóssi Botelho 69

Vicente Galdino de Oliveira Neto 69

Rita de Cassia Pessoa Nocetti 69

ARTE E RESISTÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE CONFLITOS INDÍGENAS ATRAVÉS DAS OBRAS DE MUNDANO 72

Caio Miguel Alves Trindade 72

Gabriele de Souza Rodrigues 72

Rayssa dos Santos Góes 72

Isaac Gabriel Lima da Silva 72

Helton Daniel França Ferreira 72

Beatriz Moreno de Carvalho 72

Roxane Dias da Silva 72

VISIBILIDADE NO TRANSPORTE PÚBLICO: REPENSANDO A SINALIZAÇÃO PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL 74

Alessandra Luna de Souza 74

Beatriz Arruda de Souza 74

Dayse Tainá da Silva Rodrigues 74

Isabella Cristine de Souza Cassol Meira 74

Jaiane Pires Ramos de Sousa 74

Maria Eduarda Araújo Silva 74

Thaís Gabrielle Nascimento Macena 74
Carolina Simões Correia 74
ADULTIZAÇÃO DO PÚBLICO INFANTOJUVENIL NO SÉCULO XXI 77
Andressa Machado da Silva 77
Ariel Alves 77
Bruno Martins Horeay 77
José Haroldo de Lima Barbosa Junior 77
Nana Karolyne Vinhorque Moraes 77
Thiago Vieira Gomes 77
Rita de Cássia Pessoa Nocetti 77
DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) 79
Anna Beatriz Rosário Souza 79
Isabele Duarte Muniz 79
Isabella Ferracioli Bennesby 79
João Neto Costa Kechner 79
Marina Ribeiro de Amorim 79
Nagib Badra Almeida 79
Rita de Cassia Pessoa Nocetti 79
A EXTENSÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC, PREVISTO NA LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS, AOS IDOSOS A PARTIR DOS 60 ANOS DE IDADE, EM ANALOGIA AO ARTIGO 1° DO ESTATUTO DO IDOSO E DO ARTIGO 203, V, CRFB/88. 82
Abrailson Lopes da Cruz 82
Elison Carvalho Lima Vieira 82
João Marcos Ribeiro Paixão 82
Maria Eduarda Oliveira Lima 82
Maria Klivianny Meireles da Costa Benjamin 82
Paulinny Freire de Oliveira 82
Russell Lello de Miranda 82
Carolina Simões Correia 82

AS CONDIÇÕES HUMANAS E JURÍDICAS NA CASA DE DETENÇÃO JOSÉ MÁRIO ALVES DA SILVA (URSO BRANCO) EM PORTO VELHO – RONDÔNIA 85

Davi Isaac Pereira Barros 85

Fábio Emanuel Mina Monteiro 85

Nilcharle da Silva Feitosa 85

Khemyli Gabryela Garcia Silva 85

Carolina Simões Correia 85

ARBORIZAÇÃO URBANA E QUALIDADE DE VIDA EM PORTO VELHO-RO 88

Caio Vinicius Telles Valente 88

Eloizy Cristini Dave de Assis 88

Giovanna Meireles Pezzini 88

João Victor Freitas Vaz 88

Juciney de Oliveira Caldeira Junior 88

Melyssa da Silva Bezerra 88

Pedro Henrique Leal Casa 88

Ronald Sezari Rodrigues 88

Carolina Correia Simões 88

Vinicius de Assis 88

VOZES SILENCIADAS NO PÓS-MORTE: A MEDICINA LEGAL COMO INSTRUMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS 91

Beatriz do Nascimento Vieira 91

Daniele Amaral Lima 91

Gabriel Claros Gomes Palú 91

Matheus Pires de Carvalho 91

Murilo Sérgio Valente Aguiar 91

Vitor Hugo Gvozdanovic de Souza 91

Rita de Cássia Pessoa Nocetti 91

DIREITOS FUNDAMENTAIS E VIOLÊNCIA POLICIAL: PERSPECTIVAS JURÍDICAS E SOCIAIS 93

Bianca Jacomin da Rocha 93

Camilly Ribeiro da Costa 93

Isabelle Monteiro Ferraz 93
Isabelly de Lima Romualdo Oliveira 93
Julianny Duran Freitas Lima 93
Kaila Kaiua Lessa Santos 93
Rita de Cássia Pessoa Nocetti 93
OS DIREITOS HUMANOS E DIGNIDADE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE EM RONDÔNIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO SISTEMA PRISIONAL 96
Ana Laura Amaral 96
Clarice Carvalho Pontes 96
Heloísa Rodovalho Souza 96
Kevin Wesley 96
Glaucia Shayane 96
Vinicius Demétrius 96
Rita de Cássia P. Nocetti 96
ESCUTA E ACOLHIMENTO NA FRONTEIRA: DIREITOS HUMANOS E PSICOLOGIA COM IMIGRANTES VENEZUELANOS NO BRASIL 99
Ayla Jhessy Melo de Souza 99
Eliana Parente Carvalho 99
Eliane Bandeira do Nascimento 99
Rubens Lima de Souza 99
Silvanete Gonçalves de Souza 99
Victoria Passos de Souza 99
Roxane Dias da Silva 99
INTOLERÂNCIA RELIGIOSA 101
Cliuson Gonçalves Torres 101
Ediane Colares de Lima 101
João Paulo Almeida Telles 101
Leideane dos Santos de Paula 101
Rita de Cássia Pessoa Noceti 101
CARREIRA JUSTA DESDE O INÍCIO: COMBATE ÀS DESIGUALDADES E DISCRIMINAÇÕES NO AMBIENTE DE TRABALHO 104
Giullia De Peder Copiak Yamada 104

Julia Gonçalves Martins da Silva 104
Matheus Vinícius Nobre Pereira 104
Rafael Ocampo Pinheiro Neto 104
Rodrigo de Oliveira Prado Ramos 104
Carolina Simões Correia 104
DO LIXÃO À CONSCIENTIZAÇÃO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL 106
Ediane Colares de Lima 106
João Paulo Almeida Telles 106
Leideane dos Santos de Paula 106
Carolina Simões Correia 106
O DESAFIO DA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO BÁSICA 109
Guilherme Nogueira Costa 109
Jordan Matheus Gomes dos Santos 109
Luiz Romano Alves Ruiz Filho 109
Luana Bertoletti 109
Priscila Aparecida Vasconcelos 109
Marcelino Sabrine Daniele Oliveira Sena 109
Prof.ª Rita de Cássia Pessoa Nocetti 109
CAMPANHA SOLIDÁRIA DE CESTAS BÁSICAS E HIGIENE PARA O PROJETO "LEVANTA-TE E ANDA" 111
Ana Karolyne Ribeiro de Freitas 111
Cleysan de Souza Borges 111
Ednei Alves Santana 111
Gabriela da Silva Falcão 111
Michelly Josyana Vieira 111
Pedro Paulo Pelegrine 111
Wallyf Christoper de Oliveira Andriole dos Santos 111
Me. Everson Rodrigues de Castro 111
CONSCIENTIZAR E INTERVIR: VIOLÊNCIA PATRIMONIAL CONTRA A MULHER 114
André Felipe Evangelista José 114

Fernando Augusto De Almeida Morais 114
Ivanir Alves da Silva 114
Jurema Lemes Da SIlva 114
Rosineide de Almeida Gomes 114
Sônia Maria do Carmo Sousa Araújo 114
Prof. Rita de Cássia Pessoa Nocetti 114
ACESSO À CULTURA E DIREITOS HUMANOS: UMA CAMPANHA QUE DOA CRIATIVIDADE E CIDADANIA PARA CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ORFANDADE EM PORTO VELHO 116
Rafael Daniel Martins de Souza 116
Valentina Maria Guillen Dantas 116
Yasmin Lima Gondin 116
Prof. Carolina Simões Correia 116
COMBATE AO RACISMO NAS ESCOLAS PÚBLICAS: PALESTRA COM ALUNOS E PROFESSORES 118
Amanda da Costa Viana 118
Cindy Arianne Pacifico Duarte 118
Luis Mario Leite de Medeiros 118
Maria Klivianny Meireles da Costa Benjamin 118
Yara Hanna Souza Silva 118
Yasminn Romio de Alencar 118
Prof. Me. Everson Rodrigues de Castro 118
DIREITOS HUMANOS E VALORIZAÇÃO DA PESSOA IDOSA EM INSTITUIÇÕES DE AMPARO 121
Anna Carla de Oliveira Brandão 121
Cecilia dos Anjos Silva 121
Danubia Sofia Nascimento Lima de Araújo 121
Henrique de Alencar Garcia 121
Matheus Felipe Tavares Melo 121
Moára Cristina Felício de Vasconcelos 121
Rodrigo Barros Gadelha do Nascimento 121
Ma. Carolina Simões Correia 121
PROTEÇÃO AMBIENTAL COMO DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL 124

Arthur Frota Spinelli 124
Daniela Luna Proença Carvalho 124
Edilson Silva Brito 124
Gilvander Gregório de Lima Junior 124
Gyovanna da Silva Aguiar 124
Laurina de Oliveira Teixeira 124
Rita de Cássia P. Nocetti 124
POVOS RIBEIRINHOS: HISTÓRIA, CULTURA E DESAFIOS ENFRENTADOS 127
Cauã Ricardo Souza Lima 127
Fábio Mercado Penha 127
Fabricio Pinheiro Moraes 127
Natália Duarte de Carvalho 127
Jamily Moura de Souza 127
Victória de Oliveira Vale 127
Vitória Belém de Noronha 127
Roxane Dias da Silva 127
PROJETO COLIBRI 130
Camila Giovana Souza Melo 130
Juscelino Moraes Do Amaral Filho 130
Queilon Anderson Félix Magalhães 130
Rodrigo Bene Alfaia Amorim 130
Maria Fernanda Gurgel 130
Tamires Mendes Aragão 130
Roxane Dias da Silva 130
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E PROMOÇÃO DA AUTONOMIA FEMININA NA COMUNIDADE 133
Gabriela Carvalho de Castro 133
Maria da Conceição dos Santos Pantoja Ana Clara Seibert Pelegrini 133
Iago Gabriel Araújo Maia 133
Igor Fernando Silva de Sá 133

César Augusto Wanderley Oliveira 133

RACISMO AMBIENTAL E A PERPETUAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOAMBIENTAIS VIVIDAS PELOS POVOS ORIGINÁRIOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO 135

Isabele Costa Alves 135

Anny Heloisa Alves Gomes 135

Emanuelle Paulino da Costa 135

Jasmyn Helena Romanini Silva 135

Loraine Fidelis Brito 135

César Augusto Wanderley Oliveira 135

UM ESTUDO SOBRE A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL 138

João Vithor Sena Duarte 138

Humberto Gomes Feitosa Junior 138

Sophia Mota Resende 138

Yasmim de Souza Sampaio 138

Yêda Magalhães Pinheiro Moraes 138

César Augusto Wanderley Oliveira 138

IMPLEMENTAÇÃO DA ESCUTA ESPECIALIZADA (LEI 13.431/2017) EM PORTO VELHO: DESAFIOS E PROPOSTAS DE FORTALECIMENTO 140

Ana Clara Felix Rodrigues 140

Breno Vilar Souza Duarte 140

Jamila Apolinário Martini 140

Larissa Menezes Iananes Oliveira 140

Lucas de Oliveira 140

Natália Bianca Assis do Nascimento 140

Viviane Ferreira Gonçalves 140

Everson Rodrigues de Castro 140

CONSCIENTIZAÇÃO DA ECONOMIA INDÍGENA: VIESES E PERCEPÇÕES 143

Arthur Henrique Couceiro Soares 143

Luiz Henrique Alves Moreira 143

Lucas Oliveira 143

Kauan Ferreira Lima de Souza 143
João Gustavo Luz de Oliveira 143
César Augusto Wanderley 143
CULTURA INDÍGENA: DESCOBRINDO RAÍZES E IDENTIDADES 145
Carlos Alberto Peixe 145
Cintya Luise Arlindo Silva 145
Janai De Melo Alvares 145
Kelly Calado Luz 145
Luiz Gustavo 145
Ronezio Simão Sene 145
Vinícius Souza Villar 145
Roxane Dias da Silva 145
QUEIMADAS CRIMINOSAS E DEMARCAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS 147
Luciérica Mantaia Barroso 147
Tauany Cristine Martins de Lima 147
Emilly Vitória Fadoul Soares 147
João José de Santana Neto 147
Alessandra Ordohnes Pincera 147
Leila Pinto Tavares 147
Carolina Simões Correia 147
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O COMBATE À TUBERCULOSE NO SISTEMA PRISIONAL 150
Álvaro Luiz Mendonça de Oliveira 150
Ana Paula Braga Raimundo 150
Ana Caroline da Silva Ribeiro 150
Evelyn Barros de Carvalho 150
Gabriella Vitoria Pimenta da Silva Finger 150
Sabrina Garcia de Oliveira 150
Sâmea Dias de Lima 150
Sashe Iure Teles Calado Luz 150
Silene Lima da Silva 150
Yara Iraci Almeida Lima 150

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: ACESSO À JUSTIÇA PARA PACIENTES ONCOLÓGICOS EM RONDÔNIA 153
Chrystiano de Campos Ferreira 153
Hernani Borges de Sena 153
Jenilson Reis de Azevedo 153
Joselane Schereder Reis de Azevedo 153
Kaio Leonardo Ribeiro de Oliveira Conesuque 153
Carolina Simões Correia 153
GESTÃO JOVEM: DESENVOLVENDO HABILIDADES DE LIDERANÇA E ORGANIZAÇÃO 156
Adan José Araújo Silva 156
Adriana Pereira dos Santos Pantoja 156
Camila Eduarda Ribeiro de Castro 156
Geovana Camilo de Souza Ribeiro 156
Janilson Viana Barata Rodrigues 156
Jhonson Luiz Jeronimo Melo 156
Lígia Bibá Gomes Pinho 156
Neilan Mendes Cruz 156
Wendiy Nogueira Rodrigues 156
Edney Costa Souza 156
DIREITOS HUMANOS E INSERÇÃO DA JUVENTUDE NO MERCADO DE TRABALHO 158
Amanda Brandão Wilsen 158
Aurilene Souza Pereira 158
Janaina Penha da Silva 158
Leticia Belmira Furtado de Souza 158
Lucas Azevedo de Aguiar 158
Márcia Andréa Ramalho de Araújo 158
Thaise Pescador Colla 158
Profª. Wigna Kalene Venâncio de Lima 158
COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA DE TRANSIÇÃO: DO ENSINO MÉDIO AO ENSINO SUPERIOR E MERCADO DE TRABALHO 160
Alexandre Castro dos Santos 160

Benjamyn Evangelista da Silva 160
Caio Luís Chein de Sá 160
Débora Carvalho Alves 160
Ester Vasquez dos Santos 160
Lipe Cauã Freitas Roberto 160
Maria Luísa de Araújo Santos 160
Mayara Rego de Oliveira 160
Verônica Gabriele de Almeida Mota 160
Vinicius da Cunha Justiniano 160
CONSTRUÇÃO HIDRELÉTRICA BINACIONAL BRASIL X BOLÍVIA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS 163
Karen da Silva Ribeiro 163
Karina Ribeiro Ferreira de Medeiros 163
Rafael Bezerra Gomes 163
José Nilton Silva Souza 163
EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NA COMUNIDADE DE NOVA ALIANÇA – PORTO VELHO/RO 165
Gladson Leonardo da Silva Cardoso 165
José Rodolfo Castro Leal 165
Jordana Lemes Duarte 165
Karen da Silva Ribeiro 165
Karina Ribeiro Ferreira de Medeiros 165
Rafael Bezerra Gomes 165
Wigna Kalene Venancio de Lima 165
INTERVENÇÃO GRUPAL SOBRE O SENTIDO DA VIDA COM ADOLESCENTES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO 168
Ana Carolina Iglesias Rosa 168
Kauan Miguel França Chrespim 168
Luísa Gularte Arnaut 168
Yasmin Garcia Neves 168
Karem Dato da Silva Pinto 168
A CULTURA COMO INSTRUMENTO PSICOSSOCIAL NO ESTÍMULO À SUBJETIVIDADE DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA 171

Caio Luiz Duarte Raposo Bogo 171
Carolina de França e Silva Oliveira 171
Maria Luísa de Souza Toledo 171
Carolina Simões Correia 171
EXPLORANDO E GERENCIANDO EMOÇÕES COM CRIANÇAS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTIL E JUVENIL (CAPSi) 174
Ayla Jhessy Melo de Souza 174
Geovana Gomes de Oliveira 174
Pedro Henrique Caetano 174
Victoria Passos de Souza 174
Karem Dato da Silva Pinto 174
PSICOEDUCAÇÃO PARA MÃES E CUIDADORAS DE USUÁRIOS DA APAE DE PORTO VELHO-RO 176
Adriane Cristina Guimarães 176
Ana Carolina Almeida Paiva 176
Henrique Cliver Alves Macêdo 176
Karina Andrade Cavalcante 176
João Eugênio Lemke 176
Raquel Dias da Silva 176
Karem Dato da Silva Pinto 176
LIBRAS NA PSICOLOGIA: ANÁLISE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PARA O ATENDIMENTO INCLUSIVO 178
Ianne Victória de França Carvalho 178
Lucila Beatriz Caminha Machado 178
Henrique Souza Nascimento 178
HOME OFFICE: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E QUALIDADE DE VIDA DOS COLABORADORES PÓS PANDEMIA 180
GUARIENTO, Victor Augusto Souza 180
ALMEIDA, Hélen Rimet Alves 180
GRUPO DE ACOLHIMENTO COM SERVIDORES PÚBLICOS DO TJ: MANEJO DO ESTRESSE E ANSIEDADE 182
Ana Caroline da Silva Lopes 182
Eliana Parente Carvalho 182

Flávia Daniele Nunes Feitosa da Silva Júlia Carvalho Cavalcante 182
Rafael Adriano Rodrigues Macedo 182
Karem Dato da Silva Pinto 182
INTERVENÇÃO GRUPAL NA CASA DE APOIO ACÁCIA AMARELA: FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E PROMOÇÃO DE ACOLHIMENTO 184
Ana Cláudia do Nascimento Coelho Pereira 184
Fabiele Morais Santos Silva 184
Márcia Queiroz de Magalhães Rezende 184
Maria Clara Melo Sakagami 184
Regiany Fernandes Martins 184
Rosilene Carvalho Ferreira 184
Karem Dato da Silva Pinto 184
MULHERES QUE CUIDAM: REFLEXÕES SOBRE O SER CUIDADORA NO CAPS INFANTIL 186
Anna Victória Ramos da Silva Vieira 186
Gabriela Ramos da Silva 186
Gabriella Limoeiro Lopes 186
Maria Clara dos Santos Martins 186
Karem Dato da Silva Pinto 186
O EQUILÍBRIO EM MIM – APRENDENDO A LIDAR COM AS EMOÇÕES: DIRECIONADO A ADOLESCENTES EM MEDIDA PROTETIVA 188
Fernanda Lima Calzolari 188
Priscilla Rodrigues Rocha Moreira 188
Taís Pereira de Oliveira Reis 188
Taline Daiane Freitas Sales Pontes 188
Carolina Simões Correia 188
BULLYING PRESENCIAL E ONLINE: COMPREENDER PARA PREVENIR 190
Caio Lucas Crespo da Costa 190
Isabelle de Oliveira Silva 190
Isabeli Martins Silva 190
Jean Carlos Alves dos Anjos Filho 190
Jenifer Gonçalves Medeiros 190

Kauane Esteffane barros Magalhães 190
Leonardo Ferreira Barbosa 190
Thaiane Chaves de Araujo 190
Thalita Vanda Passos Veiga 190
Yasmin Barros Mendanha 190
Edney Costa Souza 190
CUIDAR DE QUEM CUIDA: ESCUTA ATIVA DE PROFESSORAS E PROFESSORES DE AEE DE ESCOLAS PÚBLICAS NA CIDADE DE PORTO VELHO 192
Francelena Santos Arruda 192
Hávila Alves Fernandes Leite 192
Maria Gabriele Passos Vieira de Souza 192
Pedro Henrique Severiano Pereira 192
Raquel Ercília Ferreira Pereira 192
Andréia Tamayose Rezende 192
FAMÍLIAS ATÍPICAS: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS 194
Elisa Carriço Barboza 194
Lucilane Pereira da Silva 194
Luiz Henrique C. Mota 194
Mariana Matos Cordeiro 194
Sarah Kaiany F. Santos 194
Andreia Tamayose Rezende 194
COMPETÊNCIAS EMOCIONAIS E DESEMPENHO ESCOLAR: PREPARAÇÃO PARA A PROVA DO SAEB 196
Bianca Soares Ribeiro Paixão 196
Eduarda Marcelina de Carvalho Falcão 196
Jéssica Sharline Dantas dos Santos 196
Maria de Fátima Nascimento da Conceição 196
Mariana Lopes de Souza 196
Matheus Nascimento de Souza 196
Naide Cristina Lobato Nascimento 196
Nicolle Mariana Gomez Hurtado 196
Rayssa Guedes Palitot 196

Sayane Oliveira Gomes dos Santos Brum 196

Edney Costa Souza 196

QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO: INTERVENÇÃO EM CONTEXTO EDUCACIONAL 198

Alciréa Kellen de Farias Tabosa 198

Laura Rego Ceconello 198

Roanne Leticia Rosa 198

William Azevedo Gonçalves Júnior 198

Hélen Rimet Alves de Almeida 198

SAÚDE MENTAL EM FOCO: INTERVENÇÃO EDUCATIVA PARA A VALORIZAÇÃO DA VIDA E COMBATE AO ESTIGMA 200

Camila Costa Castro 200

Flávia Cristina Silva Araujo Feitosa 200

Jaquecilene Santos Marinho 200

Lauane Lima 200

Luca de Salignac e Souza Duarte 200

Rafaela Winter Oliveira 200

Wigna Kalene Venancio De Lima 200

O PAPEL DA COMUNICAÇÃO ASSERTIVA NA ESTRUTURA FUNCIONAL E NO CLIMA ORGANIZACIONAL: DESAFIOS DA PSICOLOGIA DO TRABALHO 202

Clívia Hilda Dantas 202

Crislaine Gomes de Oliveira 202

Isana Diniz de Matos Souza 202

Luanda Silva dos Santos 202

Natália Laís Feitosa de Oliveira 202

Priscila Yumiko Sakamoto 202

Hélen Rimet Alves de Almeida 202

PROCESSO DE FORMAÇÃO PSICANALÍTICA NA CLÍNICA ESCOLA DO CURSO DE PSICOLOGIA DA FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA 204

Lidiana da Cruz Pereira 204

Zeno Germano de Souza Neto 204

PROJETO: SEMENTES DA ALEGRIA 206

Ana Clara de Oliveira Pinho 206
Leticia Galli Benincasa 206
Gabriela Musuco Araújo 206
Ana Beatriz Lopes de Melo 206
Sofia Moreira Guedes 206
Andréia Tamayose Rezende 206
LAÇOS DE APOIO: ESCUTANDO QUEM CUIDA 208
Ciro Carlos de Moura 208
Desirreê Dias de Abreu 208
Eliomara Barbosa Gonçalves 208
Rodrigo Gois da Silva 208
Sarah Enes da Silva 208
Karem Dato Silva Pinto 208
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: CAMINHOS PARA UMA GESTÃO HUMANIZADA 210
Giovana Rodrigues de Araújo 210
Jorge Luiz da S. Alves 210
Josué Marcos da Silva 210
Luma Rodrigues Vilacio 210
Maria da Conceição Pereira de Sousa 210
Silvanete Gonçalves de Souza 210
Hélen Rimet Alves de Almeida 210
BULLYING ENTRE CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I: TIPOS, FATORES DE RISCO E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO E A PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA 213
Ednéia Assis Coimbra Generoso Nobre 213
Letícia Vitória Mendonça Schumann 213
Maria Eduarda Lima de Freitas 213
Maria Lúcia da Conceição Sodré Rocha 213
Marsy Stelia Ferreira Neves 213
Thais Novo Fernandes 213
Wigna Kalene Venâncio 213

OS MALES DO SÉCULO: INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL NA PROMOÇÃO DA SAUDE DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO 215
Ana Catarina Martins Fontinelli 215
Liza Caroline Teixeira Rocha 215
Maria Lucenita Macedo Silva 215
Maria Eduarda Barbosa da Silva 215
Sirlene Gomes Pereira 215
Yêda Magalhães Pinheiro Moraes 215
Hélen Rimet Alves de Almeida 215
PROMOÇÃO DO GERENCIAMENTO DAS EMOÇÕES E SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO 217
Carolina Carvalho de Oliveira 217
Késsia Pereira Olimpio 217
Maria Luiza Teixeira de Carvalho 217
Rilane Gabriela de Carvalho Galeno 217
Rubens Lima de Souza 217
Lucas Zaramella de Almeida 217
Hélen Rimet Alves de Almeida 217
VIVÊNCIA NA RUA: FATORES PSICOLÓGICOS, SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS E A PROMOÇÃO DA AUTOESTIMA, CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL NO CENTRO POP 219
Geovanna Janine Bezerra Cunha 219
Diane Heloiza de Assis da Silva 219
Francisco de Assis Marques Ferreira 219
Joelza Neves da Cruz 220
Carolina Simões Correia 220
VOZES SILENCIADAS: ACESSO À JUSTIÇA E DISCRIMINAÇÃO RACIAL 222
Eliane dos Santos Gonçalves 222
Emanuel Romariz Martins Jardim 222
Nayra Maria Puqueria Ribeiro de Amorim 222
Silvânia Gregória Carlos 222

Tays Carpina Galvão Gadelha 222
Roxane Dias da Silva 222
TURA E ALIMENTAÇÃO, SAÚDE EM MOVIMENTO 224
Ricardo Segundo da Silva Dutra 224
José Cassiano de Sousa Paz 224
Isaac Lee Fong Rodriguez 224
Fernanda Cazuza Rodrigues de Souza 224
Amanda Lorena Oliveira de Paula 224
Deyse Lohanne Almeida Custodio 225
Lohanna yasmim silva de Souza 225
Luiz Henrique Machado Martins 225
Edney Costa Souza 225
IMPACTOS DO ESTRESSE INFANTIL NA SAÚDE E NO DESENVOLVIMENTO: ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E CUIDADO 226
Alexandra Campos Yamara 226
Andrea Silva de Arruda Souza 226
Gabriel Fabrício de Melo 226
Klenner Ronan Pires Oliveira 226
Kizia Mela de Lima Nascimento 226
Lorrane Karoline Costa Lima 226
Roxane Dias da Silva 226
ENFCARE: VELAS AROMA TERAPÊUTICAS 228
Ana Brécia Teixeira Passos 228
Dhominiky Castro de Belem 228
Sabrina Ribeiro de Paula 228
Sofia Leny Carvalho Lopez 228
Roxane Dias da Silva 228
SABONETE TERAPÊUTICO, FLOR DE LARANJEIRA E CAMOMILA 230
Cecília Eduarda de Deus Gonçalves 230
Hemily Samara Gomes Henrique 230
Jeniffer Gabriela Marcondes de Almeida 230
Júlia Beatriz Abreu Da Costa 230

Kauã Kevin Souza Duarte 230
Lucas Pinheiro de Moraes da Silva 230
Luiz Henrique Pereira da Silva Queiroz 230
Nathália Hellora Tomaz Toledo 231
Thyciana Cardoso Valente 231
Roxane Dias da Silva 231
DESAFIOS CONTEMPORÂNEO À CRISTOLOGIA: DESAFIOS CULTURAIS E PASTORAIS 233
Erivone Ribeiro de Oliveira Justino 233
Regiane Lima S. E. Ugarte 233
Fátima Cristina F. Batista 233
João Victor C. Oliveira 233
Carlos de Oliveira Silva 233
Marcos Roberto Rodrigues 233
Domingos Sávio da Silva Sena 233
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS À CRISTOLOGIA DESAFIOS DE ORDEM EPISTEMOLÓGICA E HERMENÊUTICA 235
Benvinda Moreira de Medeiros 235
Francisco Silva Lopes 235
Maria Helena Bezerra 235
Paulo Sérgio Echeverria Ugarte 235
Sandra Marília da Silva Costa Lopes 235
Domingos Sávio da Silva Sena 235
A IDENTIDADE FUNDAMENTAL DO POVO DE DEUS E A MISSÃO DOS FIÉIS LEIGOS 236
Arthur Ayache de Carvalho 237
Francisca Bernardo da Silva 237
Lucas Marques Caitano 237
Domingos Sávio da Silva Sena 237
DO TEXTO À VOZ: A PREPARAÇÃO DO ROTEIRO HOMILÉTICO (Jo 3,13-17). 238
JESUS, Letícia Beilla Vasconcelos de Sá 238
PORFIRO, Neire Abreu Mota 238

ENTRE A ESCUTA E O ENCONTRO: DESAFIOS E HORIZONTES PARA UMA PASTORAL UNIVERSITÁRIA QUE DIALOGA 240
Renato Almeida de Andrade 240
Clemildo Sá 240
Carolina Simões Correia 241
Neire Mota Abreu Porfiro 241
CAMINHOS DA FÉ NA COMUNIDADE ACADÊMICA: PLURALIDADE, TESTEMUNHO E DESAFIOS PASTORAIS 243
LOPES, Antonio José da Silva 243
JESUS, Letícia Beilla Vasconcelos de Sá 243
ALMEIDA, Nely Jesus Silva 243
SÁ, Clemildo 243
DISCIPULADO FEMININO: SETE EXEMPLOS NA IGREJA PARTICULAR DE PORTO VELHO 245
JESUS, Letícia Beilla Vasconcelos de Sá 245
MOSER, Lilian Maria 245
EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO AMBIENTE ESCOLAR: CORPO E MENTE EM EQUILÍBRIO 247
Alicy Souza Barata Rodrigues 248
Arthur Reis Pereira 248
Camily Vitória Ferreira Souza 248
Denise Silva Rezende Meneses 248
Janaina da Silva Lopes 248
Lucélia Kátia Ribeiro Contreiras 248
Petez Brilhante Ferreira 248
Thamires Ranyelle Pinheiro Cunha 248
Sarah Coutinho Mota de Moraes 248
Edney Costa Souza 248
ALIMENTAÇÃO E MOVIMENTO: PREVENÇÃO DE DOENÇAS E QUALIDADE DE VIDA 250
Andrea de Lima Costa 250
Aurissonia Mota Rolin 250
Aynoã Galindo 250

Dimitri Antônio da Silva	250
Isabelly Silva Gomes	250
Islânia Brandão de Oliveira Rodrigues	250
Márcia Moraes Bezerra	250
Maria Cecilia de Almeida Kister	250
Sabrina de Oliveira Freire	250
Valmara Reis	250
Edney Costa Souza	250

O FUTURO É ANCESTRAL

Luiz Guilherme Moreno de Souza[1]
Maria Julia de Oliveira Lemos[2]
Camille Oliveira Gunther[3]
Gabriel Costa Brandão[4]
Livia Juliana Caldeira[5]
Ellyan Ferraz Pinto[6]
Roxane Dias da Silva[7]

RESUMO

Introdução: O presente estudo parte da necessidade de refletir sobre o papel dos povos indígenas como agentes ativos na construção de conhecimento e na luta pela manutenção de seus direitos e identidades culturais. O projeto tem como inspiração o programa social "Meu Pé de Árvore", que busca promover o diálogo intercultural entre diferentes comunidades, destacando a importância do respeito à diversidade e à valorização das culturas originárias. O objetivo central deste trabalho é analisar como o reconhecimento dos direitos e saberes indígenas contribui para a consolidação de uma cidadania plural e para o fortalecimento do multiculturalismo no Brasil, considerando as relações entre identidade, território e resistência cultural. **Referencial Teórico:** A fundamentação teórica baseia-se nas contribuições de Manuela Carneiro da Cunha (2010), que propõe a compreensão dos povos indígenas como protagonistas na produção de conhecimento e na defesa de seus direitos. Em seu artigo "Direitos indígenas e cidadania: desafios e perspectivas", a autora destaca a relevância da Convenção 169 da OIT e a necessidade de repensar o conceito de cidadania a partir da diversidade cultural. Ailton Krenak (2019) complementa essa visão ao afirmar que a humanidade é plural, e que reconhecer as diferentes formas de habitar o mundo é essencial para romper com visões hegemônicas que marginalizam saberes ancestrais. Já Maria Vitória Loureiro do Nascimento e Levy Ferreira dos Reis (2019) abordam o multiculturalismo brasileiro como resultado da fusão de diversas culturas, ressaltando a importância do diálogo sem sobreposição entre elas. Por fim, Candau (2008) discute o relativismo cultural e alerta para o risco da persistente hierarquização cultural que ameaça a diversidade e o respeito aos direitos humanos. Essas perspectivas dialogam entre si, demonstrando que o reconhecimento e a valorização das culturas indígenas são condições fundamentais para uma sociedade verdadeiramente democrática e intercultural. **Metodologia:** O estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e análise interpretativa de obras e artigos científicos de autores que tratam sobre cidadania indígena, multiculturalismo e direitos culturais. As leituras foram sistematizadas e organizadas de modo a construir uma análise crítica sobre as formas de resistência e protagonismo dos povos originários

[1] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luiz.souza@sou.fcr.edu.br
[2] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.julia@sou.fcr.edu.br
[3] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, camille.gunther@sou.fcr.edu.br
[4] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gabriel.brandao@sou.fcr.edu.br
[5] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, livia.farias@sou.fcr.edu.br
[6] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ellyan.pinto@sou.fcr.edu.br
[7] Mestra em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, roxane.silva@fcr.edu.br.

frente às imposições culturais e políticas da sociedade contemporânea. **Resultados:** A análise evidenciou que os povos indígenas continuam sendo fundamentais para a preservação da diversidade cultural e ambiental, atuando como sujeitos ativos na construção de um diálogo intercultural. Verificou-se que, apesar dos avanços legais, como o reconhecimento dos direitos previstos na Constituição e na Convenção 169 da OIT, ainda persistem desafios relacionados à demarcação de terras, à marginalização social e à falta de representatividade política. O projeto "Meu Pé de Árvore" mostrou-se uma ferramenta simbólica de integração e conscientização social, ao promover ações de valorização da cultura indígena e de educação ambiental. **Conclusões ou Considerações Finais:** Conclui-se que a efetivação da cidadania indígena depende do reconhecimento da pluralidade cultural e da superação das estruturas de desigualdade que historicamente marginalizaram esses povos. O fortalecimento de projetos interculturais, como o "Meu Pé de Árvore", e o diálogo entre saberes tradicionais e acadêmicos são caminhos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, plural e ambientalmente responsável.
Palavras-chave: Povos indígenas; multiculturalismo; cidadania; diversidade cultural; diálogo intercultural.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Educação intercultural e direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5szsvwMvGSVPkGnWc67BjtC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 abr. 2026.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Direitos indígenas e cidadania**: desafios e perspectivas. São Paulo: USP, 2010. Disponível em: https://repositorio.usp.br/result.php?filter. Acesso em: 10 abr. 2026.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Disponível em: https://cpdel.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/10/Ailton-Krenak-Ideias-para-adiar-o-fim-do-mundo.pdf. Acesso em: 10 abr. 2026.

NASCIMENTO, Maria Vitória Loureiro do; REIS, Levy Ferreira dos. Porto Velho: a cidade do sol e seu multiculturalismo. **Revista Pantaneira de Geografia**, Porto Velho, v. 11, n. 21, p. 115-131, 2019. Disponível em: https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/4245. Acesso em: 10 abr. 2026.

A HISTÓRIA NÃO CONTADA DO POVO NEGRO

Sara dos Santos Medrado[8]
Juliano França Moura Junior[9]
Junaia Freitas[10]
Marcelo Henrique dos Santos[11]
Sara Ordohnes de França Pincer[12]
Thatiane Pereira Silva de Sena[13]
Roxane Dias da Silva[14]

RESUMO

A história do povo negro no Brasil é marcada por processos de resistência e exclusão que moldaram profundamente a sociedade brasileira. Entretanto, essa trajetória foi historicamente silenciada por uma narrativa eurocêntrica que reduziu o papel da população negra à escravidão e apagou suas contribuições culturais, políticas e sociais. Diante desse contexto, o projeto de extensão "A história não contada do Povo negro" surgiu com o propósito de resgatar e valorizar as memórias e os saberes afro-brasileiros, fortalecendo a identidade negra e promovendo o combate ao racismo estrutural. O estudo teve como objetivo geral promover o resgate e a valorização da cultura afro-brasileira por meio da produção e distribuição de folders informativos que divulgassem histórias de personalidades e movimentos silenciados, sensibilizando a comunidade acadêmica e a sociedade para a importância do reconhecimento dessas contribuições na formação nacional. O referencial teórico foi construído a partir das reflexões de Sueli Carneiro (2005), que introduz o conceito de epistemicídio como destruição dos saberes subalternizados; de Kabengele Munanga (2010), que denuncia o mito da democracia racial como obstáculo ao enfrentamento das desigualdades; e de Nilma Lino Gomes (2017), que defende a educação para as relações étnico-raciais como instrumento de emancipação e transformação social. Esses autores permitiram compreender o racismo não apenas como fenômeno histórico, mas como estrutura social que precisa ser enfrentada por meio da educação e da reconstrução da memória coletiva. Metodologicamente, o projeto foi desenvolvido em quatro etapas interligadas: (1) pesquisa e seleção de histórias e personagens negros relevantes, com base em fontes históricas, relatos orais, artigos e vídeos; (2) elaboração dos folders educativos com linguagem acessível, design atrativo e conteúdo histórico-cultural; (3) realização das ações de extensão com a entrega dos materiais e rodas de conversa em locais estratégicos, como o Espaço Alternativo de Porto Velho, Unidades Básicas de Saúde – UBS, a empresa Meta Engenharia e a Prefeitura de Itapuã do Oeste; e (4) avaliação e

[8] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sara.medrado@sou.fcr.edu.br
[9] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, juliano.junior@sou.fcr.edu.br
[10] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, junaia.silva@sou.fcr.edu.br
[11] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, marcelo.henrique@sou.fcr.edu.br
[12] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sara.pincer@sou.fcr.edu.br
[13] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, thatiane.sena@sou.fcr.edu.br
[14] Mestra em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, roxane.silva@fcr.edu.br.

registro, com reuniões e conversas para produção de relatório final. O público-alvo contemplou cerca de 250 pessoas entre estudantes, servidores e comunidade local. Os resultados obtidos revelaram impacto positivo tanto no campo educacional quanto social. O projeto promoveu o engajamento da comunidade e ampliou o debate sobre o racismo estrutural, despertando o interesse dos participantes pelas histórias apresentadas. Observou-se que muitos expressaram surpresa e curiosidade ao conhecer figuras como Zumbi dos Palmares, André Rebouças e lideranças comunitárias locais, o que demonstra a eficácia da ação na promoção de uma consciência histórica mais crítica e plural. Além disso, os discentes envolvidos desenvolveram habilidades de pesquisa, comunicação e articulação comunitária, consolidando uma formação mais sensível e comprometida com a diversidade e a justiça social. A extensão universitária se mostrou um espaço fundamental de troca e transformação, fortalecendo o vínculo entre a faculdade e a comunidade e promovendo a aplicação prática dos conhecimentos acadêmicos. A experiência também contribuiu para o cumprimento da Lei nº 10.639/2003, ao inserir o estudo da história e cultura afro-brasileira no âmbito formativo, conforme previsto nas diretrizes curriculares nacionais. Como considerações finais, destaca-se que o projeto atingiu plenamente seus objetivos, resgatando narrativas históricas negligenciadas e estimulando reflexões sobre a presença e o protagonismo do povo negro na sociedade. A ação reafirmou o papel da educação como instrumento de reconstrução simbólica e combate às desigualdades raciais, além de evidenciar o potencial da extensão universitária como meio de articulação entre teoria e prática, academia e comunidade, memória e identidade. Dessa forma, o projeto “A História Não Contada do Povo negro” consolidou-se como um exemplo de compromisso ético e educativo com a valorização da diversidade cultural e o fortalecimento da cidadania antirracista.

Palavras-chave: educação antirracista; cultura afro-brasileira; extensão universitária; identidade negra; racismo estrutural.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. [Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003]. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 8, p. 1, 10 jan. 2003.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**: o mito da branquitude e a negação do negro. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2010.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

A GARANTIA DO ACESSO CONTÍNUO À ÁGUA POTAVÉL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE PORTO VELHO

Diógenes Pereira Machado[15]
Eduarda de Souza Mazzo[16]
Kayllani Mezabarba Ferreira[17]
Raissa César de Veras Gomes[18]
Rebecca Politis Ribeiro[19]
Yarla Nayane da Costa de Lima[20]
Prof. Rita de Cássia P. Nocetti[21]

RESUMO

Introdução: O presente trabalho de extensão universitária tem como foco a análise dos direitos humanos da população em situação de rua e o papel do poder público em sua garantia. O estudo objetiva identificar as barreiras concretas que impedem o acesso a direitos básicos, propondo soluções viáveis para mitigar a vulnerabilidade social. Para tal, avalia-se a eficácia das políticas públicas em vigor, com especial atenção à atuação dos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua. O Centro Pop é uma unidade crucial da rede de assistência social, oferecendo atendimento gratuito e incondicional a jovens, adultos, idosos e famílias em situação de rua. Este lugar provê serviços essenciais, como a oferta de refeições, espaços para higiene pessoal e lavagem de roupas, apoio para obtenção de documentos pessoais, guarda segura de pertences e orientação sobre trabalho e acesso a direitos. Adicionalmente, seu endereço pode ser utilizado como referência para documentos ou inclusão no Cadastro Único. A pesquisa busca assegurar a dignidade e os direitos fundamentais dessa população a partir da análise da assistência fornecida por esta unidade. **Referencial Teórico**: O embasamento teórico reside nos princípios dos direitos humanos universais, com destaque para o direito à água potável, reconhecido pela Organização das Nações Unidas como um direito humano essencial. O trabalho analisa a responsabilidade do Estado na promoção de condições mínimas de dignidade e sobrevivência, recorrendo a normativas específicas sobre a vulnerabilidade social e a função socioassistencial inadiável dos serviços públicos. A discussão teórica enfatiza a necessidade de que a rede de assistência opere sob os pilares da universalidade, integralidade e continuidade, contrastando a previsão legal com a interrupção prática no acesso a recursos vitais fora do horário de atendimento. **Metodologia**: Adotou-se uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas e conversas com profissionais-chave, incluindo servidores, psicólogos e a coordenadora do Centro de Referência Especializado para População em

[15] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, diogenes.machado@sou.fcr.edu.br.
[16] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eduarda.mazzo@sou.fcr.edu.br.
[17] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, kayllani.ferreira@sou.fcr.edu.br.
[18] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, raissa.gomes@sou.fcr.edu.br.
[19] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rebecca.ribeiro@sou.fcr.edu.br.
[20] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, yarla.lima@sou.fcr.edu.br.
[21] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rita.nocetti@fcr.edu.br.

Situação de Rua. O foco foi identificar as fragilidades na assistência diária e o comprometimento dos direitos fundamentais, especificamente fora do horário de funcionamento da unidade. Resultados: A investigação demonstrou que o direito fundamental à água potável está comprometido para essa população, uma vez que o Centro Pop opera em horário limitado (segunda a sexta, das 8h às 18h). A escassez de acesso à água potável gratuita fora desse período levou à elaboração, como resultado do trabalho de extensão, um Projeto de Lei municipal que propõe a instalação de bebedouros públicos em locais estratégicos, garantindo o acesso contínuo ao recurso. **Considerações finais**: O trabalho reitera a necessidade de ações governamentais mais abrangentes para a plena efetivação dos direitos humanos dessa população, com foco na crise do acesso à água. O Projeto de Lei municipal apresentado constitui a solução prática do trabalho de extensão e possui potencial para assegurar a hidratação contínua e, consequentemente, promover a saúde e a dignidade humana.
Palavras-chave: Direitos Humanos; Situação de Rua; Acesso à Água;

REFERÊNCIAS:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Acessar Centro POP**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. [Brasília, DF]: Gov.br, [2025]. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-centro-pop-centro-de-referencia-especializado-para-populacao-em-situacao-de-rua. Acesso em: 12 nov. 2025.

ONU. Assembleia Geral. **Resolução 64/292**: o direito humano à água e ao saneamento. New York: UN, 2010.

O PAPEL DO DIREITO NO ACOLHIMENTO E RESTAURAÇÃO: PERSPECTIVAS HUMANIZADAS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Alice Nogueira de Carvalho[22]
Amanda Maria Mello de Souza[23]
Cecilia Carolina Mariuba Vaz[24]
Cleriston Couto De Sousa[25]
Herta Honorina de Souza Sá[26]
Leri Souza e Silva[27]
Ludmila Tayaná de Araújo Cartonilho[28]
Sabrina Gomes Rodrigues[29]
Carolina Simões Correia[30]

RESUMO

Introdução: a violência contra a mulher é um problema estrutural e de saúde pública, amplamente estudado. Contudo, o problema central a ser solucionado por este projeto de extensão reside na lacuna de abordagens humanizadas, restaurativas e interdisciplinares (Direito e Psicologia) que promovam o acolhimento efetivo e a ruptura do ciclo de violência no contexto específico de Porto Velho/RO. Embora a legislação (Lei Maria da Penha) e as políticas públicas existam, a aplicação prática frequentemente carece de uma perspectiva que integre o suporte jurídico com a restauração psicossocial da vítima. A originalidade deste trabalho reside na sua natureza extensionista e aplicada, que culmina na produção de um documentário e na realização de um evento online, transformando a pesquisa em ferramenta de conscientização e intervenção direta. Este projeto busca, portanto, ir além da análise teórica, propondo uma metodologia de ação que utiliza a comunicação e a arte (documentário) para humanizar o debate e fortalecer a rede de apoio local. **Objetivo:** é promover a conscientização e a mobilização social sobre a violência doméstica no Estado de Rondônia, focando na necessidade de um acolhimento humanizado e restaurativo. **Os objetivos específicos incluem**: Mapear e avaliar a percepção e a incidência da violência

[22] Graduanda em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho, Brasil, endereço eletrônico: alice.carvalho@sou.fcr.edu.br
[23] Graduanda em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho, Brasil, endereço eletrônico: amanda.mello@sou.fcr.edu.br
[24] Graduanda em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho, Brasil, endereço eletrônico: cecilia.vaz@sou.fcr.edu.br
[25] Graduando em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho, Brasil, endereço eletrônico: cleriston.sousa@sou.fcr.edu.br
[26] Graduanda em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho, Brasil, endereço eletrônico: herta.sa@sou.fcr.edu.br
[27] Graduando em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho, Brasil, endereço eletrônico: leri.silva@sou.fcr.edu.br
[28] Graduanda em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho, Brasil, endereço eletrônico: ludmila.cartonilho@sou.fcr.edu.br
[29] Graduanda em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho, Brasil, endereço eletrônico: Sabrina.rodrigues@sou.fcr.edu.br
[30] Mestre em Direito pela UFRGS, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: carolina.correia@fcr.edu.br

doméstica em Rondônia, identificando as falhas na rede de proteção sob a ótica das vítimas. Oferecer orientação jurídica gratuita e suporte psicossocial para vítimas, esclarecendo direitos e fluxos de atendimento, e divulgando o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da FCR para demandas cíveis relacionadas (guarda, divórcio, partilha de bens, etc.). Produzir e divulgar o documentário com depoimentos de vítimas, como ferramenta de educação e sensibilização social. Realizar o evento online para promover o diálogo direto entre vítimas, profissionais e a comunidade, fortalecendo a rede de apoio. **Referencial Teórico**: o projeto se ancora na interdisciplinaridade entre o Direito e a Psicologia. O marco jurídico é a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), complementada pela Convenção de Belém do Pará (1994), que impõe ao Estado o dever de proteção. A perspectiva humanizada é fundamentada em autores como Maria Berenice Dias (2015) e Silvia Pimentel (2018), que defendem o acolhimento como elemento central para a superação da violência. A dimensão psicossocial é explorada pelo conceito de "ciclo da violência" (Walker, 1979), essencial para a compreensão da complexidade do trauma. A originalidade teórica reside na aplicação da Pedagogia do Oprimido (Freire, 1996), utilizando o projeto de extensão como um ato de libertação e conscientização, onde o documentário e o evento online se tornam instrumentos de "dar voz" às vítimas, transformando a experiência individual em conhecimento coletivo e ação política. **Metodologia**: adotada combina pesquisa quantitativa e qualitativa com ações de intervenção direta Pesquisa (Como): Levantamento quantitativo de dados oficiais sobre a violência em Rondônia e pesquisa qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas com vítimas e profissionais da rede de apoio, visando identificar as necessidades de acolhimento e as falhas sistêmicas. Intervenção (Como, Quando e Onde): Documentário: Produção de um documentário com depoimentos de vítimas de violência e abuso doméstico, focado na perspectiva humanizada do acolhimento e restauração. O documentário será finalizado e exibido no evento online. Evento Online: Realização do evento online "Do Silêncio à Voz: Perspectivas Humanizadas no Acolhimento" com vítimas, profissionais e a comunidade no dia 28 de novembro de 2025, com transmissão por plataforma digital (a ser definida), onde o documentário será lançado e haverá debate sobre as perspectivas humanizadas. Orientação Jurídica e NPJ: Atendimentos de orientação jurídica gratuita e distribuição de materiais informativos (cartilhas e folders) na comunidade de Porto Velho/RO, em datas a serem agendadas, com a divulgação ativa do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da FCR para atendimento presencial de demandas cíveis (guarda, divórcio, partilha de bens, etc.) que auxiliem na restauração da vítima. **Resultados Parciais**: incluem o diagnóstico preliminar da violência em Rondônia, a coleta e edição dos depoimentos para o documentário, e a organização logística do evento online de 28 de novembro de 2025. A realização do evento e o lançamento do documentário constituem os principais resultados concretos e aplicados do projeto, demonstrando a capacidade de transformar a pesquisa em ação social. Espera-se que o evento atinja um público amplo, promovendo a conscientização e o fortalecimento da rede de apoio, além de gerar dados qualitativos valiosos para a análise final do projeto.

Conclusões ou Considerações finais: este projeto se destaca por sua abordagem aplicada e humanizada, respondendo diretamente à necessidade de intervenção social no

enfrentamento à violência de gênero em Rondônia. Ao utilizar o documentário e o evento online como ferramentas de extensão, o trabalho cumpre o papel de conscientizar sobre o tema, dar voz às vítimas e promover a articulação entre o conhecimento acadêmico (Direito e Psicologia) e a realidade social, incluindo o encaminhamento prático para o atendimento cível via NPJ. Acreditamos que a metodologia proposta, com foco no "como, quando e onde" das ações, garantirá a originalidade e o impacto social do projeto, contribuindo para a formulação de práticas de acolhimento mais eficazes e restaurativas.

Palavras-chave: Violência Contra a Mulher; Acolhimento Humanizado; Documentário; Evento Online; Extensão Universitária

REFERÊNCIAS:

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BRASIL. [Planalto]. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 16 nov. 2025.

DIAS, M. B. **A Lei Maria da Penha na justiça**. 4. ed. Salvador: JusPodivm, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher** (Convenção de Belém do Pará). [S. l.]: OEA, 1994.

PIMENTEL, S. (coord.). **Violência contra a mulher**: enfrentamento e proteção. São Paulo: Almedina, 2018.

WALKER, L. E. **The Battered Woman**. New York: Harper & Row, 1979.

IDENTIDADE CULTURAL: A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE PORTO VELHO

Amanda Victor Valladão Almeida de Carvalho[31]
Anderson Augusto Machado Junior[32]
Breno Villar Souza Duarte[33]
Diego Italo Moraes Cardoso[34]
Eloah Leandro da Silva[35]
Larissa Menezes Silva[36]
Marina Lino Gonçalves[37]
Pedro Paulo Almeida Martins[38]
Vinicius Angelo Lessa Holanda[39]
Carolina Simões Correia[40]

RESUMO

Introdução: O patrimônio cultural, conforme o art. 216 da Constituição Federal, é um bem de natureza difusa, pertencente à coletividade e ligado à memória e identidade social, sendo protegido pela tutela coletiva. Com base nisso, o estudo integra o projeto de extensão "Identidade Cultural: a importância da valorização do patrimônio de Porto Velho", desenvolvido com alunos do 9º ano da E.E.E.F.M. Jorge Teixeira de Oliveira. O trabalho buscou aproximar os estudantes da história local e reforçar a noção de pertencimento, articulando direitos coletivos e educação patrimonial. O objetivo geral foi promover consciência sobre a relevância do patrimônio cultural; especificamente, relacionar história regional e tutela coletiva, além de estimular criatividade e curiosidade por meio de atividades práticas e produção textual. **Referencial Teórico:** A compreensão do patrimônio cultural ultrapassa a simples observação de monumentos ou registros históricos; ela envolve reconhecer como diferentes elementos materiais e imateriais participam da construção da identidade social. No plano jurídico, a Constituição Federal, em seu art. 216, estabelece que esses bens compõem um direito coletivo, cuja proteção é dever do Estado e da sociedade. Para Demo (2010), a educação desempenha papel essencial nesse processo, pois possibilita o desenvolvimento crítico necessário para identificar, valorizar e preservar tais referências culturais. Santos (2010) complementa que o conhecimento adquirido pelos alunos amplia a percepção sobre a formação e evolução da sociedade. No campo pedagógico, Machado (2005) argumenta que as atividades de leitura e produção textual permitem aos estudantes interpretar e

[31] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, amanda.carvalho@sou.fcr.edu.br.
[32] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, andersonaugusto.junior@sou.fcr.edu.br.
[33] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, breno.duarte@sou.fcr.edu.br.
[34] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, diego.cardoso@sou.fcr.edu.br.
[35] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eloah.silva@sou.fcr.edu.br.
[36] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, larissa.menezes@sou.fcr.edu.br.
[37] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, marina.goncalves@sou.fcr.edu.br.
[38] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pedro.paulo@sou.fcr.edu.br.
[39] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, vinicius.lessa@sou.fcr.edu.br.
[40] Mestre em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br.

expressar sua visão de mundo de forma mais consciente. Autores como Moutinho (2010), Nascimento (2009) e Palitot (2018) ressaltam ainda que, no contexto de Porto Velho, a valorização dos espaços históricos e culturais contribui para fortalecer a identidade regional e aproximar os alunos de sua própria história. **Metodologia:** A pesquisa utilizou abordagem qualitativa, fundamentada no **estudo de campo** por meio de um tour turístico em pontos históricos de Porto Velho. A atividade permitiu observar diretamente o patrimônio cultural e relacioná-lo aos direitos difusos e à tutela coletiva. Após a visita, os alunos participaram de uma produção textual sobre Jorge Teixeira, possibilitando avaliar a compreensão histórica e o engajamento com o tema. **Resultados:** Os estudantes demonstraram maior interesse pela história local e melhor compreensão da importância do patrimônio como bem coletivo. O tour possibilitou vivenciar, de forma prática, os locais de relevância cultural, fortalecendo o sentimento de pertencimento. A produção textual sobre Jorge Teixeira revelou criatividade, curiosidade e reconhecimento de sua importância histórica para Porto Velho. **Conclusões ou considerações finais:** O estudo mostrou que a educação patrimonial aliada ao estudo de campo é eficaz para fortalecer a compreensão dos direitos coletivos e da importância do patrimônio cultural. O tour e a produção textual permitiram integrar teoria e prática, estimulando consciência cidadã e valorização da identidade local. As atividades alcançaram os objetivos propostos e reforçaram a relevância da preservação histórica para a coletividade.

Palavras-chave: Cultura; História; Identidade; Patrimônio; Coletivo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

DEMO, P. **Educação e alfabetização científica**. Campinas: Papirus, 2010.

MACHADO, A. R. *et al*. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola, 2005.

MOUTINHO, Marcelo. **Memórias de Rondônia**. Rio de Janeiro: Arte Ensaio, 2010.

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro. ***Porto Velho: a produção do espaço urbano de Rondônia (1980/2010)***. Porto Velho, 2009.

PALITOT, Aleks. ***Porto Velho: uma pequena história***. Porto Velho, 2018

PORTO DO CAI N'ÁGUA – NEGLIGÊNCIA ESTRUTURAL E AMBIENTAL NO PORTO DE PORTO VELHO: IMPACTOS SOCIAIS E JURÍDICOS

Clecenilda Barbosa Sevalho[41]
Elcio Rafael Rodrigues Cortez[42]
Ilmar Esteves de Souza[43]
Jeferson Venâncio[44]
João Carlos[45]
José Roberto dos Santos[46]
Milena Ribeiro Lopes[47]
Wélita Kássia Bongestab G. Moraes[48]
Dra.Mestre Carolina Simões Correia[49]

RESUMO

O presente artigo apresenta os resultados do projeto de extensão "Porto do Cai N'Água – Negligência Estrutural e Ambiental no Porto de Porto Velho: Impactos Sociais e Jurídicos", desenvolvido por discentes da Faculdade Católica de Rondônia. O estudo teve como finalidade analisar as condições estruturais do porto, seus reflexos sociais e ambientais, e as implicações jurídicas decorrentes da omissão do poder público na manutenção do espaço. Com abordagem qualitativa e descritiva, a pesquisa envolveu levantamento documental, revisão bibliográfica, visitas acadêmicas e escuta da comunidade usuária. **Introdução**: O porto de Porto Velho, localizado às margens do Rio Madeira e integrante do Arco Norte, desempenha papel estratégico para a logística regional e para o escoamento de commodities do Centro-Oeste brasileiro. Apesar de sua relevância econômica, o Porto do Cai N'Água apresenta um cenário de deterioração estrutural, risco operacional e impactos ambientais, resultado de anos de insuficiência de manutenção e ausência de políticas públicas efetivas. Essa realidade compromete a segurança dos usuários, afeta trabalhadores portuários e acentua desigualdades socioambientais. **Referencial Teórico**: A análise da negligência estrutural e ambiental em portos exige a compreensão de seu papel estratégico e das obrigações legais associadas à sua operação. Estudos sobre logística portuária e desenvolvimento regional (Souza, 2019; ANTAQ, 2025) destacam que portos como o de Porto Velho, inseridos em rotas estratégicas, dependem de infraestrutura adequada para garantir eficiência, segurança e continuidade das atividades. A negligência estrutural repercute em danos coletivos, afetando trabalhadores, moradores locais e o equilíbrio ecológico, ao mesmo tempo em que pode ensejar responsabilização civil e administrativa do ente gestor.

[41] Clecenilda Sevalho, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, clecenilda.sevalho@sou.fcr.edu.br.
[42] Elcio Rafael Rodrigues, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, elcio.cortez@sou.fcr.edu.br
[43] Ilmar Esteves, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ilmar.souza@sou.fcr.edu.br
[44] Jefferson Venâncio, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jefferson.cabral@sou.fcr.edu.br
[45] João Carlos, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joao.matos@sou.fcr.edu.br
[46] José Roberto, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jose.roberto@sou.fcr.edu.br
[47] Milena Ribeiro, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, milena.lopes@sou.fcr.edu.br
[48] Wélita Kássia Bongestab, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, welita.moraes@sou.fcr.edu.br
[49] Dra. Carolina Simões Correia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br

Assim, o referencial teórico demonstra que a precarização de um espaço portuário não é apenas um problema operacional, mas um fenômeno multidimensional que integra aspectos logísticos, sociais, ambientais e jurídicos. **Metodologia**: A metodologia adotada teve natureza qualitativa e descritiva, caracterizando-se como estudo de caso. Foram utilizados procedimentos como pesquisa bibliográfica e documental para contextualização teórica e normativa, além de pesquisa de campo para observação direta da realidade portuária. As atividades de campo incluíram visitas acadêmicas ao Porto do Cai N'Água, entrevistas semiestruturadas com trabalhadores, moradores e representantes de órgãos públicos, bem como aplicação de questionários visando identificar percepções sobre segurança, infraestrutura e impactos ambientais. As informações coletadas foram analisadas por meio de análise de conteúdo e triangulação de dados, permitindo a construção de um diagnóstico abrangente e fundamentado. **Resultados**: Os resultados obtidos revelam um quadro preocupante de negligência estrutural no Porto do Cai N'Água. Foram identificados danos físicos em áreas de atracação, ausência de equipamentos adequados, estruturas deterioradas e precariedade nas condições operacionais. Do ponto de vista social, observou-se que trabalhadores portuários e usuários enfrentam riscos diários, como quedas, acidentes e exposição a condições insalubres. No aspecto ambiental, constatou-se erosão das margens do Rio Madeira, acúmulo de resíduos e indícios de danos ao ecossistema local. A análise jurídica indicou a possível violação de normas ambientais (Lei 6.938/1981), portuárias (Lei 12.815/2013) e de responsabilidade civil do Estado, evidenciando falhas na fiscalização e na gestão pública. **Conclusões ou considerações finais**: Conclui-se que o projeto de extensão proporcionou um diagnóstico preciso sobre a negligência estrutural e ambiental presente no Porto do Cai N'Água, evidenciando impactos significativos sobre a comunidade, o meio ambiente e a segurança operacional. A experiência possibilitou aos discentes compreender a complexidade das demandas portuárias e a relevância da atuação interdisciplinar para promover justiça social e sustentabilidade. O estudo reforça a importância da extensão universitária como ferramenta de transformação social, ao aproximar o saber acadêmico da realidade local e estimular a produção de conhecimento voltado ao enfrentamento de problemas públicos. Recomenda-se a continuidade de ações de monitoramento, bem como a implementação de políticas que garantam manutenção adequada, proteção ambiental e respeito às normas jurídicas aplicáveis.

Palavras-chave: Porto do Cai N'Água; Negligência estrutural; Impactos socioambientais; Direito ambiental; Extensão universitária.

REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ). **Relatórios e Estatísticas Portuárias**. Disponível em: https://www.gov.br/antaq. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Diário Oficial da União, Brasília, 1981.

BRASIL. **Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013**. Dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. Diário Oficial da União, Brasília, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Transporte e Logística**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 29 set. 2025.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

SOUZA, Marcelo P. de. **Logística e Desenvolvimento Regional**: o papel dos portos na Amazônia. Porto Velho: EDUFRO, 2019.

DIREITO À DIGNIDADE: AÇÃO SOLIDÁRIA PARA A MATERNIDADE DO HOSPITAL DE BASE DE PORTO VELHO

Anne Naomi Oiye Oliveira[50]
Camilla Nogueira de Vasconcelos[51]
Gabriel Almeida de Barros[52]
Marcos Vinícius Lima Araújo[53]
Regina Cidade de Carvalho[54]
Rúlian Afonso Magalhães de Lima[55]
Prof. Dra. Rita de Cássia Pessoa Nocetti[56]

RESUMO

Este projeto de extensão parte da constatação de uma lacuna na efetivação da dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III, CF/88) na maternidade do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, em Porto Velho, onde a carência de recursos materiais básicos para puérperas e recém-nascidos viola o "mínimo existencial". Desenvolvido por acadêmicos do 4º período de Direito da Faculdade Católica de Rondônia, o projeto "Direito à Dignidade" intervém sobre está problemática, objetivando articular a teoria dos Direitos Humanos e da Justiça Social com a prática solidária para a efetivação de direitos fundamentais. A abordagem metodológica partiu de uma visita diagnóstica ao Hospital (HB) para o levantamento de demandas prioritárias junto ao setor social. Estruturou-se, subsequentemente, em etapas de planejamento, arrecadação, entrega e avaliação. Embora dificuldades logísticas na instalação de pontos de coleta tenham restringido o alcance inicial, a adoção de estratégias complementares de mobilização, como a gestão transparente do projeto via mídias sociais (Instagram), a sensibilização em salas de aula e a implementação de um canal de doações via PIX, mostrou-se determinante. A captação de recursos financeiros atingiu o montante de R$ 619,50, valor integralmente revertido na aquisição de 50 kits individualizados de higiene (contendo sabonete, produto de higiene íntima, escova e creme dental) e 12 sabonetes avulsos. A mobilização resultou, ainda, em doações materiais diretas que totalizaram 50 peças de vestuário infantil, 5 pares de calçados e 12 pares de meias. Os itens foram entregues ao setor de assistência social do Hospital, e a visita *in loco* para a entrega ratificou a discrepância entre a assistência mínima devida e a realidade vivenciada pelas pacientes. A fundamentação teórica baseia-se na dignidade humana (FURTADO, 2005), no dever constitucional de solidariedade (Art. 3º, I, CF/88), na proteção à saúde, maternidade e infância (Arts. 6º, 196, 203, 227) e na função extensionista da universidade (Art. 207), conforme destacado por Ascensão (2008) e Zeifert e Agnoletto (2024). Conclui-se que a

[50] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, anne.oliveira@sou.fcr.edu.br.
[51] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, camilla.vasconcelos@sou.fcr.edu.br
[52] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gabriel.barros@sou.fcr.edu.br.
[53] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, marcos.araujo@sou.fcr.edu.br
[54] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, regina.carvalho@sou.fcr.edu.br
[55] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rulian.lima@sou.fcr.edu.br.
[56] Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dra. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Brasil, rita.nocetti@fcr.edu.br

ação, superando a concepção de mera filantropia, representou uma experiência formativa transformadora. Logrou-se mitigar pontualmente a carência material, despertar a consciência crítica dos envolvidos e reafirmar a extensão universitária como ferramenta potente para a concretização de direitos fundamentais.

Palavras-chave: Dignidade da Pessoa Humana; Direitos Humanos; Extensão Universitária; Solidariedade; Proteção à Maternidade.

REFERÊNCIAS:

ASCENSÃO, J. O. A dignidade da pessoa e os fundamentos dos direitos humanos. **Revista Direitos Humanos Fundamentais**, v. 8, n. 2, 2008. DOI: https://doi.org/10.36751/rdh.v8i2.237.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 nov. 2025.

FURTADO, E. T. Direitos humanos e o princípio da dignidade da pessoa humana. **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, v. 6, n. 6, p. 103–120, 2005.

RONDÔNIA. **Ao completar 40 anos, Hospital de Base Ary Pinheiro tem história parecida com a de Rondônia**. Porto Velho: Governo do Estado, 2024a. Disponível em: https://rondonia.ro.gov.br/ao-completar-40-anos-hospital-de-base-ary-pinheiro-tem-historia-parecida-com-a-de-rondonia/. Acesso em: 10 nov. 2025.

RONDÔNIA. **Gestantes de alto risco recebem cuidados humanizados no Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro**. Porto Velho: Governo do Estado, 2024b. Disponível em: https://rondonia.ro.gov.br/gestantes-de-alto-risco-recebem-cuidados-humanizados-no-hospital-de-base-dr-ary-pinheiro/. Acesso em: 10 nov. 2025.

ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; AGNOLETTO, Vitória. Vulnerabilidades e proteção social: políticas de assistência na promoção dos direitos humanos. **Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 10, n. 1, 2024. DOI: https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0111/2024.v10i1.10395.

ROSTO INVISÍVEIS: REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA MÍDIA

Arthur Oliveira[57]
Eduarda Lopes[58]
Jeremias da Silva[59]
Júlia Costa[60]
Raian Gomes[61]
Yasmim Araújo[62]
Roxane Dias da Silva[63]

RESUMO

Rostos Invisíveis: A Representação Racial na Mídia teve como objetivo central promover, entre estudantes do ensino médio, uma reflexão crítica sobre a forma como a mídia e o cinema constroem imagens raciais e influenciam a percepção social sobre pessoas negras. Partiu-se da compreensão de que o racismo, no Brasil, é estrutural de modo que se encontra está enraizado nas instituições, nos discursos e nas práticas sociais (ALMEIDA, 2019). Assim, o estudo buscou analisar como os meios de comunicação participam da manutenção dessas desigualdades, ao mesmo tempo em que podem servir como instrumentos de transformação e valorização da diversidade. **Os objetivos específicos** envolveram compreender a formação histórica dos estereótipos midiáticos, destacar a importância da representatividade negra para a autoestima e o espelhamento social e estimular o pensamento crítico dos estudantes por meio do diálogo e da análise de casos concretos. A fundamentação teórica se baseou em autores que analisam a relação entre mídia, cultura e poder. Segundo Adorno e Horkheimer (1985), a indústria cultural transforma a produção simbólica em um mecanismo de padronização e controle social. Djamila Ribeiro (2019) destaca que "o racismo estrutura as relações sociais", e que a luta antirracista exige ação consciente e crítica. Joel Zito Araújo (2000) demonstra como a teledramaturgia brasileira reforçou a branquitude ao restringir atores negros a papéis subalternos, enquanto Natasha Ísis Rodrigues da Silva (2013) afirma que a mídia é um dos pilares do racismo no país. Complementarmente, Kabengele Munanga (2005) e Ribeiro (2019) desenvolvem o conceito de branquitude, que se refere ao lugar de privilégio ocupado por pessoas brancas, naturalizado nas representações audiovisuais. Essas contribuições teóricas permitiram compreender a

[57] Graduando em Bacharelado em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, arthur.batista@sou.fcr.edu.br
[58] Graduanda em Bacharelado em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eduarda.salles@sou.fcr.edu.br
[59] Graduando em Bacharelado em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jeremias.reina@sou.fcr.edu.br
[60] Graduanda em Bacharelado em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, julia.lima@sou.fcr.edu.br
[61] Graduandas em Bacharelado em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, raiane.gustavo@sou.fcr.edu.br
[62] Graduanda em Bacharelado em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, yasmim.nascimento@sou.fcr.edu.br
[63] Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, roxane.silva@fcr.edu.br

mídia como espaço de disputa simbólica, capaz de tanto perpetuar quanto desafiar desigualdades raciais. O trabalho adotou abordagem qualitativa e caráter extensionista, sendo realizado de forma presencial em uma escola de ensino médio. A execução foi dividida em duas etapas. No primeiro momento, houve uma apresentação expositiva com apoio de slides, explicando conceitos como racismo estrutural, democracia racial, branquitude e representatividade. Na segunda parte, os alunos participaram de uma roda de conversa interativa, em que refletiram sobre exemplos de personagens e produções audiovisuais. A atividade foi conduzida a partir de perguntas norteadoras que estimularam o debate crítico sobre estereótipos e inclusão racial na mídia. A participação dos estudantes foi positiva e engajada. Eles trouxeram exemplos de representações positivas, como Homem-Aranha no Aranhaverso e Super Choque que foram reconhecidas como retratos autênticos e inspiradores. Também apontaram casos considerados artificiais, como a personagem Milena da Turma da Mônica criticando a superficialidade de algumas tentativas de inclusão. As falas demonstraram amadurecimento crítico: muitos relataram perceber como o racismo estrutural e a branquitude influenciam o consumo midiático e a formação de estereótipos.

A professora da turma também participou ativamente, reconhecendo a relevância do tema e a clareza da abordagem. O projeto alcançou seus objetivos ao promover o debate plural e ampliar a consciência crítica sobre o papel da mídia na reprodução das desigualdades raciais. Os resultados evidenciaram que jovens, quando estimulados a refletir, são capazes de reconhecer e questionar padrões racistas presentes na cultura audiovisual. A experiência também contribuiu para a formação ética e cidadã dos acadêmicos, fortalecendo a compreensão de que o combate ao racismo exige uma postura ativa e contínua. Como reforça Ribeiro (2019), “não basta não ser racista, é necessário ser antirracista”. Desse modo, o projeto se afirmar como uma ação educativa e socialmente relevante, que visa formar sujeitos conscientes e comprometidos com uma sociedade mais justa, plural e representativa.

Palavras-chave: Mídia; Racismo Estrutural; Representatividade Negra; Educação Étnico-Racial; Antirracismo.

REFERÊNCIAS:

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAÚJO, Joel Zito. **A Negação do Brasil**: o negro na telenovela brasileira. São Paulo: SENAC, 2000.

KLERER, Iasmin; MARQUES, Eduarda. **Mídia e imagem do jovem negro**. [S. l.: s. n.], 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Natasha Ísis Rodrigues da. **Racismo na mídia e a representatividade (ou não) de MV Bill**. 2013. Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

RUÍNAS DA MEMÓRIA: PORTO VELHO E O RISCO DA PERDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Alicia Kattleen Evangelista da Silva[64]
André Francisco Araújo dos Santos[65]
Debora da Luz Sousa[66]
George Mar'Cos[67]
Guilherme de Jesus Ferreira[68]
Isabele Cristinny Nascimento Santos[69]
Jamille Lesyrre Oliveira Sampaio[70]
Thaise Reis Cruz[71]
Carolina Simões Correia[72]
Vinicius de Assis[73]

RESUMO

Introdução: O projeto insere-se no âmbito da disciplina de Tutelas e Direitos Difusos e Coletivos, e tem o propósito de unir ensino, pesquisa e cultura a partir de uma reflexão crítica sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural da capital rondoniense. O estudo parte da constatação do abandono progressivo dos bens culturais de Porto Velho, o que representa não apenas uma perda material, mas o enfraquecimento da identidade coletiva e da memória local. Diante disso, o projeto tem como objetivo conscientizar a comunidade acadêmica e a sociedade civil sobre a importância da proteção e valorização desses bens, à luz dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 e da meta 11.4 da Agenda 2030 da ONU, que orienta os esforços globais de salvaguarda do patrimônio cultural e natural. **Referencial Teórico:** O trabalho fundamenta-se em um referencial jurídico e interdisciplinar, que abrange tanto a legislação nacional quanto a produção científica sobre o tema. A Constituição Federal de 1988 assegura o direito ao exercício da cultura e à proteção do patrimônio cultural brasileiro, compreendido em sua dimensão material e imaterial. Complementarmente, as Leis nº 7.347/1985 e nº 4.717/1965 são apresentadas como instrumentos jurídicos de defesa dos bens coletivos. No campo conceitual, autores como Maria Cecília Londres Fonseca, Regina Abreu e Mário Chagas abordam a ampliação do conceito de patrimônio e sua relação com a

[64] Graduando(a) em Direito Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, alicia.silva@sou.fcr.edu.br
[65] Graduando(a) em Direito Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, andre.santos@sou.fcr.edu.br
[66] Graduando(a) em Direito Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, debora.souza@sou.fcr.edu.br
[67] Graduando(a) em Direito Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, george.marcos@sou.fcr.edu.br
[68] Graduando(a) em Direito Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, guilherme.dejesus@sou.fcr.edu.br
[69] Graduando(a) em Direito Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, isabele.santos@sou.fcr.edu.br
[70] Graduando(a) em Direito Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, guilherme.dejesus@sou.fcr.edu.br
[71] Graduando(a) em Direito Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jamille.sampaio@sou.fcr.edu.br
[72] Mestra em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br
[73] Doutor em Ciência Jurídica, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, vinicius.assis@fcr.edu.br

memória e a identidade social. Já Leila Mezan Algranti e Everson Rodrigues de Castro contribuem para o entendimento das transformações históricas e dos desafios enfrentados na gestão cultural amazônica. **Metodologia:** combina pesquisa bibliográfica, documental e empírica, buscando compreender as causas e consequências do abandono do patrimônio histórico de Porto Velho. Inicialmente, realizou-se uma revisão teórica sobre direitos difusos e tutela do patrimônio cultural. Em seguida, foram selecionados bens históricos representativos, com base em sua relevância simbólica e social. A equipe também realizou entrevistas com juristas, professores e historiadores, visando obter depoimentos qualificados sobre o tema. Com base nesse material, elaborou-se o roteiro e a produção de um documentário acadêmico, que reúne elementos visuais, narrativos e analíticos sobre a realidade dos patrimônios locais. O documentário foi exibido durante a Semana Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia, como instrumento de sensibilização e promoção de debates sobre a preservação da memória cultural. **Resultados:** A execução do projeto se deu com a exibição do documentário, que ocorreu durante a abertura da Semana Acadêmica de Direito, realizada nos dias 3 e 4 de novembro, no auditório da instituição, reunindo estudantes, docentes e convidados externos. O projeto também estimulou o fortalecimento da consciência jurídica e cidadã acerca da importância do patrimônio cultural como direito difuso, o estímulo à mobilização social em defesa dos bens históricos e o incentivo ao uso dos instrumentos legais de proteção patrimonial. Procuramos promover o diálogo entre sociedade e poder público, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e sustentáveis voltadas à preservação cultural. Além disso, o projeto estimulou o sentimento de pertencimento e valorização da identidade local, de modo a evitar o apagamento histórico e o distanciamento entre a população e sua herança cultural. **Conclusões ou considerações finais:** O projeto demonstra que a preservação do patrimônio cultural de Porto Velho requer ações integradas entre Estado e sociedade civil, fundamentadas em mecanismos jurídicos e práticas educativas. A experiência vivenciada reforça que o patrimônio histórico é um bem coletivo, cuja proteção é dever compartilhado por todos, e que a negligência estatal acarreta danos irreversíveis à memória e à identidade social.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Direitos Difusos; Identidade cultural; Preservação da memória.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: UNI-RIO: FAPERJ: DP&A Editora, 2003.

AGUIAR, Veronica Aparecida Silveira; CASTRO, Everson Rodrigues de. Olhares sobre o patrimônio cultural na Amazônia: Notas sobre a História do Museu Estadual de Rondônia (MERO) entre 1964-2012. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: ANPUH, 2017. p. 1-13.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988].

BRASIL. **Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965**. Regula a ação popular. Brasília, DF: Presidência da República, [1965].

BRASIL. **Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985**. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1985].

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/download/57022227/Para_alem_da_pedra_e_cal_por_uma_concepcao_ampla_de_patrimonio_cultul.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Meta 11.4**. [S. l.]: ONU, [s. d.]. (Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável).

DO FOGO À FALA: ENCONTRO DE SABERES AMBIENTAIS E JURÍDICOS NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO

Amós Grigio Pinheiro[74]
Caroline Duran de Lucena[75]
Gabriel Martins da Silva[76]
Gláucia Ferreira da Silva[77]
Isaías Marques Cordeiro[78]
Suze da Rocha Barroso[79]
Carolina Simões Correia[80]

RESUMO

As queimadas urbanas e rurais em Porto Velho/RO representam um fenômeno recorrente, especialmente durante o período de estiagem amazônica, com impactos diretos na saúde pública, na biodiversidade e nos direitos difusos garantidos constitucionalmente. O projeto intitulado "Do Fogo à Fala: Encontro de Saberes Ambientais e Jurídicos no Município de Porto Velho/RO" surge como resposta socioeducativa a essa realidade, propondo um encontro entre saberes ambientais e jurídicos por meio de um podcast-palestra interativo. O objetivo central é promover a conscientização da comunidade acadêmica e civil sobre os efeitos nocivos das queimadas e estimular práticas sustentáveis alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 13 e 15. A fundamentação teórica parte da concepção de educação ambiental crítica e emancipadora, conforme Carlos Frederico Bernardo Loureiro, articulando meio ambiente, justiça social e democracia participativa. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, §1º, inciso VI, estabelece a educação ambiental como dever do Estado. Complementam-se os aportes da Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental) e da Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), além da legislação municipal nº 2.605/2019, que institui a Semana de Conscientização sobre Queimadas Urbanas. A interdisciplinaridade entre Direito e Agronomia é destacada como eixo estruturante da proposta. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com abordagem participativa e caráter extensionista. Foi realizada uma ação única e presencial, no formato de podcast-palestra, com duração de 2 (duas) horas, envolvendo especialistas das áreas jurídica e ambiental. Foram utilizados materiais educativos digitais, como folders informativos e mudas de ipê, além de registro audiovisual do evento. A coleta de dados foi feita por meio de questionário estruturado

[74] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, amos.pinheiro@sou.fcr.edu.br.
[75] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, caroline.lucena@sou.fcr.edu.br.
[76] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gabriel.silva@sou.fcr.edu.br.
[77] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, glaucia.ferreira@sou.fcr.edu.br.
[78] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, isaias.cordeiro@sou.fcr.edu.br.
[79] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, suze.barroso@sou.fcr.edu.br.
[80] Mestra em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br.

aplicado aos participantes, visando avaliar o impacto da ação. Os dados obtidos por meio de gráficos demonstram a efetividade da ação. Destaca-se que 100% dos participantes afirmaram que a palestra os fez refletir sobre os impactos das queimadas na saúde, biodiversidade e direitos constitucionais. Além disso, 95% declararam sentir-se mais preparados para dialogar sobre alternativas sustentáveis, e 100% afirmaram que pretendem adotar atitudes mais conscientes e denunciar práticas ilegais. O gesto simbólico da muda de ipê foi reconhecido por 90% como reforço ao compromisso com a regeneração ambiental. O folder educativo digital foi considerado eficaz por 95% dos participantes, evidenciando o alcance da proposta pedagógica. Conclui-se que o projeto sensibilizou a comunidade sobre os efeitos das queimadas e promoveu o diálogo entre saberes. A ação comprovou que práticas educativas interdisciplinares e participativas são eficazes na construção de uma cultura preventiva e responsável.

Palavras-chave: Educação ambiental; Justiça socioambiental; Extensão universitária.

REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, Julia. **ODS 13**: Ação contra a mudança global do clima. eCycle, 2023. Disponível em: https://www.ecycle.com.br/ods-13. Acesso em: 4 ago. 2025.

AZEVEDO, Julia. **ODS 15 da ONU**: o que é e como proteger a vida terrestre. eCycle, 2023. Disponível em: https://www.ecycle.com.br/ods-15. Acesso em: 4 ago. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 4 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Brasília, DF: Presidência da República, [1998]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm. Acesso em: 4 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 4 ago. 2025.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1473-1494, set./dez. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/Q958B6p6Rz6vmXgHP7T5Ysy/?format=pdf. Acesso em: 4 ago. 2025.

PORTO VELHO (Município). **Lei nº 2.605, de 17 de junho de 2019**. Dispõe sobre a semana municipal de conscientização e prevenção à prática de queimadas urbanas e dá outras providências. Porto Velho: Câmara Municipal, 2019. Disponível em:

https://sapl.portovelho.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/4653/lei_no_2.605_de_17.06.2019_promulgada.pdf. Acesso em: 4 ago. 2025.

SISTEMA DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS PRESOS E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Ana Carolina Carneiro de Oliveira[81]
Matheus Medeiros Cardoso Viana[82]
Pedro Lucas Galdino Gomes[83]
Pedro Otavio Oliveira Feitosa[84]
Tryscila Caroline Xavier da Cunha[85]
Tayla Tays de Melo Silva[86]
Rita de Cássia Pessoa Nocetti[87]

RESUMO:

Introdução: O presente estudo aborda o sistema prisional brasileiro à luz da dignidade da pessoa humana e da efetividade da Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210/1984). A pesquisa analisa se os direitos previstos aos apenados estão sendo efetivamente garantidos e avalia práticas de ressocialização, com ênfase no método desenvolvido pela Associação Cultural e de Desenvolvimento do Apenado e Egresso (ACUDA), reconhecida nacionalmente por seu modelo inovador. **Referencial teórico:** A fundamentação teórica considera a Constituição Federal de 1988 e relatórios de Direitos Humanos que evidenciam superlotação, insalubridade e negligência dentro do sistema carcerário tradicional. O estudo destaca o Método ACUDA, que trabalha com três pilares essenciais: Práticas Integrativas de Saúde (como Reiki, Yoga e Constelação Familiar), Laborterapia e Profissionalização, e Espiritualidade Ecumênica. Também é analisado o papel da arte como instrumento terapêutico e transformador, especialmente por meio do espetáculo "Bizarrus", no qual os participantes recontam suas histórias e ressignificam vivências traumáticas. **Metodologia:** Foi utilizada abordagem de campo, com visita técnica, coleta de dados e observação direta sobre o funcionamento da ACUDA. O grupo realizou análise documental, entrevistas, registro fotográfico e produção de materiais informativos para divulgação. Complementarmente, utilizou-se pesquisa bibliográfica a partir de leis, artigos científicos, manuais institucionais e documentários. **Resultados:** A análise confirma que o sistema prisional convencional apresenta falhas estruturais e falta de políticas efetivas de reintegração. Em contraste, o método ACUDA demonstra redução significativa na reincidência criminal, desenvolvimento emocional e comportamental dos participantes e maior preparo para reinserção social. Os dados evidenciam que práticas integrativas e arte ampliam a consciência, fortalecem vínculos sociais e promovem reconstrução identitária dos

[81] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.carolina@sou.fcr.edu.br
[82] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, matheus.viana@sou.fcr.edu.br
[83] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pedro.galdino@sou.fcr.edu.br
[84] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pedro.feitosa@sou.fcr.edu.br
[85] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, tryscila.cunha@sou.fcr.edu.br
[86] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, tayla.silva@sou.fcr.edu.br
[87] Professora de Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rita.nocetti@fcr.edu.br.

apenados. **Atividades desenvolvidas no projeto de extensão:** O grupo executou ações práticas de campo, incluindo: visita técnica às instalações da ACUDA; elaboração e exposição de banner informativo; distribuição de panfletos educativos; coleta de depoimentos e registros fotográficos; produção de relatório final. **Conclusão:** Conclui-se que a garantia da dignidade humana no sistema prisional é um dever constitucional e que políticas humanizadas, como as desenvolvidas pela ACUDA, são fundamentais para reduzir a reincidência e fortalecer a reintegração social. O estudo reafirma a necessidade de ampliar e aprimorar iniciativas semelhantes em âmbito nacional.

Palavras-chave: ressocialização; dignidade humana; sistema prisional; direitos humanos; ACUDA.

REFERÊNCIAS:

ACUDA. **Método ACUDA de Integração das Oportunidades**: Módulo IV – Escritório de Projetos. Porto Velho: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, [1984]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm.

JUNQUEIRA, Maria Hercília Rodrigues. **A expansão do self de presidiários**: encontro da Psicologia com a arte e a profissão. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

JUNQUEIRA, Maria Hercília Rodrigues *et al*. A inclusão social de encarcerados e ex-apenados. **ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 6, n. 2, p. 272-282, 2016.

LENA, Marisangela Spolaôr; GONÇALVES, Tonantzin Ribeiro. (Re)existência e potência de vida: práticas integrativas e complementares em saúde para presos. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, n. 2, e310212, 2021.

RAMALHO, Naiara Valéria Reis; MACHADO, Alessandra; CORREA, Pedro Vasconcelos. Acuda e os presidiários: uma análise institucional. **Revista Olhar Científico**, v. 1, n. 2, p. 33-49, ago./dez. 2010.

WILLIAMS, Paul (dir.). **Por dentro das prisões mais severas do mundo**. Episódio 1. [S. l.]: Netflix, 2018. 1 vídeo.

A POSSIBILIDADE DE INSTALAÇÃO DE CISTERNA NO BAIRRO TEIXEIRÃO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO: CAPTAÇÃO SUSTENTÁVEL PARA COMBATER ALAGAMENTOS OCASIONADOS PELAS CHUVAS - RUAS CASTILHO, RUA BEATRIZ E RUA PACAEMBU

Ellen Feitosa do Nascimento[88]
Hanrle dos Santos Rabelo[89]
Isadora Gomes Maurício[90]
Julya Giovana Ramos da Cruz[91]
Kailany Tâmara Rodrigues de Lima[92]
Laura Beatriz Ferreira de Andrade Lima[93]
Luhara Medeiros de Miranda Lemos[94]
Carolina Simões Correia[95]

RESUMO

O bairro Teixeirão, em Porto Velho/RO, enfrenta problemas crônicos de alagamentos, especialmente nas ruas Castilho, Beatriz e Pacaembu, devido à deficiência na drenagem pluvial, saneamento básico e impermeabilização do solo, o que compromete a qualidade de vida e a segurança da população. Diante dessa vulnerabilidade, o presente trabalho propõe a implementação de cisternas comunitárias como solução de infraestrutura verde para reduzir o escoamento superficial e mitigar os alagamentos. A iniciativa, inicialmente concebida como um Projeto de Lei (PL) para instituir uma política pública de drenagem urbana sustentável, foi estrategicamente convertida em um Projeto Piloto. Essa transição, baseada em parecer técnico que apontou a complexidade e o alto custo de uma implementação imediata via lei, visa testar a eficácia da solução em escala reduzida e gerar dados concretos para fundamentar sua futura consolidação como política pública municipal. A pesquisa utilizou uma abordagem mista, iniciando com pesquisa de campo em 23 de agosto de 2025, que incluiu observações in loco e coleta de registros fotográficos, revelando precariedade na infraestrutura, como esgoto a céu aberto e acúmulo de lixo. Em seguida, em 05 de setembro de 2025, foi aplicada uma pesquisa qualitativa por meio de formulários junto aos moradores das ruas afetadas. A amostra, composta por três respondentes majoritariamente idosos e residentes de longa data, foi considerada qualificada para testemunhar o problema crônico. Os dados primários foram complementados por uma consulta técnica à engenheira ambiental Morganna Medeiros de Miranda, que validou a viabilidade ambiental do projeto, mas ressaltou a necessidade de integração sistêmica com um plano municipal mais amplo de

[88] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ellen.nascimento@sou.fcr.edu.br
[89] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, hanrle.rabelo@sou.fcr.edu.br
[90] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, isadora.mauricio@sou.fcr.edu.br
[91] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, julya.cruz@sou.fcr.edu.br
[92] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, kailany.lima@sou.fcr.edu.br
[93] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, laura.andrande@sou.fcr.edu.br
[94] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luhara.lemos@sou.fcr.edu.br
[95] Mestre/Doutora em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br

infraestrutura verde. A pesquisa de campo e os formulários confirmaram a gravidade do problema, com relatos de alagamentos frequentes que causam prejuízos materiais significativos, como danos a móveis e estruturas das casas. A aplicação do formulário revelou um apoio social unânime (100%) à iniciativa de implantar a cisterna comunitária, apesar do conhecimento limitado sobre a tecnologia (66,7% desconhecem ou conhecem superficialmente), o que reforça a necessidade de campanhas de educação ambiental. A análise de viabilidade demonstrou que o Projeto Piloto é altamente viável em termos de custo, engajamento comunitário, validação técnica e replicabilidade, criando um modelo de referência. Os resultados esperados incluem a redução quantificável do volume de água pluvial, a diminuição dos prejuízos materiais, o uso racional da água armazenada para fins não potáveis (limpeza e irrigação) e o empoderamento comunitário. O projeto de extensão cumpriu seu papel de integrar o saber acadêmico à necessidade comunitária, transformando-a em uma proposta de intervenção sustentável e socialmente validada. A escolha pelo Projeto Piloto estabelece um caminho mensurável e responsável para a solução dos alagamentos. Para garantir o sucesso e a expansão futura, é fundamental que o piloto seja rigorosamente monitorado para validar sua eficácia, que sejam mantidas campanhas de educação ambiental e que o município incorpore ações de infraestrutura verde, como a recomposição florestal urbana, conforme recomendado pela especialista, transformando o sucesso do piloto em um argumento técnico irrefutável para a consolidação da medida como política pública efetiva.

Palavras-chave: Cisternas Comunitárias; Drenagem Urbana; Alagamentos; Porto Velho; Participação Social.

REFERÊNCIAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12217**: Projeto de reservatórios de água para abastecimento predial. Rio de Janeiro: ABNT, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15527**: Água de chuva – Aproveitamento de coberturas em áreas urbanas para fins não potáveis – Requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2007.

BAPTISTA, M.; CARDOSO, A. Rios e cidades: uma longa e sinuosa história... **Revista da UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 124–153, 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 13 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1981]. Acesso em: 13 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985**. Dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1985]. Acesso em: 13 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, [1997]. Acesso em: 13 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Acesso em: 13 abr. 2026.

BUHAUG, H.; URDAL, H. An urbanization bomb? Population growth and social disorder in cities. **Global Environmental Change**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 1–10, 2013.

MATOS, J. S. Aspectos históricos a actuais da evolução da drenagem de águas residuais em meio urbano. **Engenharia Civil**, [s. l.], n. 16, p. 13-23, 2003.

MENDES, A. T.; SANTOS, G. R. **Drenagem e manejo sustentável de águas pluviais urbanas**: o que falta para o Brasil adotar? Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2022.

SILVEIRA, A. L. L. Hidrologia Urbana no Brasil. *In*: BRAGA, B.; TUCCI, C. E. M.; TOZZI, M. (org.). **Drenagem Urbana**: Gerenciamento, Simulação, Controle. Porto Alegre: Editora da Universidade: ABRH, 1998. p. 1-30.

TUCCI, C. E. M. Águas urbanas. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 22, n. 63, p. 97-112, 2008.

TRÁFICO INFANTIL NA AMAZÔNIA - ILHA DE MARAJÓ

Bruna Orfanides Furtado[96]
Eduardo Bezerra[97]
Luiz Miguel da Silva Barros[98]
Maria Eduarda Andrade de Souza Nunes[99]
Sara de Oliveira Pinheiro[100]
Rita de Cássia Pessoa nocetti[101]

RESUMO

Introdução: A ilha de Marajó, conhecida por sua rica cultura e paisagens naturais, enfrenta graves problemas sociais que raramente são explorados com a devida profundidade. Este projeto visa analisar os impactos da pobreza extrema e da ausência de infraestrutura na ocorrência de crimes como o abuso sexual e o tráfico de pessoas. Buscamos ir além dos dados estatísticos, focando nas consequências psicossociais e na dor invisível que essas dificuldades impõem às vítimas e à comunidade. **Metodologia:** O grupo irá realizar uma visita a uma escola, que é a principal instituição parceira do projeto. Lá, a equipe realizará uma "palestra lúdica" sobre o abuso sexual infantil. O projeto utilizará metodologias participativas para informar as crianças e adolescentes sobre seus direitos e os riscos do tráfico humano. As atividades incluirão rodas de conversa, histórias e dinâmicas, explicando de forma clara e acessível como identificar situações de risco, a importância de não guardar segredos e onde buscar ajuda de adultos de confiança. **Resultados:** Com base nos dados coletados, menos de 50% dos participantes têm conhecimento sobre o assunto, logo, indicando áreas onde melhorias são necessárias, especialmente em relação à educação contínua sobre segurança sexual. Por fim, os resultados obtidos reforçam a necessidade de políticas públicas funcionais voltadas à educação sexual nas escolas a fim da conscientização de crianças e adolescentes. **Conclusões ou considerações finais:** A realização deste projeto sobre o tráfico infantil na Amazônia, com foco na Ilha de Marajó, permitiu compreender de forma mais profunda a gravidade e a complexidade dessa problemática social que atinge diretamente os direitos fundamentais das crianças e adolescentes. A visita a escola e a roda de conversa realizadas mostraram que, embora o tema ainda seja cercado de tabus e silêncios, existe uma abertura crescente para o diálogo e a conscientização quando o assunto é abordado de maneira sensível, educativa e acessível.
Palavras-chave: Amazônia; educação; conscientização.

[96] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, bruna.furtado@sou.fcr.edu.br
[97] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eduardo.sales@sou.fcr.edu.br
[98] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luiz.barros@sou.fcr.edu.br
[99] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eduarda.andrade@sou.fcr.edu.br
[100] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sara.pinheiro@sou.fcr.edu.br
[101] Professora de Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rita.nocetti@fcr.edu.br.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. [Governo Federal]. **Governo Federal realiza ações de combate à exploração sexual na região do Marajó**. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024.

FERREIRA, Otávio Bruno da Silva; KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. O trabalho infantil na cultura do açaí: a necessidade de diálogo intercultural na Ilha de Marajó/PA. **Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 40-60, 2018.

JESUS, Sara Ferreira de; COBACHO, Natasha Berwanger. Combate à exploração sexual na Ilha de Marajó: papel do poder público na implementação de políticas de proteção de crianças e adolescentes no Brasil. **Revista Interfaces**.

A VERDADE NÃO CONTADA

Frank Ferreira Lopes[102]
Gisele dos Santos Porto[103]
Isana Diniz de Matos Souza[104]
Jônatas Luiz dos Santos Lourenço[105]
Laureen Caroline De Paula Carneiro[106]
Léia Castro de Oliveira[107]
Natacha Claros de Barros Corrêa[108]
Roxane Dias da Silva[109]

RESUMO

Introdução: O projeto de extensão A Verdade Não Contada, desenvolvido no curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia, propõe uma revisão crítica da narrativa histórica tradicional sobre o "descobrimento" do Brasil, resgatando o protagonismo e a contribuição dos povos indígenas para a formação do país. A iniciativa parte da compreensão de que a colonização não representou um ato de descoberta, mas um processo de invasão e imposição cultural que apagou a presença e a diversidade dos povos originários. Nesse sentido, o principal objetivo é promover a conscientização pública acerca da importância histórica, cultural e social dos povos indígenas, estimulando o pensamento crítico e o respeito à diversidade, a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão universitária. **Referencial teórico**: ancora-se em perspectivas decoloniais e interculturais, tendo como base autores como Maria Almeida (2017), Manuela Cunha (1992), Pery Teixeira e Ivaneide Fonseca (2022), que discutem a formação histórica do Brasil sob o viés da colonização, das resistências indígenas e da necessidade de reescrever a história nacional a partir de múltiplas vozes. Complementarmente, a contribuição de pensadores como Carl Rogers (1977) e Lev Vygotsky (1984) reforçam a dimensão psicossocial da aprendizagem e da valorização cultural, destacando que o desenvolvimento humano e a construção da identidade estão profundamente ligados ao reconhecimento e à valorização das experiências coletivas e culturais. A **metodologia** utilizada foi qualitativa e participativa, priorizando a interação direta entre equipe extensionista e comunidade local, realizada no Complexo Estrada de Ferro Madeira -Mamoré, em Porto Velho. A ação utilizou um banner com a provocação "Quem descobriu o Brasil? Responda essa pergunta e ganhe um brinde", que serviu como ponto de partida para o diálogo com o público. A partir das respostas,

[102] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, frank.lopes@sou.fcr.edu.br.
[103] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gisele.porto@sou.fcr.edu.br.
[104] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, isana.souza@sou.fcr.edu.br.
[105] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR,Brasil, jonatas.lourenco@sou.fcr.edu.br.
[106] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, laureen.carneiro@sou.fcr.edu.br.
[107] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leia.oliveira@sou.fcr.edu.br.
[108] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, natacha.correa@sou.fcr.edu.br.
[109] Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, roxane.silva@fcr.edu.br.

desenvolveram-se conversas reflexivas sobre o verdadeiro processo de colonização, acompanhadas da distribuição de panfletos informativos e materiais visuais que abordavam aspectos históricos e culturais dos povos indígenas. O uso de estratégias lúdicas, como brindes simbólicos e linguagem acessível, favoreceu a aproximação entre os participantes e o conteúdo educativo, tornando o processo dialógico mais envolvente e efetivo. Os **resultados obtidos** demonstraram impacto significativo na ampliação da consciência crítica dos visitantes acerca do processo de colonização e da invisibilização dos povos indígenas. A atividade favoreceu o reconhecimento das populações originárias como sujeitos históricos e protagonistas da formação nacional, além de evidenciar a relevância da extensão universitária como instrumento de transformação social. Entre os participantes, observou-se grande adesão e engajamento nas discussões, revelando interesse genuíno em compreender as contradições da história oficial e repensar as bases culturais do país. Para os acadêmicos envolvidos, o projeto proporcionou o desenvolvimento de competências extensionistas e uma experiência interdisciplinar que integrou saberes do Direito, da Psicologia e da História, fortalecendo a relação entre teoria e prática. Com isso, os impactos do projeto manifestaram-se nas dimensões social, acadêmica e cultural. Socialmente, contribuiu para a desconstrução de narrativas eurocêntricas e para o estímulo à valorização da diversidade étnica e cultural. No âmbito acadêmico, consolidou-se como uma experiência formativa essencial, permitindo aos discentes exercerem a cidadania crítica e refletiram sobre o papel do conhecimento jurídico e psicológico na promoção da justiça social. Culturalmente, ampliou o debate sobre o reconhecimento dos povos indígenas como parte viva da história nacional, reforçando a importância de políticas públicas de preservação identitária e respeito aos direitos humanos. Conclui-se que o projeto A Verdade Não Contada reafirma o papel da universidade como agente de transformação e promotora do diálogo intercultural. A experiência demonstrou que ao revisitar criticamente o passado e valorizar as narrativas indígenas, o projeto contribui para o fortalecimento da memória coletiva e para a construção de uma sociedade mais plural e democrática. Além disso, a convergência entre Direito e Psicologia demonstrou-se essencial para compreender as dimensões jurídicas e subjetivas da exclusão e da resistência de aprendizado, cidadania e compromisso social.

Palavras-chave: Povos indígenas; História do Brasil; Diversidade Cultural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ROGERS, Carl R. **Liberdade para aprender**. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

TEIXEIRA, Pery; FONSECA, Ivaneide Bandeira Cardozo da. **Povos indígenas de Rondônia**: resistência e luta pela terra. Porto Velho: Edufro, 2022.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

INCLUSÃO E ESPORTE: A DIGNIDADE ATRAVÉS DO ESPORTE

Ana Sheila B. Rabelo[110]
César L. S. Guimarães[111]
Joelma L. Souza[112]
Mariana R. B. Araújo[113]
Paulo Carvalho Barros[114]
Pedro Henrique P. F. Duarte[115]
Roxane Dias da Silva[116]

RESUMO

Introdução: O projeto "Inclusão e Esporte: A dignidade através do esporte" tem como foco a promoção da inclusão social por meio da prática esportiva, utilizando o futebol como ferramenta de transformação individual e coletiva. Desenvolvido junto à comunidade do bairro Aponiã, em Porto Velho/RO, o projeto busca oferecer oportunidades a jovens em situação de vulnerabilidade social, promovendo a inserção em atividades esportivas organizadas e o fortalecimento da consciência cidadã. A proposta envolve, além da prática esportiva, o apoio socioeducativo aos participantes e às suas famílias, o incentivo à participação em peneiras de clubes profissionais e a oferta de orientação sobre temas como educação, disciplina, respeito e convivência comunitária. O esporte é compreendido, neste contexto, como um espaço de inclusão, aprendizado e enfrentamento das desigualdades raciais e sociais que marcam a realidade de boa parte da juventude periférica. O **referencial teórico do projeto** ancora-se em autores que discutem o racismo estrutural e o papel do esporte na formação cidadã. De acordo com Silvio Almeida (2019), o racismo estrutural constitui um sistema histórico e institucional que mantém privilégios e exclusões, afetando diretamente o acesso de pessoas negras a direitos fundamentais como lazer, educação e esporte. Essa desigualdade estrutural é especialmente visível em comunidades periféricas, onde o acesso a espaços esportivos e de socialização é limitado. Pierre Bourdieu (1994) contribui com a compreensão do esporte como campo de formação de capital social, um espaço capaz de gerar relações de confiança, solidariedade e pertencimento. Outros estudos, como os de Oliveira et al. (2023) e Silva (2023), reforçam que a educação física e o esporte, quando orientados de forma crítica e inclusiva, podem promover a emancipação dos sujeitos e o desenvolvimento de valores éticos, fortalecendo o sentimento de comunidade e cidadania.

[110] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, minirabelo@gmail.com
[111] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, cesar.guimaraes@sou.fcr.edu.br
[112] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joelma.souza@sou.fcr.edu.br
[113] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, mariana.araujo@sou.fcr.edu.br
[114] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, paulo.barros@sou.fcr.edu.br
[115] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pedro.duarte@sou.fcr.edu.br
[116] Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, roxane.silva@fcr.edu.br.

A **metodologia** adotada foi de caráter participativo, experimental e descritivo. Foram aplicados questionários diagnósticos para identificar o perfil dos jovens, suas vulnerabilidades e níveis de engajamento familiar e escolar. As atividades práticas incluíram oficinas esportivas, treinamentos regulares, palestras educativas sobre racismo, cidadania e educação financeira, além do acompanhamento psicossocial dos participantes. O público-alvo compreendeu cerca de 40 crianças e adolescentes oriundos de escolas públicas da rede municipal e estadual de Porto Velho. Durante o período de execução, o projeto também ofereceu apoio material — como uniformes e equipamentos — e custeio parcial de deslocamentos para participações em peneiras e eventos esportivos. Os **resultados obtidos** demonstram que a prática do futebol, quando associada à educação e ao suporte comunitário, pode gerar impactos reais e positivos. Entre os destaques, estão a contratação de dois jovens participantes em clubes de base — Valdemir Júnior da Silva Brito e Lorenzo Leandro Paiva —, o aumento do engajamento escolar, a melhora na autoestima e o fortalecimento dos vínculos familiares. Além dos resultados esportivos, observou-se o desenvolvimento de competências socioemocionais, como disciplina, responsabilidade e cooperação. O projeto também ampliou a visibilidade da comunidade, valorizando o talento local e reforçando o papel do esporte como direito social e instrumento de inclusão. Conclui-se que o esporte e a educação, quando integrados de forma consciente e crítica, são capazes de romper barreiras históricas de exclusão e promover a dignidade humana. O projeto "Inclusão e Esporte" mostrou que o futebol pode ser mais do que uma prática recreativa: pode se tornar um meio de transformação social, de superação do racismo estrutural e de construção de um futuro mais justo e igualitário para a juventude. A continuidade e o fortalecimento de iniciativas como essa são fundamentais para consolidar políticas públicas voltadas à inclusão e à valorização da diversidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], n. 3, p. 1–4, 1994.

OLIVEIRA, O. R. *et al*. O papel da Educação Física na promoção da inclusão social. **Revista Ciências da Saúde**, [S. l.], v. 27, n. 12, 2023.

SILVA, F. L. **Escolinhas de Futebol**: Ferramenta de inclusão social à crianças em situação de vulnerabilidade social e pessoal. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA), Recife, 2023.

SUBNOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM PORTO VELHO (RO): ANÁLISE DE DADOS E ESTRATÉGIAS DE CONSCIENTIZAÇÃO

Beatriz Corazza Guastala[117]
Kelvin Cernov Vieira[118]
Moisés Silva Sussuarana[119]
Nalanda Saiury Rodrigues Dos Santos[120]
Pedro Henrique Bandeira Pontes[121]
Pedro Henrique Montenegro Ribeiro[122]
Everson Rodrigues Castro[123]

RESUMO

Introdução: A violência contra a mulher é uma violação global de direitos humanos, com impactos profundos em vítimas, famílias e sociedade. No Brasil, o feminicídio reflete desigualdades estruturais, apesar de avanços legais como a Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Feminicídio (2015). A subnotificação, motivada por medo, dependência e descrédito nas instituições, limita a efetividade dessas leis. Em Rondônia, a situação é grave: 21 feminicídios em 2023 e 17 apenas nos primeiros sete meses de 2025 (aumento de 17%). Em Porto Velho, mais de 9.700 casos de violência doméstica foram registrados entre 2019 e 2021, mas até 61% das vítimas não denunciam, ocultando a real dimensão do problema. Por outro lado, iniciativas como a Patrulha Maria da Penha (8 anos em 2025, com 7 mil visitas este ano), a DEAM, o Programa Mulher Protegida e o app SOS Mulher RO fortaleceram a resposta institucional, contribuindo para uma queda de 26,32% nos feminicídios em 2024 — uma das maiores reduções nacionais. Compreender a subnotificação em Porto Velho é crucial para dimensionar o problema e desenvolver ações educativas, preventivas e de apoio efetivo às mulheres.

Referencial Teórico: Sociocultural (Bourdieu & Butler)

Bourdieu (2001): Violência como produto do *habitus* e dominação masculina; desigualdades naturalizadas impedem mulheres de reconhecer/nomear agressões.

Butler (2003): Gênero performativo reforça normas; denúncia é vista como ruptura do papel de "esposa obediente", especialmente em contextos conservadores.

[117] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, beatriz.guastala@sou.fcr.edu.br
[118] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, kelvin.vieira@sou.fcr.edu.br
[119] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, moises.sussuarana@sou.fcr.edu.br
[120] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, nalanda.saiury@sou.fcr.edu.br
[121] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pedro.pontes@sou.fcr.edu.br0
[122] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pedro.ribeiro@sou.fcr.edu.br
[123] Mestre/Doutor em (área), Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, everson.rodrigues@fcr.edu.br

Criminológica Feminista (Smart, 1995) Direito penal historicamente masculino invisibiliza violência doméstica. Subnotificação decorre de desconfiança, descrédito e revitimização nas delegacias — comum em Porto Velho, onde vítimas desistem do BO.
Teoria Ecológica (Heise, 1998) Quatro níveis interligados:
Individual: trauma infantil, dependência, substâncias.
Relacional: controle, ciúmes.
Comunitário: falta de serviços, isolamento (ex.: áreas ribeirinhas).
Social: patriarcado, desigualdade, fragilidade estatal. Conecta dados (aumento de feminicídios em 2025) às condições estruturais da violência.
Resultados: Fomos surpreendidos com uma série de dados coletados, comprovando que a subnotificação dos casos de violência contra a mulher é alarmante a ponto de precisar de grande estrutura para concluirmos dados que representem a situação de Porto Velho. **Conclusões ou considerações finais:** através de formulários, folders e pesquisa campo, podemos concluir que o intuito desta obra foi realizado apresentando dados que apontam uma considerável subnotificação de denúncias em casos de violência contra mulheres.
Palavras-chave: Subnotificação; violência; mulheres; dados.

REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, [2006].

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Rondônia). **Patrulha Maria da Penha completa 8 anos de atuação**. Porto Velho: Polícia Militar de Rondônia, 2025.

DATASENADO. **Pesquisa Nacional de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. Brasília, DF: Senado Federal, 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024/2025**. São Paulo: FBSP, 2024.

HEISE, Lori. Violence against women: An integrated, ecological framework. **Violence Against Women**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 262-290, 1998.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICOS (Brasil). **Mapa da Segurança Pública 2024**. Brasília, DF: MJSP, 2024. Disponível em: https://rondonia.ro.gov.br/rondonia-se-destaca-nacionalmente-com-uma-das-maiores-reducoes-nos-casos-de-feminicidio-em-2024/. Acesso em: 25 set. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA (MPRO). **Mapa da Violência 2025**. Porto Velho: MPRO, 2025.

SMART, Carol. **Feminism and the Power of Law**. London: Routledge, 1995.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (TJRO). **TJRO avança na proteção de direitos e instala 3º Juizado de Violência Doméstica em Porto Velho**. Porto Velho: TJRO, 2025. Disponível em: https://www.tjro.jus.br/noticias/mais-noticias/tjro-avanca-na-protecao-de-direitos-e-instala-3o-juizado-de-violencia-domestica-contra-a-mulher-em-porto-velhO. Acesso em: 25 set. 2025.

INCLUSÃO E DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: CONSCIENTIZAÇÃO, ACESSO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Eduardo Gabriel Guzman Pinheiro[124]
Érica Cristina Ribeiro da Silva[125]
Karina da Silva[126]
Patrícia Souza de Oliveira[127]
Tatiana Valéria Viana[128]
Thiago Possamai Della Tomasi[129]
Rita de Cássia P. Nocetti[130]

RESUMO

Introdução: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica caracterizada por diferenças que afetam a comunicação, o comportamento e a interação social. Embora o Brasil possua um arcabouço legal robusto, incluindo a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), persistem desafios significativos. O foco deste trabalho é a dificuldade de acesso a tratamento terapêutico, seja no Sistema Único de Saúde (SUS) ou na Saúde Suplementar. A intervenção precoce é imprescindível, pois a sua ausência pode promover o aumento da gravidade dos sintomas do TEA. Este projeto de extensão propôs um levantamento dessas dificuldades, visando aumentar a visibilidade do problema e buscar alternativas que promovam o acesso e a intervenção. **Objetivo Geral:** Realizar um levantamento sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos genitores no acesso a terapias para crianças portadoras de autismo, no município de Porto Velho - RO. **Referencial Teórico:** O estudo se apoia no modelo social da deficiência, que postula que a exclusão resulta de barreiras sociais e ambientais, e no conceito de neurodiversidade, que valoriza o funcionamento neurológico como parte da diversidade humana. A legislação nacional garante direitos, com o reconhecimento do autista como pessoa com deficiência (Lei Berenice Piana), a garantia de direitos fundamentais (LBI) e a criação da Carteira de Identificação da Pessoa com TEA (Ciptea) (Lei Romeo Mion). No campo da saúde suplementar, a Resolução Normativa nº 539/2022 regulamentou a cobertura de terapias para Transtornos Globais do Desenvolvimento. O TEA é objeto de estudo há mais de um século, desde Eugen Bleuler (1908) e Leo Kanner (1943). Pesquisas (2014)

[124] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eduardo.pinheiro@sou.fcr.edu.br
[125] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, erica.silva@sou.fcr.edu.br
[126] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, karina.dasilva@sou.fcr.edu.br
[127] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, patricia.oliveira@sou.fcr.edu.br
[128] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, tatiana.souza@sou.fcr.edu.br
[129] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, thiago.tomasi@sou.fcr.edu.br
[130] Professora de Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rita.nocetti@fcr.edu.br.

indicaram o papel crucial dos fatores ambientais em sua etiologia. **Metodologia:** A pesquisa é de natureza qualitativa e descritiva, buscando identificar as dificuldades no acesso a terapias em Porto Velho - RO. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário eletrônico (Google Forms) contendo 12 perguntas objetivas e 2 discursivas. Participaram vinte (20) famílias de crianças com TEA, sendo parte atendida pelo SUS e outra por planos de saúde privados. A análise foi interpretativa e descritiva, focada nas barreiras encontradas (demanda, profissionais, tempo de espera), respeitando-se o anonimato e os princípios éticos da pesquisa. **Resultados:** Os achados demonstraram um cenário de desigualdade e insatisfação em ambos os sistemas de saúde. Embora 85% das famílias possuíssem plano de saúde, 66,7% delas consideravam que a operadora não cumpre as obrigações legais, e 50% já tiveram negativa de cobertura. No SUS, 78,9% dos participantes o consideravam inadequado. As três maiores dificuldades de acesso foram: Longa fila de espera (35%), falta de profissionais capacitados (15%) e negativa do plano de saúde (15%). Apenas 35% das crianças recebem todas as terapias prescritas. Terapias como Fisioterapia (5,3%) e Psicomotricidade (31,6%) apresentaram baixíssimo acesso efetivo. O processo interfere no trabalho para 80% dos pais, sendo que 30% relataram ter deixado de trabalhar e 35% precisam faltar. **Conclusões ou considerações finais:** O estudo confirmou que o acesso pleno a terapias é severamente comprometido, seja pela longa espera no SUS ou pelas negativas dos planos de saúde. A lacuna entre prescrição e realização de terapias é crítica. As barreiras de acesso impõem um impacto socioeconômico significativo às famílias. As demandas por ampliação do atendimento SUS, mais profissionais capacitados (especialmente para ABA) e menos burocracia nos planos devem subsidiar um plano de ação, fortalecendo o protagonismo das famílias, conforme o princípio "Nada sobre nós, sem nós".

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Acesso à Saúde; Intervenção Precoce; Saúde Suplementar; Lei Berenice Piana.

REFERÊNCIAS:

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020**. Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996,

para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Nova York: ONU, 2006.

ZHOU, H. Early interventions on children with ASD: a comprehensive review. **Lecture Notes in Education Psychology and Public Media**, [S. l.], v. 58, n. 1, p. 1–9, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.54254/2753-7048/58/20241684.

COMBATE À DESINFORMAÇÃO E AOS DISCURSOS DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS

Nander Adriano Biliatto[131]
Rebecca Emmanuele Correia[132]
Sofya Lorena de Oliveira Pardo[133]
Everson Rodriguez Castro[134]

RESUMO

Introdução: As redes sociais transformaram profundamente a comunicação e a participação cidadã, mas também passaram a favorecer a disseminação de desinformação e discursos de ódio, que comprometem o debate público, reforçam preconceitos e ameaçam a convivência democrática. Diante desse cenário, torna-se essencial fortalecer a educação midiática, a consciência crítica e a responsabilidade digital. O presente estudo tem como objetivo discutir esses fenômenos e apresentar ações educativas voltadas ao enfrentamento da desinformação e da intolerância nas plataformas digitais. **Referencial Teórico:** A desinformação, segundo Phillips (2018), constitui prática estruturada e estratégica, capaz de influenciar comportamentos sociais e enfraquecer instituições democráticas. Trindade (2022) ressalta que ela deve ser compreendida como mecanismo que corrói a confiança pública. Já o discurso de ódio, conforme Fabriz e Mendonça (2021), atua como forma de violência simbólica que marginaliza grupos vulneráveis e se intensifica devido à falta de instrumentos eficazes de responsabilização. O estudo também aborda o arcabouço jurídico brasileiro, como o Marco Civil da Internet e a LGPD, além de iniciativas internacionais como o Código de Conduta da União Europeia e o Digital Services Act, que representam esforços regulatórios para reduzir danos digitais. **Metodologia:** O trabalho se estrutura em ações extensionistas aplicadas a estudantes e membros da comunidade, incluindo diagnóstico inicial por questionários, oficinas educativas, palestras, produção de materiais digitais informativos e avaliação do impacto das atividades. A metodologia combina abordagem qualitativa e estratégias formativas que promovem reflexão crítica sobre o uso ético das redes sociais. **Resultados:** As ações desenvolvidas buscam ampliar a compreensão dos participantes sobre práticas de desinformação e discursos de ódio, contribuindo para o desenvolvimento de capacidades de identificação, análise e enfrentamento desses conteúdo. Os materiais produzidos e as oficinas permitiram sistematizar os principais achados, evidenciando avanço na consciência digital dos envolvidos. **Conclusões:** O estudo confirma que o combate à desinformação e aos discursos de ódio depende da integração entre educação midiática, formação cidadã e ações colaborativas entre universidade e comunidade. As atividades realizadas reforçam que práticas educativas

[131] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, nander.filho@sou.fcr.edu.br
[132] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rebecca.correia@sou.fcr.edu.br
[133] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sofya.pardo@sou.fcr.edu.br
[134] Mestre/Doutor em (área), Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, everson.rodrigues@fcr.edu.br

são fundamentais para promover ambientes digitais mais seguros, inclusivos e democráticos, atendendo aos objetivos propostos.

Palavras-chave: desinformação; discurso de ódio; cidadania digital; redes sociais; direitos humanos.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2014].

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, [2018].

BRASIL. [Congresso Nacional]. **Projeto de Lei nº 2.630, de 2020**. Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Brasília, DF: Senado Federal, 2020.

FABRIZ, Daury Cesar; MENDONÇA, Gabriel Heringer de. O papel das plataformas de redes sociais diante do dever de combater o discurso de ódio no Brasil. **Revista de Direito**, Curitiba, v. 22, n. 3, p. 85-102, 2021.

MILHAZES-CUNHA, Joana; OLIVEIRA, Luciana. Doctors for the Truth: Echo Chambers of Disinformation, Hate Speech, and Authority Bias on Social Media. **Sociology and Media Studies**, [S. l.], v. 13, n. 10, p. 1-15, 2023.

PHILLIPS, Whitney. **The Oxygen of Amplification**: Better Practices for Reporting on Extremists. New York: Data & Society, 2018.

RESENDE, Viviane de Melo. When University Becomes the Enemy: Hate Speech Attacks on Facebook. **Social Media Studies**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 30-45, 2020.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de Ódio nas Redes Sociais**. Jandaíra: Editora Jandaíra, 2022.

UNIÃO EUROPEIA. **Código de Conduta contra o Discurso de Ódio Ilegal Online**. Bruxelas: Comissão Europeia, 2016.

UNIÃO EUROPEIA. **Digital Services Act (DSA)**. Estrasburgo: Parlamento Europeu, 2022.

ALEGRIA RIBEIRINHA: OS PROTAGONISTAS DO AMANHÃ

André Lucas Fernandes de Araújo[135]
Bruno Verno Barros Spellmeier[136]
Eduardo Silva Magalhães[137]
Gabriel Almeida de Barros[138]
João Pedro Ferracini Botelho[139]
Matheus Henrique Arruda Ribeiro[140]
César Augusto Wanderley Oliveira[141]

RESUMO

Esta pesquisa-ação aborda a responsabilidade precoce em comunidades ribeirinhas, onde crianças assumem tarefas de subsistência, suprimindo o brincar. Trata-se de um grave problema social em que tarefas domésticas e de auxílio familiar abreviam a infância, o que gera déficits formativos socioemocionais e cognitivos que ecoam pela vida adulta. O projeto de extensão "Alegria Ribeirinha", na E.M.E.F Antônio Augusto Vasconcelos, buscou garantir o direito ao lazer e à convivência lúdica para 40 estudantes do 6º ao 9º ano, visando seu desenvolvimento integral e sensibilizando a comunidade escolar. A fundamentação multidisciplinar baseou-se no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/90), que assegura o direito de brincar (Arts. 16, 71), retirando-o da esfera do trivial e posicionando-o como pilar da dignidade humana, e na BNCC (2018), que válida a "interação" e a "brincadeira" como eixos estruturantes indispensáveis ao aprendizado, conectando o lúdico diretamente aos objetivos educacionais. Esta visão é complementada por A.C.M. Maluf (2004). O debate científico ancora-se em Piaget (2002) sobre o jogo simbólico como mecanismo crucial de assimilação e ressignificação da realidade, permitindo à criança processar o mundo adulto de forma segura, e em Libâneo (2012) sobre a "função social da escola", posicionando a instituição para além do ensino curricular formal, como espaço de compensação de direitos violados. O trabalho empregou a pesquisa-ação como caminho metodológico, por ser a abordagem que melhor se alinha aos objetivos da extensão universitária, permitindo a imersão da academia na comunidade e a construção de soluções com ela, e não apenas para ela, com abordagem qualitativa e descritiva. As fases incluíram: 1) planejamento e visita técnica para alinhamento com a gestão escolar; 2) campanha de arrecadação de recursos (11 bolas de futebol e vôlei, lanches como bolos e refrigerantes, e doces como chicletes, bombons e dindins); e 3) a intervenção

[135] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, andre.araujo@sou.fcr.edu.br.
[136] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, bruno.spellmeier@sou.fcr.edu.br.
[137] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eduardo.magalhaes@sou.fcr.edu.br.
[138] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gabriel.barros@sou.fcr.edu.br.
[139] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joao.botelho@sou.fcr.edu.br.
[140] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, matheus.arruda@sou.fcr.edu.br.
[141] Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. Em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Brasil, cesar.oliveira@fcr.edu.br.

prática, "Dia do Brincar", utilizando observação participante e a promoção de atividades lúdicas. Os achados revelam que, após a preparação do refeitório (14h) e a recepção na quadra (14h15min), os 40 alunos foram organizados em equipes mistas para atividades iniciais de integração (queimada e cabo de guerra). Observou-se a preferência unânime dos estudantes pelo futebol. Este dado, sociologicamente relevante, indicando uma demanda reprimida por atividades coletivas e pelos materiais necessários, levou à adaptação da metodologia, priorizando o esporte, resultando em engajamento ativo e integral. A intervenção incluiu confraternização, diálogo sobre o direito ao lazer e a distribuição dos materiais, com o sorteio das 11 bolas, encerrando as atividades às 17h. Conclui-se, retomando o percurso, que os objetivos foram atingidos. A intervenção validou a importância da extensão universitária como ferramenta de transformação social e demonstrou que a escola (LIBÂNEO, 2012) atua como espaço de compensação para direitos violados. A negligência com o lazer gera déficits que ecoam na vida adulta, e a ação mostrou-se eficaz nesse contraponto. A entrega dos recursos fomentou a autonomia, transcendendo o assistencialismo, pois o legado material permite a autogestão do lazer pelos próprios alunos. O projeto reafirmou a intervenção extensionista como ferramenta potente de efetivação de direitos fundamentais.

Palavras-chave: Direito de Brincar; Desenvolvimento Infantil; Direitos da Criança; Função Social da Escola; Comunidades Ribeirinhas.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. [Ministério da Educação]. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. (Texto atualizado em 2021).

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MALUF, A. C. M. **Brincar**: prazer e aprendizado. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PIAGET, Jean. **A Formação do Símbolo na Criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E O PROCESSO ESTRUTURANTE: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA FCR E DEFENSORIA PÚBLICA EM REDE DE COOPERAÇÃO PELA JUSTIÇA SOCIAL

Andreia Boriezeska de Siqueira[142]
Calel Siqueira da Silva[143]
Cleriston Sousa[144]
Clivton Reis[145]
Emerson Giuliano Carvalho Souza[146]
Fernanda Figueiredo Cardoso de Oliveira[147]
Hevelyn Brunna de Souza Bezerra[148]
Inglest Victória Souza de Aguiar[149]
Joice Carneiro Batista[150]
João Neto Costa Kechner[151]
Jucelino Boveda[152]
Jucilene de Oliveira Bernardo[153]
Nagib Badra Almeida[154]
Nathalia Heloise Rodrigues[155]
Rita Nathalia dos Santos[156]
Sofia Ardaia Mesquita[157]
Ysabelle Waleska Guidorizzi Frutuoso[158]

[142] Graduanda em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: andreia.siqueira@sou.fcr.edu.br;
[143] Graduando em Direito pela Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: calel.silva@sou.fcr.edu.br;
[144] Graduando em Direito pela Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: cleriston.sousa@sou.fcr.edu.br;
[145] Graduando em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: clivton.reis@sou.fcr.edu.br;
[146] Graduando em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: emerson.souza@sou.fcr.edu.br;
[147] Graduanda em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: fernanda.oliveira@sou.fcr.edu.br;
[148] Graduanda em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: hevelyn.bezerra@sou.fcr.edu.br;
[149] Graduando em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: inglest.aguiar@sou.fcr.edu.br;
[150] Graduanda em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: joice.batista@sou.fcr.edu.br;
[151] Graduando em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: João.kechner@sou.fcr.edu.br;
[152] Graduando em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: jucelino.boveda@sou.fcr.edu.br;
[153] Graduanda em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: jucilene.bernardo@sou.fcr.edu.br;
[154] Graduando em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: nagib.almeida@sou.fcr.edu.br
[155] Graduanda em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: nathalia.rodrigues@sou.fcr.edu.br;
[156] Graduanda em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: rita.santos@sou.fcr.edu.br;
[157] Graduanda em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: sofia.mesquita@sou.fcr.edu.br;
[158] Graduanda em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: ysabelle.frutuoso@sou.fcr.edu.br;

Carolina Simões Correia[159]

RESUMO

Introdução: A regularização fundiária urbana (REURB) constitui um dos mais relevantes desafios contemporâneos nas cidades brasileiras, especialmente devido à complexidade que envolve o direito à moradia, a função social da propriedade e a dignidade humana. Em Porto Velho (RO), a comunidade "Porto Parque" representou um exemplo emblemático dessa realidade, reunindo centenas de famílias ameaçadas por ações de reintegração de posse. Diante desse contexto, o projeto de extensão da Faculdade Católica de Rondônia (FCR), em parceria com a Defensoria Pública do Estado (DPE/RO), surgiu como iniciativa interdisciplinar voltada à produção de conhecimento técnico-científico e à promoção da justiça social. A proposta buscou alinhar pesquisa acadêmica e prática jurídica para fundamentar ações de regularização fundiária e de defesa dos direitos humanos. **Referencial Teórico:** A base conceitual apoiou-se no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que assegura o cumprimento da função social da propriedade e da cidade, e na Lei nº 13.465/2017, que regulamenta a REURB. Complementaram-se a esse arcabouço a ADPF nº 828 e a Resolução nº 510/2023 do CNJ, que tratam das remoções coletivas e da proteção de populações vulneráveis. Autores como Corrallo (2011) ressaltam que a regularização fundiária é instrumento essencial para garantir justiça social e cidadania. O projeto também se ancorou nos fundamentos constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I e III, CF/1988), enfatizando o papel do Estado e da sociedade civil na efetivação desses direitos. **Metodologia:** A metodologia adotada combinou abordagens quantitativas e qualitativas, de natureza exploratória-descritiva. Foram firmados instrumentos institucionais entre a DPE/RO e a FCR, como o Ofício nº 85/2022 e o Memorando nº 47/2025, que formalizaram a cooperação técnica e logística. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário socioeconômico estruturado e de entrevistas psicossociais, com base nas diretrizes da LGPD (Lei nº 13.709/2018). A equipe interdisciplinar, composta por acadêmicos dos cursos de Direito e Psicologia, conduziu atividades de campo nas comunidades Porto Cristo I e II, utilizando ferramentas digitais para sistematização e anonimização dos dados. O material coletado resultou em um relatório técnico-científico entregue à Defensoria Pública e à comunidade. **Resultados:** Entre os resultados alcançados, destacaram-se a consolidação da parceria entre a FCR e a DPE/RO, a validação científica dos instrumentos de pesquisa e o planejamento detalhado das etapas de campo. Esses esforços culminaram na realização da coleta de dados durante a ação social ocorrida nos dias 25 de outubro de 2025 e 01 de novembro de 2025, quando foi efetuado o levantamento de informações socioeconômicas da comunidade Porto Cristo. A interdisciplinaridade entre os cursos de Direito e Psicologia fortaleceu o caráter formativo do projeto ao integrar perspectivas jurídicas e humanas na

[159] Mestre em Direito pela UFRGS, Faculdade Católica de Rondônia – FCR,Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: carolina.correia@fcr.edu.br.

análise das vulnerabilidades sociais. Além disso, a iniciativa proporcionou aos discentes contatos direto com a realidade comunitária, ampliando sua empatia, senso crítico e engajamento social. Por fim, a FCR formalizou sua responsabilidade técnica e contratou seguro de responsabilidade civil e de vida para os participantes, garantindo a observância dos princípios éticos e científicos que nortearam o desenvolvimento do projeto. **Conclusões ou considerações finais:** A pesquisa evidencia que grande parte das pessoas envolvidas vive em condições marcadas por profunda precariedade e hipossuficiência, com acesso limitado a recursos materiais, informacionais e institucionais capazes de garantir a defesa efetiva de seus direitos. De toda a amostra analisada, ressalta-se que próximo de metade (45/7%) da amostra reside há mais de 10 anos no local, dos quais 22% dependem de benefício social ou auxílio do governo, com renda mensal de, em média, R$ 1.514,00, sendo que 22,2% relatam receber benefício por prestação continuada, e somente 4,6% não recebem nenhum tipo de benefício. Não obstante, 93,1% dos entrevistados não possuem qualquer alternativa de moradia. Essa vulnerabilidade estrutural revela não apenas desigualdades socioeconômicas persistentes, mas também a insuficiência das políticas públicas voltadas à proteção jurídica e social desses grupos. Diante desse cenário, torna-se imperativo que o Estado desenvolva soluções concretas e estruturadas capazes de reduzir tais assimetrias e assegurar a essas populações o pleno exercício de seus direitos fundamentais.

Palavras-chave: Regularização fundiária urbana; Direito à moradia; Extensão universitária; Interdisciplinaridade; Justiça social.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. [Estatuto da Cidade]. Brasília, DF: Presidência da República, [2001].

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária urbana e rural [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2017].

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 828**. Relator: Min. Luís Roberto Barroso. Brasília, DF, 8 de abr. de 2021.

CORRALO, G. Função social da propriedade e da cidade. *In*: CORRALO, G. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2011.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Ofício nº 85/2022 – DPE/RO**. Porto Velho: DPE/RO, 2022.

FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA; DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Memorando nº 47/2025 – DPE/RO**. Porto Velho: FCR/DPE-RO, 2025.

O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E O DESAFIO DA REINSERÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DE DADOS

Gislaine Débora Rozo[160]
Rita de Cássia Pessoa Nocetti[161]

RESUMO

Introdução: O presente trabalho de extensão aborda a crise permanente do sistema prisional brasileiro, caracterizada pela superlotação e pela seletividade penal voltada à população negra e periférica. O estudo propõe analisar dados do decênio de 2014 a 2024 para mapear os impactos da negligência estatal no perfil dos reeducandos. O objetivo central é investigar as raízes das violações de direitos e confrontar o panorama estatístico nacional com a realidade local do município de Porto Velho. **Referencial Teórico:** A fundamentação baseia-se na análise de que o encarceramento em massa reflete desigualdades estruturais e racismo institucional, apoiada em autores como Wacquant (2001) e Davis (2003) que descrevem o cárcere como mecanismo de controle social. Destaca-se que 70% da população prisional é negra e menos de 13% possui acesso à educação, o que dificulta a qualificação profissional. **Metodologia:** A metodologia adotada é de natureza qualitativa e descritiva. O estudo combina pesquisa bibliográfica e documental, utilizando dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), com ações práticas de visita técnica à Casa da Comunidade em Porto Velho para realização de entrevistas semiestruturadas e escuta qualificada dos reeducandos. **Resultados:** O diagnóstico preliminar aponta um déficit de cerca de 174.000 vagas e condições insalubres que resultam em 62% das mortes nas prisões causadas por doenças. Identifica-se que a falta de oportunidades e a estigmatização social atuam como óbices complexos que perpetuam ciclos de reincidência criminal. **Conclusões:** Conclui-se que a reinserção social é etapa fundamental para a redução da criminalidade e promoção da cidadania. A articulação entre a universidade e a comunidade carcerária é essencial para fomentar políticas públicas mais eficazes e assegurar a dignidade da pessoa humana.
Palavras-chave: Sistema Prisional; Reinserção Social; Direitos Humanos; Porto Velho; Superlotação Carcerária.

REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA BRASIL. **Cerca de 62% das mortes em prisões brasileiras são causadas por doenças**. [S. l.]: EBC, 2017. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/cerca-de-62-das-mortes-em-prisoes-brasileiras-sao-causadas-por-doencas. Acesso em: 15 nov. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Brasil tem déficit de 174 mil vagas no sistema carcerário**. Brasília, DF: CNJ, [20--?]. Disponível em:

[160] Graduanda em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: gislaine.rozo@sou.fcr.edu.br
[161] Professora de Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rita.nocetti@fcr.edu.br.

https://www.cnj.jus.br/brasil-tem-deficit-de-174-mil-vagas-no-sistema-carcerario/. Acesso em: 15 nov. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Manual de Gestão de Escritórios Sociais**: Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional. Brasília, DF: CNJ, 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Manual-Gestao-Escritorios-Sociais-11092020.pdf. Acesso em: 15 nov. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Pesquisa do CNJ destaca problemas de saúde e ameaças contra a vida nas prisões do Brasil**. Brasília, DF: CNJ, [20--?]. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/pesquisa-do-cnj-destaca-problemas-de-saude-e-ameacas-contra-a-vida-nas-prisoes-do-brasil/. Acesso em: 15 nov. 2025.

CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR). **Ressocialização ainda é um desafio no sistema prisional brasileiro**. [S. l.]: CONJUR, 2024. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2024-jan-23/ressocializacao-ainda-e-um-desafio-no-sistema-prisional-brasileiro/. Acesso em: 15 nov. 2025.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). **Relatório de Reincidência Criminal no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, [20--?]. Disponível em: https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-lanca-relatorio-de-reincidencia-criminal-no-brasil. Acesso em: 15 nov. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/. Acesso em: 15 nov. 2025.

G1. **Menos de 13% da população carcerária tem acesso à educação**. [S. l.]: Globo, 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/14/menos-de-13percent-da-populacao-carceraria-tem-acesso-a-educacao.ghtml. Acesso em: 15 nov. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **A Criminalidade no Brasil**: um exame das causas, consequências e desafios. Rio de Janeiro: IPEA, [20--?]. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13327. Acesso em: 15 nov. 2025.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (Brasil). **Observatório Nacional dos Direitos Humanos**: Pessoas privadas de liberdade. Brasília, DF: MDHC, [20--?]. Disponível em: https://observatoriodh.mdh.gov.br/pessoas-privadas-de-liberdade. Acesso em: 15 nov. 2025.

UOL NOTÍCIAS. **Negros são quase 70% da população carcerária no Brasil, diz anuário**. [S. l.]: UOL, 2023. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/07/20/negros-sao-quase-70-d

a-populacao-carceraria-no-brasil-diz-anuario.htm. Acesso em: 15 nov. 2025.

MÍDIA, REDES SOCIAIS E REPRESENTATIVIDADE ÉTNICO-RACIAL: COMBATE AO RACISMO E PROMOÇÃO DA CIDADANIA EM AMBIENTE ESCOLAR

Ana Clara Pereira[162]
Emanuely de Souza[163]
Fabriny Lima[164]
Maria Giovanna Biavati[165]
Richard Vinicius[166]
José Valter[167]
Roxane Dias da Silva[168]

RESUMO

Introdução: O preconceito e a discriminação étnico-racial persistem como desafios estruturais e simbólicos na sociedade brasileira, sendo potencializados, por vezes, pela representação distorcida em mídias tradicionais e digitais. A temática da representatividade étnico-racial em mídias adquire especial relevância no contexto escolar, pois a escola é um espaço privilegiado para a formação cidadã e o debate crítico. Este estudo propôs analisar criticamente estereótipos e padrões de representação de negros e indígenas, promovendo práticas de comunicação inclusivas e a conscientização de jovens no meio escolar de Porto Velho/RO. **Referencial Teórico:** A pesquisa se fundamenta na perspectiva de que a representação simbólica na sociedade, veiculada pela mídia, exerce impacto direto na construção da identidade e na manutenção de estruturas racistas. Utiliza a legislação brasileira (Lei nº 10.639/03 e Lei nº 11.645/08) que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, como base para a educação antirracista e o fomento da diversidade cultural. A abordagem teórica demonstra que o ambiente escolar precisa atuar ativamente na desconstrução de preconceitos, utilizando os espaços digitais como ferramentas pedagógicas para o debate. **Metodologia:** O percurso metodológico adotado no estudo configura-se como uma pesquisa-ação de natureza aplicada e abordagem qualitativa, realizada com estudantes do ensino médio em Porto Velho/RO. O trabalho desenvolveu-se em cinco etapas principais.

[162] Graduanda em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: ana.rufino@sou.fcr.edu.br
[163] Graduanda em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: emanuely.lima@sou.fcr.edu.br
[164] Graduanda em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: fabriny.santos@sou.fcr.edu.br
[165] Graduanda em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: maria.mattos@sou.fcr.edu.br
[166] Graduando em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: richard.piedade@sou.fcr.edu.br
[167] Graduando em Direito pela Faculdade católica de Rondônia - FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: jose.valter@sou.fcr.edu.br
[168] Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, roxane.silva@fcr.edu.br.

A primeira consistiu no Diagnóstico inicial, por meio de um survey on-line (questionário breve de 10 minutos) que utilizou escalas de percepção (Likert 1-5) e questões abertas. Este diagnóstico serviu como linha de base para mapear concepções prévias dos participantes sobre a representação de negros e indígenas na mídia e suas vivências de discriminação digital, identificando necessidades formativas. A segunda etapa, Análise de conteúdo midiático, foi realizada durante quatro semanas e incluiu a análise qualitativa e quantitativa de um corpus composto por 50 peças publicitárias (televisão e redes sociais), 10 trechos de novelas/filmes populares (2019-2025) e 50 postagens de redes abertas coletadas por palavras-chave (ex.: "cabelo crespo", "cultura indígena"). As categorias de análise contemplaram presença/ausência de representatividade, papéis narrativos atribuídos, estereótipos recorrentes, protagonismo, linguagem utilizada e interseccionalidade, seguindo como referência as métricas da pesquisa TODXS (ONU Mulheres, 2022) e aportes da literatura acadêmica (Hall, 1997; Almeida, 2019). A terceira etapa consistiu nas Oficinas de formação presenciais (duração de 2h), que empregaram metodologias ativas (estudo de caso, análise crítica de imagens, dinâmicas). Os temas abordados incluíram Letramento midiático, Direitos e cidadania digital (legislação vigente e formas de denúncia) e Comunicação inclusiva (criação de contra narrativas). Na quarta etapa, Produção de materiais educativos, elaborou-se uma cartilha digital (formato PDF) com recomendações de linguagem não discriminatória e estratégias de combate ao discurso de ódio. Paralelamente, os participantes co-criaram a micro campanha on-line #RepresentaBem nas redes sociais, voltada à promoção da representatividade positiva. Por fim, a Avaliação e monitoramento ocorreu em duas etapas: formativa (coleta de feedback ao final da oficina) e somativa (aplicação de questionário pós- atividades, comparado ao diagnóstico inicial, para identificar mudanças de percepção e atitudes, além de relatos qualitativos obtidos por grupos focais). Os recursos utilizados envolveram Laboratório de informática, projetor, acesso à internet, planilhas de codificação e editor gráfico simples. **Resultados**: A sistematização dos dados revelou um avanço significativo na capacidade dos alunos de identificar e criticar estereótipos, reconhecendo a importância da representatividade positiva. A Campanha Digital #Representa, totalmente idealizada e produzida pelos estudantes, demonstrou o engajamento ativo na promoção da diversidade, respeito e cidadania. Houve o fortalecimento da consciência crítica sobre o impacto da mídia e o uso das redes sociais como ferramentas de combate ao racismo. **Conclusões ou Considerações Finais:** O desenvolvimento do projeto demonstrou ser uma experiência enriquecedora e transformadora, validando o potencial da utilização das mídias e redes sociais como instrumentos pedagógicos para o debate e enfrentamento do racismo estrutural. O trabalho contribuiu para a promoção da equidade racial, comunicação inclusiva e cidadania entre os jovens, confirmando que a educação é o meio mais eficaz para desconstruir preconceitos e reforçar o respeito à diferença.

Palavras-chave: Mídia; Racismo; Educação Étnico-Racial; Redes Sociais; Representatividade Étnica;

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República, [1989].

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. [Marco Civil da Internet]. Brasília, DF: Presidência da República, [2014].

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

LIKERT, Rensis. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**, [S. l.], v. 22, n. 140, p. 1–55, 1932.

MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. *In*: MORAN, J. (org.). **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2018.

ONU MULHERES. **Pesquisa TODXS**: representatividade e diversidade na mídia e publicidade brasileira. Brasília: ONU Mulheres, 2022. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/. Acesso em: 10 nov. 2025.

ESPORTE E COMUNIDADE: INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO EM PORTO VELHO

Ana Júlia Camilo de Souza[169]
Ilmar Esteves de Souza[170]
Jéssica Caroline Santos de Lai[171]
Letícia Costa Mesquita[172]
Maria Eduarda Esteves Dias[173]
Melissa Araújo dos Santos Coelho[174]
Rita de Cássia Pessoa Nocetti[175]

RESUMO

Introdução: O esporte tem sido reconhecido como estratégia essencial de promoção da saúde, da educação, da inclusão social e da cidadania. Em Porto Velho, essa compreensão se materializou com a promulgação da Lei nº 3.227/2024, que autoriza a concessão de incentivos fiscais a empresas que financiam projetos esportivos. A urgência de sua regulamentação surge da necessidade de garantir mecanismos transparentes e eficazes para a captação, gestão e aplicação dos recursos. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a minuta do decreto regulamentador apresentada ao Poder Executivo Municipal, destacando seus aspectos jurídicos, administrativos e sociais, especialmente no que tange à efetivação de direitos humanos por meio de políticas públicas de fomento ao esporte. **Referencial Teórico:** A proposta fundamenta-se na relação entre políticas públicas, direitos humanos e desenvolvimento social, considerando o esporte como instrumento de inclusão, prevenção de vulnerabilidades e fortalecimento comunitário. Estudos sobre gestão pública e incentivo fiscal ao esporte mostram que a participação da iniciativa privada pode ampliar o alcance das ações governamentais, desde que existam mecanismos normativos de controle, transparência e eficiência. A existência de comissões de avaliação, parâmetros de prestação de contas e limites de impacto fiscal são elementos consagrados em políticas públicas voltadas ao esporte e ao desenvolvimento humano, compondo um arcabouço teórico que sustenta a regulamentação analisada. **Metodologia:** O trabalho baseia-se em análise documental da minuta de Decreto regulamentador e do ato administrativo de encaminhamento à Procuradoria Geral do Município. A metodologia compreendeu a leitura sistemática, categorização temática e exame dos dispositivos jurídicos e administrativos que compõem o texto normativo. Foram observados os critérios de legalidade, técnica legislativa e aderência aos objetivos da Lei nº

[169] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.souza@sou.fcr.edu.br
[170] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ilmar.souza@sou.fcr.edu.br
[171] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jessica.lai@sou.fcr.edu.br
[172] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leticia.mesquita@sou.fcr.edu.br
[173] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.dias@sou.fcr.edu.br
[174] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, melissa.coelho@sou.fcr.edu.br
[175] Mestre/Doutora em Direitos Humanos, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rita.nocetti@fcr.edu.br

3.227/2024, considerando ainda as práticas de políticas públicas de esporte como instrumento de inclusão social. **Resultados:** A análise do documento revelou uma estrutura normativa completa, distribuída em capítulos que tratam de disposições gerais, apresentação e análise de projetos, acompanhamento e controle, penalidades e funcionamento da Comissão Gestora do Incentivo ao Esporte. Entre os achados, destacam-se: (1) definição clara do limite do incentivo fiscal (0,5% do ISSQN e IPTU, até R$ 5 milhões anuais); (2) detalhamento dos critérios técnicos para submissão e avaliação de projetos; (3) criação da Comissão Gestora com competências deliberativas e fiscalizatórias; (4) previsão de auditorias administrativas e financeiras; (5) estabelecimento de penalidades para irregularidades, incluindo multas e impedimentos futuros. Os dados indicam que a minuta se alinha aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e controle social, estruturando um sistema de incentivo apto a promover o desenvolvimento esportivo com impacto direto na garantia de direitos humanos. Ademais, com vistas a proporcionar a concreta efetivação deste projeto, foi realizada uma reunião na Vila Olímpica Chiquilito Erse com o Secretário Municipal de Esportes da Prefeitura e com o procurador da instituição, Dr. Lauro Vinicius. Na ocasião, ambos externaram agradecimentos pela colaboração acadêmica e informaram que determinariam à equipe técnica que estudasse o caso e apresentasse um relatório para posterior despacho junto ao Paço Municipal. Esse retorno institucional demonstra a receptividade e a possibilidade concreta de efetivação do decreto proposto. **Conclusões:** O estudo demonstrou que a minuta do Decreto regulamentador da Lei nº 3.227/2024 constitui instrumento adequado para operacionalizar o incentivo fiscal ao esporte em Porto Velho, permitindo a articulação entre iniciativa privada e políticas públicas. A norma proposta apresenta parâmetros técnicos e mecanismos de controle capazes de assegurar a correta aplicação dos recursos e a efetivação dos objetivos de inclusão, cidadania e desenvolvimento social. Assim, a regulamentação revela-se fundamental para transformar o esporte em vetor de promoção dos direitos humanos no âmbito municipal.

Palavras-chave: Direitos humanos; Políticas públicas; Esporte; Incentivo fiscal; Porto Velho.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. [Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992]. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos** (Pacto de San José da Costa Rica). Adotada em San José, Costa Rica, em 22 nov. 1969. Brasília, DF: Presidência da República, [1992]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm. Acesso em: 14 nov. 2025.

PORTO VELHO. **Lei nº 3.227, de 19 de novembro de 2024**. Autoriza o Município de Porto Velho a conceder incentivo fiscal para empresas que financiem projetos esportivos na Capital e dá outras providências. Porto Velho: Câmara Municipal, 2024. Disponível em: https://sapl.portovelho.ro.leg.br/norma/27337?display.

DIREITOS HUMANOS EM AÇÃO: INFORMAÇÃO E CIDADANIA

Ana Carolina Neves[176]
Felipe Nunes[177]
Letícia Cristine[178]
Luiza Cassupá[179]
Maria Geovanna[180]
Rúbia Victória Córdova Rodrigues[181]
Rita de Cássia P. Nocetti[182]

RESUMO

Introdução: O acesso à informação e aos serviços públicos é reconhecido como um dos pilares essenciais para a garantia dos direitos humanos e para o fortalecimento da cidadania. Em diversos contextos sociais, especialmente entre populações vulneráveis, ainda existe um grande distanciamento entre o cidadão e os meios formais de atendimento institucional, o que limita a efetivação de direitos básicos. Nesse sentido, compreender como as pessoas — sobretudo idosos, que enfrentam mais barreiras tecnológicas e comunicacionais — buscam orientações e conseguem acessar serviços como INSS, assistência social e informações gerais sobre políticas públicas tornou-se o ponto central deste estudo. O presente trabalho trata de uma ação de campo realizada por meio da distribuição de panfletos informativos, cujo objetivo foi identificar o nível de conhecimento dos participantes, mapear suas dificuldades práticas e promover uma forma simples e acessível de disseminação de informações. Assim, a introdução destaca o contexto social da atividade, o problema enfrentado pela comunidade e o propósito do estudo. **Referencial Teórico:** O acesso à informação é reconhecido como um direito fundamental e uma condição indispensável para o exercício pleno da cidadania. Segundo **Boaventura de Sousa Santos (2010)**, a ampliação do acesso aos direitos sociais depende da democratização das informações e da circulação do conhecimento, especialmente entre grupos vulneráveis. Nesse sentido, o autor destaca que a exclusão informacional é uma forma de desigualdade que afasta o indivíduo de seus direitos e limita sua participação social. A teoria dos direitos fundamentais, conforme **Norberto Bobbio (1992)**, sustenta que os direitos só se consolidam quando são garantidas condições materiais e informacionais para que os cidadãos possam exercê-los. Assim, o direito de acesso à informação passa a ser entendido como um mecanismo que possibilita que os demais direitos sejam efetivamente alcançados. Estudos como os de

[176] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.batista@sou.fcr.edu.br
[177] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, felipe.nunes@sou.fcr.edu.br
[178] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leticia.santos@sou.fcr.edu.br
[179] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luiza.cassupa@sou.fcr.edu.br
[180] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.sa@sou.fcr.edu.br
[181] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rubia.rodrigues@sou.fcr.edu.br
[182] Mestre/Doutora em Direitos Humanos, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rita.nocetti@fcr.edu.br

Demo (2010) e **Paulo Freire (1987)** enfatizam a importância da educação e da consciência crítica para o fortalecimento da cidadania. Freire ressalta que a alfabetização informacional é um processo que vai além do simples acesso a conteúdo: ela envolve a capacidade de interpretar, questionar e aplicar informações no cotidiano. Isto é especialmente relevante em contextos em que a população possui baixo grau de escolaridade ou enfrenta dificuldades no uso de tecnologias. A literatura sobre envelhecimento e inclusão digital, como discutido por **Neri (2007)** e **Castells (2013)**, aponta que idosos tendem a enfrentar maiores barreiras tecnológicas, tanto por limitações físicas quanto pela falta de familiaridade com ferramentas digitais. Esses estudos destacam que ações presenciais, explicações verbais e materiais acessíveis são estratégias fundamentais para garantir que esse grupo consiga acessar serviços públicos com autonomia. Além disso, debates contemporâneos sobre desigualdade informacional, apresentados por **Castells (1999)** e **Jenkins (2008)**, reforçam que a exclusão digital não é apenas um problema de infraestrutura, mas também de linguagem, design comunicacional e acessibilidade. A produção de materiais com linguagem simples e direta, portanto, torna-se essencial para diminuir a distância entre o cidadão e o Estado. Por fim, pesquisas na área de políticas públicas, como as de **Arretche (2015)** e **Pires & Gomide (2016)**, argumentam que a efetivação dos direitos sociais depende da capacidade do poder público de comunicar-se adequadamente com a população, garantindo que os canais de informação sejam compreensíveis e inclusivos. Assim, intervenções comunitárias que promovem o diálogo, a escuta ativa e a orientação clara — como panfletagens, rodas de conversa e atendimentos presenciais — são apontadas como meios eficazes de fortalecer o vínculo entre cidadãos e instituições públicas. **Metodologia:** A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa de campo, de caráter qualitativo e descritivo. As atividades ocorreram no dia 07/11/2025, durante a panfletagem em espaço público, onde foi realizada uma abordagem direta com os participantes. Foram feitas perguntas semelhantes às presentes no formulário oficial do projeto, buscando compreender o nível de conhecimento sobre serviços públicos e identificar dificuldades específicas. Todas as interações foram registradas por meio de fotografias, utilizadas posteriormente como comprovação da ação. O material distribuído foi elaborado com foco na acessibilidade: linguagem simples, letras maiores, informações essenciais e presença de um QR code direcionando para o formulário digital. Após a ação, as observações foram sistematizadas para análise dos dados coletados. **Resultados:** Os resultados evidenciaram que a maior parte das pessoas atendidas era composta por idosos, que demonstraram significativa dificuldade no uso de recursos digitais e na compreensão de procedimentos administrativos. Muitos relataram não conseguir acessar informações online ou utilizar aplicativos institucionais. A importância da explicação verbal ficou evidente, já que grande parte dos atendidos preferiu a orientação presencial ao uso do QR code. As conversas revelaram dúvidas recorrentes sobre aposentadoria, benefícios assistenciais e canais de denúncia. A interação direta também permitiu identificar sentimento de insegurança, desinformação e dependência de terceiros para realizar tarefas simples relacionadas a serviços públicos. Conclui-se que a ação atingiu plenamente seu objetivo ao promover o acesso à informação de forma acessível e humanizada. A experiência demonstrou que

atividades presenciais são fundamentais para populações vulneráveis e que materiais simplificados contribuem para a compreensão dos direitos. O contato direto favoreceu o acolhimento, a escuta e o engajamento dos participantes, fortalecendo o exercício da cidadania e ampliando o diálogo sobre direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos humanos; cidadania; acesso à informação; inclusão social; panfletagem.

REFERÊNCIAS:

(NBR 6023) – As referências devem ser grafadas no final, em ordem alfabética e cronológica. Só devem compor as referências às fontes que tenham sido efetivamente citadas ao longo do texto. Fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entrelinhas simples, espaço antes e depois de parágrafo 0 pt, alinhadas à esquerda; utilizar itálico para o nome da obra ou periódico.

ARRETCHE, M. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DEMO, P. **Educação e alfabetização científica**. Campinas: Papirus, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

NERI, A. L. **Qualidade de vida na velhice**: enfoque multidisciplinar. Campinas: Alínea, 2007.

PIRES, R.; GOMIDE, A. **Capacidades estatais e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2016.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA REVELIA: BARREIRAS ESTRUTURAIS E SIMBÓLICAS AO ACESSO À JUSTIÇA

Edicarlos da Silva Matos[183]
Breno Azevedo Lima[184]

RESUMO

Introdução: O instituto da revelia, disciplinado nos arts. 344 a 346 do CPC/2015, é tradicionalmente definido como a situação em que o réu, devidamente citado, deixa de apresentar sua contestação no prazo legal. Essa ausência pode produzir efeitos relevantes no processo. Nesse sentido, a presente pesquisa busca superar a concepção estritamente formal da revelia e analisá-la como um possível sintoma das desigualdades estruturais e vulnerabilidades sociais que afetam o cidadão comum. Parte-se da premissa que a ausência do réu no processo também pode ser reflexo de barreiras sociológicas e simbólicas presentes em nossa sociedade, e não um simples desinteresse. O objetivo é, portanto, examinar a revelia como expressão da desigualdade estrutural e da vulnerabilidade social no acesso à justiça. **Referencial Teórico:** Esta pesquisa assenta-se em uma dupla perspectiva: jurídica e sociológica. Na vertente jurídica, Almeida (2021, p. 18) e Didier Jr. (2015, p. 664) fornecem a base conceitual, definindo a revelia e seus efeitos processuais, como a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor na inicial (art. 344, CPC) e o julgamento antecipado do mérito (art. 355, II, CPC). Contudo, o estado da arte é enriquecido com contribuições da sociologia do direito. Sardinha (2016, p. 1.055) defende uma abordagem integrada para compreender as dificuldades de acesso à justiça. Moreira (2019, p. 50) identifica fatores simbólicos intimidantes, como a linguagem técnica ininteligível para quem não é da área, a solenidade dos atos e imponência dos ambientes, além da percepção de uma relação vertical onde o cidadão está sempre abaixo, que produzem receios e afastamento. Silva e Barbosa (2016, p. 915) corroboram essa visão, destacando a falta de recursos financeiros como uma barreira histórica ao exercício da defesa, ou acesso à direitos, além de limitar também o exercício pleno da cidadania. Este diálogo interdisciplinar demonstra que o debate sobre a revelia evoluiu de uma análise puramente jurídica e formal para uma crítica às suas raízes socioeconômicas. **Metodologia:** A pesquisa foi conduzida por meio de uma análise qualitativa da literatura, caracterizando-se como um estudo teórico-documental. Focou-se em teses e dissertações publicadas a partir de 2015. As buscas foram realizadas no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando-se um conjunto de palavras-chave inter relacionadas ("revelia", "acesso à justiça", "desigualdade social", "vulnerabilidade", "sociologia do direito") combinadas com operadores booleanos "*AND*" e "*OR*". **Resultados:** A sistematização dos achados

[183] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, edicarlos.matos@sou.fcr.edu.br.
[184] Doutor em Ciência Jurídica pela UNIVALI, Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS. Especialista na interface entre Direito Processual (Tutelas Coletivas, Processo Estrutural) e a Sociologia do Direito, com foco em temas de vulnerabilidade e efetividade do acesso à justiça na Amazônia e e Professor de Direito Processual Civil na Faculdade Católica de Rondônia (FCR) Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, breno.lima@fcr.edu.br.

permitiu categorizar os resultados em duas dimensões principais: **(i) dimensão processual:** confirmou-se que a revelia gera os efeitos legais previstos, como a presunção relativa da veracidade das alegações e a possibilidade de julgamento antecipado do mérito. No entanto, ressalta-se o entendimento jurisprudencial (REsp 1.128.646/STJ) de que a revelia não vincula o juiz a julgar procedente o pedido se os elementos dos autos não forem suficientes para formar seu convencimento, entendimento que conversa com o art. 371 CPC; **(ii) dimensão sociológica:** a literatura evidencia que a ausência do réu é um fenômeno social complexo. Identificaram-se barreiras que contribuem para a revelia, como por exemplo as barreiras materiais: falta de recursos financeiros e de assistência jurídica adequada; barreiras simbólicas: uso de linguagem técnica e arcaica, solenidade dos atos e ambientes imponentes, além das aparentes (na perspectiva do cidadão) relações verticais, que geram intimidações e sentimento de inferioridade; além das barreiras cognitivas, manifestadas no desconhecimento dos direitos e do funcionamento do sistema. A revelia, nessa perspectiva, não é mera inatividade, mas um retraimento motivado por vulnerabilidades socioeconômicas e pela percepção de distanciamento do sistema de justiça que, ao invés de acolher e se manter próximo ao cidadão, na prática, por diversas ocasiões acaba fazendo o contrário. **Considerações finais:** Conclui-se que a revelia se configura como um fenômeno multifacetado, que transcende a simples inércia processual para se revelar um sintoma de profundas desigualdades estruturais. A análise confirmou que barreiras materiais, simbólicas e cognitivas afastam os cidadãos vulneráveis do exercício efetivo do direito de defesa. Para superar essa lógica excludente, é necessário promover uma transformação cultural no sistema judicial, com a simplificação da linguagem, a humanização do atendimento e a implementação de políticas públicas que conversem com as reais necessidades do cidadão, para que seja garantido o acesso à justiça em sua dimensão material, assegurando assim a cidadania plena para todos.

Palavras-chave: Revelia; Vulnerabilidade social; Acesso à justiça.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Patrícia Isabel Diogo. **Revelia à luz dos princípios da cooperação e do contraditório**. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Civilísticas) – Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2021. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/97517. Acesso em: 16 nov. 2025.

BRASIL. [Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015]. **Código de Processo Civil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 16 nov. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.128.646 - SP**. Recorrente: G. S. Recorrido: J. G. S. Relatora: Ministra Nancy Andrighi, 18 de agosto de 2011. Disponível em: https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ITA?seq=1082603&tipo=0&nreg=200900492532&dt=20110914. Acesso em: 16 nov. 2025.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de direito processual civil**: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 17. ed. Salvador: Jus Podivm, 2015.

HILL, Flávia Pereira. A rebelião da revelia: os novos contornos do instituto à luz das normas fundamentais do CPC/2015. **Revista de Direito**, Rio de Janeiro, v. 1, 2023. Disponível em: https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/d/portal-conhecimento/015-revistadireito2023-01-flaviapereirahill. Acesso em: 16 nov. 2025.

MOREIRA, V. de S. O analfabeto e sua jornada de acesso à justiça. **Revista Jurídica Legalislux**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2019. Disponível em: https://periodicosfacesf.com.br/index.php/Legalislux/article/view/47. Acesso em: 16 nov. 2025.

SARDINHA, Cristiano de Lima Vaz. O acesso à justiça e a complexidade das restrições no ordenamento brasileiro. **Revista Cidadania e Acesso à Justiça**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 1048-1065, jan./jun. 2016. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/acessoajustica/article/view/473/pdf. Acesso em: 16 nov. 2025.

SILVA, Guilherme Barbosa da; BARBOSA, Amanda Querino dos Santos. Acesso à justiça e desigualdade social: reflexos na efetivação dos direitos fundamentais. **Revista Cidadania e Acesso à Justiça**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 913–933, 2016. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/acessoajustica/article/view/444. Acesso em: 16 nov. 2025.

A IMPORTÂNCIA DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E A CONTRIBUIÇÃO ACADÊMICA AO PROGRAMA JUSTIÇA RÁPIDA EM RONDÔNIA

André Ramires Viamonte Tavarez[185]
Danylo Ferreira Carvalho[186]
João Victor Freitas Vaz[187]
Neriano Alves de Almeida[188]
Pietra Menóssi Botelho[189]
Vicente Galdino de Oliveira Neto[190]
Rita de Cassia Pessoa Nocetti[191]

RESUMO

Introdução: O projeto "A Importância da Democratização do Acesso à Justiça e a Contribuição Acadêmica ao Programa Justiça Rápida em Rondônia" parte da constatação de que grande parte da população vulnerável desconhece os serviços públicos voltados à garantia de direitos. Embora existam políticas institucionais de acesso à justiça, a falta de informação limita sua efetividade e contraria princípios constitucionais como a inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV) e a igualdade perante a lei (art. 5º, caput).

Diante desse cenário, o projeto buscou estratégias para aproximar a justiça das comunidades periféricas e concluiu que a visitação direta, acompanhada da distribuição de folders informativos, seria a alternativa mais viável diante das restrições de tempo e recursos. Dados preliminares mostraram que 75% dos moradores dessas regiões desconhecem o Programa Justiça Rápida, embora cerca de 90% já tenham necessitado de seus serviços. Assim, definiu-se como objetivos levar informação às populações vulneráveis, produzir e distribuir 1.000 folders e alcançar diretamente cerca de 5.000 pessoas, reduzindo a distância entre a Justiça e a comunidade. **Referencial teórico:** No campo teórico, o acesso à justiça é compreendido, conforme Cappelletti e Garth (1988), como elemento essencial do Estado Democrático de Direito, que envolve não apenas a possibilidade formal de demandar judicialmente, mas também a superação de barreiras econômicas, sociais e informacionais. Boaventura de Sousa Santos (2011) acrescenta que a justiça só se torna verdadeiramente acessível quando suas instituições se aproximam das populações vulneráveis, que frequentemente enfrentam a chamada "pobreza informacional". Autores como Bobbio (1992) e Dallari (2004) reforçam que o

[185] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, andre.tavares@sou.fcr.edu.br
[186] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, danylo.carvalho@sou.fcr.edu.br
[187] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joao.vaz@sou.fcr.edu.br
[188] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, neriano.almeida@sou.fcr.edu.br
[189] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pietra.botelho@sou.fcr.edu.br
[190] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, vicente.neto@sou.fcr.edu.br
[191] Mestre/Doutora em Direitos Humanos, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rita.nocetti@fcr.edu.br

acesso à justiça constitui direito humano fundamental e integra o núcleo da cidadania, especialmente em realidades marcadas pela desigualdade estrutural. Nesse sentido, políticas públicas e ações de extensão — como programas itinerantes de atendimento — configuram instrumentos relevantes para democratizar direitos e reduzir vulnerabilidades.

Metodologia: A metodologia proposta abrange as seguintes etapas: Identificação das regiões de Porto Velho com maior carência informacional; Levantamento de dados sobre o conhecimento local a respeito da justiça; Produção e distribuição de 1.000 folders informativos; Visitas in loco às comunidades vulneráveis; Esclarecimento de dúvidas sobre o funcionamento e os serviços oferecidos pelo Programa Justiça Rápida. **Objetivos:** Esperam-se os seguintes resultados: Ampliação do número de atendimentos realizados pelo Programa Justiça Rápida; Maior disseminação de informações sobre o programa por meio dos folders; Direcionamento da população aos canais adequados de atendimento; Redução da distância entre comunidades vulneráveis e serviços da justiça; Diminuição de filas em órgãos públicos por meio do uso dos canais digitais do programa. **Resultados:** Foram alcançados os seguintes resultados: Ampliação do número de procura em atendimentos pelo Programa Justiça Rápida; Distribuição de centenas de folders em comunidade vulnerável além de visita e orientação a dezenas de famílias; Direcionamento da população aos canais da "justiça rápida"; Redução da distância entre comunidades vulneráveis e serviços da justiça. **Considerações finais:** O desenvolvimento e a execução do projeto buscaram de forma exitosa aproximar a população vulnerável de seus direitos básicos, atuando como ferramenta de promoção dos direitos humanos e contribuindo para a redução das desigualdades sociais. Ao ampliar o conhecimento sobre o Programa Justiça Rápida, a iniciativa possibilitou que cidadãos passassem a acessar serviços essenciais de forma mais autônoma e orientada. Além disso, a ação universitária estimula a formação prática dos estudantes, que exercitam valores éticos e a responsabilidade social. Por fim, espera-se que o projeto sirva de modelo replicável, inspirando outras turmas e instituições a promover intervenções semelhantes, contribuindo de forma sustentável para a democratização da justiça e a efetivação dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Acesso à justiça; Direitos humanos; Vulnerabilidade social; Justiça Rápida; Democratização da justiça.

REFERÊNCIAS:

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1988.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Justiça Rápida Digital**. Porto Velho: TJRO, [s. d.]. Disponível em: https://www.tjro.jus.br/sessoes-tjro-cidadao?view=article&id=192. Acesso em: 12 nov. 2025.

ARTE E RESISTÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE CONFLITOS INDÍGENAS ATRAVÉS DAS OBRAS DE MUNDANO

Caio Miguel Alves Trindade[192]
Gabriele de Souza Rodrigues[193]
Rayssa dos Santos Góes[194]
Isaac Gabriel Lima da Silva[195]
Helton Daniel França Ferreira[196]
Beatriz Moreno de Carvalho[197]
Roxane Dias da Silva[198]

RESUMO

O projeto "Arte e Resistência: Reflexões sobre Conflitos Indígenas através da Obra de Mundano" é uma iniciativa acadêmica e social que une conhecimento científico e sensibilidade artística para promover reflexão sobre os conflitos vividos pelos povos indígenas no Brasil. Parte do reconhecimento de que essas comunidades são historicamente marginalizadas e têm seus direitos ameaçados por processos de colonização, urbanização e ausência de políticas públicas efetivas. Nesse contexto, a arte é utilizada como meio de resistência e conscientização, aproximando o público da realidade indígena de forma sensível e crítica. O projeto busca despertar a empatia, respeito à diversidade e valorização das identidades culturais, promovendo o diálogo entre diferentes saberes e ampliando a compreensão sobre cidadania e direitos humanos. Assim, pretende-se não apenas analisar desigualdades e desafios enfrentados pelos povos originários, mas também oferecer uma experiência formativa que incentive a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A fundamentação teórica baseia-se em estudos sobre interculturalidade, resistência cultural e arte como instrumento de transformação social. Walsh (2009) entende a interculturalidade como processo político e dinâmico, que ultrapassa o simples reconhecimento da diferença e propõe práticas de resistência e convivência plural. Cunha (2019) defende que compreender a diversidade é compreender o próprio Brasil, reconhecendo a cultura indígena como patrimônio vivo e essencial para a cidadania. Baniwa (2019), pensador indígena, destaca que a resistência dos povos originários não ocorre apenas por meio de lutas políticas, mas também na preservação de suas tradições, cosmologias e línguas, que mantêm viva a identidade e a memória cultural.
Barbosa (2015) aponta a arte como veículo educativo capaz de despertar emoções, questionamentos e novas percepções da realidade. Nesse sentido, as obras do artista

[192] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, caio.alves@sou.fcr.edu.br
[193] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gabriele.rodrigues@sou.fcr.edu.br
[194] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rayssa.goes@sou.fcr.edu.br
[195] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, isaac.silva@sou.fcr.edu.br
[196] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, helton.ferreira@sou.fcr.edu.br
[197] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, beatriz.carvalho@sou.fcr.edu.br
[198] Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, roxane.silva@fcr.edu.br.

Mundano expressam desigualdades, exclusões e lutas sociais, convidando o público a refletir sobre injustiças e responsabilidades coletivas. Assim, a arte atua como elo entre razão e sensibilidade, revelando-se instrumento de resistência e conscientização. O projeto foi desenvolvido por meio de palestras e exposições artísticas conduzidas por docentes das áreas de Direitos Humanos e Cultura Indígena. As atividades promoveram debates, rodas de conversa e registros reflexivos, articulando teoria e prática em uma abordagem participativa e ética, baseada no respeito às culturas retratadas e no consentimento informado. O uso de recursos audiovisuais e tecnológicos potencializou o aprendizado e a imersão estética, aproximando o conteúdo acadêmico da realidade social. Os resultados demonstraram impactos significativos, mesmo com um público de cerca de 40 alunos. A maioria desconhecia a profundidade dos conflitos indígenas e, após a atividade, apresentou maior consciência crítica e empatia em relação à importância da preservação cultural e da resistência dos povos originários. As discussões e as obras estimularam o reconhecimento da arte como meio de denúncia e transformação social, contribuindo para formar cidadãos mais conscientes e engajados com a diversidade. Ainda que o alcance tenha sido limitado, os efeitos simbólicos e pedagógicos foram expressivos, mostrando que ações educativas e artísticas podem gerar transformações relevantes na percepção social e histórica dos participantes. Conclui-se que o projeto reafirma o papel da extensão universitária como ponte entre saber acadêmico e realidade social, ao estimular a reflexão e o engajamento por meio da arte e da educação. A iniciativa demonstra que o reconhecimento das lutas indígenas e a valorização da interculturalidade são fundamentais para construir uma sociedade mais justa e plural, em que a arte atua como força libertadora e transformadora, despertando consciência, sentimento e respeito pelas identidades que formam o tecido cultural brasileiro.

Palavras-chave: Arte; Resistência; Povos Indígenas; Interculturalidade; Educação.

REFERÊNCIAS:

BANIWA, G. **A resistência dos povos indígenas e a centralidade da preservação cultural**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

BARBOSA, A. M. **Arte-educação como prática social**. São Paulo: Cortez, 2015.

CUNHA, M. C. **Índios no Brasil**: História, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2019.

MUNDANO. **Obras e projetos**. [S. l.: s. n.], [20--?]. Disponível em: https://www.instagram.com/mundano_sp/. Acesso em: 13 abr. 2026.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, Sociedad**: luchas coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.

VISIBILIDADE NO TRANSPORTE PÚBLICO: REPENSANDO A SINALIZAÇÃO PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Alessandra Luna de Souza[199]
Beatriz Arruda de Souza[200]
Dayse Tainá da Silva Rodrigues[201]
Isabella Cristine de Souza Cassol Meira[202]
Jaiane Pires Ramos de Sousa[203]
Maria Eduarda Araújo Silva[204]
Thaís Gabrielle Nascimento Macena[205]
Carolina Simões Correia[206]

RESUMO

Introdução: A acessibilidade no transporte público constitui elemento essencial para a promoção da dignidade da pessoa humana e da igualdade, pilares fundamentais do Estado Democrático de Direito. Em Porto Velho/RO, a realidade vivenciada por pessoas com deficiência visual evidencia a persistência de barreiras estruturais, como a ausência de avisos sonoros, a insuficiência de sinalização adequada e a precariedade na indicação de assentos preferenciais. Essas limitações comprometem a autonomia dos usuários e revelam a inadequada implementação de políticas públicas voltadas à inclusão. Nesse contexto, o projeto de extensão "Visibilidade no Transporte Público: Repensando a Sinalização para a Inclusão de Pessoas com Deficiência Visual" buscou identificar, documentar e denunciar as dificuldades enfrentadas por essa população, articulando conhecimentos teóricos sobre direitos difusos e coletivos com a análise prática de uma problemática social concreta. O objetivo geral consistiu em promover a inclusão social por meio da análise e visibilidade das barreiras presentes no transporte urbano, além da sistematização dos dados em relatório técnico e encaminhamento de denúncia ao Ministério Público. **Referencial Teórico:** O estudo fundamentou-se na Constituição Federal de 1988, especialmente nos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade, que orientam políticas públicas inclusivas. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) reafirma o direito de acesso ao transporte e à mobilidade em condições de igualdade. Complementam esse arcabouço normativo a Lei nº 10.098/2000 e a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que estabelecem diretrizes para a eliminação de barreiras e exigem a adoção de sinalização tátil, sonora e visual. Esse conjunto de normas permitiu compreender a acessibilidade como um direito fundamental e condição essencial para o pleno exercício da cidadania.

[199] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, alessandra.luna@sou.fcr.edu.br
[200] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, beatriz.souza@sou.fcr.edu.br.
[201] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, dayse.rodrigues@sou.fcr.edu.br.
[202] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, isabella.meira@sou.fcr.edu.br.
[203] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jaiane.sousa@sou.fcr.edu.br.
[204] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eduarda.maria@sou.fcr.edu.br.
[205] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, thais.macena@sou.fcr.edu.br.
[206] Profa. Ma. em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br.

Metodologia: O projeto utilizou abordagem mista, desenvolvida em parceria com a Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Rondônia (ASDEVRON). As atividades foram organizadas em etapas sucessivas. Inicialmente, realizaram-se reuniões com representantes da associação para identificar os principais obstáculos enfrentados no uso do transporte coletivo. Em seguida, conduziram-se entrevistas semi-estruturadas, possibilitando a coleta de relatos detalhados dos usuários. Na segunda etapa, procedeu-se à documentação audiovisual das condições do transporte público, registrando a ausência de avisos sonoros, a má sinalização e a falta de informações acessíveis. Posteriormente, todo o material coletado foi sistematizado em um relatório técnico que reuniu dados empíricos e fundamentos jurídicos. Por fim, os registros foram utilizados para elaboração de denúncia encaminhada ao Ministério Público e à Defensoria Pública da União, com vistas a provocar atuação institucional. **Resultados:** O projeto identificou diversas falhas estruturais no transporte público, especialmente no que diz respeito à acessibilidade para pessoas com deficiência visual. A análise das entrevistas e dos registros audiovisuais evidenciou a inexistência de aviso sonoro nos ônibus, sinalização insuficiente para orientação dos usuários e marcação inadequada de assentos preferenciais. A sistematização dos dados resultou em relatório técnico entregue ao Ministério Público e à Defensoria Pública da União, favorecendo a abertura de debate institucional acerca da necessidade de políticas públicas mais eficazes. Além disso, o projeto ampliou a conscientização social sobre os obstáculos cotidianos enfrentados pela comunidade atendida, fortalecendo o papel da universidade como agente transformador. **Conclusões:** O estudo evidenciou que a acessibilidade no transporte público de Porto Velho/RO ainda enfrenta desafios significativos, impactando diretamente a autonomia e a inclusão das pessoas com deficiência visual. As ações desenvolvidas demonstraram a importância da extensão universitária como instrumento de articulação entre teoria e prática e como meio efetivo de fortalecimento da cidadania. O projeto contribuiu para dar visibilidade às dificuldades enfrentadas pelos usuários, fomentar o debate institucional e promover a defesa dos direitos difusos e coletivos. A integração entre comunidade e academia evidenciou que a promoção da acessibilidade é condição indispensável para a concretização dos direitos fundamentais e para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: acessibilidade; pessoa com deficiência visual; transporte público; direitos difusos e coletivos; inclusão social.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, DF: Presidência da República,

[2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em: 3 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 3 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York: ONU, 2006. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/Oficina%20PCF/JUSTIÇA%20E%20CIDADANIA/convencao-e-lbi-pdf.pdf. Acesso em: 3 set. 2025.

ADULTIZAÇÃO DO PÚBLICO INFANTOJUVENIL NO SÉCULO XXI

Andressa Machado da Silva[207]
Ariel Alves[208]
Bruno Martins Horeay[209]
José Haroldo de Lima Barbosa Junior[210]
Nana Karolyne Vinhorque Moraes[211]
Thiago Vieira Gomes[212]
Rita de Cássia Pessoa Nocetti[213]

RESUMO

Introdução: A adultização infanto juvenil caracteriza-se pela exposição precoce de crianças e adolescentes a comportamentos, responsabilidades e padrões estéticos próprios da vida adulta, influenciados por fatores como mídia, redes sociais e dinâmicas familiares. O presente projeto tem como finalidade analisar esse fenômeno sob a perspectiva dos direitos humanos, destacando seus impactos no desenvolvimento emocional e social, bem como suas incompatibilidades com os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Convenção sobre os Direitos da Criança. Busca-se, assim, promover reflexão crítica e sensibilização social por meio de ações educativas e investigativas. **Referencial Teórico**: O estudo fundamenta-se em autores como Philippe Ariès e Neil Postman, além de instrumentos normativos como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. Desta forma, enfatiza debates contemporâneos acerca da infância, do desenvolvimento humano, da sexualização precoce e dos impactos da cultura digital, articulando perspectivas clássicas a problemáticas emergentes da sociedade atual. **Metodologia**: Adotou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, com aproximadamente 40 pessoas, com a aplicação de questionários, realização de entrevistas, visitas técnicas, como na Secretaria Municipal de Educação - SEMED e ambientes virtuais. Os instrumentos de pesquisa incluíram roteiros de entrevistas, formulários digitais e registros devidamente autorizados. Os dados obtidos serão analisados de forma integrada, relacionando as evidências empíricas ao arcabouço teórico que embasa o estudo, utilizando-se como meio de auxílio à elaboração de gráficos, tabelas, fotos, vídeos, entre outros, para maior simplicidade e facilidade de interpretação da análise dos dados e das informações filtradas. **Resultados**: As respostas obtidas indicam que a mídia e as redes sociais são percebidas como fatores centrais para

[207] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, andressa.machado@sou.fcr.edu.br
[208] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ariel.silva@sou.fcr.edu.br
[209] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, bruno.horeay@sou.fcr.edu.br
[210] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jose.haroldo@sou.fcr.edu.br
[211] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, nana.moraes@sou.fcr.edu.br
[212] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, thiago.gomes@sou.fcr.edu.br
[213] Mestre/Doutora em Direitos Humanos, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rita.nocetti@fcr.edu.br

o avanço da adultização infantil, não se limitando a tal aspecto, também são consideráveis as possibilidades e probabilidades de tal fato propagar-se por meios diversos à mídia digital. Os participantes associaram o fenômeno a prejuízos emocionais significativos, como ansiedade, baixa autoestima e insegurança, nos quais são agravantes para a problemática em questão. Também destacaram a necessidade de maior orientação familiar, regulamentação das plataformas digitais e implementação de ações educativas. Os dados foram sistematizados em categorias analíticas que evidenciam fragilidades na proteção da infância e desconhecimento generalizado sobre os impactos do fenômeno. **Conclusões ou considerações finais**: Dessa forma, pode-se concluir que a adultização precoce configura uma violação dos direitos humanos e demanda estratégias educativas contínuas, articulação institucional e engajamento da comunidade para garantir o desenvolvimento saudável da infância. O projeto reforça o papel social da universidade e evidencia a importância da extensão no enfrentamento de problemáticas sociais emergentes.

Palavras-chave: adultização; infância; direitos; desenvolvimento; mídia.

REFERÊNCIAS:

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990]. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Presidência da República, [1990].

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. [S. l.]: UNICEF, 1989. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca. Acesso em: 13 abr. 2026.

DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Anna Beatriz Rosário Souza[214]
Isabele Duarte Muniz[215]
Isabella Ferracioli Bennesby[216]
João Neto Costa Kechner[217]
Marina Ribeiro de Amorim[218]
Nagib Badra Almeida[219]
Rita de Cassia Pessoa Nocetti[220]

RESUMO

Introdução: A inclusão social e a proteção jurídica das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constituem desafios contemporâneos que demandam políticas públicas efetivas, práticas educativas inclusivas e ampliação da conscientização social. O Estatuto da Pessoa com Autismo (Lei nº 12.764/2012) surge como marco regulatório essencial, assegurando direitos fundamentais e reforçando princípios constitucionais como igualdade e dignidade humana. O objetivo central do estudo é apresentar, de forma clara, os direitos assegurados às pessoas com TEA, orientando famílias, profissionais e a sociedade sobre garantias legais, prioridades e políticas inclusivas relacionadas à educação, saúde, assistência social e trabalho. **Referencial Teórico:** O referencial teórico destaca a evolução da legislação brasileira de proteção às pessoas com TEA, fundamentada na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Pessoa com Autismo e na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Autores como Amaral (2020), Delgado (2021), Canotilho (2021), Tartuce (2023) e Gagliano (2023) enfatizam a importância da consolidação dos direitos como base para inclusão plena, bem como a necessidade de políticas intersetoriais que articulem educação, saúde e assistência social. O conjunto de normas analisado demonstra o estado da arte do debate sobre autonomia, inclusão e participação social das pessoas com TEA. **Metodologia:** A metodologia do projeto de extensão fundamentou-se na atuação direta dos estudantes, que desenvolveram a cartilha a partir de pesquisa bibliográfica sobre o transtorno do espectro autista e práticas de comunicação acessível. O processo envolveu seleção e síntese de conteúdos relevantes, adaptação da linguagem para favorecer clareza e compreensão e organização visual baseada em princípios de acessibilidade. As cartilhas

[214] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Porto Velho/Ro, Brasil, endereço eletrônico: anna.souza@sou.fcr.edu.br
[215] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: isabele.muniz@sou.fcr.edu.br
[216] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: isabella.bennesby@sou.fcr.edu.br
[217] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: joão.kechner@sou.fcr.edu.br
[218] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: marina.amorim@sou.fcr.edu.br
[219] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Porto Velho/RO, Brasil, endereço eletrônico: nagib.almeida@sou.fcr.edu.br
[220] Mestre em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rita.nocetti@fcr.edu.br.

finalizadas foram então reproduzidas e distribuídas em instituições parceiras, garantindo alcance comunitário e retorno contínuo para aprimoramento do material. **Resultados:** Os resultados apresentam uma sistematização dos direitos assegurados às pessoas com TEA, organizados em categorias jurídicas e sociais: Direitos legais e estatutários: reconhecimento do autismo como deficiência e garantia de atendimento prioritário, proteção contra discriminação e autonomia; Educação inclusiva: direito à matrícula em escolas regulares, oferta de recursos pedagógicos adaptados, Atendimento Educacional Especializado e capacitação docente; Saúde integral: acesso a diagnóstico precoce, terapias multidisciplinares e acompanhamento contínuo no SUS; Assistência social: apoio às famílias, BPC e programas de inclusão comunitária; Trabalho e autonomia econômica: incentivos à contratação, qualificação profissional e promoção de ambientes laborais inclusivos; Conscientização social: combate ao preconceito por meio de campanhas, materiais educativos e participação da sociedade civil. **Conclusões:** O estudo evidencia que a elaboração e difusão das cartilhas desempenhou papel relevante na ampliação do conhecimento comunitário sobre o transtorno do espectro autista, contribuindo para a conscientização acerca dos direitos das pessoas autistas e para a redução de estigmas historicamente associados à condição. A disponibilização de informações claras e cientificamente embasadas favoreceu a construção de uma percepção social mais informada e inclusiva, estimulando práticas de respeito, autonomia e participação social. Reforça-se que a consciência social e o combate à discriminação são fundamentais para transformar garantias legais em práticas inclusivas que assegurem participação plena e respeito à diversidade.

Palavras-chave: Autismo; direitos das pessoas com TEA; inclusão social; políticas públicas; acessibilidade.

REFERÊNCIAS:

AMARAL, R. **Inclusão social e direitos das pessoas com autismo**. São Paulo: Editora Humanitas, 2020.

CANOTILHO, J. J. G. **Direitos fundamentais e inclusão social**. Lisboa: Almedina, 2021.

CARVALHO, M. **Políticas públicas e educação inclusiva**: perspectivas para pessoas com TEA. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

DELGADO, A. **Direitos das pessoas com deficiência**: legislação e prática social. Brasília: Fórum, 2021.

GAGLIANO, P. **Direito das pessoas com deficiência e o Estatuto do Autista**. São Paulo: Saraiva, 2023.

LÔBO, F. **Saúde integral e atenção às pessoas com Transtorno do Espectro Autista**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2023.

PAMPLONA FILHO, N. **Educação inclusiva e políticas públicas no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2024.

SCHWARCZ, L. M. **Inclusão e diversidade**: perspectivas sociais e culturais. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SILVA, R. **Mercado de trabalho inclusivo e responsabilidade social**. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

TARTUCE, F. **Direitos das pessoas com deficiência**: legislação e prática. São Paulo: Método, 2023.

WATANABE, T. **Autonomia e trabalho para pessoas com Transtorno do Espectro Autista**. Curitiba: Juruá, 2020.

A EXTENSÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC, PREVISTO NA LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS, AOS IDOSOS A PARTIR DOS 60 ANOS DE IDADE, EM ANALOGIA AO ARTIGO 1° DO ESTATUTO DO IDOSO E DO ARTIGO 203, V, CRFB/88.

Abrailson Lopes da Cruz[221]
Elison Carvalho Lima Vieira[222]
João Marcos Ribeiro Paixão[223]
Maria Eduarda Oliveira Lima[224]
Maria Klivianny Meireles da Costa Benjamin[225]
Paulinny Freire de Oliveira[226]
Russell Lello de Miranda[227]
Carolina Simões Correia[228]

RESUMO

Introdução: O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto no art. 203, V, da Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei 8.742/1993, estabelece que o idoso só pode receber o benefício a partir dos 65 anos. Contudo, esse critério etário diverge do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), que reconhece como idosa a pessoa com 60 anos ou mais, gerando contradição entre normas constitucionais e infraconstitucionais. O projeto científico busca demonstrar essa incompatibilidade, destacando que trabalhadores autônomos, que não contribuem para a Previdência, só podem acessar o BPC aos 65 anos, o que viola direitos previstos para idosos a partir dos 60. Após a Reforma da Previdência (EC 103/2019), que dificultou aposentadorias, o BPC tornou-se ainda mais relevante para profissionais liberais e informais, mas a exigência de idade mínima impede sua efetiva função social. Por isso, o estudo propõe apresentar o problema ao senador Confúcio Moura e sugerir alteração legislativa no Senado Federal. **Referencial Teórico:** O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto no art. 203, V, da Constituição de 1988 e regulamentado pela LOAS (Lei nº 8.742/1993), estabelece idade mínima de 65 anos para o idoso vulnerável. Contudo, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) define como idosa a pessoa com 60 anos ou mais, criando divergência normativa que afeta o acesso aos direitos assistenciais. A literatura destaca que essa incongruência compromete a efetividade da proteção social. Silva (2022) ressalta que o

[221] Graduando (a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, abrailson.cruz@sou.fcr.edu.br
[222] Graduando (a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, elison.vieira@sou.fcr.edu.br
[223] Graduando (a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joao.paixao@sou.fcr.edu.br
[224] Graduando (a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.eduarda@sou.fcr.edu.br
[225] Graduando (a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.benjamin@sou.fcr.edu.br
[226] Graduando (a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, paulinny.oliveira@sou.fcr.edu.br
[227] Graduando (a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, russell.miranda@sou.fcr.edu.br
[228] Mestre/Doutora em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br

limite de 65 anos ignora o aumento da vulnerabilidade socioeconômica entre idosos de 60 a 64 anos, violando os princípios da dignidade humana e da igualdade material. No âmbito jurisprudencial, o STF flexibilizou o critério de renda do BPC (RE 567985/MT), reforçando a necessidade de interpretação conforme os direitos fundamentais, embora sem alteração do requisito etário. Autores como Moraes (2021) defendem que a hermenêutica constitucional deve garantir a máxima efetividade dos direitos fundamentais, permitindo harmonizar LOAS e Estatuto do Idoso para ampliar a proteção a quem já é reconhecido como idoso pelo ordenamento. Assim, o estado da arte evidencia que a extensão do BPC aos maiores de 60 anos encontra amparo doutrinário, jurisprudencial e principiológico. **Metodologia:** A proposta de alteração legislativa possui abrangência nacional, pois se dirige a todos os idosos com 60 anos ou mais. A metodologia do projeto foi estruturada em fases para garantir sua efetividade, iniciando pelo planejamento, com levantamento bibliográfico e definição dos objetivos; passando pela execução, que acompanha o cronograma e registra o desenvolvimento das atividades; seguindo com o monitoramento e controle, etapa destinada a identificar falhas e oportunidades de melhoria; e concluindo com a avaliação e encerramento, quando os resultados são analisados e consolidados no relatório final. **Resultados:** O projeto envolveu 12 idosos, todos entre 60 e 64 anos, profissionais liberais sem contribuição previdenciária, que exemplificam o grupo prejudicado pela Lei nº 8.742/1993. Esses participantes servirão como base empírica para fundamentar o pedido de alteração legislativa a ser apresentado ao Senador Confúcio Moura, visando promover a inclusão social desse público. **Considerações finais:** O projeto busca promover a inclusão social de idosos em situação de vulnerabilidade, especialmente aqueles que trabalharam como profissionais liberais sem conhecimento sobre a importância da contribuição previdenciária. A iniciativa evidência as dificuldades financeiras e de saúde enfrentadas por esse grupo e reforça a necessidade de educação financeira e planejamento familiar, em consonância com os princípios da Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Assistência social; BPC; Estatuto do Idoso; LOAS; direitos sociais.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF: Presidência da República, [1993].

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, DF: Presidência da República, [2003].

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil interpretada**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 47. ed. São Paulo: Malheiros, 2022.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (Brasil). **Recurso Extraordinário nº 567.985/MT**. Relator: Min. Gilmar Mendes, 18 de abril de 2013. Disponível em: http://www.stf.jus.br. Acesso em: 15 set. 2025.

AS CONDIÇÕES HUMANAS E JURÍDICAS NA CASA DE DETENÇÃO JOSÉ MÁRIO ALVES DA SILVA (URSO BRANCO) EM PORTO VELHO – RONDÔNIA

Davi Isaac Pereira Barros[229]
Fábio Emanuel Mina Monteiro[230]
Nilcharle da Silva Feitosa[231]
Khemyli Gabryela Garcia Silva[232]
Carolina Simões Correia[233]

RESUMO

Introdução: O Presídio José Mário Alves da Silva, conhecido como Urso Branco, tornou-se símbolo nacional e internacional de violações persistentes de direitos humanos, sendo alvo de medidas e sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos devido à superlotação, à precariedade estrutural e à violência institucional. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Execução Penal e as Regras de Mandela estabelecem padrões mínimos para garantir integridade física, moral e dignidade no cumprimento da pena, porém documentos oficiais e relatos mostram ampla distância entre o texto normativo e a realidade cotidiana da unidade. O estudo tem como objetivo analisar as condições atuais do presídio sob a ótica dos direitos humanos, identificando violações estruturais, descrevendo a atuação estatal e apontando caminhos para conscientização e intervenção social. **Metodologia**: A pesquisa utiliza abordagem qualitativa, documental e bibliográfica, com análise de legislação nacional, relatórios institucionais, decisões da Corte Interamericana, documentos internacionais e doutrina especializada, além de entrevista com peritas do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de Rondônia. Foram examinados relatórios de inspeção, decisões judiciais como a ADPF 347, documentos de organizações de direitos humanos e produções acadêmicas sobre sistema prisional. A entrevista permitiu compreender percepções internas sobre estrutura, rotina, omissões estatais e impactos humanos. Os dados foram sistematizados em eixos temáticos relacionados a condições materiais, atuação institucional, violências, impactos psicológicos e desafios estruturais. **Resultados**: Os achados mostram que o Urso Branco permanece em situação crítica, com superlotação persistente que agrava conflitos, prejudica rotinas e amplia tensões emocionais. A estrutura física é inadequada, com corredores estreitos, celas com ventilação deficiente e instalações antigas descritas como “puxadinhos”, sem reformas capazes de assegurar condições dignas. A alimentação chega fria e repetitiva, a água para banho é disponibilizada poucas vezes ao dia e a higiene é limitada, revelando que o

[229] Graduando (a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, davi.barros@sou.fcr.edu.br
[230] Graduando (a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, fabio.monteiro@sou.fcr.edu.br
[231] Graduando (a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, nilcharle.feitosa@sou.fcr.edu.br
[232] Graduando (a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, khemyli.silva@sou.fcr.edu.br
[233] Mestre/Doutora em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br

Estado cumpre apenas o mínimo legal. A falta de atividades, estudo e trabalho produz sensação de abandono, desmotivação e ansiedade, reforçando o impacto psicológico relatado pelas peritas. A violência física reduziu, mas persistem pressões emocionais e tensões internas, agravadas pela ausência de separação adequada de grupos vulneráveis como pessoas LGBT, indígenas e imigrantes. A atuação estatal aparece como insuficiente: inspeções e relatórios produzem recomendações, mas mudanças estruturais dependem de investimento, concursos públicos e reformas, que não ocorrem. As instituições fiscalizadoras desempenham papel relevante, porém não substituem a responsabilidade estatal. As famílias convivem com medo e insegurança, enquanto a educação básica oferecida dentro da unidade é vista como o aspecto mais positivo e com maior potencial de transformação. As análises confirmam que as condições observadas correspondem ao quadro caracterizado pelo STF como "estado de coisas inconstitucional", marcado por omissão estrutural e incapacidade do Estado em assegurar direitos fundamentais. **Considerações finais:** O estudo evidencia que o Urso Branco mantém um cenário de violações estruturais incompatíveis com a dignidade humana. A solução demanda cumprimento efetivo da Constituição, da LEP e dos tratados internacionais, além de investimentos contínuos, equipes completas, melhorias estruturais e ampliação de projetos educacionais e de trabalho. A fala das peritas reforça que a transformação depende de ação estatal concreta, já que relatórios e fiscalizações, embora essenciais, não alteram a realidade sem compromisso governamental. O estudo atende ao objetivo proposto ao demonstrar que a unidade permanece violando direitos fundamentais e confirma a importância de iniciativas acadêmicas de extensão para ampliar o debate social sobre o sistema prisional.

Palavras-chave: sistema prisional; direitos humanos; Urso Branco; dignidade humana; políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, [1984].

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347**. Relator: Min. Marco Aurélio, 9 de setembro de 2015.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Urso Branco vs. Brasil**. Sentença de 20 de novembro de 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2014.

HUMAN RIGHTS WATCH. **O Brasil atrás das grades**. Nova York: HRW, 2005.

JUSTIÇA GLOBAL. **Presídio Urso Branco**: a institucionalização da barbárie. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Regras de Mandela**: regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos. Nova York: ONU, 2015.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Violência e direitos humanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2018.

RONDÔNIA. Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. **Relatório de Inspeção Interinstitucional**. Porto Velho: MEPCT/RO, 2025.

ARBORIZAÇÃO URBANA E QUALIDADE DE VIDA EM PORTO VELHO-RO

Caio Vinicius Telles Valente[234]
Eloizy Cristini Dave de Assis[235]
Giovanna Meireles Pezzini[236]
João Victor Freitas Vaz[237]
Juciney de Oliveira Caldeira Junior[238]
Melyssa da Silva Bezerra[239]
Pedro Henrique Leal Casa[240]
Ronald Sezari Rodrigues[241]
Carolina Correia Simões[242]
Vinicius de Assis[243]

RESUMO

A cidade de Porto Velho, apesar de estar localizada em uma região amazônica, apresenta um quadro de baixa arborização urbana, o que contribui para o aumento das temperaturas, redução de umidade e piora da qualidade ambiental e estética da cidade. Nesse contexto, o objetivo geral deste projeto de extensão é conscientizar a comunidade acadêmica e a população de Porto Velho sobre a importância da arborização e os seus diversos benefícios, a fim de instigar a responsabilidade individual e coletiva, além de promover ações concretas voltadas à melhoria do espaço urbano. O projeto está fundamentado nos princípios do Direito ambiental e nas Tutelas Coletivas, como ferramenta de proteção dos direitos difusos, sobretudo na sua função educativa e preventiva, este projeto visa integrar a teoria e a prática, aproximando o ensino jurídico da realidade socioambiental local. O estudo sobre arborização urbana dialoga diretamente com a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei n° 9.795/99, especialmente em seus artigos 2° e 5°, que demandam a integração da educação ambiental nas esferas educativas e a participação da coletividade na preservação do meio ambiente. A Lei n°10.257/2001, concretiza os arts. 182 e 183 da Constituição ao fixar diretrizes da política urbana orientadas à função social da cidade. No tema da arborização urbana, a norma oferece suporte jurídico para integrar áreas verdes ao planejamento municipal como elemento de ordenamento territorial. Seus instrumentos, especialmente o plano diretor, permitem disciplinar a proteção e expansão da vegetação urbana. Com isso, a lei reforça o dever municipal de promover um ambiente urbano

[234] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, caio.valente@sou.fcr.edu.br.
[235] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eloizy.assis@sou.fcr.edu.br
[236] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, giovanna.pezzini@sou.fcr.edu.br
[237] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joao.vaz@sou.fcr.edu.br
[238] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, juciney.junior@sou.fcr.edu.br
[239] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pedro.casa@sou.fcr.edu.br
[240] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pedro.casa@sou.fcr.edu.br
[241] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ronald.rodrigues@sou.fcr.edu.br
[242] Mestre/Doutora em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br
[243] Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Doutor em Ciência Jurídica, vinicius.assis@fcr.edu.br

sustentável e de qualidade de vida. A metodologia do projeto foi estruturada em três fases interligadas, visando embasamento teórico, logística e execução prática. A fase inicial consistiu em Pesquisa Bibliográfica e Documental, realizada por meio da análise de artigos e sites especializados. O objetivo foi obter suporte teórico e jurídico, abordando os benefícios da arborização urbana e os desafios enfrentados por uma cidade não arborizada, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e os fundamentos jurídicos aplicáveis ao projeto, com foco nas tutelas coletivas. A segunda etapa envolveu a reunião dos dados coletados e a produção de materiais informativos (um banner e 45 folhetos). Paralelamente, estabeleceu-se contato com o Batalhão de Polícia Ambiental, que prontamente doou 40 mudas de quatro espécies diferentes, e com o Viveiro São Gabriel, que indicou uma espécie ideal para o plantio no estacionamento do campus da Faculdade Católica de Rondônia. A etapa de execução foi dividida em dois dias: o primeiro consistiu na distribuição das mudas e dos folhetos informativos no campus e no Espaço Alternativo, ação acompanhada de uma breve exposição dos acadêmicos à população sobre a importância da arborização. O segundo dia focou no plantio das mudas no campus da faculdade, com a participação dos estudantes, sendo a atividade posteriormente divulgada no Instagram da instituição para promover o projeto e incentivar novas ações ambientais. Ao analisar os resultados do projeto, demonstrou-se que o conhecimento teórico e jurídico foi firmemente estabelecido na fase inicial, permitindo a criação de materiais informativos padronizados (banners e 45 folhetos) com informações corretas, incluindo o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e a relação da arborização com a dignidade humana. Na frente de conscientização e engajamento, a ação de distribuição de mudas e folhetos, acompanhada da exposição dos acadêmicos, alcançou a comunidade no campus e no Espaço Alternativo, reforçando a corresponsabilidade ambiental. Em termos práticos e de materialização, a ação culminou no plantio efetivo de mudas no campus, contribuindo diretamente para a melhoria microclimática e paisagística local. A articulação institucional se confirmou como um resultado chave, com a obtenção das 40 mudas por meio da parceria com o Batalhão de Polícia Militar Ambiental e a obtenção das autorizações necessárias. O projeto serviu ainda para demonstrar a aplicação do conhecimento em Tutelas Coletivas em ações preventivas e de mobilização, confirmando o papel do Direito como agente de transformação social. Em conclusão, o projeto cumpriu integralmente seu objetivo de conscientização, com o percurso metodológico integrando com sucesso a teoria jurídica à prática extensionista. A pesquisa forneceu o suporte legal, a logística garantiu a obtenção e distribuição das mudas, e a fase de execução estimulou a responsabilidade individual e coletiva, resultando na melhoria concreta do espaço urbano. A experiência demonstrou a eficácia das tutelas coletivas na função educativa e preventiva, reafirmando a importância da extensão para o diálogo entre ensino e realidade socioambiental de Porto Velho.

Palavras-chave: Arborização urbana; Meio ambiente; Educação ambiental.

REFERÊNCIAS:

BONAMETTI, J. H. Arborização urbana. **Terra e Cultura**, Londrina, ano 19, n. 36, 2000. Disponível em: http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/terra_cultura/36/Terra%20e%20Cultura_36-6.pdf. Acesso em: 8 nov. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 8 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 10 nov. 2025.

MENDES, Carla Alexandra Soares *et al*. Arborização urbana: áreas verdes como indicadores de qualidade de vida. In: **CITY FARM**, 2., 2022, Cascavel. Anais [...]. Cascavel: FAG, 2022. p. 1-12. Disponível em: https://cityfarm.fag.edu.br/assets/documentos/anais/2022/Karine%20Cristina%20Mohler.pdf. Acesso em: 8 nov. 2025.

VOZES SILENCIADAS NO PÓS-MORTE: A MEDICINA LEGAL COMO INSTRUMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Beatriz do Nascimento Vieira[244]
Daniele Amaral Lima[245]
Gabriel Claros Gomes Palú[246]
Matheus Pires de Carvalho[247]
Murilo Sérgio Valente Aguiar[248]
Vitor Hugo Gvozdanovic de Souza[249]
Rita de Cássia Pessoa Nocetti[250]

RESUMO

Introdução: A relação entre humanidade e morte acompanha toda a trajetória das civilizações, revelando modos de conceber a dignidade do corpo e o papel social do falecido. No cenário contemporâneo, essa discussão envolve diretamente instituições públicas como o Instituto Médico Legal (IML), local responsável pela custódia e análise dos corpos, sobretudo em contextos de violência e vulnerabilidade social. Este estudo, desenvolvido como projeto de extensão universitária, tem por objetivo analisar a atuação da medicina legal no IML de Porto Velho sob a perspectiva dos direitos humanos no pós-morte, destacando o potencial humanizador da perícia oficial e a necessidade de reconhecimento da dignidade do cadáver enquanto extensão dos direitos da personalidade. **Referencial Teórico**: Fundamenta-se em estudos antropológicos e arqueológicos que evidenciam a historicidade do cuidado com os mortos, bem como em tradições antigas que demonstram práticas ritualísticas de preservação do corpo e construção simbólica da memória. Além disso, autores contemporâneos analisam a dignidade póstuma como dimensão integrante dos direitos humanos, permitindo compreender a medicina legal como espaço de reparação simbólica e justiça social. **Metodologia:** a metodologia adotada foi qualiquantitativa, envolvendo aplicação de questionário on-line anônimo. O objetivo desse questionário era compreender o quanto as pessoas se importavam com o tratamento digno aos indivíduos nos pós vida e se elas conheciam o trabalho do IML. O questionário foi precedido de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, destinado a estudantes de Direito, profissionais jurídicos e membros da comunidade acadêmica. Foram utilizadas perguntas abertas e fechadas, sobre qual o entendimento básico do público ao processo de identificação dos falecidos que chegam ao IML, e se com isso ele consegue garantir dignidade ao

[244] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, beatriz.vieira@sou.fcr.edu.br
[245] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, daniele.lima@sou.fcr.edu.br
[246] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gabriel.claros@sou.fcr.edu.br
[247] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, matheus.pires@sou.fcr.edu.br
[248] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, murilo.aguiar@sou.fcr.edu.br
[249] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, vitor.souza@sou.fcr.edu.br
[250] Prof.ª. Dra. Rita de Cássia P. Nocetti, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rita.nocetti@fcr.edu.br.

indivíduo falecido e de que forma isso ocorre, que posteriormente foram analisadas por estatística descritiva e interpretação temática, além da realização de uma exposição fotográfica produzida pelos participantes, com finalidade crítica e reflexiva sobre o tratamento institucional dispensado aos mortos. **Resultado:** destaca-se a identificação de percepções diversas sobre o papel do IML no âmbito dos direitos humanos, bem como a compreensão de que a perícia médico-legal ultrapassa a função técnica, podendo constituir-se como instrumento de memória, verdade e dignidade. Com a conclusão dos questionários relatamos que há forte interesse no tema e uma grande consciência sobre os direitos humanos no pós-morte, com base nos dados obtidos concluímos também que existe uma área para aperfeiçoamento na percepção da saúde pública sobre a dignidade no tratamento dos corpos, justificando a continuidade das ações extensionistas de modo a gerar mais visibilidade para os falecidos. Observa-se que a discussão sobre o pós-morte ainda é pouco explorada no meio jurídico-acadêmico, embora apresente relevância significativa para a efetivação de práticas estatais humanizadas, especialmente em regiões marcadas por desigualdades sociais e altos índices de violência. **Conclusões ou considerações finais:** abordagem humanística da medicina legal é fundamental para valorizar os corpos silenciados, reafirmar a dignidade da pessoa humana após a morte e estimular a formação ética e crítica de futuros profissionais do Direito. O projeto demonstra que ações de extensão universitária podem contribuir para o debate público e para o fortalecimento de uma cultura institucional comprometida com o respeito póstumo e a justiça.

Palavras-chave: direitos humanos; medicina legal; dignidade póstuma; IML; justiça social

REFERÊNCIAS:

BELTRÃO, Jane Kelly *et al*. A comissão sobre os mortos e desaparecidos políticos: memória, verdade e justiça no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 28, n. 163, p. 363-383, 2020. Disponível em: https://www.editorajuspodivm.com.br/revista. Acesso em: 20 ago. 2025.

HOYNACKI, Daniela. **Morte e sepultamento no mundo antigo**. [S. l.]: Iniciantes em Pesquisa – EBSCO, 2022. Disponível em: https://iniciantesempesquisaebsco.blogspot.com/2022/11/morte-e-sepultamento-nomundo-antigo.html. Acesso em: 15 ago. 2025.

LIDMAN, Melanie. Uma caverna em Israel tem um dos cemitérios mais antigos conhecidos do mundo. **Associated Press News**, [S. l.], 25 jul. 2025. Disponível em: https://apnews.com/article/israel-cave-graves-archaeology8b2cf86c9d15f189af6f9a750932cfb1. Acesso em: 15 ago. 2025.

MORAES JÚNIOR, Manoel Ribeiro de. Direitos Humanos no Pós-Morte: os mortos como sujeitos de direitos. **Observatório da Jurisdição Constitucional**, Brasília, DF, v. 1, n. 4, 2022. Disponível em: https://observatorio01.unb.br. Acesso em: 15 ago. 2025.

DIREITOS FUNDAMENTAIS E VIOLÊNCIA POLICIAL: PERSPECTIVAS JURÍDICAS E SOCIAIS

Bianca Jacomin da Rocha[251]
Camilly Ribeiro da Costa[252]
Isabelle Monteiro Ferraz[253]
Isabelly de Lima Romualdo Oliveira[254]
Julianny Duran Freitas Lima[255]
Kaila Kaiua Lessa Santos[256]
Rita de Cássia Pessoa Nocetti[257]

RESUMO

O tema dos direitos fundamentais diante da violência policial é urgente, pois o uso desproporcional da força pelas instituições de segurança compromete garantias constitucionais e a confiança social no Estado. O texto analisa essa problemática sob as dimensões jurídica e social, abordando a proteção legal dos direitos fundamentais, os mecanismos de controle e responsabilização policial e as causas estruturais que tornam a violência policial mais frequente em grupos vulneráveis. O estudo busca compreender a violência policial como violação grave dos direitos fundamentais no Brasil, discutir seus principais desafios e refletir sobre caminhos para uma segurança pública mais democrática e respeitosa dos direitos humanos. A relação entre direitos fundamentais e violência policial no Brasil, destacando-se a Constituição de 1988, estabelece limites claros à atuação estatal e que qualquer ação policial abusiva viola princípios como dignidade, vida e integridade física. Autores do constitucionalismo (como Alexy e Dworkin) reforçam que os direitos fundamentais impõem limites rígidos ao poder estatal, especialmente pelo princípio da proporcionalidade. Já estudos da criminologia e sociologia (como Zaffaroni, Foucault, Silva e Sinhoretto) mostram que a violência policial é estrutural, marcada por seletividade penal e desigualdades raciais e territoriais. Além disso, também discute-se os mecanismos de controle da atividade policial, que devem garantir legalidade e responsabilização. Conclui-se que enfrentar a violência policial exige abordagem interdisciplinar, fortalecimento dos controles institucionais, políticas públicas baseadas em direitos humanos e formação policial alinhada aos valores democráticos. A metodologia do projeto seguiu uma abordagem qualitativa e descritivo-exploratória dividida em três etapas. Primeiro, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental em livros, artigos, legislação — especialmente a Constituição — e relatórios, para fundamentar o estudo sobre direitos fundamentais e

[251] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, bianca.rocha@sou.fcr.edu.br
[252] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, camilly.costa@sou.fcr.edu.br.
[253] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, isabelle.ferraz@sou.fcr.edu.br
[254] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, isabelly.oliveira@sou.fcr.edu.br.
[255] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, julianny.lima@sou.fcr.edu.br.
[256] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, kaila.santos@sou.fcr.edu.br.
[257] Doutora em Educação, Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Brasil, rita.nocetti@fcr.edu.br.

violência policial. Depois, planejou-se a intervenção social, com a elaboração de panfletos educativos em linguagem acessível e definição das estratégias de distribuição. Na etapa prática, os panfletos foram entregues presencialmente e houve diálogo direto com a população, utilizando a observação não estruturada para registrar percepções e dúvidas. Por fim, esses dados foram analisados qualitativamente, permitindo avaliar a receptividade ao material, o conhecimento dos cidadãos e o impacto educativo da ação. Realizamos a entrega dos panfletos informativos e o contato direto com as pessoas. A maior parte delas nos recebeu de forma positiva e demonstrou interesse em compreender melhor o tema. Observou-se que muitos participantes tinham pouco ou nenhum conhecimento prévio sobre seus direitos fundamentais em situações de abordagem policial, especialmente quanto aos limites legais da atuação policial e aos mecanismos disponíveis para denúncias de abuso. As conversas permitiram esclarecer dúvidas frequentes e mostraram que a violência policial é percebida como um problema comum, sobretudo em áreas mais vulneráveis. A distribuição dos panfletos contribuiu para ampliar a compreensão dos moradores e estimulou um diálogo importante sobre cidadania e direitos humanos, cumprindo o propósito educativo da ação de extensão. O desenvolvimento do projeto evidenciou a complexidade da relação entre direitos fundamentais e violência policial no Brasil. As análises realizadas permitiram retomar os objetivos propostos e mostraram a importância de uma leitura crítica sobre os limites jurídicos e sociais que orientam a atuação policial. A pesquisa bibliográfica e documental confirmou que práticas que fragilizam a efetividade dos direitos constitucionais ainda persistem no cotidiano. As ações extensionistas fortaleceram o diálogo entre a universidade e a comunidade, ampliando a conscientização e incentivando a participação social. Dessa forma, cumpriu-se o propósito de integrar ensino, pesquisa e extensão na construção de uma cultura comprometida com os direitos humanos. Conclui-se que enfrentar a violência policial exige reflexão constante, sensibilidade social e o engajamento de diferentes atores, reafirmando o papel essencial da universidade na formação crítica, cidadã e humanizada.

Palavras-chave: Direitos fundamentais; violência policial; dignidade; responsabilização; desigualdade.

REFERÊNCIAS:

ALEXY, R. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2008.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

DWORKIN, R. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

SILVA, E. R. A. **Violência policial e seletividade penal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2019.

SINHORETTO, J.; GINDRE, G.; HOLSTON, J. **A violência da polícia no Brasil**: uma análise estrutural. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

ZAFFARONI, E. R. **Em busca das penas perdidas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

OS DIREITOS HUMANOS E DIGNIDADE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE EM RONDÔNIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO SISTEMA PRISIONAL

Ana Laura Amaral[258]
Clarice Carvalho Pontes[259]
Heloísa Rodovalho Souza[260]
Kevin Wesley[261]
Glaucia Shayane[262]
Vinicius Demétrius[263]
Rita de Cássia P. Nocetti[264]

RESUMO

A reinserção social de pessoas privadas de liberdade constitui um dos mais relevantes e persistentes desafios enfrentados pelo sistema prisional brasileiro, inserindo-se no cerne das discussões sobre a efetivação da dignidade da pessoa humana, princípio fundante do Estado Democrático de Direito. A execução penal, em sua dimensão normativa e constitucional, pressupõe não apenas a imposição da pena, mas também a adoção de mecanismos capazes de possibilitar condições reais de retorno do indivíduo ao convívio social. Entretanto, a distância entre a previsão legal e a realidade concreta evidencia que grande parte da população encarcerada permanece exposta a situações de vulnerabilidade estrutural, precariedade institucional e escassez de políticas públicas contínuas e integradas. Nesse cenário, o presente estudo dedica-se à análise da reinserção social de pessoas privadas de liberdade no Estado de Rondônia, buscando compreender os limites e as potencialidades das iniciativas voltadas à educação, ao trabalho, à profissionalização e ao fortalecimento de vínculos comunitários. A investigação parte do entendimento de que a ressocialização efetiva depende da articulação de múltiplas dimensões jurídica, social, educativa, econômica e, portanto, exige ações estruturadas que ultrapassem a perspectiva meramente punitiva da pena. A pesquisa orienta-se, ainda, à elaboração de uma cartilha informativa destinada a divulgar, de forma clara e acessível, os dados, análises e reflexões produzidos sobre a realidade prisional rondoniense, contribuindo para ampliar o debate público acerca da temática. A metodologia empregada compreende diferentes etapas e instrumentos de coleta de dados. Inicialmente, foi realizada pesquisa documental a partir de relatórios oficiais da Secretaria de Estado da Justiça de Rondônia, dados estatísticos fornecidos pelo Governo Federal e documentos institucionais de programas de reinserção. Na sequência, desenvolveu-se pesquisa de campo mediante entrevistas semiestruturadas com profissionais atuantes no sistema prisional e participantes de iniciativas ressocializadoras, visitas em projetos locais (ACUDA-RO). A análise dos dados obtidos

[258] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.matos@sou.fcr.edu.br
[259] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, clarice.pontes@sou.fcr.edu.br
[260] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, heloisa.souza@sou.fcr.edu.br
[261] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, kevin.lima@sou.fcr.edu.br
[262] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, glaucia.barros@sou.fcr.edu.br
[263] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, vinicius.machado@sou.fcr.edu.br
[264] Doutora em Educação, Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Brasil, rita.nocetti@fcr.edu.br

seguiu abordagem qualitativa, com categorização temática das informações, permitindo identificar os principais desafios e perspectivas relacionadas ao processo de reintegração social. Por fim, produziu-se material educativo que busca traduzir os achados da pesquisa à sociedade em geral, reforçando a função extensionista do estudo. Os dados oficiais demonstram que Rondônia ocupa posição de destaque no cenário nacional quando se trata da participação de reeducandos em atividades laborais. De acordo com a Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), no segundo semestre de 2024, o estado registrou 69,77% de pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades de trabalho durante o cumprimento da pena, alcançando o segundo maior percentual entre todas as unidades da federação. Tal índice evidencia que, apesar das limitações estruturais e da sobrecarga do sistema prisional, há iniciativas relevantes que buscam promover a reintegração por meio do trabalho e da capacitação profissional. A análise qualitativa dessas práticas permite compreender não apenas seus impactos individuais, expressos em maior autoestima, disciplina e capacitação, mas também seus efeitos sociais, como a redução da reincidência e a ampliação do diálogo comunitário sobre o papel da reinserção. O estudo contribui, assim, para aprofundar a compreensão sobre a realidade prisional rondoniense e sobre os mecanismos que podem favorecer a construção de trajetórias mais dignas para pessoas privadas de liberdade. Ao oferecer subsídios teóricos, empíricos e reflexivos, o trabalho reforça a necessidade de compromisso coletivo, envolvendo Estado, sociedade civil e instituições acadêmicas, na defesa da dignidade humana daqueles que cumpriram ou estão cumprindo pena. A cartilha produzida como resultado da pesquisa representa um instrumento relevante para promover a conscientização social, estimular o debate público e fortalecer práticas de inclusão, evidenciando que a reinserção não é apenas um requisito legal, mas um imperativo ético e social para o fortalecimento da cidadania e da justiça.

Palavras-chave: Reinserção Social; Sistema Prisional; Dignidade Humana; Políticas Públicas; Ressocialização.

REFERÊNCIAS:

ACUDA – Associação Cultural de Desenvolvimento do Apenado e Egresso. **Sobre a ACUDA**. Porto Velho: ACUDA, 2025.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Brasília, DF: FORPROEX, 2019.

JESUS, E. A. de; FORMIGA, M. V. F. de S.; ROZA, T. Q. A reinserção social como um resgate da cidadania às pessoas privadas de liberdade. **Revista OWL – Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 565–580, 2024.

RONDÔNIA. Governo do Estado. **Governo fortalece parceria com ACUDA para fomentar o trabalho de ressocialização no Estado**. Porto Velho: Secom, 2021. Disponível em: [inserir link]. Acesso em: 13 abr. 2026.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Justiça. **Plano Estadual de Trabalho no Sistema Prisional do Estado de Rondônia (vigência 2024-2026)**. Porto Velho: SEJUS, 2024.

ZUIN, L. A.; FRACCARO, R. de S. G. Ressocialização e remição da pena: o direito à educação no Sistema Penitenciário de Porto Velho. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 18, n. 1, p. e4631142, 2024.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Justiça. **Sistema Penitenciário em Números**. Porto Velho: SEJUS-RO, 2025.

ESCUTA E ACOLHIMENTO NA FRONTEIRA: DIREITOS HUMANOS E PSICOLOGIA COM IMIGRANTES VENEZUELANOS NO BRASIL

Ayla Jhessy Melo de Souza[265]
Eliana Parente Carvalho[266]
Eliane Bandeira do Nascimento[267]
Rubens Lima de Souza[268]
Silvanete Gonçalves de Souza[269]
Victoria Passos de Souza[270]
Roxane Dias da Silva[271]

RESUMO

Introdução: O projeto teve como propósito promover acolhimento psicossocial e orientação sobre os direitos humanos a imigrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade em Porto Velho (RO). Segundo a autora Sawaia (2009), uma Psicologia Social crítica visa a compreensão do sofrimento étnico-político e a promoção da dignidade humana. Já a Psicologia das Emergências contribui enfatizando a importância da escuta e da garantia dos direitos humanos em populações em situação de vulnerabilidade (CFP, 2019). Sendo assim, é essencial a oferta de acolhimento psicossocial e orientação quanto aos direitos humanos, principalmente para indivíduos em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, a pergunta que impulsionou o presente trabalho consistiu em: Como oferecer acolhimento psicossocial e orientação legal de maneira significativa e efetiva para imigrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade social, considerando seu caráter temporário e transitoriedade territorial? Como objetivos específicos: oferecer acolhimento psicossocial e orientação e conscientização sobre direitos fundamentais, fortalecendo a autonomia e o sentimento de pertencimento dos imigrantes venezuelanos. Além disso, a justificativa para essa pesquisa reside em verificar o efeito concreto na autopercepção da dignidade e pertencimento dos imigrantes na cidade de Porto Velho. **Referencial Teórico:** Os imigrantes, embora tenham diversos direitos previstos na Constituição Brasileira e leis infraconstitucionais, ainda precisam de direcionamentos e esclarecimentos para pleiteá-los dentro dos limites legais. Como pontuado por Antônio Oliveira (2007), o mínimo necessário à existência é um direito fundamental, pois sem ele não existe a possibilidade de sobrevivência e da dignidade da pessoa humana, devendo o Estado fornecer, sob pena de intervenção do Poder Judiciário. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter interventivo e participativo, baseada nos princípios da

[265] Graduanda do curso de Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ayla.souza@sou.fcr.edu.br
[266] Graduanda do curso de Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eliana.carvalho@sou.fcr.edu.br
[267] Graduanda do curso de Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eliane.nascimento@sou.fcr.edu.br
[268] Graduanda do curso de Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rubens.souza@sou.fcr.edu.br
[269] Graduanda do curso de Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, silvanete.souza@sou.fcr.edu.br
[270] Graduanda do curso de Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, victoria.souza@sou.fcr.edu.br
[271] Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, roxane.silva@fcr.edu.br.

extensão universitária. As ações ocorreram na Pastoral do Imigrante de Porto Velho (RO), envolvendo 22 participantes, entre adultos e crianças. Foram aplicadas dinâmicas vivenciais e atividades psicoeducativas, com o intuito de compreender as vivências, percepções e sentimentos dos imigrantes venezuelanos acolhidos na instituição. **Resultados:** A intervenção contou com cerca de 40 imigrantes (não somente com venezuelanos, mas também com alguns peruanos e colombianos), promovendo acolhimento emocional, integração social e informação jurídica. Observou-se redução da timidez inicial devido à barreira linguística e aumento da participação espontânea durante as dinâmicas. Crianças demonstraram entusiasmo e os adultos relataram experiências migratórias positivas, comparando o respeito aos direitos humanos no Brasil em relação a outros países. O projeto demonstrou impacto direto na autopercepção de dignidade, pertencimento e cidadania dos participantes, validando a importância da interdisciplinaridade entre Psicologia e Direito nas ações de extensão e promoção de direitos humanos. **Conclusões ou considerações finais:** Este projeto mostrou que o acolhimento e a escuta ativa são ferramentas potentes na construção da autonomia e do sentimento de pertencimento, especialmente quando acompanhadas de informações jurídicas claras que empoderam os migrantes para o exercício pleno da cidadania. A experiência possibilitou aos discentes compreender a realidade de vulnerabilidade vivida pelos imigrantes e reconhecer a importância de promover ações integradas entre o Direito e a Psicologia na garantia dos direitos humanos.
Palavras-chave: Imigração; Acolhimento Psicossocial; Direitos Humanos; Psicologia Social

REFERÊNCIAS:

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em emergências e desastres**. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br. Acesso em: 13 abr. 2026.

OLIVEIRA, Antônio. **Direitos fundamentais e dignidade humana**. São Paulo: Atlas, 2007.

SAWAIA, B. B. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Cliuson Gonçalves Torres[272]
Ediane Colares de Lima[273]
João Paulo Almeida Telles[274]
Leideane dos Santos de Paula[275]
Rita de Cássia Pessoa Noceti[276]

RESUMO

Introdução O presente projeto de extensão aborda a intolerância religiosa como violação dos direitos humanos, com ações educativas em escolas públicas de Humaitá/AM. Embora a Constituição Federal assegure a liberdade de crença e culto, práticas discriminatórias persistem, especialmente contra religiões de matriz africana. O descompasso entre a garantia legal e a realidade evidencia a necessidade de ações formativas, especialmente no ambiente escolar, responsável pela formação crítica e cidadã. O projeto tem como objetivo promover conscientização sobre a diversidade religiosa e incentivar atitudes de respeito, prevenindo práticas discriminatórias. **Referencial Teórico:** A fundamentação teórica se apoia na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 7.716/1989, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em estudos nacionais que evidenciam a recorrência da intolerância religiosa no Brasil. Dados da Secretaria de Direitos Humanos (2011–2015) mostram agressões e ataques a templos, demonstrando que o problema é estrutural e se conecta ao racismo e à marginalização cultural. Pesquisas recentes destacam que religiões afro-brasileiras sofrem perseguições históricas e que o ambiente escolar, quando pouco preparado, contribui para a reprodução de estigmas. Autores como Alcântara e Silva (2021), Carvalho e Gomes (2024) e Marinho et al. (2022) reforçam a necessidade de práticas educativas que valorizem o pluralismo religioso, enquanto estudos jurídico-críticos apontam a ausência de efetividade prática das garantias legais. **Metodologia:** O projeto utiliza pesquisa bibliográfica em livros, artigos acadêmicos, legislações e relatórios institucionais para fundamentar sua proposta. A partir dessa revisão, são elaborados materiais pedagógicos adequados ao nível dos estudantes. A etapa prática consiste na realização de palestras e rodas de diálogo em escolas de Humaitá/AM. Serão aplicados questionários simples para avaliar compreensão, impacto e percepção dos participantes. **Resultados:** O projeto aplicado na escola **Centro Educacional de Tempo Integral (CETI) Tarcila Prado de Negreiros Mendes** em Humaitá/AM alcançou cerca de 80 estudantes, promovendo palestras e diálogos sobre diversidade religiosa e tolerância. Os questionários mostraram boa compreensão e alto engajamento dos alunos e professores. Observou-se mudança positiva nas atitudes, com maior respeito às diferenças e interesse dos docentes em continuar o tema. **Conclusão:** O projeto contribui para a formação cidadã e para o desenvolvimento de uma cultura de respeito nas escolas de

[272] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, cliuson.torres@sou.fcr.edu.br
[273] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ediane.lima@sou.fcr.edu.br
[274] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joao.telles@sou.fcr.edu.br
[275] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leideane.paula@sou.fcr.edu.br
[276] Doutora em Educação, Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Brasil, rita.nocetti@fcr.edu.br

Humaitá/AM. Ao integrar ensino, pesquisa e extensão, promove práticas educativas que enfrentam a intolerância religiosa, gerando impacto direto no ambiente escolar e indireto na comunidade.

Palavras-chave: Intolerância religiosa; diversidade cultural; direitos humanos; escolas; cidadania.

REFERÊNCIAS:

ALCÂNTARA, Ana Carolina Monteiro dos Santos de; SILVA, Maria de Nazareth Rodrigues Malcher de Oliveira. Revisão integrativa sobre intolerância religiosa em povos e comunidades de matriz africana. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 11, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/download/19634/17844/244258. Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República, [1989]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Relatório sobre intolerância e violência religiosa no Brasil (2011–2015)**. Brasília, DF: SDH/PR, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/pdf/relatorio-sobre-intolerancia-e-violencia-religiosa-no-brasil-2011-2015.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

CARVALHO, Maria Clara Oliveira; GOMES, Lucélia Keila Bitencourt. Pluralismo religioso e direitos humanos: aspectos gerais acerca da intolerância religiosa no Brasil. **Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí**, Teresina, ano 4, ed. 1, jan./jun. 2024. Disponível em: https://www.mppi.mp.br/internet/wp-content/uploads/2024/06/Pluralismo-religioso-e-direitos-humanos-aspectos-gerais-acerca-da-intolerancia-religiosa-no-Brasil.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

CRIOLA; ILÊ AXÉ OMIOJUARÔ; ILÊ AXÉ OMI OGUNSIWAJU. **Panorama geral do contexto de racismo religioso no Brasil**. Rio de Janeiro: Criola, 2024. Disponível em: https://criola.org.br/wp-content/uploads/2024/04/Relato%CC%81rio-Panorama-geral-do-contexto-de-racismo-religioso-no-Brasil-Criola-Ile%CC%82-Axe%CC%81-Omiojuaro%CC%82-Ile%CC%82-Axe%CC%81-Omi-Ogun-siwaju%CC%81.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

MARINHO, Wilma Nogueira de Oliveira *et al*. Intolerância religiosa, racismo epistêmico e as marcas da colonialidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 37, n. 2,

p. 489-512, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/7nwNP6t5HpR4YhyWL64hbFp/?lang=pt. Acesso em: 13 set. 2025.

MARTINS, Karine Aparecida Paiva; SILVA, Cláudia Nivalda de Lima. Intolerância religiosa e os direitos humanos. In: **CONGRESSO DE DIREITO DA UNIFENAS**, 18., 2022, Alfenas. Anais [...]. Alfenas: UNIFENAS, 2022. Disponível em: https://www.unifenas.br/extensao/publicacoes/XVIIIcongressodireito/anais/09.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948. Disponível em: https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights. Acesso em: 13 set. 2025.

SANTOS JÚNIOR, Valdi Galvão dos; MENDES, Pedro Silva. Intolerância religiosa no Brasil: uma análise dos direitos e garantias fundamentais. **Ciências Sociais**, [S. l.], v. 27, n. 127, 2023. Disponível em: https://revistaft.com.br/intolerancia-religiosa-no-brasil-uma-analise-dos-direitos-e-garantias-fundamentais/. Acesso em: 13 set. 2025.

SOUZA, Guilherme Muniz de; FICAGNA, Laís Regina Dall'Agnol. Do preconceito à intolerância religiosa. **Revista EDUC – Faculdade de Duque de Caxias**, Duque de Caxias, v. 3, n. 2, p. 33-49, jul./dez. 2016. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20171006092335.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

Giullia De Peder Copiak Yamada[277]
Julia Gonçalves Martins da Silva[278]
Matheus Vinícius Nobre Pereira[279]
Rafael Ocampo Pinheiro Neto[280]
Rodrigo de Oliveira Prado Ramos[281]
Carolina Simões Correia[282]

RESUMO

Introdução: O projeto "Carreira justa desde o início: combate às desigualdades e discriminações no ambiente de trabalho" tem como finalidade de promover a justiça social no mundo do trabalho, a partir da conscientização sobre os direitos universais aplicados no âmbito do trabalho, respeitando os princípios da igualdade e da dignidade humana junto a jovens ingressados no mercado de trabalho. A iniciativa procurou integrar o conhecimento teórico desenvolvido em sala de aula à prática social, favorecendo a formação acadêmica dos universitários e o fortalecimento da conscientização dos direitos fundamentais. **Referencial Teórico:** A proposta fundamentou-se no marco legal internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que impõe direitos fundamentais que devem ser assegurados a todos, visando conscientizá-los sobre a importância do respeito à dignidade humana, da igualdade de oportunidades e da valorização do trabalho livre de discriminações. Além disso, foi considerada a abordagem nos padrões da Constituição Federal e da Consolidação das Leis do Trabalho, como também das leis nacionais específicas para nosso público, como a Lei do Aprendiz (Lei nº 10.097/2000) que regulamenta os direitos e deveres dos aprendizes, garantindo proteção e critérios claros para contratação, e na Lei do Estágio (Lei nº 11.788/2008) que define as condições para estagiários, regulamentando atividades e assegurando direitos durante o estágio. **Metodologia:** Os procedimentos para realização do projeto incluem: Apresentação do projeto aos jovens do Instituto Chance, introduzindo o tema: Direitos Humanos; palestras sobre os direitos dos aprendizes e estagiários, abordando as garantias legais e impacto no mercado de trabalho, como também sobre assédio no ambiente de trabalho, além da produção de um pequeno formulário para o levantamento de dados que serão utilizados para registro do resultado alcançado. **Resultados:** Após a apuração de dados, os resultados encontrados, estatisticamente, revelam que a grande maioria dos participantes, obtiveram maior compreensão sobre seus direitos e deveres, além de reconhecerem a relevância das legislações nacionais e da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), desenvolvendo a capacidade de relacionar os direitos

[277] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, giullia.yamada@sou.fcr.edu.br
[278] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, julia.silva@sou.fcr.edu.br
[279] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, matheus.pereira@sou.fcr.edu.br
[280] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rafael.neto@sou.fcr.edu.br
[281] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rodrigo.ramos@sou.fcr.edu.br
[282] Mestre/Doutor em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br

humanos com práticas concretas no dia a dia. As palestras e atividades formativas resultaram em engajamento ativo dos participantes, fortalecendo o vínculo entre a universidade e a comunidade, consolidando o papel social da Faculdade Católica de Rondônia como agente de transformação e inclusão. **Conclusões ou considerações finais:** O projeto demonstrou a importância de orientar jovens trabalhadores sobre seus direitos e sobre formas de prevenir desigualdades, discriminação e assédio no ambiente profissional. As atividades realizadas, especialmente as palestras e o diálogo com especialistas, contribuíram para ampliar o conhecimento dos participantes e fortalecer sua autonomia ao ingressarem no mercado de trabalho. Além disso, a iniciativa reforçou a importância de ações que promovam ambientes de trabalho mais justos, seguros e igualitários, preparando jovens para construírem suas carreiras com consciência, dignidade e respeito.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 abr. 2026.

BRASIL. [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943]. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Brasília, DF: Presidência da República, [1943].

BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Brasília, DF: Presidência da República, [2000].

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, DF: Presidência da República, [2008].

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948.

DO LIXÃO À CONSCIENTIZAÇÃO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Ediane Colares de Lima[283]
João Paulo Almeida Telles[284]
Leideane dos Santos de Paula[285]
Carolina Simões Correia[286]

RESUMO

Introdução: O projeto de extensão "Do Lixão à Conscientização" aborda a problemática dos lixões a céu aberto e seus impactos ambientais, sociais e de saúde pública, especialmente no município de Humaitá/AM, onde a ausência de políticas de gestão adequada de resíduos sólidos agrava a poluição e a vulnerabilidade social. O objetivo é promover reflexão e sensibilização comunitária para práticas sustentáveis, articulando educação ambiental, cidadania e participação social. **Referencial Teórico:** A discussão fundamenta-se em estudos que evidenciam os desafios da gestão de resíduos sólidos no Brasil, a persistência dos lixões mesmo após a PNRS, e os impactos à saúde e ao meio ambiente (Almeida, 2025; Andrade Nery, 2024; Sousa; Ferreira; Guimarães, 2019). Destacam-se ainda as contribuições de pesquisas sobre mudanças climáticas, logística reversa, inclusão de catadores e a necessidade de políticas públicas efetivas e educação ambiental como instrumento de transformação social (Silva, 2024; Santos, 2025; Silva; Lehfeld; Contin, 2021). **Metodologia:** O projeto foi realizado no dia 08 de novembro de 2025, na Orla da Cidade de Humaitá/AM, abrangendo também o Semáforo da Rua de Setembro e a Rotatória principal da Cidade. O projeto foi desenvolvido por meio da abordagem direta à população, com a distribuição de materiais informativos, orientações sobre descarte correto de resíduos, demonstrações práticas e diálogo educativo acerca dos impactos ambientais e sociais causados pelo lixão. **Resultados:** A realização do projeto em Humaitá/AM gerou ampla consciência comunitária sobre os impactos do lixão e estimulou práticas de separação e reciclagem. Os resultados foram a observação direta qualitativa, realizada durante a interação com os moradores. A equipe registrou a participação, as perguntas do público, o nível de envolvimento e as respostas às orientações fornecidas. Também foram feitos registros fotográficos e anotações sobre o fluxo de pessoas atendidas, possibilitando avaliar a efetividade da ação e sua contribuição para a sensibilização ambiental. **Conclusão:** O projeto busca fortalecer a consciência ambiental e a participação comunitária, contribuindo para mudanças de comportamento e para a construção de soluções sustentáveis na gestão de resíduos. Ao integrar universidade e comunidade, promove formação crítica, cidadania e responsabilidade socioambiental coletiva. A população demonstrou receptividade às orientações e interesse em adotar hábitos mais conscientes, como o descarte correto e a redução da geração de resíduos. O proveito obtido pela comunidade consistiu no acesso a informações claras e acessíveis, no incentivo à

[283] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ediane.lima@sou.fcr.edu.br
[284] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joao.telles@sou.fcr.edu.br
[285] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leideane.paula@sou.fcr.edu.br
[286] Mestre/Doutor em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br

participação social e no fortalecimento da responsabilidade coletiva pelo cuidado com o meio ambiente.

Palavras-chave: Educação ambiental; lixão; resíduos sólidos; sustentabilidade; cidadania.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA NASCIMENTO, M. A. de. Gestão integrada de resíduos sólidos urbanos: desafios municipais brasileiros. **Revista Políticas Públicas e Cidades**, [S. l.], 2025. Disponível em: https://journalppc.com/RPPC/article/download/1728/995. Acesso em: 15 set. 2025.

ANDRADE NERY, N. de. Lixões e os impactos causados à saúde das famílias. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, 2024. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/download/68108/48409/167219. Acesso em: 15 set. 2025.

MUCELIN, C. A. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Scientia Naturalis**, Rio Branco, v. 30, n. 2, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sn/a/q3QftHsxztCjbWxKmGBcmSy. Acesso em: 15 set. 2025.

RODRIGUES, L. C. C. Impactos da Política Nacional de Resíduos Sólidos na qualidade de vida: avaliação nos municípios mineiros. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, v. 44, n. 1, 2020. Disponível em: https://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/download/1137/562. Acesso em: 15 set. 2025.

SANTOS, A. A. L. dos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos e seus desafios. **Revista Acadêmica Online**, [S. l.], 2025. Disponível em: https://www.revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/1531. Acesso em: 15 set. 2025.

SILVA, F. F. de A. A.; LEHFELD, L. de S.; CONTIN, A. C. Políticas públicas e gestão de resíduos sólidos: educação ambiental a partir de estudo de caso em Poços de Caldas/MG. **Sistemas Interfaces**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2021. Disponível em: https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/5915. Acesso em: 15 set. 2025.

SILVA, G. M. A. Análise dos impactos ambientais do lixão de Angicos (RN). **GeoConexões**, Natal, 2024. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/geoconexoes/article/view/14420. Acesso em: 15 set. 2025.

SILVA, L. A. da; OLIVEIRA, *et al*. Políticas públicas de resíduos sólidos e inovação tecnológica ambiental: uma revisão narrativa sobre a implementação da logística inversa. **Research, Society and Development**, [S. l.], 2024. Disponível em: https://www.rsdjournal.org/rsd/article/download/47002/37206/486123. Acesso em: 15 set. 2025.

SILVA, U. R. X. da; FERREIRA, E. R.; GARCIA, R. A.; DÍAZ, M. A. Gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil: desafios, políticas públicas e inclusão social. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, Tupã, v. 21, n. 1, 2025. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum_ambiental/article/view/5745. Acesso em: 15 set. 2025.

SOUSA, G. L. de; FERREIRA, V. T. de O.; GUIMARÃES, J. de C. Lixão a céu aberto: implicações para o meio ambiente e para a sociedade. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 4, n. 1, 2019. Disponível em: https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/download/377/279/1150. Acesso em: 15 set. 2025.

Guilherme Nogueira Costa[287]
Jordan Matheus Gomes dos Santos[288]
Luiz Romano Alves Ruiz Filho[289]
Luana Bertoletti[290]
Priscila Aparecida Vasconcelos Marcelino [291]
Sabrine Daniele Oliveira Sena[292]
Prof.ª Rita de Cássia Pessoa Nocetti[293]

RESUMO

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e pela Política Nacional de Educação Especial, porém sua efetivação enfrenta desafios significativos no contexto das escolas públicas de Porto Velho/RO. **Introdução:** O presente estudo aborda a necessidade de compreender essas dificuldades e propor ações práticas que contribuam para a melhoria das práticas inclusivas, tendo como objetivo analisar os obstáculos enfrentados por professores da rede pública e desenvolver materiais e atividades que favoreçam a inclusão de alunos com TEA. **Referencial Teórico:** Este trabalho fundamenta-se em autores como Mantoan (2006), Schwartzman (2011) e nas diretrizes do DSM-5 (APA, 2013), que enfatizam a necessidade de práticas pedagógicas adaptadas, formação docente contínua, apoio especializado e participação ativa da família. A literatura também reforça a importância da escola como espaço de convivência e desenvolvimento social, cognitivo e emocional. **Metodologia:** A pesquisa utilizou abordagem mista combinando revisão bibliográfica, pesquisa de campo e ações extensionistas. Foi aplicado um questionário a professores da Escola Municipal Raimundo Agostinho da Silva, visando identificar dificuldades enfrentadas, estratégias adotadas, recursos disponíveis e necessidades de formação. Além disso, foram produzidos materiais informativos, como o folder "Meu Filho Tem TEA? O Que Fazer?", e planejadas ações formativas para educadores, bem como o desenvolvimento de um gibi educativo voltado a promover empatia e convivência entre alunos típicos e atípicos. **Resultados:** Os dados coletados indicam que os professores relatam dificuldades como falta de capacitação específica, ausência de profissionais de apoio, escassez de materiais pedagógicos adaptados, desafios na comunicação e manejo comportamental, além de baixa participação familiar. Os resultados parciais revelam que a maioria dos docentes se sente pouco preparada para atender alunos com TEA, o que reforça a necessidade de ações formativas continuadas. A produção dos materiais

[287] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, guilherme.costa@sou.fcr.edu.br
[288] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jordan.santos@sou.fcr.edu.br
[289] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luiz.ruiz@sou.fcr.edu.br
[290] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luana.bertoletti@sou.fcr.edu.br
[291] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, priscila.marcelino@sou.fcr.edu.br
[292] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sabrine.sena@sou.fcr.edu.br
[293] Doutora em Educação, Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Brasil, rita.nocetti@fcr.edu.br

educativos e a aplicação do instrumento de pesquisa já geraram impacto positivo, oferecendo suporte imediato aos profissionais e às famílias. **Conclusões ou considerações finais:** O projeto demonstra que a inclusão escolar de crianças com TEA depende de ações integradas entre escola, família e comunidade, associadas à formação docente, oferta de suporte institucional e desenvolvimento de materiais pedagógicos acessíveis. Conclui-se que iniciativas de extensão universitária, como esta, contribuem para a construção de práticas inclusivas mais eficazes e para a promoção de ambientes escolares acolhedores, sensíveis às necessidades das crianças com TEA.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Transtorno do Espectro Autista; Educação Básica; Extensão universitária; Práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS:

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015].

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

SCHWARTZMAN, J. S. **Transtornos do espectro do autismo**. São Paulo: Memnon, 2011.

CAMPANHA SOLIDÁRIA DE CESTAS BÁSICAS E HIGIENE PARA O PROJETO “LEVANTA-TE E ANDA”

Ana Karolyne Ribeiro de Freitas[294]
Cleysan de Souza Borges[295]
Ednei Alves Santana[296]
Gabriela da Silva Falcão[297]
Michelly Josyana Vieira[298]
Pedro Paulo Pelegrine[299]
Wallyf Christoper de Oliveira Andriole dos Santos[300]
Me. Everson Rodrigues de Castro[301]

RESUMO

Introdução: A população em situação de rua em Porto Velho enfrenta violações contínuas de direitos fundamentais, especialmente no que se refere ao acesso regular à alimentação, higiene, cuidados básicos de saúde e documentação civil. Em visita técnica ao Projeto "Levanta-te e Anda" (Cáritas PVH), observou-se que o serviço realiza acolhimento diário de 70 a 90 pessoas, oferecendo refeições, água potável, banho com itens de higiene, lavanderia, doação de roupas, escuta e apoio psicológico, auxílio para emissão de documentos e até consultas oftalmológicas com entrega de óculos. Toda essa estrutura depende integralmente de voluntários e doações, o que evidência forte capital social, porém revela também a vulnerabilidade operacional diante da irregularidade no fornecimento de alimentos e itens de higiene. Nesse contexto, o problema identificado é a insuficiência e instabilidade das doações, comprometendo a continuidade do atendimento diário. O presente estudo tem como objetivo planejar, executar e avaliar uma campanha solidária na Faculdade Católica de Rondônia para arrecadação de cestas básicas e kits de higiene em parceria com o "Levanta-te e Anda", contribuindo para a redução de vulnerabilidades, o fortalecimento da rede socioassistencial local e a efetivação da curricularização da extensão. **Referencial Teórico:** O marco teórico que sustenta a intervenção ancora-se na dignidade da pessoa humana e nos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (art. 1º, III; art. 6º), bem como na Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 25), que reconhecem a alimentação, o cuidado e a proteção social como condições mínimas para uma vida digna. A Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053/2009, e a LOAS (Lei nº 8.742/1993) reforçam a responsabilidade

[294] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.freitas@sou.fcr.edu.br
[295] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, cleysan.borges@sou.fcr.edu.br
[296] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ednei.santana@sou.fcr.edu.br
[297] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gabriela.falcao@sou.fcr.edu.br
[298] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, michelly.vieira@sou.fcr.edu.br
[299] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Pedro.pelegrine@sou.fcr.edu.br
[300] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, wallyf.santos@sou.fcr.edu.br
[301] Mestre em História e Estudos Culturais Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, everson.castro@fcr.edu.br

estatal na proteção social, permitindo que parcerias com a sociedade civil e instituições de ensino ampliem a capilaridade e a efetividade das ações socioassistenciais. No campo da educação superior, a Resolução CNE/CES nº 7/2018 estabelece que a extensão universitária deve promover articulação entre ensino, pesquisa e intervenção social, com impacto transformador no território e na formação cidadã dos discentes. Além disso, a literatura sobre solidariedade, voluntariado e capital social demonstra que ações coletivas recorrentes fortalecem vínculos comunitários, a confiança social e a capacidade de resposta a problemas públicos, aspectos observados na atuação do "Levanta-te e Anda". **Metodologia:** Metodologicamente, trata-se de um estudo de intervenção social com abordagem aplicada, desenvolvido a partir de diagnósticos in loco e estruturado em etapas sequenciais: visita técnica e anuência do parceiro; identificação detalhada das necessidades prioritárias; planejamento dos pontos de coleta na FCR; campanha de comunicação articulada com a COPEX; mobilização estudantil e recebimento diário de doações; triagem, montagem e lacre de cestas básicas e kits de higiene; entrega programada ao parceiro com registro documental; e avaliação participativa com doadores e voluntários. Os recursos envolveram itens alimentares, materiais de higiene, caixas de acondicionamento, equipe discente de 4 a 6 membros, docente orientador, apoio do setor de comunicação e documentos simples (ofício, recibo, agenda de entrega). O cronograma executivo contemplou oito semanas, desde a visita técnica e planejamento inicial até a elaboração do relatório final (N2). **Resultados:** Os resultados esperados incluem: aumento do estoque emergencial de alimentos e itens de higiene no projeto parceiro; fortalecimento do vínculo entre universidade e comunidade; maior participação discente em ações solidárias; ampliação da visibilidade pública do "Levanta-te e Anda"; e desenvolvimento de competências práticas de diagnóstico, mobilização, organização logística e prestação de contas. Espera-se também gerar categorias analíticas como adesão comunitária, perfil das doações, volume arrecadado, eficiência logística e percepção dos envolvidos. **Conclusões:** A intervenção demonstra que ações extensionistas planejadas com base em diagnóstico real podem fortalecer significativamente iniciativas comunitárias que atuam na proteção de direitos fundamentais, ao mesmo tempo em que promovem formação cidadã, integração teoria-prática e responsabilidade social universitária. A campanha possibilita resposta concreta à irregularidade das doações que ameaçam a continuidade dos serviços, reforça a rede socioassistencial e evidencia o papel transformador da extensão no enfrentamento de desigualdades estruturais.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social; Extensão universitária; Direitos humanos; Assistência social; Solidariedade e voluntariado.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Brasília, DF: Presidência da República, [2009].

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1993].

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e dá outras providências. Brasília, DF: MEC/CNE, 2018.

FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA. **Manual da Disciplina Extensionista 2025.2 — Curso de Direito**. Porto Velho: FCR, 2025.

EQUIPE DO PROJETO. **Pré-ideia — Projeto de Extensão: Campanha de arrecadação para o Projeto "Levanta-te e Anda"**. Porto Velho, 2025. [Documento interno do grupo].

CONSCIENTIZAR E INTERVIR: VIOLÊNCIA PATRIMONIAL CONTRA A MULHER

André Felipe Evangelista José[302]
Fernando Augusto De Almeida Morais[303]
Ivanir Alves da Silva[304]
Jurema Lemes Da SIlva[305]
Rosineide de Almeida Gomes[306]
Sônia Maria do Carmo Sousa Araújo[307]
Prof. Rita de Cássia Pessoa Nocetti[308]

RESUMO

Introdução: O projeto de extensão "Conscientizar e Intervir" foi desenvolvido com o propósito de contribuir com a diminuição dos altos índices da violência contra a mulher, especialmente a violência patrimonial, articulando ações educativas, participação social e formação cidadã, apesar do marco legal robusto representado pela Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), permanece como grave violação aos direitos humanos, exigindo estratégias integradas capazes de superar entraves estruturais como a revitimização institucional, a dependência econômica e o estigma social, razão pela qual o projeto buscou mobilizar a comunidade acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia no período de agosto a dezembro de 2025 para ampliar o acesso à informação, fortalecer redes de apoio e integrar teoria e prática no enfrentamento da violência patrimonial. **Referencial Teórico:** O projeto fundamenta-se na Convenção de Belém do Pará e na Lei Maria da Penha, que reconhecem a violência doméstica como violação à integridade física, psicológica, moral, sexual e patrimonial da mulher. A literatura destaca que a naturalização de comportamentos abusivos, o medo de represálias e as lacunas institucionais dificultam a efetividade das políticas públicas. Experiências de extensão universitária demonstram a relevância da academia na formação de profissionais sensíveis, na produção de conhecimento e no suporte às vítimas. **Metodologia:** Foi estruturada em três eixos. O primeiro, diagnóstico, consistiu na aplicação de questionário online a 53 participantes de diversos cursos. O segundo eixo, Educação em Direitos Humanos, envolveu rodas de conversa, apresentações dialogadas e elaboração de cartilha digital. O terceiro eixo, Intervenção Social, compreendeu a distribuição de materiais informativos, incentivo à denúncia e fortalecimento de redes de apoio. **Resultados:** O diagnóstico revelou que os participantes possuem conhecimento significativo sobre a Lei Maria da Penha e os mecanismos de proteção, porém, isso não garante a redução dos casos de violência. A violência patrimonial mostrou-se naturalizada e subnotificada. O projeto ampliou o debate sobre direitos das mulheres e a divulgação dos meios de proteção e das redes de enfrentamento às desigualdades. **Considerações Finais:** O projeto contribuiu para dar visibilidade à violência

[302] Graduandos em Direito, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, andre.jose@sou.fcr.edu.br
[303] Graduandos em Direito, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, fernando.morais@sou.fcr.edu.br
[304] Graduandos em Direito, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, ivanir.silva@sou.fcr.edu.br
[305] Graduandos em Direito, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, jurema.silva@sou.fcr.edu.br
[306] Graduandos em Direito, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, rosineide.gomes@sou.fcr.edu.br
[307] Graduandos em Direito, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, sonia.araujo@sou.fcr.edu.br
[308] Mestre em Direito, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, rita.nocetti@fcr.edu.br

patrimonial e demonstrou que a educação em direitos humanos, associada à extensão universitária, é capaz de transformar realidades e combater práticas abusivas naturalizadas. Reafirma-se o papel da universidade como agente comprometido com a dignidade humana e com a promoção de políticas públicas eficazes

Palavras-chave: Violência Patrimonial; Direitos Humanos; Justiça.

REFERÊNCIAS:

ASSUNÇÃO SANTOS FIGUEIRA, Manoela. A violência patrimonial contra a mulher e a atuação da polícia judiciária. **Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília**, Brasília, DF, v. 17, n. 2, p. 306–333, 2021. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/39312. Acesso em: 19 nov. 2025.

BRASIL. [Decreto nº 1.973, de 1 de agosto de 1996]. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher**. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em: 19 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=08/08/2006&totalArquivos=56. Acesso em: 19 nov. 2025.

ACESSO À CULTURA E DIREITOS HUMANOS: UMA CAMPANHA QUE DOA CRIATIVIDADE E CIDADANIA PARA CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ORFANDADE EM PORTO VELHO

Rafael Daniel Martins de Souza[309]
Valentina Maria Guillen Dantas[310]
Yasmin Lima Gondin[311]
Prof. Carolina Simões Correia[312]

RESUMO

Introdução: O presente projeto foi desenvolvido no âmbito da disciplina Extensão: Direitos Humanos e Justiça, com o objetivo de promover o desenvolvimento cognitivo, emocional e social de crianças em situação de orfandade. A iniciativa fundamenta-se na compreensão de que a efetivação dos direitos humanos ultrapassa a garantia dos direitos de primeira geração, abrangendo também o direito à cultura como elemento essencial para a formação integral do cidadão. Nesse sentido, o projeto dialoga com o princípio constitucional de promoção e acesso à cultura, segundo o qual o Estado tem o dever de garantir que todos tenham acesso às fontes da cultura nacional e de incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais. A doação de livros infantis e de colorir, portanto, não se restringe a uma ação solidária, mas constitui um instrumento pedagógico e cultural capaz de estimular a criatividade, fortalecer a autoestima e ampliar o repertório simbólico das crianças atendidas. **Referencial Teórico:** Multiculturalismo e direitos humanos. **Metodologia:** A metodologia adotada fundamenta-se na abordagem participativa e colaborativa, estruturada a partir da interlocução técnica com a assistente social atuante na Casa dos Conselhos Municipais de Porto Velho. Essa profissional, por vivenciar cotidianamente as demandas, vulnerabilidades e especificidades das crianças em situação de orfandade, contribuiu de forma decisiva para a identificação das necessidades prioritárias do público atendido. Com base nesse diálogo e na análise dos dados apresentados por meio dos gráficos institucionais, foi definida a campanha de arrecadação de livros e materiais educativos, planejada conforme as carências observadas. Esse diálogo assegura que as estratégias de intervenção estejam alinhadas à realidade das crianças, conferindo maior relevância, efetividade e sensibilidade à ação. **Resultados:** O projeto foi executado em 22 de novembro, durante o evento Mutirão de Busca Ativa, realizado pela Rede de Proteção Universal e Integral às Crianças e Adolescentes do Estado de Rondônia. De forma satisfatória, o grupo conseguiu alcançar os objetivos gerais e específicos, bem como, tiveram a oportunidade criar laços com as crianças e entender melhor as suas realidades. Além da doação dos livros, os alunos também ofereceram um momento de acolhimento, diversão e carinho. Durante o dia, as crianças tiveram a oportunidade de expressar seus sentimentos, ouvir músicas, dançar e contar um pouco da sua história. Ao final, elas puderam levar para casa livros de colorir e ganharam mais alguns para o acervo da biblioteca do local. **Conclusão:** Dessa forma, o projeto reafirma a importância da

[309] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rafael.daniel@sou.fcr.edu.br
[310] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, valentina.dantas@sou.fcr.edu.br
[311] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, yasmin.gondin@sou.fcr.edu.br
[312] Mestre/Doutor em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br

promoção dos direitos humanos através do acesso à cultura, destacando a relevância da doação de livros como instrumento de inclusão e de cidadania. A partir do diálogo com a assistente social e da análise das necessidades identificadas, estruturou-se uma ação alinhada à realidade das crianças em situação de orfandade. A experiência com as crianças confirmou a pertinência da proposta e a entrega dos materiais mostrou-se um importante passo para avanços cognitivos, emocionais e sociais, que eles poderão dar continuidade em casa. Assim, o objetivo de contribuir para o fortalecimento da cultura como direito fundamental foi reafirmado, ressaltando o impacto da iniciativa.
Palavras-chave: Direitos Humanos; Orfandade; Cultura; Crianças; Livros.

REFERÊNCIAS:

ASSOCIAÇÃO DOS REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS (ARPEN). **Órfãos – Estatísticas do Registro Civil**. [S. l.]: ARPEN, [202-?]. Disponível em: https://estatisticas.registrocivil.org.br/orfaos. Acesso em: 13 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 13 abr. 2026.

ESCUETA, Maya. **Adverse childhood experiences, psychosocial well-being and cognitive development among orphans and abandoned children in five low income countries**. Londres: BMC International Health and Human Rights, 2014.

SUN, Yun-Jun. **Reading for pleasure early in childhood linked to better cognitive performance and mental wellbeing in adolescence**. Cambridge: University of Cambridge, 2023.

VAN IJZENDOORN, Marinus H. **Children in institutional care**: delayed development and resilience. Washington: Society for Research in Child Development, 2011.

COMBATE AO RACISMO NAS ESCOLAS PÚBLICAS: PALESTRA COM ALUNOS E PROFESSORES

Amanda da Costa Viana[313]
Cindy Arianne Pacifico Duarte[314]
Luis Mario Leite de Medeiros[315]
Maria Klivianny Meireles da Costa Benjamin[316]
Yara Hanna Souza Silva[317]
Yasminn Romio de Alencar[318]
Prof. Me. Everson Rodrigues de Castro[319]

RESUMO

Introdução: O racismo constitui uma problemática estrutural no Brasil, cujas raízes históricas remontam ao período escravocrata e cujos efeitos se perpetuam nas relações sociais contemporâneas, manifestando-se de maneira explícita ou velada, especialmente no ambiente escolar. Nesse contexto, o presente trabalho apresenta o desenvolvimento do projeto de extensão "Combate ao Racismo nas Escolas Públicas: Palestra com Alunos e Professores", executado entre 01 e 19 de setembro de 2025 na Escola Carmela Dutra, em Porto Velho/RO. A iniciativa buscou promover conscientização crítica sobre preconceito, discriminação e desigualdades raciais, aproximando o debate da realidade cotidiana de estudantes e docentes, além de incentivar o protagonismo juvenil na construção de um ambiente educacional mais inclusivo, plural e democrático. **Referencial Teórico:** O referencial teórico apoia-se em autores que discutem o racismo estrutural e suas implicações, como Munanga (2004), Cavalleiro (2000), Gomes (2017) e Carneiro (2011), além de marcos normativos fundamentais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 10.639/2003, a Base Nacional Comum Curricular e o Estatuto da Igualdade Racial. Tais instrumentos destacam a obrigatoriedade da abordagem da história e cultura afro-brasileira na educação e reforçam o compromisso da escola com o respeito à diversidade e à promoção dos direitos humanos. **Metodologia:** A metodologia adotada dividiu-se em três etapas: planejamento e preparação, execução e avaliação. Inicialmente, realizou-se a seleção da escola, seguida de reunião com a gestão escolar e aplicação de um diagnóstico preliminar sobre percepções de racismo. A etapa de execução consistiu na realização de palestra, utilização de questionário interativo para coleta de percepções dos estudantes e registro audiovisual da atividade. Por fim, a etapa avaliativa envolveu a sistematização dos dados e análise dos impactos qualitativos e quantitativos da ação. **Resultados:** Os resultados evidenciaram significativa ampliação da compreensão dos estudantes sobre o racismo estrutural e suas

[313] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, amanda.viana@sou.fcr.edu.br
[314] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, cindy.duarte@sou.fcr.edu.br
[315] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luis.medeiros@sou.fcr.edu.br
[316] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.benjamin@sou.fcr.edu.br
[317] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, yara.silva@sou.fcr.edu.br
[318] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, yasminn.alencar@sou.fcr.edu.br
[319] Professor Orientador, Mestre em História e Estudos Culturais, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, e-mail: everson.rodrigues@fcr.edu.br

manifestações, incluindo o racismo recreativo, frequentemente naturalizado no ambiente escolar. Também se observou maior sensibilização para atitudes de empatia, acolhimento e respeito às diferenças, bem como engajamento efetivo de professores e gestores na continuidade de práticas pedagógicas antirracistas. Os participantes relataram sentir-se mais preparados para identificar, enfrentar e denunciar situações discriminatórias, reforçando o papel da escola como espaço de proteção e emancipação social. Os impactos gerais do projeto demonstraram fortalecimento da identidade cultural de alunos negros, valorização da cultura afro-brasileira no currículo escolar e construção de um ambiente educacional mais seguro, democrático e inclusivo. **Conclusões ou considerações finais:** Conclui-se que ações de extensão universitária voltadas ao combate ao racismo possuem alto potencial transformador, contribuindo para o desenvolvimento de consciências críticas, promoção da justiça social e efetivação dos direitos humanos. Recomenda-se a continuidade e ampliação do projeto, com novas turmas, novas escolas e produção de materiais pedagógicos permanentes que fortaleçam a luta antirracista no âmbito escolar.

Palavras-chave: Racismo; Educação antirracista; Direitos humanos; Escola pública; Diversidade.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/constituicao-federal. Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 12 set. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2004.

DIREITOS HUMANOS E VALORIZAÇÃO DA PESSOA IDOSA EM INSTITUIÇÕES DE AMPARO

Anna Carla de Oliveira Brandão[320]
Cecilia dos Anjos Silva[321]
Danubia Sofia Nascimento Lima de Araújo[322]
Henrique de Alencar Garcia[323]
Matheus Felipe Tavares Melo[324]
Moára Cristina Felício de Vasconcelos[325]
Rodrigo Barros Gadelha do Nascimento[326]
Ma. Carolina Simões Correia[327]

RESUMO

Introdução: O processo de envelhecimento populacional no Brasil tem intensificado desafios relacionados à garantia dos direitos humanos e da dignidade da pessoa idosa, especialmente no contexto das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). Muitos residentes dessas instituições enfrentam invisibilidade social, isolamento e fragilidade de vínculos familiares, exigindo iniciativas que fortaleçam a cidadania e promovam o bem-estar emocional e social. Nesse sentido, o presente projeto teve como objetivo promover acolhimento, integração e valorização dos idosos residentes da Casa do Ancião – São Vicente de Paula, em Porto Velho – RO, por meio de atividades recreativas e de convívio social, incluindo a realização de um café da manhã especial e dinâmicas de interação. **Referencial Teórico:** O projeto fundamenta-se nos princípios dos direitos humanos e no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), que garante proteção, dignidade e participação ativa da pessoa idosa na vida em sociedade. Estudos indicam que o abandono afetivo inverso e a fragilidade dos vínculos familiares afetam profundamente a qualidade de vida do idoso, gerando sentimentos de solidão, tristeza e perda de autonomia. Nesse contexto, autores como Elias (2001) destacam o impacto emocional da exclusão social na velhice, enquanto dados do Ministério dos Direitos Humanos evidenciam o crescimento das denúncias de abandono e negligência dessa população. Assim, ações de convivência e valorização contribuem significativamente para o fortalecimento da autoestima e do protagonismo social do idoso institucionalizado. **Metodologia:** As atividades envolvem organização de um café da manhã e realização de dinâmicas recreativas com os residentes da instituição. A execução da visita contou com autorização institucional e supervisão acadêmica, no dia

[320] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, anna.brandao@sou.fcr.edu.br
[321] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, cecilia.anjos@sou.fcr.edu.br
[322] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, danubia.araujo@sou.fcr.edu.br
[323] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, henrique.garcia@sou.fcr.edu.br
[324] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, matheus.melo@sou.fcr.edu.br
[325] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, moara.vasconcelos@sou.fcr.edu.br
[326] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rodrigo.nascimento@sou.fcr.edu.br
[327] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rodrigo.nascimento@sou.fcr.edu.br

19 de novembro, envolvendo interação direta com os idosos e promoção de momentos de lazer e acolhimento. **Resultados:** O projeto de extensão executado no Lar do Ancião não apenas alcançou seus objetivos iniciais relacionados à promoção do bem-estar e da integração comunitária, mas, sobretudo, revelou uma perspectiva mais profunda e crítica sobre as necessidades reais da população idosa assistida. A atividade central, que consistiu em um momento de convívio e interação, incluindo um café da manhã, dança e jogos lúdicos, permitiu uma análise detalhada do contexto social dos residentes. Inicialmente, a equipe de extensão considerou a arrecadação de mantimentos de higiene e itens básicos como um indicador primário de sucesso. Contudo, o contato direto e a observação da rotina da instituição indicaram que as necessidades materiais já estavam sendo adequadamente supridas pelo corpo técnico e pela gestão do Lar, demonstrando o alto padrão de cuidado físico oferecido. O verdadeiro impacto e o principal achado desta análise de resultados residem, portanto, na identificação da vulnerabilidade socioafetiva que atinge os idosos. A carência de interação social diversificada, a rotina pouco variada, a constante visualização dos mesmos rostos e a escassez de visitas de familiares e da comunidade evidenciam o grave problema do abandono afetivo. Percebeu-se que o tempo de convivência e a escuta ativa foram tão preciosos, ou até mais, do que o auxílio material, sendo cruciais para a dignidade e a saúde mental dos idosos. A manhã de convivência foi extremamente proveitosa para todas as partes envolvidas. Para os idosos, o momento de interação proporcionou uma ruptura significativa na rotina, estimulando a sociabilidade e o engajamento em atividades, servindo como um importante reforço positivo contra o isolamento. Para a equipe de extensão, a experiência no Lar do Ancião ofereceu uma oportunidade de aprendizado prático e humanístico inestimável, trazendo uma nova perspectiva sobre a dignidade da pessoa idosa e a aplicabilidade dos direitos humanos. O contato direto com a realidade do envelhecimento institucional reforçou a compreensão de que a extensão universitária tem um papel fundamental na sensibilização para questões sociais complexas, indo além da teoria acadêmica. **Conclusões ou considerações finais:** Ações como esta contribuem para a efetivação dos direitos humanos, para o fortalecimento da dignidade da pessoa idosa e para a formação de profissionais sensíveis às demandas sociais. O projeto proporcionou integração social, acolhimento e melhoria na autoestima dos residentes da Casa do Ancião, bem como aprendizado significativo para os acadêmicos participantes, reafirmando o compromisso da universidade com a promoção da cidadania e da justiça social.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Pessoa Idosa; Instituição de Longa Permanência.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003].

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (Brasil). **Relatório de denúncias de violações de direitos humanos**: dados nacionais de 2023. Brasília, DF: MDHC, 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948.

Arthur Frota Spinelli[328]
Daniela Luna Proença Carvalho[329]
Edilson Silva Brito[330]
Gilvander Gregório de Lima Junior[331]
Gyovanna da Silva Aguiar[332]
Laurina de Oliveira Teixeira[333]
Rita de Cássia P. Nocetti[334]

RESUMO

Introdução: A proteção ambiental consolidou-se como um eixo essencial dos direitos humanos contemporâneos, uma vez que a degradação dos ecossistemas afeta diretamente a saúde, a qualidade de vida, a segurança hídrica e alimentar, além das condições de existência das atuais e futuras gerações. Este resumo apresenta, de forma integrada, o contexto, os fundamentos teóricos, a metodologia proposta e as conclusões preliminares do projeto de extensão desenvolvido, que busca promover conscientização comunitária sobre a proteção ambiental em Rondônia, especialmente diante dos impactos das queimadas e do desmatamento na região amazônica. A introdução situa a emergência climática, a perda de biodiversidade e a intensificação de práticas predatórias como desafios que tornam urgente a difusão do tema como questão de direitos humanos. **Referencial Teórico:** No referencial teórico, destaca-se a evolução normativa que reconhece o meio ambiente como direito fundamental, a exemplo do art. 225 da Constituição de 1988, das Conferências de Estocolmo (1972) e Rio-92, e da Resolução da Assembleia Geral da ONU (2022), que afirma o direito universal a um ambiente limpo, saudável e sustentável. Autores como José Afonso da Silva, Paulo Affonso Leme Machado, Édis Milaré e José Rubens Morato Leite reforçam que o meio ambiente constitui bem jurídico difuso, cuja proteção exige esforços coletivos e políticas públicas efetivas. **Metodologia:** A metodologia inclui ações de extensão universitária voltadas à sensibilização social, com produção de materiais para conscientização e movimentos sociais conjuntamente com a distribuição de mudas para plantio consciente. Pretende-se utilizar técnicas qualitativas de coleta de percepções ambientais, indicadores simples de mudança de comportamento e sistematização das práticas sustentáveis adotadas pela comunidade, sempre acompanhadas por registros e relatórios avaliativos. **Resultados:** Os resultados esperados envolvem o fortalecimento da consciência ambiental, a ampliação da participação cidadã em debates

[328] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, arthur.spinelli@sou.fcr.edu.br
[329] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, daniela.carvalho@sou.fcr.edu.br
[330] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, edilson.brito@sou.fcr.edu.br
[331] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gilvander.junior@sou.fcr.edu.br
[332] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gyovanna.aguiar@sou.fcr.edu.br
[333] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, laurina.teixeira@sou.fcr.edu.br
[334] Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dra. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Brasil, rita.nocetti@fcr.edu.br

socioambientais, a adoção de práticas sustentáveis no cotidiano (como separação de resíduos, uso racional da água e criação de hortas coletivas) e a formação de redes colaborativas entre universidade, comunidade e instituições locais. **Considerações Finais:** Por fim, as considerações finais reforçam que a proteção ambiental é inseparável da promoção dos direitos humanos, pois garante condições mínimas de dignidade, saúde e bem-estar. As ações de extensão demonstram potencial transformador ao aproximar teoria e prática, estimulando o compromisso ético e social de estudantes e comunidade na defesa de um ambiente equilibrado e essencial à vida.
Palavras-chave: meio ambiente; direitos humanos; sustentabilidade; cidadania ambiental; proteção ambiental.

REFERÊNCIAS:

BENJAMIN, Antônio Herman. **Direito ambiental brasileiro**. São Paulo: RT, 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3540**. Relator: Min. Ayres Britto, 1º de setembro de 2005. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 708**. Relator: Min. Luís Roberto Barroso, 1º de julho de 2022. Brasília, DF, 2020.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO. **Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano**. Estocolmo: ONU, 1972.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: ONU, 1992.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Monitoramento do desmatamento da Amazônia Legal**. São José dos Campos: INPE, [202-?].

LEITE, José Rubens Morato. **Direitos humanos e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**. 11. ed. São Paulo: RT, 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. **Resolução nº 76/300**: o direito humano a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável. Nova Iorque: ONU, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

POVOS RIBEIRINHOS: HISTÓRIA, CULTURA E DESAFIOS ENFRENTADOS

Cauã Ricardo Souza Lima[335]
Fábio Mercado Penha[336]
Fabricio Pinheiro Moraes[337]
Natália Duarte de Carvalho[338]
Jamily Moura de Souza[339]
Victória de Oliveira Vale[340]
Vitória Belém de Noronha[341]
Roxane Dias da Silva[342]

RESUMO

A Amazônia abriga uma vasta diversidade de povos tradicionais, entre os quais se destacam os povos ribeirinhos que vivem às margens dos rios, estabelecendo uma relação de harmonia com a natureza, onde a água é essencial para sua sobrevivência, transporte e sustento. Os povos ribeirinhos da Amazônia são dotados de saberes tradicionais e produtores de uma relação socioambiental estabelecida na luta pela proteção e preservação dos recursos naturais do local onde vive. O presente trabalho visou compreender e valorizar as práticas e modos de vida sustentável dos ribeirinhos, promovendo a conscientização sobre a importância dessa população para a sociedade. Conforme definido pelo Decreto nº 6.040/2007, que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, esses grupos se caracterizam por modos de vida próprios, orientados por relações comunitárias, práticas de uso sustentável dos recursos naturais e vínculos históricos com determinados territórios em apenas valor utilitário, mas estão carregados de significados e histórias que orientam a vida coletiva. Apesar dessa relação harmoniosa com o ambiente, os ribeirinhos enfrentam um processo constante de ameaça e desvalorização. Um dos principais fatores é a expansão dos chamados mega empreendimentos como hidrelétricas, portos, mineração e monoculturas que avançam sobre os territórios amazônicos com o discurso do “progresso” e do “desenvolvimento”. De acordo com Little (2002), ademais estudos indicam que a instalação de usinas hidrelétricas na Amazônia tem prejudicado comunidades ribeirinhas, forçando pescadores a abandonar sua principal fonte de renda devido a mudanças no fluxo hidrográfico dos rios (Carmo, L. (2024). Mesmo diante desses desafios, os povos ribeirinhos seguem resistindo, por meio da transmissão cultural, da organização comunitária e de práticas de solidariedade. Além das pressões territoriais, os ribeirinhos enfrentam desafios estruturais que agravam sua situação de vulnerabilidade social. O acesso à saúde é limitado, com postos

[335] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, caua.lima@sou.fcr.edu.br.
[336] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, fabio.penha@sou.fcr.edu.br.
[337] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, fabricio.moraes@sou.fcr.edu.br.
[338] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, natalia.carvalho@sou.fcr.edu.br.
[339] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jamily.souza@sou.fcr.edu.br.
[340] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, victoria.vale@sou.fcr.edu.br.
[341] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, vitoria.noronha@sou.fcr.edu.br.
[342] Mestra em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, roxane.silva@fcr.edu.br.

de atendimento distantes, falta de medicamentos e profissionais de saúde. Em muitos casos, a única forma de atendimento depende de viagens longas e caras por meio fluvial. Na educação, as escolas são precárias, com ausência de material didático contextualizado, o que dificulta o processo de aprendizagem e contribui para a evasão escolar, principalmente entre os jovens que precisam trabalhar desde cedo para ajudar no sustento familiar. No que se refere ao saneamento básico, a grande maioria das comunidades não conta com acesso à água tratada nem a sistemas de esgotamento sanitário, o que favorece a propagação de doenças infecciosas e compromete a saúde coletiva (ALMEIDA, 2008). Como propõe Paulo Freire (1996), a valorização dos saberes populares e o respeito aos conhecimentos das comunidades são essenciais para a construção de uma pedagogia libertadora, em que o aprendizado é construído coletivamente, por meio do diálogo e da escuta. Freire nos ensina que não há educação verdadeira sem a valorização da cultura do educando, e isso se aplica perfeitamente ao contexto dos ribeirinhos, cujas experiências devem ser entendidas não como "atraso", mas como outras formas de saber e viver. Por isso, iniciativas de extensão universitária que envolvem escuta ativa, produção de conhecimento colaborativo e presença direta nas comunidades ribeirinhas são de extrema importância. Elas não apenas contribuem para a formação cidadã dos estudantes, como também fortalecem o vínculo entre universidade e sociedade, promovendo o reconhecimento e a valorização dos povos tradicionais como protagonistas na luta socioambiental. Com essa temática o projeto foi desenvolvido por meio de uma palestra educativa em uma escola, utilizando exposição dialogada, slides e dinâmicas participativas. A metodologia adotada foi informativa e interativa, buscando sensibilizar os alunos sobre a temática étnico-racial e os povos ribeirinhos. A observação das interações e falas dos estudantes serviu como instrumento para avaliar o interesse e a compreensão do tema. Os alunos demonstraram grande interesse pela cultura ribeirinha, ampliando seu entendimento sobre a diversidade étnica e a importância ambiental dessas comunidades. Houve participação ativa sobre respeito às diferenças e preservação da natureza. O projeto atingiu seus objetivos ao valorizar a identidade dos povos ribeirinhos e promover a consciência étnico-racial. A palestra mostrou-se uma ação eficaz de educação e integração escolar, fortalecendo o conhecimento da importância dos povos ribeirinhos para os alunos.

Palavras-chave: Povos ribeirinhos; Saberes tradicionais; Sustentabilidade; Educação ambiental.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Territorialidade e etnicidade**: um estudo sobre identidade e diferença. Manaus: UEA Edições, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 1 set. 2025.

CARMO, L. A instalação de usinas hidrelétricas na Amazônia prejudica comunidades ribeirinhas. **AUN – Agência Universitária de Notícias**, São Paulo, 2024. Disponível em: https://aun.usp.br/exibir.php?id=12345. Acesso em: 13 abr. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LITTLE, Paul E. Megaempreendimentos na Amazônia: impactos e processos de resistência. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 165–185, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/YFfzNzND8jv6pFDpM7PC65v. Acesso em: 1 set. 2025.

PROJETO COLIBRI

Camila Giovana Souza Melo[343]
Juscelino Moraes Do Amaral Filho[344]
Queilon Anderson Félix Magalhães[345]
Rodrigo Bene Alfaia Amorim[346]
Maria Fernanda Gurgel[347]
Tamires Mendes Aragão[348]
Roxane Dias da Silva[349]

RESUMO

O debate sobre as políticas de cotas raciais e sociais no Brasil ocorre em um contexto histórico marcado por profundas desigualdades estruturais que excluíram, por séculos, negros, pardos e indígenas do acesso à educação e às oportunidades sociais. Apesar dos avanços institucionais recentes, o tema ainda gera controvérsias e preconceitos, sendo muitas vezes interpretado como um privilégio indevido. Diante disso, o projeto "Colibri", desenvolvido na disciplina Projeto de Extensão: Educação Étnico-Racial e Indígena, teve como propósito ampliar o conhecimento e promover a reflexão crítica entre alunos do Ensino Médio sobre a importância das cotas como instrumentos de equidade e justiça social. O projeto buscou enfrentar os estigmas em torno das ações afirmativas e incentivar o pensamento crítico sobre diversidade e inclusão. Seu objetivo geral foi promover o entendimento das cotas como forma de equidade, enquanto os objetivos específicos consistiram em diagnosticar o nível de compreensão dos alunos, desenvolver atividades pedagógicas e debates e valorizar o respeito às diferenças. Assim, o projeto articulou teoria e prática, utilizando o ambiente escolar como espaço de conscientização e formação cidadã. A fundamentação teórica baseou-se em três eixos: histórico, jurídico e sociológico. O eixo histórico abordou a ausência de políticas inclusivas após a abolição da escravidão em 1888, o que perpetuou desigualdades e marginalizações. As políticas de cotas surgem, nesse contexto, como medidas reparatórias. No eixo jurídico, as ações afirmativas se apoiam na Constituição Federal de 1988, que garante os princípios da dignidade humana, da igualdade material e da redução das desigualdades sociais. Leis como o Estatuto da Igualdade Racial e a política de cotas em universidades e concursos públicos reforçam essa base legal. A igualdade é, portanto, compreendida em seu sentido substancial, exigindo tratamento diferenciado para equilibrar condições de partida. No eixo sociológico, as cotas são vistas como instrumentos de transformação social, rompendo com a reprodução das desigualdades no sistema educacional e ampliando o acesso de grupos historicamente excluídos. Além de democratizar o ingresso, promovem diversidade cultural e social, fortalecendo a

[343] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, camila.melo@sou.fcr.edu.br.
[344] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, juscelino.filho@sou.fcr.edu.br.
[345] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, queilon.magalhaes@sou.fcr.edu.br.
[346] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rodrigo.amorim@sou.fcr.edu.br.
[347] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.gurgel@sou.fcr.edu.br.
[348] Graduanda em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, tamires.aragao@sou.fcr.edu.br.
[349] Especialista em Metodologia do Ensino Superior e Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, roxane.silva@fcr.edu.br.

construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A metodologia teve caráter qualitativo e educativo, voltado à interação e à aprendizagem crítica. O projeto foi desenvolvido no Colégio Classe A – Unidade II, envolvendo 40 alunos do 1º e 3º anos do Ensino Médio. As etapas compreenderam o diagnóstico inicial sobre o conhecimento dos estudantes, palestra, com uso de vídeos e slides, aplicação de questionários e discussões mediadas por professores. Essas atividades permitiram avaliar o aprendizado e promover o engajamento dos alunos com o tema. Os resultados demonstraram que 84% dos alunos apoiam as cotas raciais como medida justa e necessária para combater o racismo estrutural, enquanto uma minoria mostrou resistência, geralmente por desconhecimento. Cerca de 90% reconheceram que as cotas, embora fundamentais, não são suficientes para eliminar desigualdades, ressaltando a importância de políticas complementares, como o fortalecimento da educação básica e o apoio à permanência estudantil. As respostas abertas indicaram amadurecimento crítico, reconhecimento do caráter reparatório das cotas e valorização da diversidade. O projeto mostrou-se eficaz ao reduzir preconceitos e promover uma visão mais empática sobre as desigualdades raciais. Conclui-se que o projeto "Colibri" alcançou seus objetivos ao estimular a reflexão crítica e ampliar a compreensão dos estudantes sobre o papel das cotas na promoção da equidade. As políticas afirmativas foram reconhecidas como instrumentos legítimos e necessários, ainda que demandem ações complementares para garantir igualdade real. Mais do que mecanismos de acesso ao ensino, as cotas assumem caráter reparatório e educativo, reforçando valores de inclusão, representatividade e justiça social. O principal impacto do projeto foi a ampliação da consciência dos alunos sobre a importância das ações afirmativas e do compromisso coletivo com a dignidade humana e a transformação social.

Palavras-chave: Cotas; equidade; educação; inclusão social; justiça social.

REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 3 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025**. Dispõe sobre a reserva de vagas em concursos públicos para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15142.htm. Acesso em: 3 set. 2025.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E PROMOÇÃO DA AUTONOMIA FEMININA NA COMUNIDADE

Gabriela Carvalho de Castro[350]
Maria da Conceição dos Santos Pantoja[351]
Ana Clara Seibert Pelegrini[352]
Iago Gabriel Araújo Maia[353]
Igor Fernando Silva de Sá[354]
César Augusto Wanderley Oliveira[355]

RESUMO

Em comunidades periféricas, a ausência de debates estruturados sobre direitos humanos contribui para a naturalização da violência e da desigualdade de gênero. O projeto "Educação em Direitos Humanos como Ferramenta de Prevenção da Violência Doméstica e Promoção da Autonomia Feminina na Comunidade" surgiu com o propósito de promover a conscientização e o fortalecimento da autonomia feminina por meio de rodas de conversa realizadas na Associação Esportiva Jamaica, em Porto Velho – RO. A proposta visou aproximar a comunidade de conhecimentos sobre cidadania, igualdade e combate à violência doméstica, especialmente entre mulheres, jovens e adolescentes. O estudo fundamentou-se nos princípios da Educação em Direitos Humanos (EDH), conforme o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), que defende uma formação crítica, emancipatória e inclusiva. Autores como Paulo Freire (1996) e Candau (2008) reforçam o papel transformador do diálogo e da educação libertadora na superação de desigualdades. Foram ainda considerados aportes teóricos de Saffioti (1999), Crenshaw (2002) e Bourdieu (1999), que discutem a violência doméstica sob as perspectivas do patriarcado, da interseccionalidade e da dominação simbólica. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) também embasou a discussão, ao estabelecer os mecanismos de proteção e enfrentamento da violência contra a mulher. A metodologia adotada foi qualitativa e participativa, baseada em rodas de conversa e oficinas reflexivas com as mulheres da comunidade Jamaica. O projeto utilizou recursos pedagógicos como cartilhas informativas e dinâmicas de grupo, promovendo um espaço de escuta, acolhimento e troca de experiências. Inspirado na abordagem socio interacionista de Vygotsky (1984), o diálogo foi utilizado como instrumento de empoderamento, possibilitando aos participantes ressignificar vivências e reconhecer seus direitos. As atividades realizadas contaram com a participação da

[350] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gabriela.castro@sou.fcr.edu.br
[351] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pantoja.maria@sou.fcr.edu.br
[352] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, iago.maia@fcr.edu.br
[353] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.pelegrini@sou.fcr.edu.br
[354] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, igor.fernando@sou.edu.br
[355] Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Geografia Pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Brasil, cesar.oliveira@fcr.edu.br

enfermeira Patrícia Oliveira da Silva Queiroz e da Dra. Rosimar Francelino, que compartilharam experiências e orientações sobre os canais de denúncia e enfrentamento à violência. O evento despertou reflexões profundas sobre a naturalização da violência doméstica e destacou a importância da educação e da conscientização desde a infância. Houve engajamento ativo da comunidade e fortalecimento dos vínculos entre moradores, profissionais e instituições de proteção à mulher. O projeto demonstrou que a educação em direitos humanos é uma ferramenta essencial para romper ciclos de violência e promover a autonomia feminina. Verificou-se que a conscientização deve começar ainda na infância, como forma de prevenir comportamentos abusivos e a perpetuação de padrões violentos. A experiência reforça o papel transformador da extensão universitária e sugere a continuidade das ações, com ampliação do público e parcerias interinstitucionais.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos; Violência Doméstica; Autonomia Feminina; Extensão Universitária; Conscientização.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 424 p.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 160 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1984. 191 p.

RACISMO AMBIENTAL E A PERPETUAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOAMBIENTAIS VIVIDAS PELOS POVOS ORIGINÁRIOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Isabele Costa Alves[356]
Anny Heloisa Alves Gomes[357]
Emanuelle Paulino da Costa[358]
Jasmyn Helena Romanini Silva[359]
Loraine Fidelis Brito[360]
César Augusto Wanderley Oliveira[361]

RESUMO

Introdução: O racismo ambiental é um tema que causa estranheza, pois o preconceito racial raramente é associado ao meio ambiente. Entretanto, esse tema representa uma forma de discriminação que atinge grupos minoritários não apenas pela questão racial, mas também pela vulnerabilidade socioeconômica, agravada pela degradação ambiental e pelos impactos das mudanças climáticas. Tal dinâmica força o deslocamento de comunidades, aprofunda sua marginalização, priva essas populações de recursos básicos como saneamento adequado e água potável, e as expõe a níveis críticos de poluição. Dessa maneira o presente projeto tem por objetivo favorecer o diálogo e a conscientização, e visa, primeiramente, ampliar o repertório e o pensamento crítico sobre os impactos do racismo ambiental. Além disso, busca estimular a expressão criativa e a participação ativa por meio de uma atividade prática. **Referencial Teórico:** O racismo ambiental surgiu no Brasil nos anos 80, paralelamente à cunha do termo nos EUA por Benjamin Franklin Chavis Junior, referindo-se inicialmente ao descaso sofrido pelas populações carentes. Este conceito, entrelaçado com o racismo estrutural herdado do período colonial, manifesta-se concretamente em casos como o do povo Munduruku, onde o garimpo ilegal causa contaminação por mercúrio, violência e degradação socioambiental. Diante desse cenário complexo, propõe-se a utilização de painéis interativos como recurso educacional para promover compreensão crítica, criatividade e conscientização sobre o tema, transformando o aprendizado em instrumento de enfrentamento dessas desigualdades. **Metodologia:** A execução da proposta ocorreu através de uma sequência de três atividades principais: inicialmente uma aula expositiva com slides para introduzir os conceitos do racismo ambiental; em seguida, a construção coletiva de um painel semântico onde os alunos registraram palavras-chave, imagens e reflexões sobre o tema; e finalmente a distribuição de folders informativos e mudas de suculentas para consolidar o aprendizado e simbolizar a importância das práticas sustentáveis. Esta abordagem integra teoria e prática, utilizando metodologias

[356] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, isabele.alves@sou.fcr.edu.br
[357] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, anny.gomes@sou.fcr.edu.br
[358] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, emanuelle.costa@sou.fcr.edu.br
[359] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jasmyn.souza@sou.fcr.edu.br
[360] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, loraine.brito@sou.fcr.edu.br
[361] Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Brasil, cesar.oliveira@fcr.edu.br.

complementares para promover o diálogo, despertar a consciência crítica e fortalecer a relação entre conhecimento acadêmico e transformação social. **Resultados:** O projeto apresentou resultados bastante satisfatórios, alcançando plenamente seus objetivos pedagógicos e extensionistas. A participação dos alunos foi significativa durante todas as etapas, demonstrando interesse e engajamento nas discussões e atividades propostas. Durante a exposição teórica, observou-se grande envolvimento da turma, com perguntas e contribuições que evidenciaram o desenvolvimento de uma compreensão mais crítica sobre o racismo ambiental e suas implicações sociais, culturais e ecológicas. **Conclusões ou considerações finais:** O desenvolvimento do projeto sobre racismo ambiental possibilitou uma experiência de ensino-aprendizagem significativa e transformadora, promovendo o diálogo, a reflexão crítica e a construção coletiva do conhecimento. A participação ativa dos alunos, aliada ao uso de metodologias criativas, como o painel imagético e os folders informativos, garantiu um processo educativo dinâmico, inclusivo e voltado à formação de consciência ambiental e social.
Palavras-chave: Racismo ambiental; Educação ambiental; Conscientização; Justiça socioambiental; Povos indígenas.

REFERÊNCIAS:

CHEIRAM, M. C.; CARLESSO, J. P. P. O painel semântico como recurso didático inovador no ensino superior. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 8, n. 9, p. e01891271, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.33448/rsd-v8i9.1271. Acesso em: 27 ago. 2025.

FAUSTINO, T. P.; FAUSTINO, C. **A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do mapa**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MENDES, K.; WENZEL, F. **Problemas causados pelo garimpo na Terra Munduruku seguem até hoje**. Mongabay, [S. l.], 7 jul. 2025. Disponível em: https://apublica.org/2025/07/problemas-causados-pelo-garimpo-na-terra-munduruku-seguemate-hoje/. Acesso em: 5 set. 2025.

REIS, M. R. dos; MERINO, E. A. D. Painel semântico: revisão sistemática da literatura sobre uma ferramenta imagética de projeto voltada à definição estético-simbólica do produto. **Estudos em Design**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 178–190, 2020.

RODRIGUES, M. A. N. Estratégias de leitura aplicadas ao gênero fôlder. **Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 3, n. 2, p. 1–12, 2014. Disponível em: https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/1860. Acesso em: 13 out. 2025.

SARAIVA, G. V.; LEITE, A. H. O. Explorando o racismo ambiental: impactos, causas e abordagens para a justiça ambiental. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 5614, out. 2024.

UM ESTUDO SOBRE A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

João Vithor Sena Duarte[362]
Humberto Gomes Feitosa Junior[363]
Sophia Mota Resende[364]
Yasmim de Souza Sampaio[365]
Yêda Magalhães Pinheiro Moraes[366]
César Augusto Wanderley Oliveira[367]

RESUMO

A Educação Étnico-Racial (EER), instituída pela Lei nº 10.639/2003, tornou obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica, buscando valorizar a diversidade e combater o racismo estrutural. No entanto, sua implementação ainda enfrenta dificuldades, como falta de formação docente e de materiais pedagógicos adequados. Este estudo teve como objetivo analisar a efetivação da EER na Escola Estadual de Ensino Fundamental 21 de Abril, identificando práticas pedagógicas, desafios enfrentados por professores e gestores, e boas experiências que fortaleçam uma educação antirracista. A EER requer mais do que o cumprimento da lei: exige práticas pedagógicas transformadoras. Mota (2021) destaca a formação docente como central para o ensino antirracista. A Pretagogia (PETIT, 2015; MENDONÇA, 2019) propõe o reconhecimento da identidade negra como base para o aprendizado, fortalecendo o pertencimento e a autoestima. Autores como Munanga (2005) e Cida Bento (2022) questionam o mito da democracia racial, que mascara desigualdades e impede avanços na equidade. Em diálogo com Paulo Freire, a educação libertadora é apontada como caminho para a conscientização e transformação social. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, foi realizada em três etapas: visita técnica à escola, aplicação de questionário online (via Google Forms) a professores e gestores, e análise das respostas obtidas. Participaram dez profissionais da Escola 21 de Abril. Os dados apontaram diferenças na preparação docente, variando de “ótima” a “precária”. As principais barreiras foram a falta de formação continuada, ausência de materiais adequados e resistência cultural expressa em atitudes racistas. As práticas mais utilizadas foram debates, rodas de conversa, leituras e filmes, com boa receptividade dos alunos. No entanto, persistem limitações como a “distância entre discurso e prática” e a necessidade de criação de materiais próprios. A efetivação da EER exige formação permanente, materiais contextualizados e mudança institucional. A escola tem papel essencial, mas depende do envolvimento de toda a comunidade escolar. Como

[362] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joao.duarte@sou.fcr.edu.br
[363] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil,sophia.resende@sou.fcr.edu.br
[364] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, humberto.junior@sou.fcr.br
[365] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Yeda.moraes@sou.fcr.edu.br
[366] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, yasmim.sampaio@sou.fcr.edu.br
[367] Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Brasil, cesar.oliveira@fcr.edu.br

resultado, será elaborado um material de apoio baseado na Educação Libertadora de Paulo Freire e na Pretagogia, integrando a valorização da identidade negra e a construção de uma prática educativa antirracista e transformadora.

Palavras-chave: Educação Étnico-Racial; Lei 10.639/03; Formação docente; Pedagogia; Racismo estrutural.

REFERÊNCIAS:

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 11 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 11 ago. 2025.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa**: elaboração, aplicação e análise de conteúdo – Manual Didático. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. Acesso em: 27 set. 2025.

MENDONÇA, Esther Costa. A abordagem freiriana nas relações étnico-raciais no contexto escolar: a pretagogia na educação de jovens e adultos. **Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**, Recife, v. 5, n. 1, p. 248-268, 2019. Acesso em: 26 ago. 2025.

MOTA, Thiago Henrique. Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares. In: **CADERNO DE RESUMOS** [...]. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2021. Acesso em: 8 set. 2025.

MUNANGA, Kabengele. **A redemocratização de 1945 e a crise do mito da democracia racial**: uma visão panorâmica. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2005. Acesso em: 29 ago. 2025.

IMPLEMENTAÇÃO DA ESCUTA ESPECIALIZADA (LEI 13.431/2017) EM PORTO VELHO: DESAFIOS E PROPOSTAS DE FORTALECIMENTO

Ana Clara Felix Rodrigues[368]
Breno Vilar Souza Duarte[369]
Jamila Apolinário Martini[370]
Larissa Menezes Iananes Oliveira[371]
Lucas de Oliveira[372]
Natália Bianca Assis do Nascimento[373]
Viviane Ferreira Gonçalves[374]
Everson Rodrigues de Castro[375]

RESUMO

Introdução: A violência contra crianças e adolescentes constitui uma violação grave dos direitos humanos, exigindo do Estado mecanismos eficazes não apenas para a punição dos agressores, mas para a proteção das vítimas contra a revitimização gerada pelo próprio sistema de justiça. O presente trabalho extensionista aborda a implementação da Lei nº 13.431/2017 em Porto Velho/RO, focando na distinção entre Escuta Especializada e Depoimento Especial e nos desafios enfrentados pela rede de proteção local. O objetivo central é analisar a efetividade da aplicação da "Lei da Escuta Protegida" na capital rondoniense, identificando gargalos na articulação entre o sistema de justiça e a rede de proteção, e propor estratégias para mitigar a violência institucional. **Referencial Teórico:** A fundamentação baseia-se na Doutrina da Proteção Integral, consagrada no art. 227 da Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. A Lei nº 13.431/2017 estabelece o Sistema de Garantia de Direitos, normatizando dois institutos distintos: a Escuta Especializada, realizada pela rede de proteção (saúde, assistência, educação) com finalidade de acolhimento; e o Depoimento Especial, procedimento investigativo de produção de provas perante autoridade policial ou judiciária. A literatura aponta que a repetição desnecessária de relatos constitui violência institucional e revitimização. Utiliza-se também a Recomendação nº 33/2010 do CNJ, que orienta a criação de serviços especializados e ambientes acolhedores para a oitiva, e estudos sobre a importância da atuação conjunta da rede para evitar a sobreposição de intervenções. **Metodologia:** Trata-se de um estudo qualitativo de caráter extensionista, realizado através de pesquisa bibliográfica e documental,

[368] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.felix@sou.fcr.edu.br
[369] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, breno.duarte@sou.fcr.edu.br
[370] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jamila.martini@sou.fcr.edu.br
[371] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, larissa.oliveira@sou.fcr.edu.br
[372] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lucas.almeida@sou.fcr.edu.br
[373] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, natalia.nascimento@sou.fcr.edu.br
[374] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, viviane.goncalves@sou.fcr.edu.br
[375] Mestre em História e Estudos Culturais, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Brasil, everson.rodrigues@fcr.edu.br

complementada por uma visita técnica e observação participante no Núcleo de Atendimento Integrado (o "Ninho") do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO). Os dados foram coletados mediante análise de legislações, artigos científicos e transcrição de entrevista não estruturada com a equipe técnica do Ninho, confrontando a teoria dos protocolos (como o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense - PBEF) com a prática observada. **Resultados:** A visita ao "Ninho" revelou que o TJRO possui estrutura física adequada, incluindo salas de acolhimento lúdicas, isolamento acústico e transmissão em tempo real, conforme preconizado pelo CNJ, evitando o contato da vítima com o agressor. A equipe utiliza técnicas de rapport e narrativa livre para minimizar traumas. Contudo, identificou-se um descompasso crítico na rede externa: a falta de preparo de escolas e delegacias na realização da Escuta Especializada faz com que a criança repita a história múltiplas vezes antes de chegar ao Judiciário, chegando exaurida ou contaminada para o Depoimento Especial. Observou-se também a sobrecarga emocional dos entrevistadores forenses e a dificuldade na realização da produção antecipada de provas como regra, o que leva a criança a ser ouvida tanto na fase policial quanto na judicial, contrariando o ideal de "oitiva única" previsto na lei. **Conclusões ou considerações finais:** Conclui-se que, embora o TJRO seja uma referência estrutural, a efetividade da Lei 13.431/2017 em Porto Velho é comprometida pela desarticulação da rede de proteção básica. A revitimização persiste não por falha do Tribunal, mas pela ausência de fluxo integrado nas etapas anteriores (escola/polícia). Propõe-se, como fortalecimento, a capacitação continuada e obrigatória para agentes de saúde, educação e segurança, e a implementação rigorosa de protocolos de fluxo que garantam que a Escuta Especializada seja, de fato, apenas uma triagem de proteção, reservando o relato fático detalhado exclusivamente para o Depoimento Especial.

Palavras-chave: Lei 13.431/2017; Depoimento Especial; Escuta Especializada; Revitimização; Porto Velho.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, M. S. *et al*. Desafios e perspectivas na aplicação da lei da escuta protegida: revitimização de criança e adolescente. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 11, n. 6, p. 3910-3923, 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília, DF: Presidência da República, [2017].

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Recomendação nº 33, de 23 de novembro de 2010**. Recomenda aos tribunais a criação de serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes no sistema de justiça. Brasília, DF: CNJ, 2010.

FERREIRA, M. A.; LOPES, M. A. Escuta especializada e depoimento especial: a importância da atuação conjunta entre o sistema de justiça e a rede de promoção e proteção no combate a revitimização da criança e do adolescente. **Revista do Curso de Direito da Unimontes**, Montes Claros, v. 1, n. 1, p. 93-114, jan./jun. 2024.

UNIVERSIDADE DE FORTALEZA. **A oitiva de crianças no Poder Judiciário brasileiro**: relatório analítico propositivo. Brasília, DF: CNJ, 2019. (Série Justiça Pesquisa).

CONSCIENTIZAÇÃO DA ECONOMIA INDÍGENA: VIESES E PERCEPÇÕES

Arthur Henrique Couceiro Soares[376]
Luiz Henrique Alves Moreira[377]
Lucas Oliveira[378]
Kauan Ferreira Lima de Souza[379]
João Gustavo Luz de Oliveira[380]
César Augusto Wanderley[381]

RESUMO

O projeto de extensão "Conscientização da Economia Indígena: Vieses e Percepções" foi desenvolvido na disciplina “Extensão: Educação Étnico-Racial” com o propósito de conscientizar sobre a integração econômica indígena. A sociedade brasileira frequentemente enfrenta desafios na integração dos povos indígenas devido ao desconhecimento e preconceitos sobre seus modos de organização, produção e vivência. Este estudo parte da premissa de que o conhecimento é o primeiro passo para a integração. O objetivo geral do projeto foi conscientizar alunos do nono ano sobre o modo de viver indígena sob o viés econômico. Os objetivos específicos incluíram realizar um Pré-Questionário para coletar opiniões, mostrar um vídeo de conscientização (o experimento), e realizar um Pós-Questionário para analisar as mudanças de visões. A integração indígena na sociedade enfrenta barreiras impostas pelo desconhecimento e preconceito. Darcy Ribeiro (1995) elucida que os povos indígenas possuem formas próprias de organização e resistência que a sociedade ocidental muitas vezes não compreende. É crucial entender que a economia indígena se funda na solidariedade, cooperação e sustentabilidade, distinguindo-se da economia ocidental tradicional. Paulo Freire (1987) sustenta que a educação deve atuar como uma ferramenta de conscientização e reflexão, indo além da mera transmissão de conteúdo para auxiliar o indivíduo a entender e transformar sua realidade. Essa abordagem freiriana permite desconstruir preconceitos e valorizar os saberes indígenas. Adotou-se o delineamento de pesquisa experimental. O público-alvo foram 60 alunos, distribuídos em duas turmas do nono ano do ensino médio. Inicialmente, ambas as turmas responderam a um Pré-Questionário para identificar conhecimentos prévios e vieses. Na etapa seguinte (Intervenção), apenas uma das turmas foi exposta a um vídeo instrucional personalizado sobre os povos econômicos na perspectiva econômica, constituindo o grupo de teste, enquanto a outra permaneceu como grupo de controle, sem intervenção. As etapas foram realizadas no mesmo dia, com a intervenção principal ocorrendo em 11 de Novembro de 2025. As questões do questionário principal foram estruturadas

[376] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, arthur.soares@sou.fcr.edu.br
[377] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joao.luz@sou.fcr.edu.br
[378] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lucas.deoliveira@sou.fcr.edu.br
[379] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luiz.moreira@sou.fcr.edu.br
[380] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, kauan.souza@sou.fcr.edu.br
[381] Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Me. em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Brasil, cesar.oliveira@fcr.edu.br.

segundo a escala de Likert para avaliação graduada de atitudes. Para mensurar a efetividade do vídeo no pós-questionário, foram utilizadas alternativas objetivas do tipo “sim”, “não” e "não sei". O tratamento de dados utilizou um Mapa de Calor (comparação antes e depois, invertendo itens negativos para coerência) e a metodologia Diferença de Diferenças (DiD) para medir a mudança no sentimento geral entre as turmas. A análise dos dados, realizada por meio do Mapa de Calor e do DiD, indicou uma ligeira mudança de opinião em direção ao positivo na turma de teste. Especificamente, nas questões qualitativas pós-vídeo, a maioria dos alunos que assistiram à intervenção expressou aprovação e disposição para recomendar o conteúdo. O objetivo de diminuir visões negativas ou o preconceito foi atingido. Observou-se, contudo, que o grupo de controle apresentou uma mudança negativa no questionário, o que se assumiu ser resultado de maior atenção na resposta aos itens. O projeto enfrentou limitações, como a falta de um grupo amostral maior, de quatro grupos ao invés de dois, e problemas meteorológicos, ambos ocasionando em mudanças menos representativas da realidade, assim como falta de uma organização maior no quesito de aplicação, em que as respostas seriam mais honestas com maior privacidade aos indivíduos. O projeto cumpriu seu propósito, conseguindo transmitir uma maior informação aos alunos. O vídeo de conscientização foi bem recebido, conforme indicado pelas respostas dos estudantes. Consequentemente, o objetivo central de diminuir visões negativas e preconceito em relação à economia indígena foi alcançado.

Palavras-chave: Economia Indígena; Conscientização; Preconceito; Pesquisa Experimental; Extensão Curricularizada.

REFERÊNCIAS:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CULTURA INDÍGENA: DESCOBRINDO RAÍZES E IDENTIDADES

Carlos Alberto Peixe[382]
Cintya Luise Arlindo Silva[383]
Janai De Melo Alvares[384]
Kelly Calado Luz[385]
Luiz Gustavo[386]
Ronezio Simão Sene[387]
Vinícius Souza Villar[388]
Roxane Dias da Silva[389]

RESUMO

Introdução: Este projeto teve como objetivo promover a conscientização e valorização da cultura indígena entre crianças e adolescentes, inicialmente, e posteriormente expandir para jovens e adultos. **Referencial teórico:** O estudo sobre os povos indígenas no Brasil busca superar visões estereotipadas e eurocêntricas, destacando sua diversidade cultural e histórica. A colonização impôs a aculturação, mas movimentos pós-coloniais e a Lei 11.645/2008 garantiram avanços no reconhecimento de suas culturas. Hoje, a população indígena, que tem crescido, enfrenta desafios como a invasão de terras e a falta de acesso a direitos básicos. A valorização de suas línguas e saberes é essencial para preservar suas identidades e fortalecer suas lutas por direitos e territórios. **Metodologia:** Através de atividades lúdicas e educativas, como teatro, brincadeiras e dinâmicas interativas, buscamos desfazer estereótipos e promover o respeito à diversidade cultural indígena. Incluiu a apresentação teatral "A Chegada", que retratou o primeiro contato entre indígenas e europeus, seguida de uma explicação acessível sobre a história e contribuição dos povos indígenas no Brasil, e brincadeiras que estimularam a aprendizagem de forma divertida. **Resultados alcançados:** O projeto visou a educação sobre a realidade indígena contemporânea, a preservação de suas culturas e o combate a preconceitos. Como resultados, destacaram-se o engajamento dos alunos, a produção de materiais educativos e o fortalecimento da identidade cultural indígena, promovendo o diálogo intercultural e a construção de uma sociedade mais inclusiva. **Considerações finais:** O projeto teve como objetivo aproximar os alunos do ensino fundamental da realidade dos povos indígenas, combatendo estereótipos e mostrando sua presença em diversos âmbitos sociais, como universidades e empresas. Buscou-se fortalecer a identidade indígena e esclarecer dúvidas sobre a temática. A iniciativa promoveu o diálogo intercultural e contribuiu para uma sociedade mais

[382] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carlos.peixe@sou.fcr.edu.br
[383] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, cintya.silva@sou.fcr.edu.br
[384] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, janai.alvares@sou.fcr.edu.br
[385] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, kelly.luz@sou.fcr.edu.br
[386] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luiz.almeida@sou.fcr.edu.br
[387] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ronezio.sene@sou.fcr.edu.br
[388] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, vinicius.villar@sou.fcr.edu.br
[389] Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, roxane.silva@fcr.edu.br.

inclusiva, destacando o papel da extensão universitária como ferramenta transformadora de cidadania.

Palavras-chave: Cidadania; cultura indígena; direito; educação; projeto.

REFERÊNCIAS:

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. Disponível em: http://www.etnolinguistica.org/historia. Acesso em: 13 abr. 2026.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, S. R. Ensino de história indígena: trabalhando com narrativas coloniais e representações sociais. In: PORTUGAL, A. R.; HURTADO, L. R. (orgs.). **Representações culturais da América indígena** [online]. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2015. p. 59–80. Disponível em: https://books.scielo.org/id/7968r. Acesso em: 13 abr. 2026.

POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Quadro geral dos povos**. [S. l.]: Instituto Socioambiental, [202-?]. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos. Acesso em: 13 abr. 2026.

POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Quem são?** [S. l.]: Instituto Socioambiental, [202-?]. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o. Acesso em: 13 abr. 2026.

SILVA, Giovani José da. **Curso de História e Culturas Indígenas**. [S. l.]: Rede do Saber, [202-?]. Disponível em: http://www.rededosaber.sp.gov.br. Acesso em: 13 abr. 2026.

QUEIMADAS CRIMINOSAS E DEMARCAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

Luciérica Mantaia Barroso[390]
Tauany Cristine Martins de Lima[391]
Emilly Vitória Fadoul Soares[392]
João José de Santana Neto[393]
Alessandra Ordohnes Pincera[394]
Leila Pinto Tavares[395]
Carolina Simões Correia[396]

RESUMO

Introdução: As queimadas criminosas em terras indígenas representam uma das mais graves ameaças socioambientais enfrentadas no Brasil contemporâneo, pois intensificam a devastação florestal, ampliam conflitos territoriais e violam direitos originários garantidos pela Constituição de 1988. Estudos recentes demonstram que o uso intencional do fogo tem se fortalecido como instrumento de grilagem, degradação ambiental e pressão sobre povos indígenas (Aguiar; Martins, 2020; Lima et al., 2024). No contexto da Terra Indígena Karipuna, documentos oficiais apontam uma relação direta entre incêndios ilegais, invasões sistemáticas e perda de biodiversidade, evidenciando forte risco à segurança física e cultural da comunidade (MPF, 2022; Aguiar, 2019). Assim, o presente estudo investiga os impactos socioambientais das queimadas criminosas na Terra Indígena Karipuna, analisando suas causas, consequências e implicações para a demarcação e proteção territorial. O objetivo é compreender a dinâmica dos incêndios ilegais e discutir estratégias de prevenção, monitoramento e fortalecimento dos direitos originários. **Referencial Teórico**: A literatura sobre queimadas em terras indígenas revela que o fogo é frequentemente utilizado como ferramenta de degradação deliberada para facilitar ocupações ilegais, aprofundar pressões fundiárias e fragilizar a resistência das comunidades originárias (Aguiar; Martins, 2020). Pesquisas sobre regimes de queima em territórios tradicionais demonstram que incêndios ilegais são associados à expansão da fronteira agrícola e à abertura de áreas para grilagem, atuando como mecanismo de desestabilização socioambiental. No caso específico da Terra Indígena Karipuna, relatórios institucionais evidenciam aumento expressivo dos focos de calor e avanço das invasões, indicando que os incêndios integram um processo contínuo de degradação e ameaça aos direitos indígenas (MPF, 2022). Além disso, análises jurídicas mostram que os crimes ambientais relacionados às queimadas possuem repercussões severas para a proteção territorial e para a efetividade das políticas públicas ambientais (Lima et al., 2024).

[390] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luciericamantaia787@gmail.com
[391] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, tauany.lima@sou.fcr.edu.br
[392] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, emilly.soares@sou.fcr.edu.br
[393] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joao.santana@sou.fcr.edu.br
[394] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, alessandra.picer@sou.fcr.edu.br
[395] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leila.tavares@sou.fcr.edu.br
[396] Mestre em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br

Assim, o estado da arte demonstra que as queimadas criminosas constituem fenômeno multidimensional, envolvendo aspectos ambientais, sociais, jurídicos e culturais. **Metodologia:** A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, integrando procedimentos de pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevista semiestruturada. O levantamento bibliográfico contemplou artigos científicos, relatórios institucionais e documentos oficiais sobre queimadas ilegais e conflitos territoriais, com ênfase na realidade da Terra Indígena Karipuna. A análise documental abrangeu decisões judiciais, relatórios de monitoramento ambiental e registros produzidos por órgãos como MPF e FUNAI. Além disso, realizou-se entrevista com um encarregado da FUNAI, permitindo compreender desafios institucionais relacionados à fiscalização, demarcação e respostas a incêndios criminosos. O conteúdo da entrevista foi transcrito e integrado ao corpus de análise, subsidiando a construção do produto comunicacional final: um podcast com caráter de divulgação científica. A triangulação entre literatura, documentos e entrevista possibilitou uma compreensão ampla e aprofundada do fenômeno estudado. **Resultados:** Os resultados revelam que as queimadas criminosas na Terra Indígena Karipuna configuram um problema estrutural associado à grilagem, ao desmatamento e à fragilidade das políticas públicas de fiscalização. A análise documental evidenciou que o fogo tem sido utilizado como estratégia para degradar a vegetação, abrir áreas para ocupação irregular e ampliar a vulnerabilidade da comunidade indígena (Aguiar, 2019). Relatórios oficiais mostram crescimento acentuado dos focos de calor, indicando danos severos à biodiversidade e riscos permanentes à integridade física e cultural do povo Karipuna (MPF, 2022). A entrevista com a FUNAI corroborou esses achados, destacando limitações institucionais, como insuficiência de recursos humanos e materiais para monitoramento e resposta ágil. Foram identificados avanços em ações de desintrusão e monitoramento participativo, embora ainda insuficientes frente à complexidade do cenário. Assim, o estudo demonstra necessidade urgente de fortalecer a demarcação, ampliar a proteção territorial e integrar comunidades e órgãos ambientais em ações contínuas de prevenção. **Conclusões:** Conclui-se que as queimadas criminosas e os conflitos fundiários representam ameaças persistentes aos povos indígenas e aos ecossistemas amazônicos. O estudo evidencia a urgência de ações eficazes de fiscalização, fortalecimento das políticas de demarcação e valorização do protagonismo indígena. Somente a integração institucional e o respeito aos direitos originários podem assegurar a preservação ambiental e a justiça socioambiental.

Palavras-chave: terras indígenas; queimadas criminosas; demarcação; Amazônia; proteção territorial.

REFERÊNCIAS:

AGUIAR, Danicley. **A barbárie não pode ser tolerada**. Greenpeace Brasil, [S. l.], 2019. Disponível em: https://www.greenpeace.org/brasil/blog/a-barbarie-nao-pode-ser-tolerada/. Acesso em: 30 set. 2025.

AGUIAR, L. L. L.; MARTINS, P. T. A. Regime de queima na Terra Indígena Pimentel Barbosa, MT, Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 19, e19018, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mercator/a/D6WqS3L7XzY9pL9/. Acesso em: 13 abr. 2026.

LIMA, V. C. *et al*. Crimes contra o meio ambiente: uma análise sobre as queimadas na Amazônia Legal e suas implicações jurídicas. **Meio Ambiente (Brasil)**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 17–26, 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (RO). **MPF obtém decisão na Justiça que assegura proteção à TI Karipuna, em Rondônia**. Porto Velho: MPF, 2022. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/ro/sala-de-imprensa/. Acesso em: 24 set. 2025.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O COMBATE À TUBERCULOSE NO SISTEMA PRISIONAL

Álvaro Luiz Mendonça de Oliveira[397]
Ana Paula Braga Raimundo[398]
Ana Caroline da Silva Ribeiro[399]
Evelyn Barros de Carvalho[400]
Gabriella Vitoria Pimenta da Silva[401]
Sabrina Garcia de Oliveira[402]
Sâmea Dias de Lima[403]
Sashe Iure Teles Calado Luz[404]
Silene Lima da Silva[405]
Yara Iraci Almeida Lima[406]
Carolina Simões Correia[407]

RESUMO

Introdução: A tuberculose (TB) constitui um grave problema de saúde pública no Brasil e atinge de forma desproporcional populações vulneráveis, em especial às pessoas privadas de liberdade. O projeto "Políticas Públicas para o Combate à Tuberculose no Sistema Prisional" foi desenvolvido com o intuito de compreender e enfrentar essa realidade, considerando que a incidência da doença em ambientes carcerários é de 28 a 35 vezes maior que na população geral. A pesquisa tem como objetivo geral identificar e analisar as barreiras e potencialidades no acesso à prevenção, diagnóstico e tratamento da tuberculose no sistema prisional, à luz das diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP) e da Lei de Execução Penal, buscando propor estratégias e políticas públicas que aprimorem a gestão da saúde prisional e garantam o direito à saúde desse grupo. **Referencial Teórico:** A fundamentação teórica baseia-se em autores e documentos que evidenciam a tuberculose como uma doença socialmente determinada (Werneck, 2018; Maciel et al., 2019), destacando a correlação entre desigualdade, vulnerabilidade e exclusão sanitária. Foram abordadas políticas e normativas nacionais, como a PNAISP (Brasil, 2014), o Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose (Brasil, 2017) e o Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil (Brasil, 2019), além da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), que assegura o direito à assistência integral à saúde das pessoas em privação de liberdade. O referencial aponta a necessidade de

[397] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, alvaro.oliveira@sou.fcr.edu.br
[398] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.raimundo@sou.fcr.edu.br
[399] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.ribeiro@sou.fcr.edu.br
[400] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, evelyn.carvalho@sou.fcr.edu.br
[401] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gabriella.silva@sou.fcr.edu.br
[402] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sabrina.oliveira@sou.fcr.edu.br
[403] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, samea.lima@sou.fcr.edu.br
[404] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sashe.luz@sou.fcr.edu.br
[405] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, silene.silva@sou.fcr.edu.br
[406] Graduando em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, yara.lima@sou.fcr.edu.br
[407] Mestre em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br

fortalecer a articulação entre o SUS e os serviços prisionais, garantindo efetividade e equidade nas ações de saúde pública. **Metodologia:** A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, combinando levantamento bibliográfico e análise documental com coleta de dados primários por meio de questionário aplicado aos gestores da Secretaria de Estado da Justiça de Rondônia (SEJUS/RO). O instrumento buscou captar percepções sobre a implementação das ações de controle da tuberculose no sistema prisional. Os dados foram analisados segundo o método de análise temática, identificando categorias e padrões recorrentes nas respostas. A proposta conta ainda com parcerias institucionais junto à Agência Estadual de Vigilância em Saúde (AGEVISA), Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS) e uma Rede de Televisão local, que contribuirão na divulgação de informações e campanhas educativas sobre prevenção e tratamento da tuberculose. **Resultados:** Os resultados indicam que, apesar das dificuldades relacionadas à vulnerabilidade do sistema prisional, a tuberculose vem sendo acompanhada de forma efetiva pelas equipes de saúde que atuam nesse contexto, em parceria com a vigilância em saúde e rede de atenção especializada, esses resultados são evidenciados no alcance da meta de cura de casos de tuberculose que é um dos indicadores monitorados. Enfatiza-se que a SEJUS recebeu da vigilância uma certificação de alcance das metas de cura para tuberculose. Os principais desafios concentram-se no momento da saída dos internos do sistema prisional, quando o acompanhamento deixa de estar sob a responsabilidade das equipes intramuros e passa a depender da atenção primária municipal. Nessa transição, observa-se o maior número de abandonos de tratamento, o que pode agravar os casos e favorecer o desenvolvimento de tuberculose droga resistente, dificultando, assim, o controle da doença na população em geral. Destaca-se, na presente investigação, a necessidade de ações de divulgação, especialmente por meio da mídia, voltadas à sociedade, com o objetivo de informar sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido para o controle da tuberculose na população privada de liberdade, bem como divulgar as ações realizadas e os resultados alcançados. Além disso, ressalta-se que, durante o desenvolvimento deste estudo, houve a oportunidade de participar do recém-criado Comitê Estadual de Enfrentamento da Tuberculose, que contou com a participação de diversos órgãos e representantes do terceiro setor. Também foi possível colaborar com a elaboração do regimento interno do comitê, o qual ainda se encontra em fase de discussão. **Conclusões ou considerações finais:** O estudo evidencia que o combate à tuberculose em prisões exige políticas públicas intersetoriais e permanentes, com foco em três eixos: (1) reforço estrutural e diagnóstico das unidades prisionais; (2) capacitação dos profissionais de saúde e agentes penitenciários; e (3) campanhas educativas contínuas em parceria com veículos de comunicação, como a Rede de TV local, para ampliar o conhecimento sobre prevenção e reduzir o estigma. O projeto demonstra a importância da extensão universitária na construção de soluções concretas e sustentáveis, reafirmando o papel social da universidade na promoção da saúde e da dignidade humana.

Palavras-chave: Tuberculose; Sistema prisional; Políticas públicas; Direito à saúde; Parcerias institucionais.

REFERÊNCIAS:

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO ESPECIAL: Tuberculose em pessoas privadas de liberdade 2025. [S. l.: s. n.]. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, [1984]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_pessoas_privadas_liberdade.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/manual-de-recomendacoes-para-o-controle-da-tuberculose-no-brasil/view. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Plano nacional pelo fim da tuberculose como problema de saúde pública**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/tuberculose/plano-nacional-pelo-fim-da-tuberculose-como-problema-de-saude-publica.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

MACIEL, E. L. N. *et al*. Tuberculose e iniquidades em saúde no Brasil: avanços e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 12, e00104019, 2019.

SANTOS, T. A.; OLIVEIRA, D. N. C.; SANTOS, M. L. S. Saúde da população carcerária e os desafios da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade. **Revista de Enfermagem da UFSM**, Santa Maria, v. 10, e83, 2020.

WERNECK, G. L. Determinantes sociais da tuberculose: entre os direitos humanos e a saúde pública. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, e280104, 2018.

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: ACESSO À JUSTIÇA PARA PACIENTES ONCOLÓGICOS EM RONDÔNIA

Chrystiano de Campos Ferreira[408]
Hernani Borges de Sena[409]
Jenilson Reis de Azevedo[410]
Joselane Schereder Reis de Azevedo[411]
Kaio Leonardo Ribeiro de Oliveira Conesuque[412]
Carolina Simões Correia [413]

RESUMO

Introdução. O câncer representa um desafio complexo que transcende a área médica, impactando as estruturas sociais, familiares e jurídicas. Pacientes oncológicos, enquanto submetidos a tratamentos longos e exaustivos, frequentemente se deparam com dificuldades adicionais devido ao desconhecimento de direitos fundamentais que poderiam lhes garantir segurança social e dignidade. Questões críticas, como acesso a benefícios previdenciários, transporte adequado, licenças trabalhistas e prioridade no atendimento, muitas vezes não são integralmente conhecidas pelos cidadãos vulneráveis. A efetivação desses direitos depende tanto da previsão legal quanto da conscientização da sociedade e da atuação de profissionais engajados com a justiça social. É neste contexto que se insere o presente projeto de extensão, desenvolvido por acadêmicos do 4º período do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia (FCR). A iniciativa, em parceria com o Hospital de Amor Amazônia, busca aproximar o saber jurídico da realidade social, fornecendo informações acessíveis aos profissionais de saúde que atuam diretamente com o público oncológico. A escolha desse público-alvo é estratégica, pois médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais são considerados multiplicadores de conhecimento, aptos a orientar pacientes e familiares. O projeto busca promover a humanização da prática do Direito, unindo a teoria à realidade social, e sensibilizar os estudantes para uma advocacia empática e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa. **Objetivo.** Promover a conscientização e a efetivação dos direitos humanos, sociais e de saúde relacionados à pessoa com câncer. **Objetivos Específicos.** Difundir o Estatuto da Pessoa com Câncer (Lei nº 14.238/2021); Contribuir para a formação crítica e humanizada dos acadêmicos de Direito da FCR; Estimular os profissionais de saúde a atuarem como multiplicadores de informações jurídicas; Integrar o saber jurídico à prática clínica, fomentando a

[408] Graduando(a) em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, chrystiano.ferreira@sou.fcr.edu.br
[409] Graduando(a) em Direito), Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, hernani.sena@sou.fcr.edu.br
[410] Graduando(a) em Direito), Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jenilson.azevedo@sou.fcr.edu.br
[411] Graduando(a) em Direito), Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joselane.azevedo@sou.fcr.edu.br
[412] Graduando(a) em (nome do curso), Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, kaio.conesuque@sou.fcr.edu.br
[413] Mestre em Direito, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br

interdisciplinaridade e a humanização do atendimento; e consolidar a extensão universitária como ferramenta de transformação social e acesso à justiça. **Referencial Teórico.** O alicerce teórico do projeto reside na Constituição Federal de 1988 (CF/88), que estabelece a dignidade da pessoa humana como fundamento da República (Art. 1º, III). Este princípio exige que o ser humano seja tratado como fim em si mesmo. O direito à vida (Art. 5º, caput) engloba a garantia de saúde e bem-estar, sendo o direito à saúde explicitamente definido como um direito social fundamental (Art. 6º) e dever do Estado (Art. 196 a 200), materializado no Sistema Único de Saúde (SUS). O Estatuto da Pessoa com Câncer (Lei nº 14.238/2021) é o foco normativo, visando assegurar o acesso universal, baseando-se em princípios como o respeito à dignidade, igualdade, não discriminação e humanização da atenção. A doença oncológica gera uma vulnerabilidade acentuada, exigindo proteção especial do Estado. Direitos específicos incluem proteções previdenciárias e assistenciais (Auxílio-doença, Aposentadoria por invalidez, e Benefício de Prestação Continuada – BPC/LOAS), prioridade na tramitação judicial (Lei nº 12.008/2009), e tratamento integral e gratuito pelo SUS. O acesso à justiça (CF/88, Art. 5º, XXXV) permite a judicialização de direitos negados, sendo a jurisprudência do STF e STJ crucial na consolidação desses direitos. **Metodologia.** O projeto de extensão com carga horária de 40h, será executado no HAA de Porto Velho. Dividindo-se em três etapas: Preparação: Inclui contato institucional; Convite e confirmação dos palestrantes (Defensores Públicos); Organização logística, definição de espaço físico e recursos; e a Elaboração e divulgação de material resumido sobre o Estatuto da Pessoa com Câncer. **Execução**. A ação consistirá em uma palestra educativa no auditório do HAA. O público-alvo são os profissionais de saúde do hospital, com estimativa de 70 participantes. Encerramento e Acompanhamento. Envolve o registro da atividade (fotos, lista de presença) e a confecção do Relatório Final, contendo avaliação, impactos percebidos e sugestões de continuidade. **Resultados Esperados.** O projeto capacitará os profissionais da área da saúde do HAA como multiplicadores de conhecimento acerca do Estatuto da Pessoa com Câncer. Isso ampliará a conscientização sobre benefícios e contribuirá para a formação acadêmica humanizada dos estudantes. **Considerações Finais**. O projeto se configura como uma iniciativa de transformação social e acadêmica, ao propor a integração do conhecimento jurídico com a prática da saúde. A atividade cumpre o papel de ponte entre a universidade e a comunidade. Ao capacitar os profissionais de saúde como multiplicadores, o projeto garante que a informação chegue aos pacientes e familiares, permitindo-lhes vivenciar o Direito como ferramenta de dignidade demonstrando que o conhecimento aliado à empatia é um instrumento essencial para a construção de um sistema de justiça mais acessível e de uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-Chave: Direitos Humanos; Pacientes Oncológicos; Estatuto da Pessoa com Câncer; Acesso à Justiça; Extensão Universitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 29 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.238, de 19 de novembro de 2021**. Institui o Estatuto da Pessoa com Câncer. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14238.htm. Acesso em: 15 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao-direitos-humanos/. Acesso em: 29 ago. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Constitution of the World Health Organization**. Geneva: WHO, 1948. Disponível em: https://apps.who.int/gb/bd/pdf/bd47/en/constitution-en.pdf. Acesso em: 23 nov. 2025.

GESTÃO JOVEM: DESENVOLVENDO HABILIDADES DE LIDERANÇA E ORGANIZAÇÃO

Adan José Araújo Silva[414]
Adriana Pereira dos Santos Pantoja[415]
Camila Eduarda Ribeiro de Castro[416]
Geovana Camilo de Souza Ribeiro[417]
Janilson Viana Barata Rodrigues[418]
Jhonson Luiz Jeronimo Melo[419]
Lígia Bibá Gomes Pinho[420]
Neilan Mendes Cruz[421]
Wendiy Nogueira Rodrigues[422]
Edney Costa Souza[423]

RESUMO

O estudo **Gestão Jovem: Desenvolvendo Habilidades de Liderança e Organização** buscou aproximar estudantes do 9º ano dos princípios fundamentais da Administração, demonstrando como essas práticas podem contribuir para o desenvolvimento de competências essenciais no cotidiano escolar e pessoal. A iniciativa surgiu diante da percepção de que muitos jovens apresentam dificuldades em organizar suas atividades, planejar tarefas e assumir posições de liderança, o que pode impactar tanto o desempenho acadêmico quanto a formação cidadã. Assim, a investigação partiu da necessidade de compreender como a introdução de conceitos básicos de Administração pode favorecer o protagonismo juvenil e a autogestão na fase escolar. O objetivo central do estudo foi analisar de que forma a abordagem prática e contextualizada da Administração pode contribuir para o fortalecimento de habilidades relacionadas à organização, liderança, trabalho em equipe e tomada de decisão entre adolescentes. O problema investigado concentrou-se na seguinte questão: como a vivência de práticas administrativas pode auxiliar jovens estudantes a desenvolverem competências de

[414] Graduando em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, adan.silva@sou.fcr.edu.br
[415] Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, adriana.pantoja@sou.fcr.edu.br
[416] Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Camila.ribeiro@sou.fcr.edu.br
[417] Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, geovana.ribeiro@sou.fcr.edu.br
[418] Graduando em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, janilson.rodrigues@sou.fcr.edu.br
[419] Graduando em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jhonson.melo@sou.fcr.edu.br
[420] Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ligia.pinho@sou.fcr.edu.br
[421] Graduando em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, neilan.cruz@sou.fcr.edu.br
[422] Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, wendiy.rodrigues@sou.fcr.edu.br
[423] Docente da faculdade Católica de Rondônia - FCR, Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajai- UNIVALI, Brasil, edney.souza@fcr.edu.br

gestão aplicáveis ao dia a dia escolar? O referencial teórico apoiou-se nos fundamentos clássicos e contemporâneos da Administração. As contribuições de Taylor e Fayol foram utilizadas para contextualizar conceitos como eficiência, planejamento e organização. Os estudos de Elton Mayo, Maslow e McGregor complementam a discussão ao evidenciar a importância do comportamento humano, da motivação e da colaboração no desempenho coletivo. Além disso, as ideias de Chiavenato e a aprendizagem experiencial proposta por Kolb ofereceram suporte à aplicação prática dos conceitos administrativos com jovens, reforçando que experiências concretas favorecem a internalização do conhecimento. A metodologia adotada foi qualitativa, com enfoque participativo e caráter extensionista. O estudo foi desenvolvido na Escola Estadual São Sebastião I, em Porto Velho–RO, com a participação de 26 estudantes do 9º ano. As atividades foram organizadas em quatro momentos: apresentação inicial, exposição teórica dos conceitos administrativos, dinâmicas práticas de grupo e avaliação final. Para isso, foram utilizados slides, explicações dialogadas, materiais de apoio e dinâmicas voltadas para estimular liderança, comunicação, cooperação e planejamento estratégico. Ao término das atividades, aplicou-se um breve questionário para avaliar o nível de compreensão e os impactos percebidos pelos alunos. Os resultados indicaram mudanças significativas na percepção e no aprendizado dos estudantes. Antes da intervenção, a maior parte dos participantes relatava pouco ou nenhum conhecimento sobre administração de tarefas e liderança. Após as atividades, todos os estudantes declararam ter compreendido melhor como organizar suas rotinas e como aplicar princípios básicos de gestão em situações do cotidiano. Além disso, 84% dos alunos avaliaram que desenvolveram em nível alto ou muito alto competências relacionadas à liderança, criatividade e planejamento. As manifestações espontâneas durante o momento de feedback reforçaram o interesse em vivências semelhantes e o reconhecimento da relevância do tema para a transição ao Ensino Médio. O estudo demonstrou que a introdução de conceitos básicos de Administração contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento de habilidades de liderança, organização e autogestão entre os estudantes. As atividades práticas facilitaram a compreensão dos conteúdos e estimularam o protagonismo juvenil. Os resultados indicam que ações extensionistas desse tipo fortalecem a aprendizagem, ampliam a responsabilidade dos alunos sobre suas rotinas e aproximam a escola de práticas que favorecem a formação pessoal e acadêmica. Conclui-se que a proposta foi bem-sucedida e apresenta potencial para continuidade e expansão.

Palavras-chave: **L**iderança; Organização; Protagonismo Juvenil; Administração Escolar; Extensão Universitária.

REFERÊNCIAS:

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

FAYOL, Henri. **Administração industrial e geral**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

KOLB, David A. **Experiential learning**: experience as the source of learning and development. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1984.

MASLOW, Abraham H. **Motivação e personalidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

MAYO, Elton. **Os problemas humanos de uma civilização industrial**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1977.

DIREITOS HUMANOS E INSERÇÃO DA JUVENTUDE NO MERCADO DE TRABALHO

Amanda Brandão Wilsen[424]
Aurilene Souza Pereira[425]
Janaina Penha da Silva[426]
Leticia Belmira Furtado de Souza[427]
Lucas Azevedo de Aguiar[428]
Márcia Andréa Ramalho de Araújo[429]
Thaise Pescador Colla[430]
Profª. Wigna Kalene Venâncio de Lima[431]

RESUMO

Introdução: O presente projeto tem como objetivo identificar o nível de conhecimento dos jovens sobre seus direitos constitucionais e sociais, especialmente no que se refere à educação financeira. Além disso, busca promover a conscientização e a difusão de informações sobre programas e políticas públicas voltadas à inserção da juventude no mercado de trabalho, estimulando a aproximação entre estudantes e empresas/instituições. **Referencial Teórico:** A fundamentação teórica baseia-se nos princípios dos Direitos Humanos, conforme a Declaração Universal de 1948, e na legislação trabalhista brasileira, destacando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Lei nº 10.097/2000 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que regulamentam o trabalho do jovem aprendiz. **Metodologia:** A metodologia adotada baseou-se em uma abordagem qualitativa e quantitativa, envolvendo a aplicação de questionários estruturados a 25 estudantes do ensino médio da Escola Estadual John Kennedy. O objetivo foi compreender as percepções, expectativas e desafios enfrentados pelos jovens em relação ao ingresso no mundo do trabalho. As questões contemplaram temas como direitos trabalhistas, programas de aprendizagem, educação financeira e perspectivas profissionais. A análise dos dados permitiu identificar padrões de conhecimento, lacunas formativas e oportunidades de intervenção pedagógica. **Resultados:** Os resultados obtidos indicaram que a maioria dos jovens ainda possui conhecimento limitado sobre seus direitos trabalhistas e sociais, bem como sobre as

[424] Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, amanda.wilsen@sou.fcr.edu.br
[425] Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, aurilene.pereira@sou.fcr.edu.br
[426] Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, janaina.silva@sou.fcr.edu.br
[427] Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leticia.souza@sou.fcr.edu.br
[428] Graduando em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lucas.aguiar@sou.fcr.edu.br
[429] Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, marcia.araujo@sou.fcr.edu.br
[430] Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, thaise.colla@sou.fcr.edu.br
[431] Docente Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Especialista em Direito do Trabalho, kalene.venancio@fcr.edu.br

políticas públicas voltadas à juventude. Muitos relataram insegurança em relação ao primeiro emprego e à gestão de recursos financeiros, apontando a necessidade de maior apoio institucional e orientação escolar. Por outro lado, observou-se um elevado interesse em participar de cursos de qualificação profissional, programas de jovem aprendiz e parcerias com empresas locais, o que demonstra o potencial de engajamento e disposição para o aprendizado prático. Esses achados reforçam a relevância do projeto como instrumento de formação cidadã e de aproximação entre escola e sociedade. **Conclusões ou considerações finais:** Conclui-se que ações de extensão universitária e projetos educativos voltados à juventude exercem papel fundamental na construção da consciência crítica, no fortalecimento da empregabilidade e na promoção da inclusão social. Ao ampliar o acesso à informação e ao conhecimento sobre direitos e deveres, essas iniciativas contribuem para a formação de jovens mais autônomos, responsáveis e preparados para os desafios do mundo do trabalho. Dessa forma, reforça-se o papel da educação como agente de transformação social, de promoção da igualdade de oportunidades e de desenvolvimento sustentável da comunidade.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Juventude; Empregabilidade; Educação; Inclusão Social.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. [Estatuto da criança e do adolescente (1990)]. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**: dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 14 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, relativos à aprendizagem. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm. Acesso em: 14 abr. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/novembro/artigo-23deg-direito-ao-trabalho-livre-justo-e-remunerado. Acesso em: 14 abr. 2026.

COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA DE TRANSIÇÃO: DO ENSINO MÉDIO AO ENSINO SUPERIOR E MERCADO DE TRABALHO

Alexandre Castro dos Santos[432]
Benjamyn Evangelista da Silva[433]
Caio Luís Chein de Sá[434]
Débora Carvalho Alves[435]
Ester Vasquez dos Santos[436]
Lipe Cauã Freitas Roberto[437]
Maria Luísa de Araújo Santos[438]
Mayara Rego de Oliveira[439]
Verônica Gabriele de Almeida Mota[440]
Vinicius da Cunha Justiniano[441]

RESUMO

Introdução: A comunicação é amplamente reconhecida como um dos pilares na formação educacional e profissional, desempenhando um papel decisivo na construção da autonomia, no fortalecimento da autoconfiança e no estabelecimento de relações interpessoais eficazes. No contexto escolar, especialmente na etapa de transição entre o ensino médio e o ensino superior, a capacidade de comunicar-se com clareza e assertividade torna-se ainda mais relevante, uma vez que jovens estudantes se deparam com novos desafios, demandas acadêmicas mais complexas e ambientes sociais diversificados. No cenário brasileiro e regional amazônico, tais desafios são intensificados por desigualdades educacionais históricas e pela carência de estratégias pedagógicas que integrem habilidades comunicativas ao processo de formação. Considerando essa realidade, o presente estudo fundamenta-se na necessidade de reduzir lacunas existentes entre teoria escolar, prática social e expectativas profissionais, reconhecendo a comunicação como elemento essencial nesse processo formativo. O objetivo do projeto consistiu em promover o desenvolvimento de habilidades de comunicação verbal e não verbal entre estudantes do ensino médio da EEEFM

[432] Graduando em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, alexandre.santos@sou.fcr.edu.br
[433] Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, benjamyn.silva@sou.fcr.edu.br
[434] Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, caio.sa@sou.fcr.edu.br
[435] Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, debora.alves@sou.fcr.edu.br
[436] Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ester.santos@sou.fcr.edu.br
[437] Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lipe.roberto@sou.fcr.edu.br
[438] Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.dearaujo@sou.fcr.edu.br
[439] Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, mayara.oliveira@sou.fcr.edu.br
[440] Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, veronica.mota@sou.fcr.edu.br
[441] Graduando em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, vinicius.justiniano@sou.fcr.edu.br

Professor João Bento da Costa, situada em Porto Velho/RO, a fim de favorecer sua transição para o ensino superior e o mercado de trabalho. Especificamente, buscou-se ampliar a compreensão dos alunos sobre a importância da comunicação em diferentes contextos, fortalecer a postura profissional, aprimorar a clareza na exposição de ideias, incentivar a autoconfiança e proporcionar experiências práticas que simulavam situações comuns no ambiente acadêmico e profissional. O problema central que orientou este estudo pode ser formulado da seguinte forma: de que maneira o desenvolvimento de habilidades comunicativas contribui para a transição dos estudantes do ensino médio para o ensino superior e o mercado de trabalho, considerando suas limitações iniciais e suas demandas sociocomunicativas futuras? Este problema emerge da constatação de que muitos jovens concluem o ensino médio sem domínio suficiente de competências comunicacionais essenciais, o que dificulta sua adaptação a novos contextos e reduz suas oportunidades de acesso e permanência no ensino superior. Para responder ao problema proposto, adotou-se uma metodologia de natureza qualitativa e aplicada, estruturada por meio de ações extensionistas desenvolvidas pelos discentes do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia (FCR). **A metodologia** incluiu quatro etapas integradas: palestra motivacional intitulada "Comunicação como ponte para o futuro", destinada a contextualizar a importância da comunicação como competência estratégica; dinâmicas de grupo com simulações de entrevistas de emprego e apresentações pessoais, permitindo aos estudantes vivenciar situações reais e desenvolver comportamento assertivo; oficina prática sobre técnicas de comunicação verbal e não verbal, enfatizando postura, entonação, linguagem corporal, objetividade e expressão gestual; e roda de conversa com universitários da FCR, cujo objetivo foi aproximar os alunos da realidade acadêmica por meio de relatos de experiências concretas. **Os resultados** do estudo revelaram significativo envolvimento dos estudantes em todas as atividades propostas, com destaque para a evolução observada em sua postura comunicacional, capacidade de argumentação, organização de ideias e confiança ao se expressarem. Durante as simulações, foi possível notar que os participantes aprimoraram seu comportamento profissional e demonstraram maior segurança ao responder perguntas, apresentar-se e dialogar coletivamente. Além disso, a interação com universitários mostrou-se particularmente eficaz para despertar interesse pela continuidade dos estudos e ampliar a compreensão dos jovens sobre o funcionamento do ensino superior. Os dados observacionais indicam que a abordagem prática e integrada adotada no projeto contribuiu diretamente para a superação de dificuldades comunicativas iniciais, evidenciando a relevância de metodologias ativas na formação de estudantes do ensino médio. Nas **considerações finais,** conclui-se que os objetivos estabelecidos foram plenamente alcançados, uma vez que o projeto promoveu avanços significativos nas competências comunicativas dos alunos, reforçando a importância da comunicação enquanto instrumento de desenvolvimento pessoal e profissional. Os achados confirmam que ações extensionistas voltadas para a prática comunicacional têm potencial para transformar a realidade de jovens em fase de transição escolar, especialmente em regiões que enfrentam desafios estruturais na educação. Recomenda-se a continuidade e ampliação de iniciativas semelhantes,

incluindo escolas de outros bairros e municípios, de modo a fortalecer o papel social da extensão universitária como elo entre instituição, comunidade e formação cidadã.

Palavras-chave: Comunicação; Ensino médio; Extensão universitária; Habilidades sociais; Formação acadêmica.

REFERÊNCIAS:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARTINS, R. S.; ALVES, C. F. Comunicação assertiva e suas implicações no ambiente acadêmico e profissional. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 137, p. 841–858, 2017.

MORAES, Maria Aparecida V. de. **Comunicação interpessoal**: processos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012.

CONSTRUÇÃO HIDRELÉTRICA BINACIONAL BRASIL X BOLÍVIA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Karen da Silva Ribeiro[442]
Karina Ribeiro Ferreira de Medeiros[443]
Rafael Bezerra Gomes[444]
José Nilton Silva Souza[445]

RESUMO

O projeto de uma usina binacional entre Brasil e Bolívia é uma proposta em discussão que visa a construção de uma hidrelétrica no Rio Madeira, envolvendo os estados de Rondônia (Brasil) e os departamentos de Beni e Pando (Bolívia). Embora o projeto esteja em fase de estudos e planejamento, os potenciais impactos ambientais já geram alertas e polêmicas. Com base nas discussões sobre o projeto e em experiências de outras grandes hidrelétricas na Amazônia (como Jirau, Santo Antônio e Belo Monte), os principais impactos ambientais previstos incluem: Inundação de Grandes Áreas: A construção de barragens em rios amazônicos resulta no alagamento de extensas áreas de floresta, o que pode causar a perda de biodiversidade e o desaparecimento de habitats. Alteração do Ecossistema Aquático: A mudança no fluxo natural do rio pode afetar a migração de peixes e a pesca, impactando diretamente as comunidades ribeirinhas e a fauna local. Emissão de Gases de Efeito Estufa: A decomposição da vegetação submersa nos reservatórios de hidrelétricas amazônicas pode gerar metano, um potente gás de efeito estufa, contribuindo para as mudanças climáticas. Deslocamento de Populações: Comunidades indígenas e ribeirinhas que vivem nas áreas a serem alagadas seriam forçadas a se deslocar, gerando impactos sociais e culturais significativos. Impactos na vizinhança: Os efeitos da usina não se limitariam à área direta do reservatório, podendo ser sentidos a jusante (incluindo o Pantanal, segundo algumas preocupações) e em regiões mais amplas da bacia hidrográfica, afetando inclusive Peru e Bolívia. Problemas Sanitários: a formação de grandes lagos pode criar criadouros para vetores de doenças, como mosquitos, aumentando a incidência de malária e outras doenças. A falta de estudos de impacto ambiental e de vizinhança abrangentes e transparentes tem sido um ponto central nas críticas de ambientalistas, cientistas e movimentos sociais ao projeto. A redução da biodiversidade de plantas e animais, a contaminação do ar e da água, a redução da fertilidade e a erosão do solo e o esgotamento dos mananciais são exemplos de impacto socioambiental. **A Metodologia** aplicada a pesquisa natureza qualitativa através de pesquisas de artigos publicados, pesquisa em mídias digitais, vídeos etc. **Resultados** a pesquisa nos possibilitou traçar um paralelo que possibilite constatar os possíveis impactos que poderão atingir a região,

[442] Graduando em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, vinicius.justiniano@sou.fcr.edu.br
[443] Graduanda em Administração, Faculdade Católica de Rondônia -FCR, Brasil, karina.medeiros@sou.fcr.edu.br
[444] Graduando em Administração, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Rafael.gomes@sou.fcr.edu.br
[445] Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jose.oliveira@fcr.edu.br

bem como o País vizinho. **Conclusão** diante do cenário dos acontecimentos que permearam todo o processo de construção das Usinas de Jirau e Santo Antônio podemos concluir que muitos danos poderão ser mitigados se houver um olhar no retrovisor face aos acontecimentos das usinas frutos dessa pesquisa e que certamente impactarão não só na região da construção da usina como também em toda a região quer seja impactos sociais como ambientais alguns de caráter irreversível.

Palavras Chaves: Usinas, Impactos sociais, ambientais.

REFERÊNCIAS:

GEOGRAPHIA Opportuno Tempore. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, v. 7, n. 1, 2021. EISSN: 2358-1972. Disponível em: [inserir link se houver]. Acesso em: 14 abr. 2026.

MORET, A. S. *et al*. Expandindo a concepção de atingidos por UHE: Assentamentos Vila Jirau e Vila Penha – Rondônia. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 24, p. 1-17, 2021.

EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NA COMUNIDADE DE NOVA ALIANÇA – PORTO VELHO/RO

Gladson Leonardo da Silva Cardoso[446]
José Rodolfo Castro Leal[447]
Jordana Lemes Duarte[448]
Karen da Silva Ribeiro[449]
Karina Ribeiro Ferreira de Medeiros[450]
Rafael Bezerra Gomes[451]
Wigna Kalene Venancio de Lima[452]

RESUMO

Introdução: Este estudo analisa a efetividade do direito constitucional à saúde na comunidade rural de Nova Aliança, em Porto Velho, investigando como os moradores percebem o acesso aos serviços disponíveis e de que forma essa percepção reflete fragilidades estruturais que afetam diretamente a concretização dos direitos sociais. A pesquisa parte da compreensão de que, embora a Constituição Federal de 1988 assegure a saúde como direito de todos e dever do Estado, a realidade de comunidades rurais revela desafios que impedem que esse direito se materialize plenamente. Nova Aliança, composta por cerca de mil moradores, apresenta histórico de limitações no acesso a atendimentos básicos e emergenciais, o que motivou a análise de como esse direito tem sido vivenciado no cotidiano local. **Referencial Teórico**: A análise fundamenta-se na concepção de saúde como direito social previsto no Art. 196 da Constituição Federal, que estabelece que o Estado deve garantir políticas econômicas e sociais que assegurem acesso universal e igualitário aos serviços. Sueli Dallari, referência no Direito Sanitário, destaca que esse direito possui duas dimensões: a subjetiva, que corresponde ao direito individual de exigir atendimento, e a objetiva, que impõe ao Estado o dever de organizar redes e políticas capazes de assegurar esse atendimento na prática. As limitações observadas em Nova Aliança, como a ausência de atendimento diário, a inexistência de suporte emergencial e a precariedade estrutural, configuram clara violação dessa dimensão objetiva. Do ponto de vista da sociologia da saúde, Cecília Donnangelo evidencia que o acesso aos serviços não ocorre igualmente entre diferentes grupos sociais, sendo influenciado pela posição social, renda e localização territorial. Assim, populações rurais como Nova Aliança tendem a ser mais vulneráveis à descontinuidade dos serviços públicos, reafirmando que a estrutura atual reforça desigualdades já

[446] Graduando em Administração Faculdade Católica de Rondônia -FCR, Brasil, gladson.cardoso@sou.fcr.edu.br
[447] Graduando em Administração Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, jose.leal@sou.fcr.edu.br
[448] Graduanda em Administração Faculdade Católica de Rondônia -FCR, Brasil, jordana.duarte@sou.fcr.edu.br
[449] Graduanda em Administração Faculdade Católica de Rondônia -FCR, Brasil, karen.silva@sou.fcr.edu.br
[450] Graduanda em Administração Faculdade Católica de Rondônia -FCR, Brasil, karina.medeiros@sou.fcr.edu.br
[451] Graduanda em Administração Faculdade Católica de Rondônia -FCR, Brasil, Rafael.gomes@sou.fcr.edu.br
[452] Docente da Faculade Católica de Rondônia – FCR – kalene.venancio@sou.fcr.edu.br

existentes, violando os princípios de integralidade e equidade do SUS. **Metodologia**: Os procedimentos do projeto iniciaram-se com uma investigação preliminar realizada juntamente com o líder comunitário Eliomar, a fim de identificar as necessidades da população relacionadas ao acesso aos serviços de saúde. A partir dessa análise inicial, definiu-se uma pesquisa de abordagem quantitativa e qualitativa, que envolveu a aplicação de um questionário diagnóstico a 60 moradores, número escolhido para representar adequadamente o universo populacional estimado de mil habitantes. Os questionários foram aplicados de forma impressa durante visitas à comunidade. Em etapa posterior, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais de saúde que atuam na região, aprofundando a compreensão dos desafios enfrentados pelas equipes e pela população rural. Após a coleta, os dados foram organizados, analisados e interpretados para identificar padrões e fragilidades estruturais que influenciam o acesso à saúde. **Resultados**: Os resultados mostram que 63% dos entrevistados afirmaram que o direito à saúde não é efetivo na comunidade, enquanto 37% indicaram que ele é apenas parcialmente garantido, demonstrando que nenhum morador percebe efetivação plena do direito. As justificativas mais mencionadas incluem a inexistência de uma unidade de saúde estruturada, a limitação extrema dos atendimentos e a dependência de locais distantes para procedimentos básicos e emergenciais. A ausência de transporte emergencial próprio foi destacada como o aspecto mais grave, tornando-se um risco cotidiano para a população. Muitos entrevistados relataram que, em situações de urgência, precisam recorrer a transporte particular ou aguardar longos períodos por veículos do Distrito de São Carlos, que também enfrenta falta de combustível, indisponibilidade de motorista e exigência de autorização prévia. As entrevistas com profissionais de saúde confirmaram que a cobertura das comunidades rurais é prejudicada pela falta de estrutura e pela irregularidade de equipes, o que contribui para a insatisfação da população e para a violação dos princípios que orientam o SUS. **Conclusões**: Os dados revelam que a realidade vivenciada pela comunidade de Nova Aliança permanece distante das garantias constitucionais, evidenciando falhas graves que comprometem a universalidade, integralidade e equidade do direito à saúde. A participação da liderança comunitária e a escuta direta dos moradores foram essenciais para evidenciar necessidades urgentes, como a criação de uma unidade de saúde própria, o aumento dos dias de atendimento, a garantia de transporte emergencial e o fornecimento adequado de medicamentos. A pesquisa reforça a importância de políticas públicas que considerem as especificidades das áreas rurais e destaca que a efetivação do direito à saúde depende de investimentos estruturais, diálogo com a comunidade e ações concretas do poder público.

Palavras-chave: Direito à saúde; vulnerabilidade social; acesso aos serviços públicos; comunidade rural; políticas públicas.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos

serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

DALLARI, Sueli Gandolfi. **O direito à saúde no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2018.

DONNANGELO, Cecília Malfatti. **Saúde e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

INTERVENÇÃO GRUPAL SOBRE O SENTIDO DA VIDA COM ADOLESCENTES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Ana Carolina Iglesias Rosa[453]
Kauan Miguel França Chrespim[454]
Luísa Gularte Arnaut[455]
Yasmin Garcia Neves[456]
Karem Dato da Silva Pinto[457]

RESUMO

Introdução: O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) foi criado para normatizar e instrumentalizar a aplicação das medidas socioeducativas, reforçando o caráter pedagógico das medidas socioeducativas de internação, visto que a privação de liberdade por si só contém o caráter disciplinar imposto aos adolescentes que cometem atos infracionais (Santana *et al*., 2023). As características interseccionais desses adolescentes e seus atos infracionais revelam o abandono e omissão das políticas públicas dessa parcela vulnerável da população. As práticas grupais constituem uma ferramenta para a intervenção psicológica fundamental para instituição em conjunto com a Logoterapia de Viktor Frank compreende que os valores vivenciais (amar pessoas, contemplar a natureza), criativos (criar algo no mundo) e atitudinais (tomar posturas em situações imutáveis de sofrimento) guiam a existência e fornecem sentido na vida (Luz *et al*., 2017). Nesse contexto, o psicólogo atua como facilitador de um processo de descoberta existencial, auxiliando o adolescente a identificar metas que possam dar um novo direcionamento à sua trajetória. **Referencial Teórico:** Ao aplicar essa abordagem aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade, é possível auxiliá-los a perceber que mantém a liberdade de escolher como reagir ao próprio passado e como projetar seu futuro. O reconhecimento de que a vida possui sentido mesmo nas situações de sofrimento permite ressignificar a experiência de internação, reafirmando que o ser humano é livre para dar um novo significado às suas experiências, fundamentando intervenções focadas no desenvolvimento de sentido de vida. Assim, um contrato de grupo deve ser estabelecido preconizando respeito pela fala do outro e sigilo. (Grassi *et al*., 2019). Luz *et al.* (2017) avaliaram os resultados de uma intervenção para a promoção do sentido da vida em adolescentes e verificaram mudança significativa na percepção de sentido em suas vidas e diminuição de afetos negativos. Ao término da intervenção apontaram também a existência de planos e projetos para o futuro. **Metodologia:** Com base no referencial apresentado foi desenvolvida uma atividade na parte da manhã, em formato de roda de

[453] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.rosa@sou.fcr.edu.br
[454] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, kauan.chrespim@sou.fcr.edu.br
[455] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luisa.gularte@sou.fcr.edu.br
[456] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, yasmin.garcia@sou.fcr.edu.br
[457] Professora de Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, karem.silva@fcr.edu.br

conversa, com apresentação de todos. Depois, apresentamos a história e origem do Setembro Amarelo, contextualizando a sua importância. Em seguida, passamos um vídeo temático sobre "O sentido da vida", um disparador para reflexões ao longo do encontro, com os adolescentes. Em sequência realizamos dinâmicas, a primeira se chama "Árvore da Vida"a, na qual os adolescentes desenharam uma árvore, atribuindo significado às partes: as raízes simbolizam as referências pessoais, o tronco representa as experiências, e as folhas expressam os sonhos futuros. O momento seguinte foi destinado à fala livre, permitindo a expressão de sentimentos e vivências em ambiente seguro e sem julgamentos. **Resultados:** O grupo contou com nove participantes, dos quais três demonstraram maior envolvimento, enquanto os demais se mostraram mais reservados. Observou-se certa resistência dos participantes na atividade inicial de apresentação, sendo necessários incentivos para promover a participação. Após a apresentação sobre o Setembro Amarelo, foram abordados temas como sonhos e saúde mental, e percebeu-se diferentes níveis de interesse entre os participantes. Os vídeos exibidos suscitaram reflexão, preparando o grupo para a dinâmica "Árvore da Vida", que foi bem recebida por permitir a expressão dos sentimentos de forma não verbal. Os desenhos realizados revelaram conteúdos simbólicos relacionados à família, vida e superação. A presença dos agentes socioeducativos, embora necessária, provocou um certo constrangimento. Ao final, o grupo expressou gratidão pela vivência, com despedidas que variaram entre calorosas e reservadas. **Considerações finais:** A experiência integrou os conhecimentos apresentados pela disciplina de Teorias e Processos Grupais à vivência prática da experiência com grupos. Observou-se o funcionamento do campo grupal como espaço acolhedor, no qual os participantes puderam externalizar pensamentos e emoções pertinentes ao tema que se proposto. Evidenciou-se que o sistema socioeducativo constitui um contexto fértil para intervenções, principalmente quando se trata de temas ligados à saúde mental. A atividade representou uma experiência significativa para os acadêmicos, reforçando a importância das atividades extensionistas em espaços como o sistema socioeducativo possibilidades do com grupos.

Palavras-chave: Sentido da Vida; Adolescentes; Sistema Socioeducativo; Grupo Terapêutico.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. [Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012]. **Lei federal n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012**: institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

DE SANTANA, E. C. O.; MASSUIA, F. M.; DE PAULA, A. V. Percepções de profissionais da psicologia sobre sua atuação no sistema socioeducativo. **Interação em Psicologia**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 1-12, 2023.

FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido**. [S. l.]: Auster, 2025.

GRASSI, G. O. *et al*. O trabalho do psicólogo com grupo de adolescentes em privação de liberdade. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 10, n. 3, p. 228-242, 2019.

LUZ, J. M. O.; MURTA, S. G.; AQUINO, T. A. A. Avaliação de resultados e processos de uma intervenção para promoção de sentido da vida em adolescentes. **Trends in Psychology**, [S. l.], v. 25, n. 4, p. 1795-1811, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.9788/tp2017.4-14pt.

A CULTURA COMO INSTRUMENTO PSICOSSOCIAL NO ESTÍMULO À SUBJETIVIDADE DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Caio Luiz Duarte Raposo Bogo[458]
Carolina de França e Silva Oliveira[459]
Maria Luísa de Souza Toledo[460]
Carolina Simões Correia[461]

RESUMO

Introdução: Para a psicologia social, a identidade é moldada e modificada nas relações sociais, estando intimamente ligada aos processos de pertencimento e aos estigmas estabelecidos pela sociedade. A exclusão social ocorre quando a sociedade nega a determinados grupos o acesso a direitos que garantam sua dignidade, marginalizando-os e comprometendo a construção de suas identidades pessoais. As pessoas em situação de rua estão entre as mais vulneráveis a essa exclusão, sofrendo impactos psicossociais profundos que dificultam o reconhecimento de si mesmas como sujeitos de direitos. Diante disso, o presente projeto tem como objetivo propor uma intervenção cultural voltada a esse público, utilizando um cine fórum como ferramenta para favorecer a formação e o fortalecimento da identidade individual e coletiva. A proposta parte da premissa de que o acesso à cultura, enquanto instrumento de racionalidade, pode amenizar as consequências da exclusão social, promovendo a autoestima e o sentimento de pertencimento dessas pessoas à sociedade. **Referencial Teórico:** A exclusão social das pessoas em situação de rua e suas consequências para a identidade individual refletem a forma como a sociedade constrói suas representações coletivas. As representações sociais, segundo Tajfel (1981), influenciam o autoconceito do indivíduo e a percepção de pertencimento grupal. Quando essas representações são negativas, reforçam estigmas e preconceitos que afetam diretamente a constituição da identidade. Mattos e Ferreira (2004) afirmam que as representações pejorativas atribuídas à população em situação de rua, como “criminosos”, “viciados” ou “sujos”, interferem na forma como esses indivíduos se percebem, consolidando o sentimento de exclusão. Essa realidade é sustentada por um contexto histórico brasileiro marcado por desigualdades sociais profundas, além de heranças coloniais e escravocratas (Cidade, Moura Jr. Ximenes, 2012). Assim, a exclusão é estrutural e persistente, agravada pela invisibilidade dessa população. Segundo Castro (2025), a cultura desempenha papel essencial na formação integral do ser humano, sendo o acesso a ela um direito fundamental previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Negar o acesso a bens culturais significa limitar a capacidade de expressão, reconhecimento e valorização da identidade. Desse modo, é possível compreender que a exclusão social e cultural

[458] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, caio.bogo@sou.fcr.edu.br
[459] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.franca@sou.fcr.edu.br
[460] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.franca@sou.fcr.edu.br
[461] Mestra em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br

contribui para a perda do sentimento de pertencimento, enquanto o acesso à cultura pode funcionar como meio de resgate da dignidade e fortalecimento da cidadania **Metodologia:** Os procedimentos metodológicos envolveram a realização de uma atividade cultural no espaço do Centro POP, consistindo na exibição do filme "Central do Brasil" (1998), seguida de uma roda de conversa mediada pelos integrantes do projeto. O filme foi escolhido por sua capacidade de gerar reflexões sobre vínculos humanos, abandono, afeto e superação, temas que estimulam o emocional e a criticidade. A atividade foi divulgada por meio de folhetos informativos no próprio Centro POP e em locais de circulação do público-alvo. Foram disponibilizadas fichas de inscrição para organização e controle do número de participantes, pois o projeto era limitado a 15 vagas, conforme a capacidade do local. Durante a exibição, foram oferecidos lanches simples, como pipoca e chocolate, com o intuito de criar um ambiente acolhedor e promover a integração. Após o filme, realizou-se a roda de conversa, na qual os participantes puderam expressar livremente suas percepções e sentimentos, estimulando o compartilhamento de experiências pessoais e a reflexão coletiva. **Resultados:** A articulação com o Centro POP e seus profissionais possibilitou a adequada preparação do espaço e o engajamento dos participantes. Todas as vagas foram preenchidas, e houve grande procura pelo evento. Durante a sessão do filme, observou-se forte envolvimento e reações emocionais significativas, com comentários espontâneos e identificação com os personagens e a narrativa. Os participantes demonstraram entusiasmo e comprometimento, comparecendo pontualmente e cumprindo os critérios estabelecidos para participação. Na roda de conversa, o grupo compartilhou vivências, sentimentos e reflexões sobre o filme e sobre suas próprias trajetórias. A atividade proporcionou um espaço de acolhimento, escuta e pertencimento, favorecendo o fortalecimento da autoestima e da identidade. Foi perceptível o impacto positivo da ação, que promoveu o diálogo, a empatia e a identificação entre os participantes, revelando o potencial transformador da cultura como ferramenta de inclusão social. **Conclusões ou considerações finais:** Conclui-se que a população em situação de rua vivencia intensamente os efeitos da exclusão social, o que fragiliza sua identidade e restringe suas possibilidades de participação social. Entretanto, quando lhes são oferecidos espaços de escuta, acolhimento e acesso à cultura, essas pessoas demonstram desejo genuíno de expressão e de reconstrução de sua identidade. O cine fórum realizado, no qual a equipe pôde perceber o impacto positivo do filme nos participantes, evidenciou o poder das práticas culturais como meios de fortalecimento da dignidade e da cidadania, além de contribuir para a desconstrução de estigmas e preconceitos. Assim, ações como esta revelam-se fundamentais para a promoção da inclusão social, do reconhecimento humano e da construção de uma sociedade mais justa, empática e igualitária.

Palavras-chave: exclusão social; identidade; população em situação de rua; cultura.

REFERÊNCIAS:

CASTRO, Claudio G. S. **A importância da cultura na formação integral do ser humano e o papel do Estado na difusão e preservação das manifestações culturais**. JusBrasil, 11 jun. 2025. Disponível em: [inserir link]. Acesso em: 14 abr. 2026.

CIDADE, E.; MOURA JR., J.; XIMENES, V. Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 30, n. 68, p. 87-98, jan./mar. 2012.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 47-58, maio/ago. 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. [S. l.]: ONU, 1948. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitos_humanos.php. Acesso em: 01 set. 2025.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

EXPLORANDO E GERENCIANDO EMOÇÕES COM CRIANÇAS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTIL E JUVENIL (CAPSi)

Ayla Jhessy Melo de Souza[462]
Geovana Gomes de Oliveira[463]
Pedro Henrique Caetano[464]
Victoria Passos de Souza[465]
Karem Dato da Silva Pinto[466]

RESUMO

Introdução: O projeto teve como objetivo promover o desenvolvimento de competências socioemocionais e de saúde mental, bem como proporcionar um espaço de diálogo e escuta para um grupo de crianças atendidas no Centro de Atenção Psicossocial Infantil e Juvenil (CAPSi) de Porto Velho, Rondônia. A intervenção foi voltada à exploração das emoções por meio de recursos lúdicos, de modo que o grupo pudesse expressar suas percepções acerca de diferentes sentimentos e experiências emocionais. Conforme Klein (1969) e Mezan (1982), o ser humano se constitui na convivência com o outro, e essa experiência se amplia e se consolida no contexto grupal. Assim, a identidade e a personalidade da criança se desenvolvem de forma mais completa à medida que ela vivencia relações sociais e afetivas significativas. **Referencial teórico:** O tratamento oferecido pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) envolve acolhimento, psicoterapia individual e grupal, oficinas terapêuticas, atividades artísticas e comunitárias, além de orientação medicamentosa e psicoeducação sobre o papel da família no tratamento. Entre essas práticas, o atendimento em grupo se destaca por permitir que os usuários compartilhem vivências e construam vínculos afetivos. Segundo o Ministério da Saúde (2004), as trocas estabelecidas nos grupos favorecem a criação e o fortalecimento de laços sociais. Em complemento, Nascimento e Galvão (2018) afirmam que o compartilhamento de experiências contribui para o fortalecimento das relações interpessoais e para o desenvolvimento da solidariedade entre os participantes. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa e caráter participativo, que proporcionou aos discentes a oportunidade de compreender a dinâmica de grupos e articular teoria e prática. Inicialmente, por meio de diálogo aberto, os discentes buscaram compreender as percepções das crianças sobre as emoções e suas formas de expressão, promovendo reflexão e aproximação com suas vivências emocionais. Em seguida, foi apresentado o recurso lúdico "Quadro das Emoções", no qual as crianças identificavam e associavam diferentes sentimentos a situações cotidianas, compartilhando experiências e desenvolvendo habilidades de

[462] Graduanda do curso de Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ayla.souza@sou.fcr.edu.br
[463] Graduanda do curso de Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, geovana.gomes@sou.fcr.edu.br
[464] Graduando do curso de Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pedro.caetano@sou.fcr.edu.br
[465] Graduanda do curso de Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, victoria..souza@sou.fcr.edu.br
[466] Professora de Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, karem.silva@fcr.edu.br

reconhecimento e regulação emocional. **Resultados:** A intervenção foi realizada com onze crianças, entre dez e doze anos de idade, usuárias do serviço ofertado pelo CAPSi. Observou-se retraimento inicial, que foi gradualmente superado com o avanço do diálogo e das atividades. As crianças demonstraram crescente interesse e engajamento ao longo da dinâmica, participando ativamente da atividade e expressando espontaneamente suas percepções sobre as emoções. O projeto evidenciou a importância da interação e das relações sociais como fatores de promoção da saúde mental infantil. **Considerações finais:** A intervenção realizada no CAPSi de Porto Velho evidenciou a relevância da criação de espaços de escuta e expressão emocional voltados ao público infantil, favorecendo o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a promoção da saúde mental. Além disso, a experiência reforçou a importância do trabalho em grupo na construção de vínculos afetivos e no fortalecimento da convivência social. O projeto também demonstrou o valor das disciplinas extensionistas no contexto acadêmico, visto que essas experiências contribuem para a formação prática e sensível dos futuros psicólogos, além de promoverem impacto positivo no campo social e comunitário.

Palavras-chave: Emoções; Saúde Mental; Contexto Grupal; Infância; Habilidades Socioemocionais.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental no SUS**: os Centros de Atenção Psicossocial. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

KLEIN, M. Sobre a identificação. *In*: KEIN, M.; HEIMANN, P.; MONEY-KYRLE, R. (org.). **Temas de psicanálise aplicada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MEZAN, R. **A trama dos conceitos**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

NASCIMENTO, Laryssa da Silva; GALVÃO, Maria Cristina Marques. Group interventions in Psychosocial Care Centers for Alcohol and Drugs: challenges of care practice. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 27, n. 3, p. 1-11, 2018.

PSICOEDUCAÇÃO PARA MÃES E CUIDADORAS DE USUÁRIOS DA APAE DE PORTO VELHO-RO

Adriane Cristina Guimarães[467]
Ana Carolina Almeida Paiva[468]
Henrique Cliver Alves Macêdo[469]
Karina Andrade Cavalcante[470]
João Eugênio Lemke[471]
Raquel Dias da Silva[472]
Karem Dato da Silva Pinto[473]

RESUMO

O presente projeto de extensão teve como objetivo oferecer apoio psicoeducativo às mães e cuidadoras de usuários da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Porto Velho-RO, por meio de encontros grupais destinados à escuta qualificada e ao acolhimento emocional. A iniciativa nasceu da observação das demandas psicossociais de mães de crianças com deficiência física, intelectual ou múltipla, que enfrentam sobrecarga emocional, isolamento social e escassez de redes de apoio. As exigências impostas por essa função frequentemente levam essas mulheres à negligência de suas próprias necessidades emocionais, configurando um quadro de vulnerabilidade psíquica e desgaste físico. Assim, a intervenção propôs-se a criar um espaço seguro de partilha e reflexão sobre o autocuidado, visando promover o bem-estar e a saúde mental dessas cuidadoras. Fundamentado nas contribuições teóricas de Pichon-Rivière (Claro, 2018), que entende o grupo como um espaço dinâmico de aprendizagem e transformação; e de Zimerman (2011), que aborda os fundamentos e a estrutura psíquica dos grupos, o projeto se alicerçou em uma perspectiva psicoeducativa e comunitária, buscando valorizar o papel do diálogo e do apoio psicológico. A metodologia adotada teve caráter qualitativo e interventivo, sendo desenvolvida por meio da realização de dois encontros com no total sete mães cuidadoras de usuários da APAE, divididas em grupos matutino e vespertino. Antes da execução da intervenção, foram realizadas visitas técnicas à instituição para levantamento de informações e adequação das atividades à realidade das participantes. Cada encontro teve duração média de 1 hora e contou com momentos de acolhimento, dinâmicas e reflexões guiadas sobre o tema do autocuidado. No primeiro encontro, o foco foi voltado à escuta e à identificação das principais demandas das mães, enquanto o segundo encontro priorizou o fortalecimento do olhar sobre si mesmas e a valorização de suas redes de apoio. A

[467] Adriane Cristina Guimarães, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, adriane.cavalcante@sou.fcr.edu.br
[468] Ana Carolina Almeida Paiva, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.paiva@sou.fcr.edu.br
[469] Henrique Cliver Alves Macêdo, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, henrique.macedo@sou.fcr.edu.br
[470] Karina Andrade Cavalcante, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, karina.oliveira@sou.fcr.edu.br
[471] João Eugênio Lemke, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joao.lemke@sou.fcr.edu.br
[472] Raquel Dias da Silva, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, raquel.silva@sou.fcr.edu.br
[473] Karem Dato da Silva Pinto, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, karem.silva@fcr.edu.br

coleta de dados deu-se por meio de registro de campo e aplicação de um questionário avaliativo, buscando compreender o impacto da intervenção na percepção das cuidadoras e sobre suas práticas de autocuidado. Os resultados obtidos evidenciaram que o espaço criado foi percebido como um ambiente de acolhimento e escuta empática, as mães puderam expressar suas emoções e compartilhar experiências pessoais sem receio de julgamento. As falas revelaram sentimentos de sobrecarga e isolamento, mas também de esperança. As avaliações de satisfação apontaram a relevância do tema abordado e o impacto positivo do grupo sobre o bem-estar emocional das participantes. Observou-se também o fortalecimento das relações interpessoais e o início de uma rede de apoio entre as participantes, que demonstraram intenção de manter contato após o término do projeto. Conclui-se que o projeto alcançou seus objetivos, promovendo um espaço de trocas e reflexões que contribuíram para a valorização das cuidadoras. A experiência possibilitou o reconhecimento da importância do cuidado de si como parte essencial do cuidado ao outro. No âmbito acadêmico, a atividade proporcionou aos estagiários e facilitadores um exercício prático de aplicação das técnicas grupais, da escuta sensível e do acolhimento ético, reafirmando a relevância da Psicologia como ciência e profissão comprometida com o bem-estar coletivo e a transformação social. Ressalta-se a importância de que intervenções semelhantes sejam mantidas e ampliadas, de modo a consolidar redes de apoio e práticas de promoção da saúde mental em contextos comunitários.

Palavras-chave: Psicoeducação; Mães cuidadoras; APAE; Saúde mental; Grupos operativos.

REFERÊNCIAS:

BRACCIALLI, Lígia Maria Presumido *et al*. Qualidade de vida de cuidadores de pessoas com necessidades especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 18, n. 1, p. 113–126, jan./mar. 2012.

CLARO, Genoveva Ribas. **Fundamentos de psicopedagogia**. Curitiba: InterSaberes, 2018.

MARGIS, Regina *et al*. Relação entre estressores, estresse e ansiedade. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 25, supl. 1, p. 65–74, abr. 2003.

RAMOS, Amanda Figueira *et al*. Relato de experiência: grupo de apoio e interação social. **Revista Thêma et Scientia**, [S. l.], v. 7, n. 2E, p. 142-148, jul./dez. 2017.

ZIMERMAN, David E. **Fundamentos básicos das terapias em grupo**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. *E-book*. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536311654/. Acesso em: 26 abr. 2025.

LIBRAS NA PSICOLOGIA: ANÁLISE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PARA O ATENDIMENTO INCLUSIVO

Ianne Victória de França Carvalho[474]
Lucila Beatriz Caminha Machado[475]
Henrique Souza Nascimento[476]

RESUMO

A comunicação é um meio significativo na prática da psicologia, especialmente para a relação terapêutica. Diante da limitação de profissionais qualificados para atender o público surdo, a população enfrenta entraves consideráveis na comunicação, desse modo, torna-se relevante a capacitação adequada de psicólogos. Analisar, por meio de uma revisão narrativa da literatura, os desafios e avanços relacionados ao atendimento psicológico da população surda. Trata-se de uma análise narrativa baseada em 5 produções científicas, publicadas entre 2021 e 2025, obtidas em bases como Scielo, BVS e BDTD. Os resultados indicam que, apesar dos avanços na inclusão da população surda nos serviços de saúde mental, ainda persistem desafios significativos relacionados ao treinamento e desenvolvimento profissional. Conclui-se que o domínio adequado da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o reconhecimento da cultura surda são fundamentais para garantir uma prática psicológica verdadeiramente inclusiva e eficaz. **Introdução:** A comunicação é essencial na prática psicológica, especialmente no contexto clínico, onde o vínculo terapêutico se constrói por meio da escuta ativa e da linguagem. No atendimento à população surda, esse processo enfrenta barreiras significativas devido à falta de profissionais capacitados em Libras, o que compromete a efetividade do atendimento (Ferreira Junior, Bezerra, Alves, 2021). Dessa maneira, há necessidade de ampliar o debate sobre práticas inclusivas na formação profissional e na atuação clínica, além de investir em capacitação e na valorização da cultura surda na saúde mental (Menezes et al., 2024). **Referencial Teórico:** Segundo Correia e Ferreira (2025), os surdos enfrentam barreiras nos serviços de saúde devido à falta de preparo para acolher suas especificidades. Para Jorge, Pizato e Rodrigues (2022), a comunicação em LIBRAS vai além de um simples meio de comunicação, sendo essencial para estabelecer o vínculo terapêutico e garantir o sucesso das intervenções clínicas. Além disso, Sampaio e Figueiredo (2023) apontam a necessidade de superar a lógica capacitista na formação e atuação dos psicólogos. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, fundamentada em dados secundários obtidos em bases científicas como a Scielo, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Após a seleção do material, foram identificados (por a quantidade no final) artigos, dos quais 5 foram incluídos na análise. Os critérios de inclusão adotados compreenderam: publicações em português e inglês, disponíveis entre os anos de 2021 e 2025, e que abordassem temáticas diretamente relacionadas ao objeto deste estudo. **Resultados:** A revisão resultou na seleção de 5

[474] Graduanda em Psicologia, Afya São Lucas, Brasil, ianne.privado@gmail.com
[475] Graduanda em psicologia, Afya São Lucas, Brasil, lucilabcmachadi@gmail.com
[476] Mestre em Psicologia (UNIR), Afya São Lucas, Brasil, psihenriquenascimento@gmail.com

materiais bibliográficos, consistindo em artigos científicos publicados entre 2021 e 2025. As obras analisadas abordam as dificuldades enfrentadas pela população surda no acesso a atendimentos psicológicos qualificados. Os resultados destacam a importância da capacitação dos profissionais de saúde mental, evidenciando a necessidade de formação adequada para garantir um atendimento efetivo e inclusivo a essa população. **Conclusão:** Diante da literatura analisada, conclui-se que apesar dos avanços na inclusão da população surda nos serviços de saúde, ainda há desafios significativos relacionados à formação e capacitação dos profissionais. A comunicação em Libras é um fator essencial para garantir a efetividade do atendimento psicológico. Para promover um atendimento de qualidade, é fundamental investir na capacitação contínua dos profissionais e na valorização da cultura surda dentro do campo da saúde mental.
Palavras-chave: Libras; Psicologia; Inclusão.

REFERÊNCIAS

CORREIA, Luana Paula de Figueiredo; FERREIRA, Márcia de Assunção. O cuidado ao surdo no serviço de saúde: um clamor silenciado. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, p. e00045224, 2025. Disponível em: https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/8787/20249. Acesso em: 14 abr. 2026.

FIGUEIREDO, Bárbara de Oliveira. **A atuação da psicologia no atendimento psicoterapêutico às pessoas surdas**: desafios e possibilidades. 2023. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, Juazeiro do Norte, 2023. Disponível em: https://sis.unileao.edu.br/uploads/3/PSICOLOGIA/P1743.pdf. Acesso em: 14 abr. 2026.

JORGE, Lucas Alexandre; PIZATO, Elaine Cristina Gardinal; RODRIGUES, Viviane. O atendimento psicoterapêutico de pessoas surdas: desafios e possibilidades da comunicação em libras. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, v. 14, n. 34, p. 187-203, 2022. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/10311. Acesso em: 14 abr. 2026.

JUNIOR, Jesaías Leite Ferreira; BEZERRO, Henrique Jorge Simões; ALVES, Edneia de Oliveira. Atendimento psicológico à pessoa surda por meio da libras no Brasil: uma revisão de literatura. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 537-556, 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v33n3/09.pdf. Acesso em: 14 abr. 2026.

MENEZES, Isabele de Sousa *et al*. Psicoterapia para pessoas com surdez: estratégias de inclusão. *In*: **Coletânea ludovicense de psicologia**. São Luís: Pascal, 2024. p. 30-45. Disponível em: https://editorapascal.com.br/wp-content/uploads/2024/02/PSICOLOGIA-VOL.-04-1.pdf. Acesso em: 14 abr. 2026.

HOME OFFICE: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E QUALIDADE DE VIDA DOS COLABORADORES PÓS PANDEMIA

GUARIENTO, Victor Augusto Souza[477]
ALMEIDA, Hélen Rimet Alves[478]

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo central analisar os impactos do home office na saúde mental e na qualidade de vida dos colaboradores no contexto pós-pandemia, com especial enfoque no papel estratégico da Psicologia Organizacional. A adoção em massa do trabalho remoto, acelerada pela pandemia de COVID-19, reconfigurou profundamente a dinâmica laboral, introduzindo novos desafios e oportunidades tanto para organizações quanto para trabalhadores. A pesquisa sustenta-se metodologicamente em uma revisão sistemática da literatura, abrangendo publicações indexadas entre 2017 e 2025 em bases como SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com critérios de inclusão restritos a artigos em português, revisados por pares e que abordassem diretamente as interfaces entre home office, saúde mental, Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e o contexto pandêmico. Os resultados evidenciam que, embora o home office ofereça vantagens significativas – como flexibilidade de horários, redução do tempo e custos de deslocamento e maior autonomia –, ele também impõe riscos substanciais à saúde mental dos colaboradores. Entre os principais agravos identificados estão o aumento da ansiedade, do estresse e do esgotamento profissional, frequentemente associados à dificuldade de estabelecer limites claros entre a vida pessoal e a profissional. Conforme Ramos e Moreira (2022), a ausência de separação física entre o espaço doméstico e o profissional gera uma sensação de "trabalho perene", onde o colaborador se encontra sempre disponível, dificultando a recuperação psíquica necessária. Além disso, o isolamento social e a redução das interações informais com colegas contribuem para sentimentos de solidão e desenraizamento do coletivo de trabalho (Ramos; Moreira, 2022). A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) no regime remoto mostrou-se intimamente ligada a fatores como autonomia, condições adequadas de trabalho – incluindo mobiliário ergonômico e tecnologia –, reconhecimento e equilíbrio entre vida pessoal e profissional (Andrade; Costa, 2024). A falta de estrutura física no ambiente doméstico, a sobrecarga de tarefas e a percepção de injustiça na distribuição de demandas emergiram como fontes relevantes de insatisfação e estresse (Macedo et al., 2022). Em contrapartida, organizações que investiram em programas de bem-estar, suporte tecnológico e políticas de flexibilidade obtiveram melhores resultados tanto em produtividade quanto em satisfação dos colaboradores (Francisco, 2022). Diante desse cenário complexo, a atuação da Psicologia Organizacional revela-se fundamental e estratégica. Para além de uma abordagem meramente corretiva, este campo do conhecimento assume um papel proativo, desenhando e implementando intervenções que visam mitigar os agravos psíquicos e promover um ambiente de

[477] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, victor.guariento@sou.fcr.edu.br
[478] Doutora em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, helen.almeida@fcr.edu.br

trabalho psicologicamente seguro (Muller, 2021). Tais intervenções incluem a gestão por resultados – que substitui o controle presencial pela confiança e pela avaliação por metas –, a psicoeducação para capacitar colaboradores e gestores em técnicas de gestão do tempo e estabelecimento de limites, a implementação de modelos híbridos bem estruturados que conciliam os benefícios do remoto com a necessidade humana de interação social, e a oferta de suporte psicológico acessível, como grupos de apoio on-line e programas de assistência ao colaborador (Ramos; Moreira, 2022; Francisco, 2022; Andrade; Costa, 2024). Conclui-se, portanto, que o sucesso duradouro do home office está intrinsecamente vinculado a uma transformação cultural nas organizações. É imperativo que estas adotem práticas humanizadas de gestão, nas quais a produtividade e o bem-estar dos colaboradores sejam entendidos como pilares igualmente essenciais para a sustentabilidade do negócio. A Psicologia Organizacional posiciona-se como agente transformador nesse processo, mediando as relações entre indivíduo e organização, diagnosticando riscos psicossociais e promovendo uma cultura de cuidado integral. O investimento no capital humano, nesse sentido, consolida-se não apenas como uma estratégia de retenção de talentos, mas como a base para a inovação e a resiliência empresarial no cenário pós-pandemia.

Palavras-chave: Home office; saúde mental; Qualidade de Vida no Trabalho (QVT); Psicologia Organizacional; Pandemia.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, J.; COSTA, P. V. **O modelo de trabalho híbrido para melhoria da qualidade de vida do colaborador**. [S. l.: s. n.], 2024.

FRANCISCO, L. W. **Promoção da saúde mental de trabalhadores em organizações positivas a partir da pandemia da COVID-19**. [S. l.: s. n.], 2022.

MACEDO, A. K. *et al*. **Home Office e estratégias de gestão de pessoas na pandemia**. [S. l.: s. n.], 2022.

MULLER, G. S. **O papel da psicologia organizacional no ambiente de trabalho e na qualidade de vida dos colaboradores**. [S. l.: s. n.], 2021.

RAMOS, M. E. B.; MOREIRA, L. C. M. **O impacto do home office na saúde mental do trabalhador**. [S. l.: s. n.], 2022.

GRUPO DE ACOLHIMENTO COM SERVIDORES PÚBLICOS DO TJ: MANEJO DO ESTRESSE E ANSIEDADE

Ana Caroline da Silva Lopes[479]
Eliana Parente Carvalho[480]
Flávia Daniele Nunes Feitosa da Silva[481]
Júlia Carvalho Cavalcante[482]
Rafael Adriano Rodrigues Macedo[483]
Karem Dato da Silva Pinto[484]

RESUMO

Introdução: O projeto "Grupo de Acolhimento com Servidores Públicos do TJ: Manejo do Estresse e Ansiedade" foi desenvolvido no contexto da disciplina Extensão: Teorias e Processos Grupais, sob a orientação da Esp. Karem Dato da Silva Pinto, com a finalidade de promover ações de acolhimento em grupo terapêutico voltadas à escuta e à reflexão sobre a saúde mental dos servidores do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), lotados na Central de Processos Eletrônicos (CPE). O projeto buscou integrar o conhecimento teórico adquirido em sala de aula à prática extensionista, contribuindo tanto para a formação acadêmica dos discentes da Faculdade Católica de Rondônia, quanto para o fortalecimento dos cuidados psíquicos dos servidores participantes. O objetivo geral foi promover espaços de acolhimento, escuta e reflexão coletiva, fortalecendo estratégias de enfrentamento frente à ansiedade e ao estresse. **Referencial teórico:** No cenário contemporâneo, as transformações tecnológicas e a competitividade crescente intensificam as pressões laborais, favorecendo o surgimento de sintomas emocionais associados ao estresse. Conforme Borsonello *et al.* (2002), o debate sobre saúde mental no trabalho tornou-se essencial diante do aumento de afastamentos por doenças relacionadas ao ambiente ocupacional, como estresse, ansiedade, burnout e depressão. Woleck (2014) enfatiza que, embora o trabalho seja fonte de realização pessoal e social, também pode desencadear adoecimentos psíquicos. Nesse contexto, a abordagem terapêutica em grupo constitui uma ferramenta relevante para a promoção da saúde mental no trabalho. De acordo com Yalom e Leszcz (2020), a terapia de grupo favorece a universalidade, a percepção de que as dificuldades individuais são compartilhadas, reduzindo o isolamento e o estigma, e fortalecendo o senso de pertencimento. Autores como Dutra e Corrêa (2015) destacam ainda que os grupos terapêuticos no ambiente de trabalho funcionam como instrumentos de reinserção social e apoio coletivo, reduzindo o sofrimento psíquico. Guanaes e Japur (2005)

[479] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.lopes@sou.fcr.edu.br
[480] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eliana.carvalho@sou.fcr.edu.br
[481] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, flavia.nunes@sou.fcr.edu.br
[482] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, julia.carvalho@sou.fcr.edu.br
[483] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rafael.macedo@sou.fcr.edu.br
[484] Docente em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, karem.silva@sou.fcr.edu.br

complementam que a interação entre os participantes favorece a compreensão e a superação de conflitos, articulando escuta, diálogo e ressignificação das vivências. **Metodologia:** O estudo teve abordagem qualitativa, de caráter interventivo, fundamentado na Psicologia e nas teorias de grupos terapêuticos. Foram realizados três momentos principais: uma visita diagnóstica ao ambiente de trabalho dos servidores e dois encontros de grupo terapêutico, cada um com 90 minutos de duração. As atividades incluíram dinâmicas de grupo, psicoeducação sobre estresse e ansiedade, rodas de conversa e vivências de atenção plena, voltadas ao autoconhecimento e à regulação emocional. Como instrumento de coleta de dados, aplicou-se um formulário virtual para avaliar os impactos da intervenção. **Resultados:** A intervenção proporcionou espaços de partilha e fortalecimento emocional entre os servidores, favorecendo a identificação de sentimentos e emoções relacionadas ao estresse e à ansiedade. O grupo possibilitou o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento mais saudáveis, promovendo redução do sofrimento psíquico e maior valorização da saúde mental no ambiente de trabalho. **Conclusões:** O projeto cumpriu seu papel extensionista ao articular teoria e prática, promovendo acolhimento e escuta no contexto laboral. Contribuiu para a conscientização sobre o manejo das emoções e reforçou a importância dos grupos terapêuticos como instrumentos de promoção da saúde mental e do bem-estar psíquico, fortalecendo vínculos e empatia entre os servidores.

Palavras-chave: Saúde mental; Estresse; Ansiedade; Grupo terapêutico; Extensão universitária.

REFERÊNCIAS:

BORSONELLO, Elizabethe C. *et al*. A influência do afastamento por acidente de trabalho sobre a ocorrência de transtornos psíquicos e somáticos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 2-11, set. 2002.

DUTRA, Wagner Honorato; CORRÊA, Rosa Maria. O grupo operativo como instrumento terapêutico-pedagógico de promoção à saúde mental no trabalho. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 515-527, 2015.

GUANAES, Carla; JAPUR, Marisa J. Sentidos de doença mental em um grupo terapêutico e suas implicações. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 227-235, maio/ago. 2005.

WOLECK, Aimoré. **O trabalho, a ocupação e o emprego**: uma perspectiva histórica. Santa Catarina: [s. n.], 2025. Disponível em: [inserir link se houver]. Acesso em: 20 set. 2025.

YALOM, Irvin D.; LESZCZ, Molyn. **Psicoterapia de grupo**: teoria e prática. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2020.

INTERVENÇÃO GRUPAL NA CASA DE APOIO ACÁCIA AMARELA: FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E PROMOÇÃO DE ACOLHIMENTO

Ana Cláudia do Nascimento Coelho Pereira[485]
Fabiele Morais Santos Silva[486]
Márcia Queiroz de Magalhães Rezende[487]
Maria Clara Melo Sakagami[488]
Regiany Fernandes Martins[489]
Rosilene Carvalho Ferreira[490]
Karem Dato da Silva Pinto[491]

RESUMO

Introdução: A saúde é compreendida, segundo a Organização Mundial da Saúde, como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças. Nesse contexto, a dimensão psicológica desempenha papel essencial no cuidado integral. Os grupos, enquanto dispositivos de escuta e de troca, favorecem o desenvolvimento humano, a criação de vínculos e o fortalecimento das redes de apoio. A Casa de Apoio Acácia Amarela, localizada em Porto Velho/RO, acolhe pessoas provenientes de diferentes estados e países em tratamento de saúde, oferecendo moradia temporária e alimentação. Contudo, o afastamento familiar e as dificuldades emocionais decorrentes do adoecimento e do deslocamento exigem atenção psicológica. Diante disso, o presente projeto teve como objetivo promover o fortalecimento de vínculos afetivos e a valorização da vida entre os acolhidos, por meio de rodas de conversa e dinâmicas grupais. **Referencial teórico:** A psicoterapia de grupo, segundo Bechelli (2005), é uma estratégia eficaz de promoção da saúde mental, pois permite que os participantes compartilhem vivências, reconheçam padrões de comportamento e desenvolvam habilidades sociais. Em contextos de vulnerabilidade, como a doença e o afastamento familiar, o grupo assume função terapêutica de acolhimento e ressignificação da experiência. Costa (2018) destaca que as práticas grupais reduzem a solidão, elevam a autoestima e aumentam a percepção de suporte social. As dinâmicas grupais, conforme Pasqualini (2021), estimulam a interação e a reflexão, potencializando empatia e autoconhecimento. A atividade "Árvore da Família", inspirada em Pinheiro et al. (2012), utilizou representações simbólicas para fortalecer vínculos familiares e o senso de pertencimento. Dessa forma, o referencial sustenta que

[485] Graduando(a) em psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.coelho@sou.fcr.edu.br
[486] Graduando(a) em psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, fabiele.morais@sou.fcr.edu.br
[487] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, marcia.queiroz@sou.fcr.edu.br
[488] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, clara.sakagami@sou.fcr.edu.br
[489] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, regiany.martins@sou.fcr.edu.br
[490] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rosilene.carvalho@sou.fcr.edu.br
[491] Especialista em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, karem.silva@fcr.edu.br

as práticas grupais, associadas à escuta ativa e ao acolhimento, constituem instrumentos potentes de promoção do bem-estar e de fortalecimento da rede de apoio emocional. **Metodologia:** O projeto teve abordagem qualitativa, de caráter exploratório, buscando compreender as percepções dos acolhidos sobre o afastamento familiar e suas vivências no contexto de tratamento. A intervenção ocorreu no dia 6 de outubro de 2025, com aproximadamente 35 participantes adultos, entre homens e mulheres, na Casa de Apoio Acácia Amarela. A atividade estruturou-se em uma roda de conversa sobre saúde mental e valorização da vida, seguida de duas dinâmicas: "Troque de lugar", voltada à empatia e à percepção do outro, e "Árvore da Família", que trabalhou vínculos afetivos e pertencimento. O encontro teve duração aproximada de duas horas e foi finalizado com um lanche coletivo e um momento de feedback. **Resultados:** As atividades favoreceram um ambiente acolhedor e propício à livre expressão emocional. Inicialmente, os participantes relataram sentimentos de solidão e distanciamento familiar; porém, ao longo das dinâmicas, observou-se crescente interação e envolvimento. A dinâmica "Troque de lugar" promoveu identificação mútua e empatia, evidenciando a partilha de experiências humanas semelhantes, como pedir e oferecer ajuda. Já a "Árvore da Família" despertou afetos positivos e recordações de vínculos familiares, estimulando reflexões sobre amor, fé e união. Houve registros espontâneos em vídeo, ligações para familiares e manifestações sobre o valor do encontro. O grupo demonstrou satisfação e solicitou a continuidade das ações, reforçando o impacto positivo da intervenção na coesão grupal e no sentimento de pertencimento. **Conclusões:** A intervenção grupal demonstrou que atividades planejadas com intencionalidade terapêutica podem promover efeitos significativos de acolhimento, integração e fortalecimento de vínculos afetivos em contextos de vulnerabilidade. O trabalho em grupo possibilitou a redução do isolamento, a ampliação da escuta empática e a valorização das experiências pessoais, confirmando o potencial da psicologia grupal na promoção da saúde mental e na construção de suporte social. A experiência contribuiu para a formação acadêmica das discentes, ao proporcionar vivências práticas de condução de grupo, escuta ativa e manejo emocional. Assim, o projeto evidencia que o espaço de fala e de convivência pode transformar realidades subjetivas, fortalecendo a esperança, a solidariedade e o autocuidado coletivo.

Palavras-chave: Saúde mental; Intervenção grupal; Acolhimento; Rede de apoio.

REFERÊNCIAS:

BECHELLI, L. P. C. O terapeuta na psicoterapia de grupo. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 1–7, 2005.

COSTA, J. T. As práticas grupais e a atuação do psicólogo. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas e Comportamentais**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 1–10, 2018.

DEMO, P. **Educação e alfabetização científica**. Campinas: Papirus, 2010.

PASQUALINI, J. C. A "Dinâmica de Grupo" de Kurt Lewin. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas e Comportamentais**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 1–8, 2021.

PINHEIRO, F. P. H. A.; BARROS, J. P. P.; COLAÇO, V. F. R. Psicologia Comunitária e Técnicas para o Trabalho com Grupos: Contribuições a Partir da Teoria

Histórico-Cultural. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 43, n. 2, p. 193–199, 2012.

MULHERES QUE CUIDAM: REFLEXÕES SOBRE O SER CUIDADORA NO CAPS INFANTIL

Anna Victória Ramos da Silva Vieira[492]
Gabriela Ramos da Silva[493]
Gabriella Limoeiro Lopes[494]
Maria Clara dos Santos Martins[495]
Karem Dato da Silva Pinto[496]

RESUMO

Introdução: O cuidado no contexto saúde mental, demanda de uma alta complexidade familiar, o cuidador desenvolve um papel fundamental de acompanhamento e no desenvolvimento emocional da criança, o que acaba exigindo e ocasionando uma sobrecarga emocional e física, gerando sofrimento psíquico aos que cuidam, Para sustentar esse papel é importante compreender limitações e desenvolver estratégias de manejo e o autocuidado, tornando um ambiente favorável tanto para quem cuida quanto para quem é cuidado. **Referencial Teórico:** Winnicott afirma que para um bom desenvolvimento é preciso do que ele chama de ambiente suficientemente bom, acolhedor e protetor para que a criança se desenvolva da melhor forma possível. Quando pensamos em um contexto de centro de atenção psicossocial infantil entendemos o quão importante é a figura familiar para melhores resultados. Tendo em vista esse fator, tomamos como objetivo entender a vivência das mães e cuidadoras frente aos transtornos e dificuldades das suas crianças, proporcionando um ambiente de fala e escuta ativa, além de reflexões sobre autocuidado e sobrecarga, indagando questionamentos sobre o estresse parental e burnout, promovendo um olhar e entendimento de que o autocuidado é um investimento ao cuidado prestado e que "não existe cuidado sem o cuidador" (WINNICOTT, 1975). Foulkes nos lembra que o grupo cria um "campo grupal", um espaço vivo onde as pessoas se conectam, trocam experiências e ressoam emocionalmente umas com as outras. É nesse movimento compartilhado que cada participante encontra apoio para transformar, aos poucos, seu modo de sentir, pensar e viver tanto individualmente quanto junto ao coletivo (FOULKES, 2004). **Metodologia:** Este estudo é uma abordagem qualitativa com caráter exploratório e descritivo que visa compreender e refletir sobre as experiências subjetivas de mulheres cuidadoras no CAPS I. Como ferramenta de intervenção, foi elaborado um grupo terapêutico com 5 mulheres, mães e avós, sendo elas as cuidadoras principais de crianças em tratamento psicológico, com duração de 1h30min. O objetivo

[492] Graduando (a) em psicologia, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, anna.vieira@sou.fcr.edu.br
[493] Graduando(a) em psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gabi.ramos@sou.fcr.edu.br
[494] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gabriella.lopes@sou.fcr.edu.br
[495] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, clara.martins@sou.fcr.edu.br
[496] Mestranda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, karem.silva@fcr.edu.br

do grupo foi proporcionar um espaço de acolhimento, suporte emocional e aprendizado, valorizando as vivências de quem se dedica ao cuidado de filhos ou netos. **Resultados:** Os resultados obtidos com o grupo terapêutico de cuidadoras no CAPS I denotam os desafios da rotina diária do cuidador. As participantes relataram uma sobrecarga física e mental, bem como o descuido consigo mesmas. O espaço de fala e escuta proporcionou uma zona de acolhimento e alívio entre as participantes. A temática trazida para o grupo terapêutico possibilitou uma psicoeducação sobre autocuidado, guiando para uma nova compreensão sobre a importância de cuidar de si para cuidar do outro. A atividade mostrou-se importante para promover um local de acolhimento, troca de experiências e conscientização sobre questões como estresse parental, autocuidado, luto simbólico, burnout do cuidador, negligência das próprias demandas. **Conclusões ou considerações finais:** Os resultados deste estudo, demonstram que o diálogo sobre os temas abordados e a psicoeducação são cruciais para as cuidadoras de pacientes em tratamento no CAPS I. Este trabalho mostrou que é fundamental dar uma escuta ativa e afetiva a essas mulheres. Os resultados indicam a relevância de abordar o modo como as cuidadoras invisibilizam seus próprios cuidados para atender as demandas de seus filhos e netos. Este trabalho poderá contribuir com a conscientização das cuidadoras sobre os temas abordados neste encontro.

Palavras-chave: Autocuidado; Saúde Mental; Cuidadoras; Caps Infantil.

REFERÊNCIAS:

FOULKES, S. H. **Introdução à psicoterapia de grupo**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SILVA, Keziah da Costa. **O cuidado em Winnicott**: do desenvolvimento emocional ao *setting* analítico. 2018. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2018.

SOARES, C. B.; MUNARI, D. B. Considerações acerca da sobrecarga em familiares de pessoas com transtornos mentais. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 6, n. 2, p. 255-262, abr./jun. 2007.

O EQUILÍBRIO EM MIM – APRENDENDO A LIDAR COM AS EMOÇÕES: DIRECIONADO A ADOLESCENTES EM MEDIDA PROTETIVA

Fernanda Lima Calzolari[497]
Lorena Carvalho Dos Santos Garcia [498]
Priscilla Rodrigues Rocha Moreira[499]
Taís Pereira de Oliveira Reis[500]
Taline Daiane Freitas Sales Pontes[501]
Carolina Simões Correia[502]

RESUMO

Introdução: A adolescência é uma fase marcada por intensas transformações físicas, emocionais e sociais, podendo se tornar ainda mais desafiadora para jovens em medida protetiva, cujas trajetórias frequentemente envolvem rupturas familiares e inseguranças afetivas. O projeto "O equilíbrio em mim - aprendendo a lidar com as emoções" foi elaborado com o objetivo de oferecer um espaço de escuta, acolhimento e aprendizado, promovendo o desenvolvimento emocional desses adolescentes e auxiliando-os na compreensão e regulação de suas emoções de forma saudável. **Referencial Teórico:** O projeto fundamenta-se na Psicologia Humanista, espacialmente nas concepções de Carl Rogers, que valoriza o potencial de autorrealização do ser humano a importância de um ambiente de aceitação e empatia para desenvolvimento pleno. Essa perspectiva é articulada à teoria da inteligência emocional de Daniel Goleman (1995), que propõe cinco habilidades essenciais para o equilíbrio emocional: autoconhecimento, autocontrole, automotivação, empatia e habilidades sociais. A junção dessas abordagens sustenta a ideia de que o equilíbrio emocional não depende da ausência de sentimentos, mas da capacidade de reconhecê-los e administrá-los de maneira consciente. **Metodologia:** O projeto foi desenvolvido por meio de um encontro presencial, com duração aproximada de uma hora e trinta minutos, aplicado a um grupo de até dez adolescentes em medida protetiva. Utilizou-se a metodologia de roda de conversa, pautada na escuta ativa, reflexão e expressão emocional. As atividades propostas incluíram o "termômetro das emoções", o "vulcão emocional" e exercícios de respiração e pausa consciente, com o intuito de promover o autoconhecimento e o controle das reações impulsivas. Nosso papel consiste em mediar o diálogo de forma empática e acolhedora, garantindo um espaço seguro e sem julgamentos. **Resultados:** A vivência realizada no dia 15, no turno da manhã, permitiu aproximação e reflexão com os

[497] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, fernanda.calzolari@sou.fcr.edu.br
[498] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lorena.garcia@sou.fcr.edu.br
[499] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, priscilla.moreira@sou.fcr.edu.br
[500] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, tais.reis@sou.fcr.edu.br
[501] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, taline.pontes@sou.fcr.edu.br
[502] Mestra em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br

adolescentes. No início, o grupo estava reservado e participava pouco, mas ao longo das atividades alguns demonstraram maior envolvimento. No termômetro das emoções, raiva e ansiedade foram os sentimentos mais citados. Apesar da postura contida, observaram-se sinais sutis de sensibilidade e identificação com os temas. A participação ocorreu de forma gradual e respeitando os limites individuais. O comportamento geral foi tranquilo, apesar da resistência inicial. Ao final, houve maior abertura para diálogo e interação. De modo geral, a intervenção favoreceu o reconhecimento das emoções e iniciou a construção de um ambiente acolhedor e de confiança. **Conclusões ou considerações finais:** O projeto "O equilíbrio em mim" mostrou-se eficaz ao promover autoconhecimento e abertura emocional entre os adolescentes. Mesmo com resistência inicial, o espaço acolhedor favoreceu a participação gradual e o reconhecimento das próprias emoções. A experiência reforça a importância de intervenções empáticas e humanizadas para o desenvolvimento emocional desses jovens.

Palavras-chave: Emoções; Adolescência; Medida protetiva; Inteligência emocional; Psicologia Humanista.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. [Estatuto da criança e do adolescente (1990)]. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em programas de acolhimento institucional**. Brasília, DF: CFP, 2019.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

MASLOW, Abraham H. **Motivação e personalidade**. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

ROGERS, Carl R. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

BULLYING PRESENCIAL E ONLINE: COMPREENDER PARA PREVENIR

Caio Lucas Crespo da Costa[503]
Isabelle de Oliveira Silva[504]
Isabeli Martins Silva[505]
Jean Carlos Alves dos Anjos Filho[506]
Jenifer Gonçalves Medeiros[507]
Kauane Esteffane barros Magalhães[508]
Leonardo Ferreira Barbosa[509]
Thaiane Chaves de Araujo[510]
Thalita Vanda Passos Veiga[511]
Yasmin Barros Mendanha[512]
Edney Costa Souza[513]

RESUMO

Introdução: O presente estudo teve como finalidade contribuir para a formação de estudantes do Ensino Fundamental e Médio por meio da realização de palestras, momentos de escuta ativa e uma atividade prática coletiva destinada à identificação, compreensão e prevenção do bullying, tanto em sua modalidade presencial quanto na forma de agressões mediadas por tecnologias digitais (cyberbullying). A iniciativa fundamenta-se em abordagens psicológicas contemporâneas e visa promover um ambiente escolar mais seguro, saudável e socialmente responsável, por meio de ações educativas e reflexivas. O objetivo consistiu em promover a conscientização e a prevenção do bullying presencial e online entre estudantes do Ensino Fundamental e Médio. De maneira específica, buscou-se: (a) compreender os conceitos de bullying e cyberbullying, reconhecendo seus sinais, manifestações e consequências emocionais, sociais e escolares; (b) desenvolver a empatia e competências socioemocionais associadas ao respeito, cooperação e resolução de conflitos; e (c) estimular a elaboração de estratégias coletivas de prevenção e enfrentamento dessas práticas no contexto escolar, fortalecendo a cultura de proteção, diálogo e convivência pacífica. **Referencial Teórico:** Fundamentado na Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à

[503] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, caio.costa@sou.fcr.edu.br
[504] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, Isabelle.oliveira@sou.fcr.edu.br
[505] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil isabele.silva@sou.fcr.edu.br
[506] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, jean.filho@sou.fcr.edu.br
[507] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, jenifer.medeiros@sou.fcr.edu.br
[508] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, kauane.magalhaes@fcr.edu.br
[509] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, leonardo.barbosa@sou.fcr.edu.br
[510] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, thaiane.araujo@sou.fcr.edu.br
[511] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, thalita.veiga@sou.fcr.edu.br
[512] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, Yasmin.mendanha@sou.fcr.edu.br
[513] Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajai - UNIVALI, Brasil, edney.souza@fcr.edu.br

Intimidação Sistemática (Bullying) no Brasil, este plano de ação tem como finalidade promover a disseminação de informações qualificadas acerca da identificação, prevenção e enfrentamento das diversas manifestações de bullying. Para a construção teórica e metodológica da proposta, adotaram-se como principais referências o artigo "Bullying: Quando a brincadeira fica séria, causas e consequências", publicado na Revista Eletrônica Saberes da Educação, e a obra Fenômeno Bullying, de Cleo Fante, reconhecida pela análise aprofundada das causas, dinâmicas e implicações psicossociais relacionadas ao fenômeno. **A metodologia** está estruturada em três eixos: o Teórico-Reflexivo, que apresenta conceitos e reflexões sobre causas, consequências e relações de poder; o Vivencial-Prático, que promove atividades lúdicas e empáticas para desenvolver habilidades sociais e prevenir a violência; e o Eixo de Protagonismo, que estimula os alunos a criarem estratégias e materiais de conscientização, atuando como multiplicadores dentro do ambiente escolar. **Resultados:** O estudo teve o alcance de cerca de 180 alunos de turmas que abrangem do Ensino Fundamental II até o Ensino Médio, 96% deles afirmaram já ter presenciado o bullying seja presencial ou digital. Assim o tema da apresentação se mostrou relevante diante da realidade deles, através da palestra e da conversa dos participantes, o grupo de acadêmicos conseguiu sedimentar uma base de conhecimento nova sobre o assunto, a participação dos alunos da escola se mostrou fundamental para o desenvolvimento da consciência dos males do bullying. **Considerações finais:** A proposta buscou integrar o conhecimento acadêmico e as demandas reais da comunidade escolar. Os extensionistas apresentaram os conceitos de forma acessível, relacionando-os às experiências vividas pelos estudantes. Essa abordagem possibilitou a compreensão das dinâmicas de poder que sustentam o bullying e outras formas de violência, promovendo reflexões críticas sobre o papel de cada indivíduo na construção de um ambiente escolar mais empático, culminando na criação do Pacto Anti-bullying. A continuidade de iniciativas como esta é fundamental para consolidar a função social da universidade e ampliar o impacto positivo da Psicologia nas comunidades, fortalecendo os laços entre o saber acadêmico e a transformação coletiva.

Palavras-chave: Bullying; Cyberbullying; Escola; Empatia.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.

ESTEVE, C. E. A.; ARRUDA, A. L. M. M. **Bullying**: quando a brincadeira fica séria, causas e consequências. [S. l.]: InterSaberes, 2014.

FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2. ed. Campinas: Verus, 2005.

CUIDAR DE QUEM CUIDA: ESCUTA ATIVA DE PROFESSORAS E PROFESSORES DE AEE DE ESCOLAS PÚBLICAS NA CIDADE DE PORTO VELHO

Francelena Santos Arruda[514]
Hávila Alves Fernandes Leite[515]
Maria Gabriele Passos Vieira de Souza[516]
Pedro Henrique Severiano Pereira[517]
Raquel Ercília Ferreira Pereira[518]
Andréia Tamayose Rezende[519]

RESUMO

Introdução: A educação especial inclusiva configura um dos direitos subjetivos assegurados na Constituição Federal de 1988 e em outros dispositivos legais. Os estudantes, público da educação especial, compreendem aqueles com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, conforme disposto no artigo 58 da LDB n. 9.394/96, sendo-lhes assegurado matrícula em salas comuns, o que configura a educação especial inclusiva, e atendimento educacional especializado (AEE) em sala de recurso multifuncional (SRM). O serviço de AEE ofertado nas escolas regulares é realizado por professores com a responsabilidade de desenvolverem atividades pedagógicas e de acessibilidade que eliminem barreiras ao processo de aprendizagem desses estudantes. Neste contexto foi idealizado o Projeto "Cuidar de quem cuida: escuta ativa de professoras e professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) de escolas públicas na cidade de Porto Velho", com o objetivo geral de "Promover espaço qualitativo de escuta ativa das professoras e dos professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE)". **Referencial Teórico:** Figueiredo e Silva (2022), ressaltam o papel singular e complexo dos professores de AEE no processo de inclusão, entendem que há grande expectativa em relação ao desempenho no atendimento dos estudantes por parte dos pais e das instituições, como a escola e Ministério Público. Devido as exigências que passam esses profissionais, é possível inferir o risco de adoecimento devido as condições laborais que afetam o bem-estar, a saúde mental e a produtividade. Zanelli, Borges-Andrade e Bastos (2014), entendem "[...] que o comportamento humano no trabalho se torna foco de interesse em diferentes níveis ou âmbitos de análise - ele é tomado como objeto de estudo e de intervenção [...]" da psicologia. **Metodologia:** O atendimento psicossocial às professoras de AEE, se deu por meio de escuta ativa em roda de conversa, com mediação por uma docente do curso

[514] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, francelena.santos@sou.fcr.edu.br
[515] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, havila.leite@sou.fcr.edu.br
[516] Graduandos(as) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.gabriele@sou.fcr.edu.br
[517] Graduandos(as) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, pedro.pereira@sou.fcr.edu.br
[518] Graduandos(as) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, raquel.ercilia@sou.fcr.edu.br
[519] Professora Especialista, docente da disciplina de Extensão I: Sociedade, Meio Ambiente e Cultura Amazônica, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, andreia.rezende@fcr.edu.br

de Psicologia. O convite foi enviado para profissionais que atuam em escolas públicas estaduais e municipais e a inscrição foi via formulário online. A roda de conversa ocorreu nas dependências da Faculdade Católica de Rondônia no dia sete de novembro. O tempo da escuta ativa foi de 1h30 minutos, iniciando com uma dinâmica dos sentimentos que favoreceu as narrativas das docentes, compreendendo relatos dos desafios, das dificuldades e das conquistas. As falas não foram registradas por vídeo, áudio ou anotação considerando a proposta de acolhimento e escuta ativa. Ao final foi oferecido um lanche para as professoras convidadas. **Resultados:** O desenvolvimento da escuta ativa das professoras de AEE favoreceu o acesso às suas demandas emocionais, da mesma forma que conhecer sua prática pedagógica e conhecer seus olhares acerca do processo de inclusão e do serviço ofertado. A partir dos olhares das professoras, que aceitaram participar do momento de acolhimento psicossocial, acerca das atividades que lhes competem, foi possível compreender aspectos relacionados à saúde mental desses profissionais responsáveis pelas ações pedagógicas que favorecem o acesso, a permanência e o aprendizado das crianças especiais. No encontro compareceram três das sete professoras que se inscreveram. Algumas explicaram que não poderiam ir por terem se ausentado da escola em função de um curso e precisam atender os alunos. Do ponto de vista quantitativo não alcançamos a expectativa de ao menos quinze participantes na roda de conversa. No entanto, ao final se compreendeu que esse número de pessoas inviabilizaria a realização de atendimento psicossocial e a escuta ativa. **Considerações finais:** A escuta ativa e qualificada, sem julgamentos, foi fundamental para criar um espaço seguro para que as professores de AEE pudessem se expressar por meio de narrativas carregadas de sentido, das suas práticas e vivências no atendimento de estudantes público da educação especial. O projeto cumpriu seu propósito: cuidar de quem cuida. Mostrou que ações simples, humanas e sensíveis podem fazer grande diferença para profissionais que carregam responsabilidades enormes e, muitas vezes, silenciosamente.

Palavras-chave: escuta ativa, atendimento psicossocial, atendimento educacional especializado, professores de AEE, educação especial inclusiva.

REFERÊNCIAS:

FIGUEIREDO, Séfora Lima de; SILVA, Edil Ferreira da. Desafios do fazer docente nas salas de recursos multifuncionais (SRM). **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, e230191, p. 1-14, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003230191. Acesso em: 16 ago. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FAMÍLIAS ATÍPICAS: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS

Elisa Carriço Barboza[520]
Lucilane Pereira da Silva[521]
Luiz Henrique C. Mota[522]
Mariana Matos Cordeiro[523]
Sarah Kaiany F. Santos[524]
Andreia Tamayose Rezende[525]

RESUMO

O projeto de extensão "Famílias Atípicas: Experiências e Desafios" foi desenvolvido com o propósito de compreender vivências, sentimentos e necessidades de mães de pessoas atípicas, oferecendo um espaço de escuta qualificada, acolhimento e troca de experiências. A iniciativa reconhece que o cuidado atípico envolve sobrecarga emocional, isolamento social e desafios cotidianos que impactam diretamente a saúde mental dessas mães. Nesse sentido, o objetivo do estudo foi promover um ambiente seguro para diálogo e análise das demandas dessas famílias, estimulando reflexão, apoio mútuo e fortalecimento de redes de suporte. A fundamentação baseou-se principalmente na Teoria do Apego, de Bowlby (1984), que destaca a importância dos vínculos afetivos, da segurança emocional e da responsividade no desenvolvimento humano, e na Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano, de Bronfenbrenner (1996), que compreende o indivíduo a partir das múltiplas interações entre contextos sociais, culturais e institucionais. Estudos recentes apontam que a maternidade atípica está associada a maiores índices de estresse, isolamento e exigências emocionais (Pastorelli; Viana; Benicasa, 2024). Esses referenciais teóricos fundamentam a necessidade de espaços de escuta e acolhimento como forma de reduzir o sofrimento emocional, fortalecer a identidade materna e ampliar repertórios de enfrentamento. A metodologia utilizada é de caráter qualitativo, realizada por meio de uma roda de conversa na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). A atividade iniciou com a "Dinâmica da Família", na qual cada participante apresentou uma palavra simbólica que representava seu entendimento de família. Em seguida, desenvolveu-se um momento de partilha de vivências e escuta ativa, finalizado com um café da manhã para promover um encerramento acolhedor. Participaram quatro mães de crianças atípicas, foi utilizado um formulário para avaliar o nível de satisfação com a atividade em questão, o que as

[520] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, elisa.barboza@sou.fcr.edu.br
[521] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lucilane.silva@sou.fcr.edu.br
[522] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luiz.mota@sou.fcr.edu.br
[523] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, mariana.matos@sou.fcr.edu.br
[524] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sarah.santos@sou.fcr.edu.br
[525] Professora Especialista, docente da disciplina de Extensão I: Sociedade, Meio Ambiente e Cultura Amazônica, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, andreia.rezende@fcr.edu.br

marcaram na roda de conversa e como elas se sentiram depois, as respostas foram bem positivas mostrando o resultado do nosso projeto. A atividade ocorreu em 13 de novembro de 2025. A roda de conversa possibilitou a criação de um ambiente seguro e emocionalmente acolhedor, favorecendo a expressão de sentimentos como medo, sobrecarga, solidão, cansaço e esperança. Os relatos evidenciaram que as participantes vivenciam múltiplas dificuldades, incluindo falta de apoio familiar, preconceito social e ausência de suporte institucional adequado. A troca de experiências promoveu identificação entre as mães, reduzindo o isolamento emocional e fortalecendo o sentimento de pertencimento. A dinâmica inicial atuou como mediadora do diálogo, facilitando a abertura do grupo. Observou-se também que a validação das vivências contribuiu para a autoestima e para a percepção de competência materna. Um formulário de satisfação aplicado ao final indicou avaliação extremamente positiva da atividade. Concluímos que, o projeto demonstrou que espaços de escuta qualificada e acolhimento são fundamentais para mães de pessoas atípicas, uma vez que possibilitam apoio emocional, compartilhamento de vivências e fortalecimento de redes de suporte. A experiência evidenciou a importância de iniciativas contínuas que reconheçam e legitimem as demandas maternas, ampliando o cuidado social e institucional às famílias atípicas. Conclui-se que ações de extensão com enfoque humanizado contribuem para práticas mais sensíveis, inclusivas e alinhadas às necessidades reais dessas mulheres.

Palavras-chave: maternidade atípica; acolhimento; saúde emocional; roda de conversa; rede de apoio.

REFERÊNCIAS:

BELO, R. P. *et al*. **Sintomas depressivos e ansiosos em mães de crianças com deficiência**. [S. l.: s. n.], 2018.

BOWLBY, John. **Apego e perda**: volume 1: apego. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CLÍMACO, R. da S. **Maternidade atípica**: vivências e subjetividades de mães de crianças com deficiência. [S. l.: s. n.], 2020.

PASTORELLI, Simone *et al*. Maternidade atípica: caracterização do sofrimento e seus enfrentamentos. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 1, p. 115-129, 2023.

COMPETÊNCIAS EMOCIONAIS E DESEMPENHO ESCOLAR: PREPARAÇÃO PARA A PROVA DO SAEB

Bianca Soares Ribeiro Paixão[526]
Eduarda Marcelina de Carvalho Falcão[527]
Jéssica Sharline Dantas dos Santos[528]
Maria de Fátima Nascimento da Conceição[529]
Mariana Lopes de Souza[530]
Matheus Nascimento de Souza[531]
Naide Cristina Lobato Nascimento[532]
Nicolle Mariana Gomez Hurtado[533]
Rayssa Guedes Palitot[534]
Sayane Oliveira Gomes dos Santos Brum[535]
Edney Costa Souza[536]

RESUMO

Introdução: O estudo "Competências Emocionais e Desempenho Escolar: Preparação para a Prova do Saeb" objetivou compreender os impactos emocionais vivenciados por estudantes do 5º ano da Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Rio Madeira durante a preparação e realização da prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). A proposta partiu da percepção de que sentimentos como ansiedade e estresse podem interferir no desempenho e no bem-estar das crianças. Assim, o estudo teve como propósito investigar de que maneira o processo de avaliação externa impacta as emoções dos estudantes, propondo estratégias de acolhimento e cuidado psicoeducativo. O objetivo central consistiu em analisar as emoções vivenciadas durante o exame e elaborar práticas de apoio pedagógico voltadas ao fortalecimento da autoconfiança e ao desenvolvimento da autorregulação emocional dos alunos. **Referencial Teórico:** O estudo fundamentou-se nas teorias da psicologia do

[526] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, bianca.paixao@sou.fcr.edu.br
[527] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eduarda.falcao@sou.fcr.edu.br
[528] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jessica.santos@sou.fcr.edu.br
[529] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jessica.santos@sou.fcr.edu.br
[530] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, mariana.lopes@sou.fcr.edu.br
[531] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, matheus.souza@sou.fcr.edu.br
[532] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, naide.nascimento@sou.fcr.edu.br
[533] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, nicolle.hurtado@sou.fcr.edu.br
[534] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rayssa.palitot@sou.fcr.edu.br
[535] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sayane.brum@sou.fcr.edu.br
[536] Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Brasil, edney.souza@fcr.edu.br

desenvolvimento e da educação, especialmente em Vygotsky e Wallon. Vygotsky enfatiza a importância da interação social e da mediação no aprendizado, destacando o papel das relações interpessoais no enfrentamento de desafios escolares. Sob essa ótica, a prova do SAEB é compreendida não apenas como avaliação cognitiva, mas também como experiência social que exige apoio emocional. Wallon, por sua vez, defende a integração entre emoção e cognição, mostrando que sentimentos como medo e ansiedade interferem no processo de aprendizagem. Assim, compreender e trabalhar as dimensões afetivas pode melhorar o desempenho e fortalecer o vínculo entre aluno e escola. O estudo apoiou-se nesse entendimento para promover ações que integrassem o desenvolvimento emocional e o cognitivo, estimulando a segurança e o equilíbrio afetivo diante das avaliações. **Metodologia:** A metodologia teve caráter interventivo e qualitativo, com a realização de oficinas psicoeducativas e pedagógicas voltadas ao reconhecimento e expressão das emoções. As atividades envolveram dinâmicas em grupo, jogos cooperativos e atividades artísticas como desenhos e dramatizações. Também foram aplicadas técnicas de regulação emocional, incluindo respiração, relaxamento e atenção plena (mindfulness), para auxiliar os alunos no controle da ansiedade. As ações ocorreram em quatro encontros semanais, planejados junto à equipe pedagógica da escola. As observações realizadas durante as atividades e os relatos dos professores serviram de base para análise qualitativa dos resultados. **Resultados:** O estudo contou com a participação de cerca de 90 alunos do 5º ano, distribuídos em duas turmas. Observou-se aumento no engajamento, na autoconfiança e na consciência emocional dos estudantes. As dinâmicas possibilitaram que as crianças identificassem e expressassem suas emoções, compreendendo como a ansiedade afetava seu comportamento diante das provas. Segundo os educadores, houve redução da tensão emocional e maior disposição para participar das atividades preparatórias. As técnicas de respiração e atenção plena contribuíram para o desenvolvimento da autorregulação emocional, permitindo que enfrentassem o momento avaliativo com tranquilidade. No dia do acolhimento, os alunos demonstraram maior autoconfiança e senso de valorização pessoal, consolidando os resultados obtidos ao longo dos encontros. **Conclusões ou Considerações Finais:** A execução do estudo "Competências Emocionais e Desempenho Escolar: Preparação para a Prova do Saeb" evidenciou o papel da extensão universitária como instrumento de integração entre universidade e comunidade. As ações mostraram que o cuidado com a dimensão emocional é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças e para a construção de práticas pedagógicas mais humanizadas. O estudo contribuiu para fortalecer habilidades socioemocionais, promover o autocuidado e incentivar relações escolares mais empáticas. Recomenda-se que a iniciativa seja ampliada para outras turmas e escolas, visando consolidar uma cultura de acolhimento emocional e promoção da saúde mental em contextos educativos.

Palavras-chave: emoções; aprendizagem; avaliação externa; saúde emocional; extensão universitária.

REFERÊNCIAS:

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WALLON, H. **Do ato motor ao ato mental**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO: INTERVENÇÃO EM CONTEXTO EDUCACIONAL

Alciréa Kellen de Farias Tabosa[537]
Laura Rego Ceconello[538]
Roanne Leticia Rosa[539]
William Azevedo Gonçalves Júnior[540]
Hélen Rimet Alves de Almeida[541]

RESUMO

O presente projeto de extensão visa abordar questões relacionadas à qualidade de vida e saúde mental no ambiente de trabalho, considerando os diversos fatores psicossociais que impactam o bem-estar dos trabalhadores. Com o aumento das demandas laborais, pressões por produtividade e transformações nas relações de trabalho, observa-se uma crescente preocupação com a saúde mental dos profissionais em diferentes organizações. Autores como Facas vão argumentar que: O trabalho é constituído de tarefas prescritas, padronização de métodos, ferramentas e tarefas, com uma divisão social e hierárquica do trabalho que utiliza muitos supervisores, de modo a garantir supervisão a cada trabalhador separadamente, tendo como suporte o controle, a punição e as regras (Facas, 2021). A implementação deste projeto justifica-se pela necessidade de desenvolver estratégias que promovam a saúde mental e a qualidade de vida no ambiente laboral, com o objetivo de desenvolver ações de promoção à qualidade de vida e saúde mental no ambiente de trabalho com professores da Escola Estadual de Ensino Médio João Bento da Costa, além de implementar intervenções psicológicas que promovam relações de trabalho mais saudáveis; Avaliar os impactos das intervenções realizadas, considerando indicadores objetivos e subjetivos; e Proporcionar aos estudantes de Psicologia experiências práticas no campo da Psicologia Institucional e do Trabalho. A proposta baseia-se em estudos sobre qualidade de vida e saúde mental no trabalho, destacando o papel essencial da Psicologia Organizacional e da Gestão de Pessoas na promoção do bem-estar coletivo. Dados do SMARTLAB (2025) revelam aumento de afastamentos por transtornos mentais, como episódios depressivos (24,3%) e transtornos ansiosos (21%), evidenciando a importância de ambientes saudáveis. Segundo Chiavenato (2008), o estresse ocupacional surge quando as demandas superam os recursos do trabalhador, afetando indivíduos e organizações. Assim, políticas públicas, suporte psicológico e melhores condições laborais são fundamentais para um trabalho sustentável e ético. O projeto foi desenvolvido com uma abordagem participativa e contextualizada, aplicando um questionário sobre qualidade de vida e

[537] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, alcirea.tabosa@sou.fcr.edu.br
[538] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, laura.ceconello@sou.fcr.edu.br
[539] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, roanne.rosa@sou.fcr.edu.br
[540] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, william.junior@sou.fcr.edu.br
[541] Doutora em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, helen.almeida@fcr.edu.br

saúde mental no trabalho, fundamentado na NR-1, na hipótese léxica (Goldberg et al., 2006) e na Patopsicologia Experimental (Silva; Tuleski, 2015). O instrumento foi enviado aos professores da Escola Estadual de Ensino Médio João Bento da Costa e analisado pelos acadêmicos sob supervisão. A partir dos resultados, foi planejada uma roda de conversa sobre cansaço e exaustão, temas que se destacaram nas respostas. A intervenção ocorreu de forma interativa e relaxante, com música ambiente e em um espaço acolhedor, a sala dos professores. Utilizou-se a metáfora da vela acesa, simbolizando a chama interior que motiva e sustenta cada um, seja a fé, os sonhos, os alunos ou os objetivos pessoais. Essa dinâmica promoveu reflexão, partilha e fortalecimento coletivo, ressaltando a importância do autocuidado, do descanso e da recordação dos propósitos para manter a resiliência diante do contexto burocrático. Observou-se maior abertura dos participantes para discutir suas vivências e reconhecer a importância do descanso e da preservação da própria "chama interior". Os resultados evidenciaram a importância da Psicologia Organizacional na promoção do bem-estar no ambiente laboral. A atuação do psicólogo mostrou-se fundamental para prevenir adoecimentos e fortalecer o desenvolvimento profissional.

Palavras-chave: Saúde mental; Qualidade de vida no trabalho; Psicologia Organizacional; Bem-estar docente.

REFERÊNCIAS:

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FACAS, E. P. **PROART**: riscos psicossociais relacionados ao trabalho. Porto Alegre, RS: Fi, 2021.

GOLDBERG, L. R. *et al*. **International Personality Item Pool**: a scientific collaboratory for the development of advanced measures of personality and other individual differences. Eugene: Oregon Research Institute, [2006]. Disponível em: https://ipip.ori.org/. Acesso em: 10 nov. 2025.

SILVA, M. A. S. da; TULESKI, S. C. Patopsicologia Experimental: abordagem histórico-cultural para o entendimento do sofrimento mental. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 20, n. 4, p. 207-216, out./dez. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.5935/1678-4669.20150022. Acesso em: 10 nov. 2025.

SMARTLAB (Brasil). **Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho**. [S. l.]: SmartLab, [202-?]. Disponível em: https://smartlabbr.org/sst. Acesso em: 11 set. 2025.

SAÚDE MENTAL EM FOCO: INTERVENÇÃO EDUCATIVA PARA A VALORIZAÇÃO DA VIDA E COMBATE AO ESTIGMA

Camila Costa Castro[542]
Flávia Cristina Silva Araujo Feitosa[543]
Jaquecilene Santos Marinho[544]
Lauane Lima[545]
Luca de Salignac e Souza Duarte[546]
Rafaela Winter Oliveira[547]
Wigna Kalene Venancio De Lima[548]

RESUMO

Introdução: Nos últimos anos, tem-se observado um aumento significativo dos casos de sofrimento emocional e transtornos mentais, acompanhado pela persistência de preconceitos e estigmas relacionados à saúde mental. Esse contexto reforça a necessidade de promover uma reflexão coletiva sobre o valor da vida e o cuidado integral com o bem-estar psíquico. Valorizar a vida, portanto, vai além da preservação física, abrangendo também condições sociais, éticas e políticas que garantam uma existência digna e com sentido. Com base nesse cenário, este estudo tem como objetivo incentivar a valorização da vida e o cuidado com a saúde mental, além de combater os estigmas associados ao sofrimento psicológico. Busca-se, ainda, compartilhar informações acessíveis sobre transtornos mentais e estratégias de cuidado, sensibilizando a comunidade para a importância da escuta, da reflexão e da participação social. Assim, o estudo contribui para fortalecer a dignidade humana e consolidar uma cultura de valorização da vida e cidadania em saúde mental. **Referencial Teórico:** A base teórica deste estudo fundamenta-se na Logoterapia de Viktor Frankl, que entende o sentido da vida como elemento central da existência humana e essencial à saúde mental. Diferente de Freud e Adler, que destacaram prazer e poder, Frankl (1989) afirma que a principal motivação humana é a busca de sentido, que dá propósito e força diante do sofrimento. Promover a saúde mental implica reconhecer o valor de cada pessoa, criando espaços de escuta e acolhimento que favoreçam a reconstrução de significados e uma vida plena, digna e com sentido. **Metodologia:** As atividades do projeto ocorrerão no Espaço Alternativo de Porto Velho, com a montagem de um stand interativo voltado

[542] Graduando(a) em psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, camila.castro@sou.fcr.edu.br
[543] Graduando(a) em psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, flavia.feitosa@sou.fcr.edu.br
[544] Graduando(a) em psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jaquecilene.marinho@sou.fcr.edu.br
[545] Graduando(a) em psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lauane.lima@sou.fcr.edu.br
[546] Graduando(a) em psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luca.duarte@sou.fcr.edu.br
[547] Graduando(a) em psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rafaela.oliveira@sou.fcr.edu.br
[548] Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, wigna.lima@sou.fcr.edu.br

à valorização da vida, promoção da saúde mental e combate aos estigmas. O espaço contará com cartazes, banners e panfletos educativos, além de um questionário interativo sobre "mitos e verdades" relacionados aos transtornos mentais, buscando identificar percepções e estimular a reflexão crítica sobre inclusão e cidadania. Ao final, serão distribuídos brindes simbólicos como incentivo à participação. A metodologia propõe uma ação educativa e participativa, transformando o local em um ambiente de diálogo, acolhimento e sensibilização sobre saúde mental. **Resultados:** Participaram 54 pessoas no questionário sobre mitos e verdades em saúde mental. A maioria demonstrou compreensão adequada do tema, reconhecendo a importância do cuidado psicológico e discordando de ideias estigmatizantes. Destacou-se ampla concordância de que tratar a saúde mental é tão importante quanto cuidar da saúde física e que falar sobre sofrimento mental reduz o preconceito. Houve também rejeição de mitos, como associar transtornos mentais à fraqueza ou à incapacidade de resolver problemas. Os resultados indicam avanços na conscientização e valorização da vida, refletindo maior empatia e compreensão social. **Considerações finais:** A intervenção no Espaço Alternativo de Porto Velho evidenciou a importância de ações educativas na valorização da vida e promoção da saúde mental. Os resultados mostraram avanços na compreensão social e empatia diante do sofrimento psíquico, embora ainda existam preconceitos. Conclui-se que espaços de diálogo e reflexão favorecem a desconstrução de estigmas e que promover a saúde mental é garantir o direito à vida com dignidade e sentido.

Palavras-chave: Saúde mental; Valorização da vida; Logoterapia; Prevenção; Conscientização; Intervenção comunitária.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FRANKL, Viktor E. **O sentido da vida**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição da Organização Mundial da Saúde**. [S. l.]: OMS, 1946. Disponível em: https://www.who.int/. Acesso em: 14 abr. 2026.

PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. P. de. **Bioética**: do princípio ao fim da vida. São Paulo: Loyola, 2005.

O PAPEL DA COMUNICAÇÃO ASSERTIVA NA ESTRUTURA FUNCIONAL E NO CLIMA ORGANIZACIONAL: DESAFIOS DA PSICOLOGIA DO TRABALHO

Clívia Hilda Dantas[549]
Crislaine Gomes de Oliveira[550]
Isana Diniz de Matos Souza[551]
Luanda Silva dos Santos[552]
Natália Laís Feitosa de Oliveira[553]
Priscila Yumiko Sakamoto[554]
Hélen Rimet Alves de Almeida[555]

RESUMO

O presente Projeto de Extensão intitulado *O papel da Comunicação Assertiva na Estrutura Funcional e no Clima Organizacional*: *Desafios da Psicologia do Trabalho* é instrumento de avaliação para a disciplina de Psicologia Organizacional e Gestão de Pessoas do oitavo período do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia (FCR), no segundo semestre de 2025, sob a supervisão da Professora Doutora Hélen Rimet Alves de Almeida. O objetivo geral desta atividade extensionista foi promover o desenvolvimento de competências em comunicação assertiva, inicialmente, propondo como objetivos específicos a identificação dos desafios dos colaboradores de uma empresa privada da área da saúde em relação à comunicação interna e o fortalecimento das competências comunicativas dos colaboradores, buscando estimular a reflexão sobre o impacto da falta de comunicação no clima organizacional. A partir dessa análise, a metodologia incluiu o desenvolvimento de vivências práticas estruturadas para estimular habilidades cruciais como a comunicação eficaz, a escuta ativa e a expressão assertiva de necessidades e limites, visando aprimorar as relações interpessoais, o clima organizacional e a eficácia das estruturas funcionais. A comunicação assertiva pode ser compreendida como a capacidade de expressar pensamentos, sentimentos e necessidades de forma clara, direta e respeitosa, equilibrando os próprios direitos com os dos outros. Para Gil (2019), a comunicação eficiente é um dos principais pilares da gestão organizacional, pois contribui para a disseminação clara das metas, a valorização do diálogo e o fortalecimento da confiança entre gestores e colaboradores. Segundo Gonçalves (2022, p. 50), “a comunicação assertiva é uma habilidade fundamental nas relações de trabalho, pois permite que o

[549] Graduanda em psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, clivia.dantas@sou.fcr.edu.br
[550] Graduanda em psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, crislaine.oliveira@sou.fcr.edu.br
[551] Graduanda em psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, isana.souza@sou.fcr.edu.br
[552] Graduanda em psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luanda.santos@sou.fcr.edu.br
[553] Graduanda em psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, natalia.oliveira@sou.fcr.edu.br
[554] Graduanda em psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Priscila.sakamoto@sou.fcr.edu.br
[555] Doutora em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, helen.almeida@fcr.edu.br

indivíduo expresse suas ideias, sentimentos e necessidades de maneira respeitosa e direta, promovendo um ambiente mais colaborativo e produtivo". O estudo caracteriza-se como uma pesquisa-intervenção de abordagem qualitativa, com o objetivo de promover a comunicação assertiva e fortalecer as relações interpessoais no ambiente de trabalho. A metodologia envolveu três etapas: diagnóstico institucional, desenvolvimento da intervenção e elaboração de plano de continuidade. Inicialmente, foi realizada visita e reunião com a equipe gestora para levantamento das demandas organizacionais. Em seguida, foram realizados dois encontros presenciais, com dinâmicas de grupo, ação psicoeducativa, atividade lúdica com o jogo "Mímica" e roda de conversa, que possibilitaram a reflexão sobre os estilos comunicacionais e assertividade. As intervenções favoreceram a troca de experiências e a construção coletiva de significados sobre ética e convivência. Os dados, obtidos por observação e relatos verbais, foram analisados qualitativamente, evidenciando maior conscientização e valorização da comunicação assertiva no contexto organizacional. Os resultados alcançados demonstraram que a ação atingiu seu propósito central ao promover o desenvolvimento de competências sobre a comunicação como uma ferramenta de aprimoramento, gerando impactos positivos e imediatos. No âmbito individual e relacional, houve relatos de maior segurança na expressão de ideias e maior disposição para a resolução construtiva de conflitos. No âmbito institucional, a entrega do plano de intervenção ofereceu subsídios técnicos valiosos para o aprimoramento da estrutura funcional e da comunicação interna. No âmbito formativo acadêmico, a experiência reforçou a importância da extensão universitária como espaço de articulação entre saber teórico e prática social. O Projeto de Extensão alcançou o seu objetivo central ao promover a conscientização sobre a importância da comunicação assertiva como ferramenta estratégica para o fortalecimento do clima organizacional. Ao observar e identificar os desafios dos colaboradores da instituição parceira, foi possível com base no conhecimento teórico desenvolver atividades que pudessem fortalecer as competências comunicativas interpessoais, estimulando a reflexão sobre a importância da comunicação clara e assertiva nas relações laborais. Em suma, este trabalho reafirmou a relevância social da POT e da extensão universitária, cumprindo seu papel ao promover um avanço inicial na consolidação de uma cultura comunicacional mais colaborativa e ao consolidar as competências profissionais das acadêmicas envolvidas.

Palavras-chave: Psicologia Organizacional; Clima Organizacional; Comunicação Assertiva; Relações Interpessoais.

REFERÊNCIAS:

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de pessoas**: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, N. R.; ROCHA, V. D.; LIMA, M. C. F. Comunicação não-violenta: assertividade no discurso como ferramenta de transformação nas relações interpessoais.

Revista de Gestão e Secretariado, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 48-71, jan./abr. 2022. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1265/568. Acesso em: 25 out. 2025.

PROCESSO DE FORMAÇÃO PSICANALÍTICA NA CLÍNICA ESCOLA DO CURSO DE PSICOLOGIA DA FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA

Lidiana da Cruz Pereira[556]
Zeno Germano de Souza Neto[557]

RESUMO

Introdução: Este estudo é resultado da prática realizada na Clínica Escola durante a formação em Psicologia. A escolha por adotar a abordagem psicanalítica visou ao aprofundamento dos conceitos do aparelho psíquico com base na Teoria de Freud, além da aplicação prática do campo de estudo da Psicanálise. É sabido que existem várias maneiras de aplicar a técnica analítica, as quais resultam das distintas abordagens teóricas e técnicas da psicanálise, que fundamentam as práticas e intervenções do analista, assim como influenciam o estilo único e característico de cada terapeuta. **Referencial Teórico:** O estágio na clínica escola são possibilidades contundentes para que o futuro psicólogo tenha experiência prática com pacientes nas diversas patologias e sofrimento mental. O desenvolvimento do trabalho psicoterápico com pacientes com sofrimento mental individualmente na clínica demanda um processo de conhecimento teórico, compreensão do estado psicológico do paciente e competência metodológica e técnica para as intervenções necessárias para ajudar o paciente a encontrar sua cura e obter a qualidade de saúde psíquica necessária. A abordagem da psicanálise é maior ainda. De acordo com Zimerman (2008, p. 21) "a ciência psicanalítica vem sofrendo significativas mudanças em suas teorias, técnicas e aplicabilidade prática". Essas mudanças vêm ocorrendo diante das transformações sociais no contexto histórico. Na atualidade a abordagem teórica da psicanálise na universidade, há uma diversidade de teorias, conceitos e pesquisas que implicam em mudanças da psicanálise clássica. A este respeito, Gomes e Reis (2019) dizem que: Refletindo sobre a conjuntura histórica e científica das quais a psicanálise emerge e, considerando toda a transgressão epistemológica derivada pelos pensamentos de Freud. **Metodologia:** A pesquisa é do tipo descritiva e bibliográfica com abordagem qualitativa e relatos de experiências na Clínica Escola da Faculdade Católica de Rondônia nos anos de 2023 a 2024. Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva é definida pela técnica de descrever as características de grupos de pessoas ou fenômenos específicos e se assemelha à pesquisa explicativa. Neste sentido, este estudo visa descrever e analisar não apenas a teoria, mas também pacientes atendidos na Clínica Escola e os contextos nos quais foram desenvolvidas. Simultaneamente, as percepções do pesquisador formam um juízo de valor baseado nas experiências e na sua familiaridade com o ambiente, os pacientes e os fenômenos observados na sala de atendimento. **Resultados:** Os resultados indicam que o processo de formação analítica requer observações, escuta atenta do paciente e estudo minucioso das técnicas analíticas, além de uma compreensão teórica da psicanálise como base e intervenções eficazes para a melhoria e cura do paciente. **Conclusões ou considerações**

[556] Psicóloga (CRP 24/05461). Egressa da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, E-mail: lidiana.barroso@sou.fcr.edu.br
[557] Doutor em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, e-mail: zeno.souza@fcr.edu.br

finais: Na abordagem psicanalítica, a cura do sofrimento psíquico de pacientes neuróticos ocorre gradativamente na relação de confiança com o analista, tal como a medida em que o paciente adquire liberdade (associação livre) para falar dos seus sentimentos, angústias, incertezas e traumas inconscientes. Na medida em que o paciente passa a falar sobre esses sentimentos e percepções mergulhadas no inconsciente, ao ouvir e analisar sua própria fala, o paciente torna esses conteúdos conscientes. Compreende-se que a partir da satisfação de falar e ressignificar a dor, o paciente chega no estado de calmaria e alívio de suas dores por um determinado tempo.
Palavras-chave: Formação Psicanalítica, Clínica Escola, Psicologia**.**

REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. **Fundamentos da clínica psicanalítica**. Tradução: Claudia Dornbusch. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FREUD, Sigmund. Início do tratamento. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 29, n. 54, p. 153-170, set. 1996.

FREUD, Sigmund. Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 32, n. 58/59, p. 427-436, nov. 1999.

GOMES, A. K. S.; REIS, M. E. B. T. dos. A formação do psicoterapeuta-aprendiz em clínica psicanalítica nas universidades do Brasil. **Quaderns de Psicologia**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 1-14, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.136. Acesso em: 14 abr. 2026.

HERRMANN, L. Intervenções em Psicanálise – Século XXI. **Revista Brasileira de Psicanálise**, [S. l.], v. 48, n. 2, p. 59-66, 2014.

PERRONE, Pablo Andres Kurlander; TRIDAPALI, Maria Isabel Rossini (org.). **Introdução à psicologia**. Curitiba: FASBAMPRESS, 2021.

ZIMERMAN, David E. **Manual de técnica psicanalítica**: uma revisão. Porto Alegre: Artmed, 2008. *E-book*.

PROJETO: SEMENTES DA ALEGRIA

Ana Clara de Oliveira Pinho[558]
Leticia Galli Benincasa[559]
Gabriela Musuco Araújo[560]
Ana Beatriz Lopes de Melo[561]
Sofia Moreira Guedes[562]
Andréia Tamayose Rezende[563]

RESUMO

Introdução: O bullying escolar é um desafio persistente e multifatorial, caracterizado por agressões repetitivas e desequilíbrio de poder, com impactos significativos no desenvolvimento socioemocional de crianças e adolescentes. O objetivo geral do projeto foi promover a conscientização a respeito dos impactos do bullying, além de promover momentos de lazer e integração, fortalecendo vínculos comunitários e o desenvolvimento integral saudável. Há autores que definem o bullying como um fenômeno complexo, presente nas instituições de ensino por meio de agressões físicas, verbais, exclusão social e intimidação e que não pode ser confundido com uma brincadeira, Olweus (1993), dada a sua natureza de repetição e desequilíbrio de poder. Além disso, o fenômeno deve ser compreendido a partir de dimensões individuais, relacionais e socioculturais, já que, segundo Ajzen em "A Teoria do Comportamento Planejado", sugere-se que as ações dos jovens são guiadas por crenças e normas percebidas e por fatores individuais, familiares, escolares e grupais, Silva (2010). As vítimas dessa violência, destacam a possível presença de sintomas depressivos e baixa autoestima. O projeto foi executado na EMEIEF Chapeuzinho Vermelho, no período de 26/09/2025 a 18/11/2025, onde foram levantadas as principais demandas escolares junto à equipe escolar, que levaram a escolha do tema: Bullying. A intervenção foi aplicada em um único dia, 07/11/2025, a um grupo de 17 alunos do 5º ano. As principais atividades foram: Palestra "O que é Bullying?"; "Correio da Amizade", Gincanas e Brincadeiras (corda, dança das cadeiras, cabo de guerra, rouba bandeira, corre cotia). O projeto alcançou seus objetivos plenamente, apesar da redução do público-alvo (de 23 para 17 alunos) devido a uma reunião de país coincidente. Os alunos demonstraram alta receptividade e participação ativa. A palestra gerou perguntas e reflexões, evidenciando a compreensão ampliada sobre o tema. A dinâmica "Correio da Amizade", fortaleceu o bem-estar escolar, promoveu valorização mútua e as atividades lúdicas favoreceram a

[558] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.oliver@sou.fcr.edu.br
[559] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leticia.benincasa@sou.fcr.edu.br
[560] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gabriela.araujo@sou.fcr.edu.br
[561] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, melo.ana@sou.fcr.edu.br
[562] Graduando(a) em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sofia.araujo@sou.fcr.edu.br
[563] Professora Especialista, docente da disciplina de Extensão I: Sociedade, Meio Ambiente e Cultura Amazônica, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, andreia.rezende@fcr.edu.br

cooperação, integração e fortalecimento de vínculos sociais. O clima de interação melhorou perceptivelmente, e a equipe escolar reconheceu a relevância da ação.

Palavras-chave: Bullying escolar, Extensão universitária, Psicologia, Prevenção, Empatia, Conscientização.

REFERÊNCIAS:

AJZEN, I. The theory of planned behavior. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, [s. l.], v. 50, n. 2, p. 179–211, 1991.

OLWEUS, D. **Bullying at School**: What We Know and What We Can Do. Oxford: Blackwell, 1993.

POSTIGO, S. *et al*. Theoretical proposals in bullying research: a review. **Anales de Psicología**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 413-425, 2013.

SILVA, A. B. B. **Mentes Perigosas nas Escolas**: Bullying. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

LAÇOS DE APOIO: ESCUTANDO QUEM CUIDA

Ciro Carlos de Moura[564]
Desirreê Dias de Abreu[565]
Eliomara Barbosa Gonçalves[566]
Rodrigo Gois da Silva[567]
Sarah Enes da Silva[568]
Karem Dato Silva Pinto[569]

RESUMO

Introdução: Cuidar de familiares com transtornos mentais graves é uma tarefa complexa, marcada por exigências emocionais, sociais e institucionais. As mães costumam assumir esse papel, enfrentando sobrecarga, isolamento e falta de apoio. A ausência de políticas públicas eficazes agrava o sofrimento e reforça a necessidade de ações que ofereçam acolhimento e escuta a essas cuidadoras. Nesse contexto, o projeto de extensão "Laços de Apoio: Escutando quem cuida" teve como proposta oferecer um espaço terapêutico voltado a mães de filhos diagnosticados com esquizofrenia em cumprimento de medida de segurança ambulatorial. O objetivo geral foi promover um grupo terapêutico com mães de filhos esquizofrênicos em cumprimento de medida de segurança. Os objetivos específicos incluíram proporcionar espaço de acolhimento e escuta ativa às mães cuidadoras, contribuir para a redução da sobrecarga emocional por meio da troca de experiências e favorecer a reflexão crítica acerca das formas de enfrentamento no contexto da interface entre saúde mental e esfera jurídica. **Referencial Teórico:** O ato de cuidar envolve dimensões afetivas e sociais que ultrapassam as tarefas cotidianas. As mães cuidadoras convivem com sentimento de culpa e impotência, além das exigências de lidar com comportamentos complexos e imprevisíveis. A falta de suporte familiar e institucional amplia o sofrimento e contribui para o isolamento. A predominância feminina nas funções de cuidado reflete padrões de gênero que ainda associam às mulheres a obrigação moral de zelar pelos familiares adoecidos. Reconhecer essa desigualdade é essencial para compreender a vulnerabilidade das cuidadoras e a necessidade de políticas que valorizem seu papel. A escuta e o acolhimento surgem, portanto, como estratégias fundamentais para promover bem-estar e ressignificação da experiência de cuidar (Oliveira, 2020, p. 24). Essas práticas fortalecem a autonomia e ajudam na construção de novas formas de enfrentamento e autocuidado. **Metodologia:** O projeto foi desenvolvido com abordagem qualitativa, baseada na criação de um grupo terapêutico voltado às mães

[564] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ciro.moura@sou.fcr.edu.br
[565] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, desiree.abreu@sou.fcr.edu.br
[566] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eliomara.goncalves@sou.fcr.edu.br
[567] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rodrigo.gois@sou.fcr.edu.br
[568] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sarah@sou.fcr.edu.br
[569] Especialista em Saúde da Família, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, karem.silva@fcr.edu.br

cuidadoras. A atividade ocorreu em um encontro presencial, planejado para propiciar participação ativa e expressão emocional. Foi utilizada a técnica de roda de conversa e escuta ativa, incentivando o diálogo e a troca de experiências. Participaram três mães, que, apesar das dificuldades, demonstraram engajamento e comprometimento com o processo. As discussões foram analisadas de forma descritiva, buscando evidenciar sentimentos e percepções relacionadas ao cuidado. **Resultados:** O grupo constituiu-se como um espaço de acolhimento e expressão, permitindo que as participantes compartilhassem sentimentos de cansaço e solidão. A troca de experiências promoveu empatia e sensação de pertencimento. As mães reconheceram a importância do apoio mútuo e do autocuidado, revelando também a necessidade de maior suporte psicológico e social para as cuidadoras e de ampliar a participação masculina nas práticas de cuidado. **Conclusões ou considerações finais:** O projeto "Laços de Apoio: Escutando quem cuida" demonstrou que espaços de escuta e acolhimento favorecem o alívio emocional e o fortalecimento das mães cuidadoras. A experiência reafirmou a relevância da extensão universitária como ponte entre teoria e prática, contribuindo para uma formação sensível às demandas sociais. Mesmo em encontros pontuais, foi possível promover trocas significativas e despertar reflexões sobre o autocuidado e o valor das redes de apoio. Assim, o projeto reforça a importância de humanizar o cuidado e de construir políticas públicas que reconheçam e amparem quem cuida.

Palavras-chave: grupo terapêutico; mães cuidadoras; medidas de segurança; esquizofrenia.

REFERÊNCIAS:

OLIVEIRA, Karla Maria Rodrigues de. **O papel da psicologia no trabalho com a família de pacientes esquizofrênicos**. 2020. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário Fametro, Fortaleza, 2020.

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: CAMINHOS PARA UMA GESTÃO HUMANIZADA

Giovana Rodrigues de Araújo[570]
Jorge Luiz da S. Alves[571]
Josué Marcos da Silva[572]
Luma Rodrigues Vilacio[573]
Maria da Conceição Pereira de Sousa[574]
Silvanete Gonçalves de Souza[575]
Hélen Rimet Alves de Almeida[576]

RESUMO

O ambiente organizacional é permeado por desafios relacionados à comunicação, às relações interpessoais e à gestão das emoções, fatores que influenciam diretamente o clima de trabalho, a colaboração entre equipes e a saúde mental coletiva. Conflitos não mediados de forma adequada podem gerar desgaste emocional, impactar a cooperação e comprometer tanto a produtividade quanto o bem-estar dos trabalhadores. Partindo do entendimento de que a qualidade das relações no trabalho é um importante fator de proteção psicossocial, e que a inteligência emocional e a mediação de conflitos podem contribuir para práticas mais saudáveis e humanizadas este projeto extensionista buscou desenvolver ações que favorecessem o fortalecimento das relações e a gestão colaborativa de conflitos no contexto organizacional (Goleman, 2012; Fisher; Ury; Patton, 2018). Durante o levantamento realizado, identificou-se que a maior dificuldade enfrentada pelos colaboradores estava relacionada aos conflitos interpessoais no ambiente de trabalho. Esse cenário evidenciou a importância de desenvolver competências socioemocionais e estratégias de mediação. A intervenção foi realizada na empresa LCM Construção e Comércio S/A, em Porto Velho/RO, com a equipe da Central de Equipamentos, composta por 16 colaboradores. Objetivou-se promover a reflexão sobre a comunicação, a gestão emocional e a mediação de conflitos no ambiente organizacional, incentivando práticas colaborativas, a escuta ativa e o manejo assertivo de divergências, como caminhos para fortalecer vínculo e favorecer o bem-estar no trabalho, em que os participantes desenvolvam habilidades para lidar de forma equilibrada com suas próprias emoções e com as diferenças interpessoais. A base conceitual do projeto fundamenta-se na articulação entre inteligência emocional e mediação de conflitos, conceitos amplamente discutidos na Psicologia Organizacional e na Gestão de Pessoas. Segundo Goleman (2012), a inteligência emocional compreende

[570] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, giovanna.araujo@sou.fcr.edu.br
[571] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jorge.alves@sou.fcr.edu.br
[572] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, josue.silva@sou.fcr.edu.br
[573] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luma.vilacio@sou.fcr.edu.br
[574] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.daconceicao@sou.fcr.edu.br
[575] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, silvanete.souza@sou.fcr.edu.br
[576] Doutora em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, helen.almeida@fcr.edu.br

um conjunto de competências, como autoconsciência, autorregulação, empatia, motivação e habilidades sociais, essenciais para o equilíbrio emocional e para a construção de relações saudáveis no trabalho. Tais habilidades favorecem uma comunicação mais assertiva, o controle de impulsos e a capacidade de compreender as emoções alheias, aspectos indispensáveis à liderança humanizada. No âmbito das organizações, Bergamini (2005) destaca que o desenvolvimento dessas competências contribui para a motivação intrínseca e para a criação de ambientes de trabalho mais colaborativos e significativos. Por sua vez, a mediação de conflitos representa um instrumento de gestão relacional, baseado no diálogo e na escuta ativa, que visa restaurar a comunicação e fortalecer os vínculos interpessoais. Fisher, Ury e Patton (2018) reforçam que a negociação colaborativa, centrada nos interesses comuns, é essencial para alcançar acordos sustentáveis. Autores como Zanelli, Borges-Andrade e Bastos (2014) e Correia Neto (2021) apontam que os conflitos, quando mediados adequadamente, deixam de ser meras fontes de tensão e passam a gerar aprendizado e inovação, fortalecendo a cultura organizacional. Assim, o domínio da inteligência emocional torna-se uma competência estratégica na condução de processos de mediação e na promoção de um clima organizacional equilibrado e humanizado. A ação utilizou abordagem qualitativa e participativa, priorizando a troca de experiências, a observação e o diálogo. Foi aplicada a dinâmica Círculo de Acordos, voltada ao exercício da comunicação, empatia e construção conjunta de soluções frente a conflitos, seguida de roda de conversa para reflexão coletiva. Também foi realizado um momento de integração (coffee break) para favorecer a aproximação e fortalecer vínculos. A intervenção possibilitou maior abertura ao diálogo, fortalecimento da escuta e ampliação da percepção sobre a importância do manejo emocional e da cooperação no trabalho. Observou-se maior engajamento do grupo, redução de resistências na comunicação e maior disposição para construir soluções coletivas diante de conflitos cotidianos. Os líderes passaram a adotar posturas mais assertivas e acolhedoras. A ação evidenciou que espaços de diálogo promovem relações mais saudáveis, colaborativas e humanizadas no ambiente laboral. Para as acadêmicas, o projeto contribuiu para a formação prática em Psicologia Organizacional, fortalecendo o olhar sobre mediação de conflitos, processos grupais e promoção de saúde mental nas instituições.

Palavras-chave: Inteligência emocional; Mediação de conflitos; Gestão humanizada; Relações interpessoais; Psicologia Organizacional.

REFERÊNCIAS:

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação nas organizações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

CORREIA NETO, Ednaldo Gomes. **Mediação de conflitos**: o papel do gestor na resolução de conflitos no ambiente de trabalho. 2021. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) — Instituto Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

FISHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. **Como chegar ao sim**: como negociar acordos sem ceder. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MAYER, John D.; SALOVEY, Peter; CARUSO, David R. Emotional intelligence: new ability or eclectic traits? **American Psychologist**, v. 63, n. 6, p. 503-517, 2016.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A. **Comportamento organizacional**. 18. ed. São Paulo: Pearson, 2021.

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt (orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BULLYING ENTRE CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I: TIPOS, FATORES DE RISCO E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO E A PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA

Ednéia Assis Coimbra Generoso Nobre[577]
Letícia Vitória Mendonça Schumann[578]
Maria Eduarda Lima de Freitas[579]
Maria Lúcia da Conceição Sodré Rocha[580]
Marsy Stelia Ferreira Neves[581]
Thais Novo Fernandes[582]
Wigna Kalene Venâncio[583]

RESUMO

Introdução: Este projeto de extensão "Bullying entre crianças do ensino fundamental I: tipos, fatores de risco e estratégias de enfrentamento" foi desenvolvido no âmbito da disciplina Projeto de Extensão III - Direitos Humanos e Justiça. A iniciativa buscou articular o conhecimento teórico trabalhado em sala de aula com a prática social, contribuindo para a formação acadêmica dos estudantes universitários e para o fortalecimento das ações de prevenção ao bullying. Visou promover entre os pais e responsáveis o conhecimento e conscientização acerca das consequências e dos direitos relacionados a essa problemática, que tem gerado impactos no contexto histórico, social, cultural, jurídico e psicológico na educação fundamental I. O **objetivo geral** identificou os tipos mais comuns de bullying entre crianças do Ensino Fundamental I e analisou as estratégias utilizadas pela instituição escolar para enfrentá-los, visou a preservação dos direitos fundamentais da pessoa, com embasamento nas leis e estatutos vigentes. Os **objetivos específicos** mapearam os principais tipos de bullying vivenciados pelos alunos do Ensino Fundamental I (verbal, físico, social e virtual) e as formas de enfrentamento utilizadas por eles diante dessa situação; evidenciou-se fatores de risco relacionados ao bullying (como contexto familiar, rendimento escolar e relações sociais); contribuiu com subsídios para elaboração de estratégias de prevenção e intervenção escolar. **Referencial Teórico:** O bullying é caracterizado por comportamentos agressivos, intencionais e repetitivos, em uma relação desigual de poder entre vítima e agressor (OLWEUS, 1993). Segundo Fante (2005), os tipos mais comuns são: verbal, físico, social e, mais recentemente, o virtual (cyberbullying). As

[577] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, edneia.nobre@sou.fcr.edu.br
[578] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leticia.schumann@sou.fcr.edu.br
[579] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eduarda.freitas@sou.fcr.edu.br
[580] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joyciellen.vasconcelos@sou.fcr.edu.br
[581] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, thaís.fernandes@sou.fcr.edu.br
[582] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, thaís.fernandes@sou.fcr.edu.br
[583] Especialista, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, kalene.venancio@fcr.edu.br

consequências incluem dificuldades de aprendizagem, queda no rendimento escolar, ansiedade, depressão e isolamento social (ANTUNES; ZUIN, 2008). A Lei n.º 13.185/2015 em seu artigo 2º e incisos, caracteriza o bullying. Metodologia: O questionário qualitativo teve como sujeitos da pesquisa os Pais e responsáveis das crianças do Ensino Fundamental I de uma escola pública, com idades entre 7 e 10 anos. Utilizou-se como instrumentos de coleta de dados**:** questionário estruturado com perguntas fechadas aplicadas aos Pais e Responsáveis dos alunos. Finalizou-se pelo procedimento da análise dos dados coletados. **Resultados**: Os dados coletados foram obtidos por meio de 10 perguntas e respondidas por 78 pessoas. Alguns dos destaques: 1. Você já ouviu falar na Lei nº 13.185/2015, que trata do combate ao bullying nas escolas?65,04% responderam sim e 34,06% não. 2. Como você define o bullying? Uma brincadeira entre colegas - 6,3%; Um ato de violência repetitivo e intencional - 88,6%; Uma discussão isolada entre alunos - 2,5%; Um erro sem consequências - 2,5%; 3. Em sua opinião, o bullying pode ocorrer em quais contextos? Apenas na escola - 3,8%; Na escola e nas redes sociais (cyberbullying) -96,2%; somente fora do ambiente escolar - 0,0%; Apenas entre adultos - 0,0 %. **Considerações Finais**: Os resultados deste estudo evidenciam que o bullying continua sendo uma realidade preocupante no contexto escolar, exigindo uma atuação conjunta entre escola e família. A pesquisa destaca a necessidade de desenvolver ações educativas permanentes, baseadas na conscientização, no diálogo e no fortalecimento dos valores humanos, como caminhos fundamentais para prevenir e enfrentar essa forma de violência.

Palavras-chave: Bullying; crianças; escolar; pais; consequências.

REFERÊNCIAS:

CRISTHIANNI, Andréa. **O impacto do bullying escolar**: direitos da criança e como a lei pode proteger. [S. l.]: Direito Explicado, 2025. Disponível em: https://www.direitoexplicado.com/2025/03/13/como-combater-o-bullying-escolar/. Acesso em: 29 ago. 2025.

FALCÃO, Tatiane Kely Queiroz. **O bullying no ambiente escolar**: intervenção pedagógica. 2021. Artigo (Especialização) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2106/1/2021_arti_tatianefalcao.pdf. Acesso em: 30 ago. 2025.

FERRER, Julia Beatriz Martins; MANFRE, Ademir Henrique. **Bullying na escola**: propostas de prevenção e intervenção para professores nos anos iniciais do ensino fundamental. *In*: [S. l.]: Editora Científica Digital, 2025. Disponível em: https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/250619502.pdf. Acesso em: 1 set. 2025.

QUESTIONÁRIO -
https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSel1fS_2Uq88rYTH5exg84hUOuviIrAUz4OGbcTbYRqYtnj5A/viewform?usp=sharing&ouid=108964725693493814197

OS MALES DO SÉCULO: INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL NA PROMOÇÃO DA SAUDE DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO

Ana Catarina Martins Fontinelli[584]
Liza Caroline Teixeira Rocha[585]
Maria Lucenita Macedo Silva[586]
Maria Eduarda Barbosa da Silva[587]
Sirlene Gomes Pereira[588]
Yêda Magalhães Pinheiro Moraes[589]
Hélen Rimet Alves de Almeida[590]

RESUMO

O projeto de extensão "Os Males do Século: Intervenção em Psicologia Organizacional na Promoção da Saúde do Trabalhador da Educação" foi desenvolvido na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Tarumã, em Porto Velho, com a finalidade de analisar fatores psicossociais associados à ansiedade, ao estresse e à sobrecarga emocional entre os servidores. A partir de observações preliminares e diálogo com supervisoras, identificaram-se demandas relacionadas ao bem-estar emocional e ao clima organizacional. Assim, a intervenção buscou integrar teoria e prática, fundamentando-se nos princípios da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), destacando a relevância da saúde mental como aspecto central para a dinâmica institucional e para o desempenho profissional. A Psicologia Organizacional e do Trabalho estuda o comportamento humano no contexto laboral, abrangendo fatores emocionais, estruturais e relacionais que influenciam o desempenho individual e coletivo (Chiavenato, 2010). Bastos e Galvão-Martins (1990) enfatizam que o papel do psicólogo organizacional foi historicamente ampliado, passando da atuação técnico-operacional para práticas que envolvem mediação, escuta qualificada e promoção de estratégias que favorecem a subjetividade e o bem-estar. No âmbito educacional, a cultura organizacional exerce função fundamental na construção dos processos pedagógicos e das interações entre profissionais (Lück, 2009). Pesquisas recentes apontam elevado índice de estresse ocupacional entre docentes, relacionado a múltiplos vínculos, sobrecarga emocional e condições laborais desafiadoras, ampliando a vulnerabilidade ao adoecimento emocional e ao risco de Burnout (Rocha et al., 2016; Massuça, 2018). Diante desse cenário, ações psicoeducativas tornam-se essenciais para fortalecer práticas de autocuidado e manejo emocional, contribuindo para ambientes

[584] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, ana.fontinelli@sou.fcr.edu.br
[585] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, liza.rocha@sou.fcr.edu.br
[586] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, maria.lucenita@sou.fcr.edu.br
[587] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, maria.barbosa@sou.fcr.edu.br
[588] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, sirlene.pereira@sou.fcr.edu.br
[589] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, veda.moraes@sou.fcr.edu.br
[590] Doutora em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia - FCR, Brasil, helen.almeida@sou.fcr.edu.br

institucionais mais saudáveis. A metodologia adotada baseou-se em abordagem participativa, psicoeducativa e vivencial. Inicialmente, realizou-se um encontro exploratório com os servidores, destinado à identificação de fatores emocionais associados ao estresse e à ansiedade. Em seguida, ocorreram duas intervenções estruturadas, com duração aproximada de 40 minutos cada, abordando emoções, sentimentos, ansiedade e estresse. Foram utilizadas dinâmicas grupais, vídeos disparadores, explanações teóricas e práticas de relaxamento. Os recursos incluíram slides, balões, materiais impressos e técnicas simples de respiração e atenção plena. A proposta valorizou a escuta ativa, o diálogo horizontal e a construção coletiva de estratégias de manejo emocional, favorecendo engajamento, cooperação e fortalecimento do clima organizacional. Os resultados indicaram melhora significativa na compreensão dos participantes sobre emoções, ansiedade e estresse. Os servidores identificaram fatores estressores presentes no cotidiano escolar e mostraram abertura para adotar práticas de autocuidado. As técnicas de relaxamento foram recebidas, proporcionando sensação de foco, tranquilidade e conexão com o corpo. Observou-se maior interação entre os profissionais, comunicação mais acolhedora e fortalecimento da empatia. O clima organizacional apresentou-se mais leve e colaborativo durante as atividades. De modo geral, os objetivos propostos foram alcançados, com impacto positivo na percepção sobre saúde mental e na disposição do grupo para buscar apoio quando necessário. O projeto permitiu integrar teoria e prática da Psicologia Organizacional, reforçando a importância de intervenções psicoeducativas contínuas no ambiente escolar. A sensibilização sobre saúde mental favoreceu práticas de autocuidado, comunicação assertiva e cooperação entre os profissionais. Conclui-se que iniciativas como esta contribuem para o bem-estar coletivo, fortalecem vínculos institucionais e promovem ambientes mais equilibrados e humanizados. Recomenda-se a continuidade e ampliação dessas ações, dado seu impacto positivo na saúde emocional dos trabalhadores da educação.

Palavras-chave: Psicologia Organizacional; Ansiedade; Clima Organizacional; Estresse.

REFERÊNCIAS:

BASTOS, A. V. B.; GALVÃO-MARTINS, A. H. C. O que pode fazer o psicólogo organizacional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 10–18, 1990.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**: o capital humano das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MASSUÇA, J. A. T. C. da C. Stress dos professores de primeiro ciclo de escolas salesianas. **Revista Psicologia e Educação**, v. 1, n. 1, p. 31–43, 2018.

ROCHA, I. S. *et al*. Estresse ocupacional na docência: revisão da literatura. **Revista de Psicologia**, v. 10, n. 30, p. 282, 2016.

PROMOÇÃO DO GERENCIAMENTO DAS EMOÇÕES E SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

Carolina Carvalho de Oliveira[591]
Késsia Pereira Olimpio[592]
Maria Luiza Teixeira de Carvalho[593]
Rilane Gabriela de Carvalho Galeno[594]
Rubens Lima de Souza[595]
Lucas Zaramella de Almeida[596]
Hélen Rimet Alves de Almeida[597]

RESUMO

O projeto "Promoção do Gerenciamento das Emoções e Saúde Mental no Ambiente de Trabalho" foi desenvolvido no âmbito da disciplina Psicologia Organizacional e Gestão de Pessoas, no 8º período do curso de Psicologia (noturno), por um grupo de seis acadêmicos. A iniciativa teve como finalidade promover a saúde mental e o bem-estar dos colaboradores da empresa LCM Construção e Comércio S/A, em especial da equipe da Central de Equipamentos em Porto Velho/RO. O presente trabalho buscou auxiliar no gerenciamento do estresse e fortalecer a comunicação interpessoal e organizacional, bem como refletir sobre o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, visando favorecer tanto o bem-estar individual quanto a produtividade e rendimento no ambiente de trabalho. A gestão emocional no ambiente institucional refere-se à capacidade de reconhecer, compreender e regular as próprias emoções, além de lidar de maneira equilibrada com as emoções alheias. No contexto organizacional, essa competência é fundamental para prevenir conflitos, manter a produtividade e promover um clima saudável. A teoria da inteligência emocional, proposta por Daniel Goleman (1995), destaca habilidades como autoconsciência, autogestão, empatia e competências sociais como essenciais para o convívio e o desempenho eficaz no trabalho. Matthews e Zeidner (2002) reforçam que a inteligência emocional permite selecionar estratégias adequadas de enfrentamento do estresse, favorecendo respostas mais adaptativas diante de situações de pressão. Nesse sentido, as contribuições de Selye (1982) sobre o estresse, dividido nas fases de alerta, resistência e exaustão, evidenciam a importância da regulação emocional como fator de proteção contra o desgaste físico e psicológico. A

[591] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.oliveira@sou.fcr.edu.br
[592] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, kessia.olimpio@sou.fcr.edu.br
[593] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.teixeira@sou.fcr.edu.br
[594] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rilane.galeno@sou.fcr.edu.br
[595] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, rubens.souza@sou.fcr.edu.br
[596] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lucas.zaramella@sou.fcr.edu.br
[597] Doutora em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, helen.almeida@fcr.edu.br

saúde mental no trabalho, segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2006) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), vai além da ausência de transtornos, abrangendo o bem-estar e o equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Práticas institucionais que promovem o autocuidado e oferecem suporte psicológico contribuem para prevenir quadros de ansiedade, depressão e burnout. Por fim, a relação entre ética, emoções e saúde mental, conforme Paralta, Simões e Duarte (2023), mostra que ambientes baseados em empatia e respeito reduzem o estresse e fortalecem o bem-estar coletivo. Assim, a literatura atual aponta que a integração entre gestão emocional, saúde mental e ética constitui um pilar essencial para o equilíbrio e a sustentabilidade das instituições. As intervenções foram realizadas em formato de oficinas presenciais, na área externa e interna da empresa: 1. Técnica de Mindfulness e Alongamento Inicial: A atividade inicial consistiu em uma prática de mindfulness com foco na atenção plena, acompanhada de alongamentos leves, conduzida em espaço aberto, com o objetivo de promover concentração, presença no momento presente e relaxamento físico, preparando os participantes para as dinâmicas subsequentes. 2. Dinâmica do Balão: Na segunda etapa, os participantes formaram uma fila indiana e receberam um balão, que foi passado de uma pessoa para outra. A atividade ocorreu em três fases progressivas: (I) passagem livre do balão; (II) restrição de não girar o corpo nem se virar; e (III) restrição de não segurar firmemente o balão, apenas apoiá-lo levemente com a palma das mãos, sem arremessá-lo. O exercício teve como objetivo simbolizar os desafios enfrentados no cotidiano: nos dias bons, as tarefas fluem naturalmente, enquanto nos dias difíceis será necessário persistir e continuar executando o que é preciso, mesmo diante das adversidades. 3. Dinâmica da Linha do Tempo: Na terceira etapa, foi realizada a dinâmica da "Linha do Tempo", na qual utilizou-se um cartaz como base para que os colaboradores registrassem, em post-its, experiências marcantes vivenciadas no ambiente de trabalho. As anotações envolveram aspectos como amizade, trabalho em equipe, superação, resiliência e cooperação. A atividade favoreceu uma reflexão coletiva sobre a trajetória profissional de cada um, além de valorizar os vínculos afetivos e os aprendizados compartilhados ao longo do tempo. As ações propiciaram o desenvolvimento de habilidades de autorregulação emocional, melhora da comunicação interpessoal e fortalecimento da coesão grupal. Observou-se maior engajamento, empatia e equilíbrio emocional entre os participantes, refletindo positivamente no clima organizacional e nas relações de trabalho. O projeto alcançou seu propósito ao promover a conscientização sobre a importância da saúde mental no contexto corporativo e demonstrar que práticas simples e contínuas de autocuidado emocional contribuem para o bem-estar, a produtividade e a harmonia no ambiente laboral.

Palavras-chave: saúde mental; emoções; psicologia organizacional; ambiente de trabalho; bem-estar.

REFERÊNCIAS:

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

MATTHEWS, G.; ZEIDNER, M. Inteligência emocional, adaptação a situações de estresse e os resultados para a saúde. In: BAR-ON, R.; PARKER, J. D. A. (orgs.). **Manual de inteligência emocional**: teoria, desenvolvimento, avaliação e aplicação em casa, na escola e no trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 333-354.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório sobre a saúde no mundo**. [S. l.]: OMS, 2001.

PARALTA, Rita; SIMÕES, Eduardo; DUARTE, Ana Patrícia. Subjective well-being in organizations: effects of internal ethical context and ethical leadership. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 20, n. 5, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ijerph20054451. Acesso em: 14 abr. 2026.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VIVÊNCIA NA RUA: FATORES PSICOLÓGICOS, SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS E A PROMOÇÃO DA AUTOESTIMA, CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL NO CENTRO POP

Geovanna Janine Bezerra Cunha[598]
Diane Heloiza de Assis da Silva[599]
Francisco de Assis Marques Ferreira[600]
Joelza Neves da Cruz[601]
Carolina Simões Correia[602]

RESUMO

Introdução: A população em situação de rua vivencia múltiplas vulnerabilidades, envolvendo fatores psicológicos, sociais, econômicos e políticos que afetam diretamente a autoestima, a cidadania e o acesso a direitos básicos. Este projeto busca compreender como ações extensionistas podem fortalecer a autonomia, o reconhecimento de direitos e o senso de pertencimento dos atendidos no Centro POP de Porto Velho. O objetivo geral consiste em promover autoestima, cidadania e inclusão social por meio de práticas dialógicas, lúdicas e de cuidado, enquanto os objetivos específicos envolvem a promoção de espaços de escuta, valorização pessoal e fortalecimento de vínculos sociais. **Referencial teórico:** Fundamenta-se na Psicologia Social Crítica, que compreende a relação indivíduo-sociedade e discute processos de exclusão, estigma e vulnerabilidade (Bock, 2001; Sawaia, 2009; Goffman, 2008). Também se apoia em políticas públicas como a Constituição de 1988, a LOAS (1993) e a Política Nacional para a População em Situação de Rua (2009). Autores como Freire (1987) e Martín-Baró (1998) reforçam a importância da escuta, do diálogo e da emancipação como instrumentos transformadores. O estado da arte aponta que a vivência na rua é fruto da interação entre desigualdade estrutural, fragilidade emocional, estigmatização e ausência de políticas eficazes. **Metodologia:** Trata-se de uma intervenção de abordagem qualitativa e participativa, desenvolvida no Centro POP Dom Moacyr Grechi. As etapas incluíram: roda de conversa e escuta qualificada; diálogo crítico sobre cidadania; dinâmica de autoestima; atividade de cuidado pessoal (corte de cabelo e barba); atividade recreativa; lanche coletivo; entrega de kits de autocuidado; e avaliação participativa final. A metodologia priorizou a construção coletiva, a escuta ativa e a valorização das narrativas dos participantes. **Resultados:** A intervenção ocorreu no dia 07 de novembro, as 09:30 da manhã com 12 homens em situação de rua, organizando-se inicialmente em uma roda de conversa. Os participantes estiveram engajados durante todo o encontro, compartilhando histórias de vida, experiências de exclusão e críticas às

[598] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, geovanna.cunha@sou.fcr.edu.br
[599] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, diane.heloiza@sou.fcr.edu.br
[600] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, francisco.santos@sou.fcr.edu.br
[601] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, joelza.cruz@sou.fcr.edu.br
[602] Mestra em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carolina.correia@fcr.edu.br

políticas públicas. Na dinâmica “Mala e Lixo”, ao escolherem o que desejavam “carregar” ou “descartar”, os participantes relacionaram as palavras às suas trajetórias pessoais, produzindo rico conteúdo sobre autoestima, cidadania e pertencimento. Em seguida, foi realizado um momento de autocuidado, com corte de cabelo e barba. Essa atividade promoveu bem-estar, cuidado com a imagem e fortalecimento da autoestima, permitindo que os participantes se olhassem no espelho de forma renovada e se sentissem valorizados. O conjunto das atividades favoreceu expressão emocional, engajamento e criação de vínculos**.** Os resultados evidenciaram aumento da autoestima, engajamento ativo e expressão emocional significativa. A dinâmica “Mala e Lixo” possibilitou reflexões profundas sobre valores, dores e desejos. O momento de cuidado estético emergiu como experiência simbólica de dignidade e reconstrução da identidade, gerando impacto positivo nos participantes. Também foram observadas críticas ao poder público e maior consciência social. Para os extensionistas, a vivência possibilitou desenvolvimento ético, sensível e crítico, aproximando teoria e prática. **Conclusões:** O projeto atingiu seus objetivos ao promover espaços de acolhimento, diálogo e valorização pessoal. A intervenção demonstrou que a transformação social acontece quando o sujeito é reconhecido em sua totalidade. A experiência reforça o papel da universidade na promoção da dignidade humana e no enfrentamento das desigualdades sociais, contribuindo para a formação de profissionais sensíveis, críticos e comprometidos com os Direitos Humanos.

Palavras-chave: População em situação de rua; Autoestima; cidadania; inclusão social; psicologia social crítica.

REFERÊNCIAS.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

ZIMMERMAN, Marc A. **Empowerment theory**. New York: Springer, 1995.

VOZES SILENCIADAS: ACESSO À JUSTIÇA E DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Eliane dos Santos Gonçalves[603]
Emanuel Romariz Martins Jardim[604]
Nayra Maria Puqueria Ribeiro de Amorim[605]
Silvânia Gregória Carlos[606]
Tays Carpina Galvão Gadelha[607]
Roxane Dias da Silva[608]

RESUMO

Introdução: No Brasil, o racismo se manifesta como um fenômeno estrutural, histórico e persistente, que atravessa as relações sociais, institucionais e culturais, produzindo desigualdades e limitando o acesso a direitos fundamentais da população negra. A permanência dessa realidade, mesmo diante de importantes avanços legais e sociais, evidencia a necessidade urgente de ações educativas e comunitárias voltadas à conscientização e ao fortalecimento do acesso à justiça. Nesse contexto, a curricularização da extensão universitária tem se revelado um instrumento relevante na articulação entre saberes acadêmicos e demandas sociais, permitindo que a universidade cumpra seu papel como agente transformador da realidade. O projeto de extensão "Vozes Silenciadas: Acesso à Justiça e Discriminação Racial" teve como proposta promover uma roda de conversa com um grupo de mulheres da comunidade periférica do bairro Mariana, localizado no município de Porto Velho/RO. O objetivo foi evidenciar as experiências de discriminação racial vivenciadas por essas moradoras, bem como discutir saberes jurídicos e sociais relacionados ao racismo, à cidadania e ao acesso à justiça. Além disso, buscou-se apresentar os direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal e por outros instrumentos legais, e informar os principais canais institucionais disponíveis para denúncia e suporte jurídico em situações de violação de direitos raciais. **Referencial Teórico**. Compreender a realidade brasileira exige reconhecer o racismo como um sistema estrutural que organiza as relações sociais. No contexto nacional, Munanga (1999) e Hasenbalg (2005) apontam que o racismo tem raízes no legado da escravidão e na ausência de políticas reparatórias após a abolição, perpetuando desigualdades em diversas esferas. Ávila (2014) observa que o preconceito racial no Brasil se manifesta principalmente pela cor da pele, o que revela um racismo velado e naturalizado. Almeida (2019) aprofunda essa discussão ao caracterizar o racismo estrutural como um sistema que sustenta privilégios por meio de

[603] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, eliane.goncalves@sou.fcr.edu.br
[604] Graduando em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, emanuel.jardim@sou.fcr.edu.br
[605] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, nayra.amorim@sou.fcr.edu.br
[606] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, silvania.carlos@sou.fcr.edu.br
[607] Graduanda em Psicologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, tays.galvao@sou.fcr.edu.br
[608] Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, roxane.silva@fcr.edu.br

instituições e práticas sociais historicamente desiguais. No campo jurídico, a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 7.716/1989, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e o ECA (Lei nº 8.069/1990) estabelecem dispositivos legais para a igualdade racial e criminalização do racismo. Souza (2019) e Damasceno *et al.* (2018) ressaltam que o enfrentamento dessa forma de violência exige conhecimento jurídico, sensibilização coletiva e acolhimento psicossocial, considerando os impactos do racismo não apenas no campo político e social, mas também na subjetividade e saúde mental das pessoas negras. **Metodologia:** O projeto adotou uma qualitativa, com caráter interventivo e educativo. A atividade consistiu em uma roda de conversa realizada em 18 de outubro de 2025, com 19 participantes, majoritariamente mulheres, moradoras da Comunidade do Bairro Mariana, em Porto Velho/RO. Foram utilizadas estratégias de escuta ativa, exposição dialogada, perguntas provocativas e distribuição de material informativo, folder com explicações sobre o racismo, leis e canais de denúncia, além da apresentação de livro ilustrado e uso de linguagem acessível para facilitar a compreensão dos direitos e conceitos abordados. **Resultados:** A atividade possibilitou a escuta das experiências das participantes, bem como a identificação de lacunas no conhecimento jurídico sobre o racismo. Embora reconhecessem sua existência, poucas souberam definir o conceito com precisão ou relatar vivências específicas. A roda de conversa ampliou o repertório informacional do grupo, que demonstrou surpresa e interesse ao conhecer leis como a 7.716/1989, o Estatuto da Igualdade Racial e o artigo 5º da Constituição Federal. As reações e falas espontâneas evidenciaram um despertar para a importância da denúncia e para o fortalecimento da autoestima racial. A utilização do livro *Mulheres Negras que Mudaram o Mundo*, de Julia Adams e Claire Philip, também foi uma importante estratégia pedagógica. A obra, além de inspiradora, reforçou a importância da representatividade e da valorização da história de mulheres negras, contribuindo para a formação de uma identidade positiva entre as participantes. **Considerações finais:** O projeto demonstrou que ações de extensão universitária podem contribuir significativamente para a promoção da equidade racial e do acesso à justiça. Ao dialogar com a realidade vivida pelas mulheres da periferia, a intervenção possibilitou a construção de conhecimento coletivo, a valorização das identidades negras e a disseminação de informações jurídicas fundamentais para o exercício da cidadania. Conclui-se que a escuta qualificada, linguagem acessível e valorização das experiências são elementos-chave para transformar a extensão em ferramenta de justiça social.

Palavras-chave: Racismo estrutural; Discriminação racial; Justiça social; Comunidades periféricas; Direitos fundamentais**.**

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Disponível em: https://sites.ufpe.br/enegrecer/wp-content/uploads/sites/146/2023/01/ALMEIDA-Silvio-Racismo-estrutural-Livro-2019.pdf. Acesso em: 1 set. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 set. 2025.

DAMASCENO, M. G. *et al*. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Científica Brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 3, p. 450-464, jul./set. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703000212017. Acesso em: 5 set. 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999. Disponível em: https://www.academia.edu/37262037/rediscutindo_a_mesticagem_no_brasilkabengele_munanga_pdf. Acesso em: 3 set. 2025.

TURA E ALIMENTAÇÃO, SAÚDE EM MOVIMENTO

Ricardo Segundo da Silva Dutra[609]
José Cassiano de Sousa Paz[610]
Isaac Lee Fong Rodriguez[611]
Fernanda Cazuza Rodrigues de Souza[612]
Amanda Lorena Oliveira de Paula[613]
Deyse Lohanne Almeida Custodio[614]
Lohanna yasmim silva de Souza[615]
Luiz Henrique Machado Martins[616]
Edney Costa Souza[617]

RESUMO

Introdução: A pesquisa "Saúde em Movimento: Oficina de Postura e Alimentação Saudável" foi desenvolvido nos cursos de Fisioterapia e Nutrição da Faculdade Católica de Rondônia (FCR), com o objetivo de promover a conscientização e a adoção de práticas saudáveis relacionadas à postura corporal e à alimentação equilibrada entre estudantes do ensino fundamental e médio. A ação integra o conhecimento teórico aprendido em sala de aula com a prática social, contribuindo tanto para a formação acadêmica dos discentes quanto para a melhoria da qualidade de vida da comunidade atendida. **Referencial Teórico:** Durante a infância e adolescência, é comum que os jovens permaneçam longos períodos sentados em posturas inadequadas, geralmente em mobiliário não adaptado às suas necessidades, o que pode levar a alterações posturais e dores musculoesqueléticas (SEDREZ et al., 2015). Além disso, a postura incorreta pode causar deslocamento do centro de gravidade e alterações na coluna vertebral, como lordose lombar e cifose dorsal (BRACCIALLI, 2023). A alimentação também exerce papel fundamental no desenvolvimento humano. **Metodologia:** O projeto foi desenvolvido por meio de oficinas educativas voltadas à promoção da saúde postural e alimentar. As atividades incluíram palestras, dinâmicas e distribuição de folders explicativos com orientações sobre postura correta, ergonomia e alimentação equilibrada. Também foram aplicados formulários diagnósticos para identificar hábitos posturais e alimentares dos participantes. **Resultados:** Espera-se que o projeto contribua para o aumento da conscientização sobre a importância da postura correta e dos hábitos alimentares saudáveis entre adolescentes. A iniciativa busca reduzir a incidência de dores musculoesqueléticas, prevenir doenças crônicas e estimular comportamentos saudáveis. Além disso, espera-se o fortalecimento da formação acadêmica dos discentes por meio da prática extensionista e o impacto positivo na comunidade escolar,

[609] Ricardo Segundo da Silva Dutra Graduando em Fisioterapia, FCR, ricardo.dutra@sou.fcr.edu.br
[610] José Cassiano de Sousa Paz Graduando em Nutrição, FCR, Jose.paz@sou.fcr.edu.br
[611] Isaac Lee Fong Rodriguez Graduando em Fisioterapia, FCR, isaac.rodriguez@sou.fcr.edu.br
[612] Fernanda Cazuza Rodrigues de Souza Graduanda em Nutrição, FCR, fernanda.souza@sou.fcr.edu.br
[613] Amanda Lorena Oliveira de Paula Graduanda Em Fisioterapia, FCR, amanda.paula@sou.fcr.edu.br
[614] Deyse Lohanne Almeida Custodio Graduanda em Nutrição, FCR, deyse.custodio@sou.fcr.edu.br
[615] Lohanna yasmim silva de Souza Graduanda Em Fisioterapia, FCR, lohanna.souza@sou.fcr.edu.br
[616] Luiz Henrique Machado Martins Graduando em Nutrição, FCR, luiz.martins@sou.fcr.edu.br
[617] Edney Costa Souza Professor, FCR, edney.souza@fcr.edu.br

promovendo saúde, bem-estar e qualidade de vida. **Conclusões ou considerações finais:** Espera-se que nossos estudos contribuam para o aumento da conscientização sobre a importância da postura correta e dos hábitos alimentares saudáveis entre adolescentes. A iniciativa busca reduzir a incidência de dores musculoesqueléticas, prevenir doenças crônicas e estimular comportamentos saudáveis. Além disso, espera-se o fortalecimento da formação acadêmica dos discentes por meio da prática extensionista e o impacto positivo na comunidade escolar, promovendo saúde, bem-estar e qualidade de vida.

Palavras-chave: Postura; Alimentação saudável; Saúde escolar;

REFERÊNCIAS:

BRACCIALLI, Lígia Maria Presumido. **Postura corporal**: orientação para educadores. São Paulo: [s. n.], 1997.

SEDREZ, Juliana Adami *et al*. Fatores de risco associados a alterações posturais estruturais da coluna vertebral em crianças e adolescentes. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 33, n. 1, p. 72-81, 2015.

IMPACTOS DO ESTRESSE INFANTIL NA SAÚDE E NO DESENVOLVIMENTO: ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E CUIDADO

Alexandra Campos Yamara[618]
Andrea Silva de Arruda Souza[619]
Gabriel Fabrício de Melo[620]
Klenner Ronan Pires Oliveira[621]
Kizia Mela de Lima Nascimento[622]
Lorrane Karoline Costa Lima[623]
Roxane Dias da Silva[624]

RESUMO

Introdução: O estresse infantil tem se tornado uma preocupação crescente nas famílias, especialmente na primeira infância, período em que ocorrem importantes formações neurológicas e emocionais. Situações como mudanças na rotina, conflitos familiares, uso excessivo de tecnologias e ausência de diálogo podem gerar insegurança, medo e ansiedade, comprometendo o desenvolvimento saudável. Diante disso, o projeto teve como objetivo promover a conscientização e a prevenção do estresse infantil em crianças de 2 a 6 anos, por meio de ações educativas voltadas a pais e responsáveis, fortalecendo vínculos familiares e estimulando práticas de cuidado emocional. **Referencial Teórico**: O estudo fundamentou-se em autores como Bowlby (1989), que destaca a importância do vínculo afetivo seguro como fator de proteção, e Vygotsky (1984), que aponta a interação social como base para o desenvolvimento infantil. Pesquisas recentes (Garcia & Batista, 2022; Oliveira & Silva, 2023; Lima et al., 2022) evidenciam que o estresse prolongado eleva os níveis de cortisol e pode afetar o aprendizado, a memória e o comportamento, reforçando a necessidade de orientação parental e ambientes familiares equilibrados. **Metodologia:** O projeto foi realizado entre agosto e outubro de 2025, no Espaço Alternativo e na Unidade de Saúde da Família Três Marias, em Porto Velho – RO. As ações envolveram abordagens diretas com pais e responsáveis, por meio de diálogos educativos, distribuição de panfletos informativos e aplicação de questionários online e presenciais. O público-alvo foi composto por 52 pais e responsáveis de crianças de 2 a 6 anos. **Resultados:** Os dados apontaram que 45,1% das crianças estavam na faixa etária de 4 a 6 anos, e os principais sinais de estresse

[618] Graduando(a) em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, alexandra.yamara@sou.fcr.edu.br
[619] Graduando(a) em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, andrea.arruda@sou.fcr.edu.br
[620] Graduando(a) em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, gabriel.melo@sou.fcr.edu.br
[621] Graduando(a) em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, klenner.oliveira@sou.fcr.edu.br
[622] Graduando(a) em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, kizia.nascimento@sou.fcr.edu.br
[623] Graduando(a) em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lorrane.lima@sou.fcr.edu.br
[624] Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, roxane.silva@fcr.edu.br

observados foram irritabilidade ou choro excessivo (51,9%), alterações no sono (40,4%) e dificuldade de concentração (30,8%). Os fatores mais citados como desencadeadores do estresse foram o uso excessivo de tecnologias (63,5%) e a falta de tempo para brincar e dialogar (36,5%). Em relação às estratégias de prevenção, 50% dos participantes demonstraram interesse em técnicas de relaxamento e brincadeiras, e outros 50% em orientações sobre diálogo e convivência familiar. **Conclusões ou considerações finais:** O projeto alcançou resultados positivos ao sensibilizar pais e responsáveis sobre os efeitos do estresse infantil e fortalecer o vínculo familiar como estratégia de prevenção. As atividades reforçaram o papel do enfermeiro na promoção da saúde emocional e demonstraram a importância da extensão universitária na integração entre teoria e prática, contribuindo para o bem-estar das famílias e o desenvolvimento saudável das crianças.

Palavras-chave: Estresse infantil; Saúde emocional; Vínculo familiar; Prevenção; Enfermagem.

REFERÊNCIAS:

BOWLBY, J. **Apego e perda**: vol. 1. Apego. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GARCIA, R.; BATISTA, M. Efeitos do estresse persistente no desenvolvimento cognitivo e emocional de crianças. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 24, n. 2, p. 89-101, 2022.

LIMA, F. *et al*. Qualidade do ambiente doméstico e redução do estresse em crianças pequenas. **Revista de Educação e Desenvolvimento**, v. 18, n. 1, p. 33-47, 2022.

OLIVEIRA, A.; SILVA, J. Estratégias parentais de prevenção do estresse infantil. **Revista de Psicologia e Educação**, v. 15, n. 1, p. 55-68, 2023.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ENFCARE: VELAS AROMA TERAPÊUTICAS

Ana Brécia Teixeira Passos[625]
Dhominiky Castro de Belem[626]
Sabrina Ribeiro de Paula[627]
Sofia Leny Carvalho Lopez[628]
Roxane Dias da Silva[629]

RESUMO

Introdução: Atualmente, distúrbios relacionados à ansiedade e ao sono figuram entre os principais problemas de saúde mental enfrentados em todo o mundo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou para o crescimento significativo de transtornos ansiosos e depressivos nas últimas décadas, impactando diretamente na qualidade de vida e bem-estar das pessoas (WHO, 2022). No Brasil, a situação é particularmente preocupante: uma pesquisa realizada pela AtlasIntel, em parceria com o Instituto Cactus (2023), revelou que cerca de 68% dos brasileiros relataram sentir-se frequentemente ansiosos, demonstrando nervosismo, tensão e inquietação. Nesse contexto, estratégias integrativas e complementares de cuidado à saúde têm ganhado destaque, entre elas, a aromaterapia. Reconhecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) como uma prática integrativa complementar (Anvisa, 2018), a aromaterapia utiliza compostos aromáticos naturais, como óleos essenciais, para promoção do equilíbrio físico e emocional. Diante desse cenário, desenvolveu-se o "Kit do Sono", um conjunto composto por velas aromáticas e um folheto explicativo com orientações sobre o uso terapêutico dos aromas. O kit conta com três essências cuidadosamente selecionadas por suas propriedades calmantes e restauradoras: bergamota (Citrus bergamia), camomila (Matricaria chamomilla) e priprioca (Cyperus articulatus). Ao integrar ao "Kit Sono" os princípios da aromaterapia com a prática do autocuidado, visou-se contribuir para a melhoria da qualidade do sono e para a redução de sintomas de ansiedade, promovendo saúde e equilíbrio de forma natural e acessível. **Referencial Teórico:** O estudo fundamentou-se em artigos e pesquisas sobre a aromaterapia com velas aplicadas à melhora do sono (J Affect Disord, pag. 288, 2011) Considerou-se que entre os óleos essenciais mais utilizados para fins calmantes, destacam-se a bergamota, a camomila e a priprioca. A bergamota possui propriedades ansiolíticas e antidepressivas comprovadas, atuando positivamente na melhora do humor e da qualidade do sono (Watanabe et al., 2015). A camomila, amplamente reconhecida pela literatura científica, é utilizada por seus efeitos sedativos leves, sendo indicada em casos de insônia e ansiedade leve a

[625] Graduando (a) em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, ana.passos@sou.fcr.edu.br
[626] Graduando (a) em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, dhominiky.belem@sou.fcr.edu.br
[627] Graduando (a) em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sabrina.paula@sou.fcr.edu.br
[628] Graduando (a) em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sofia.lopez@sou.fcr.edu.br
[629] Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, roxane.silva@fcr.edu.br

moderada (Amsterdam et al., 2009). Já a priprioca, planta nativa da região amazônica, tem despertado interesse por seu aroma exótico e propriedades calmantes, embora ainda existam poucos estudos científicos consolidados sobre seu uso na aromaterapia (Souza & Ferreira, 2021). **Metodologia:** A metodologia utilizada consistiu no acesso aos bancos de dados de sites conceituados em artigos sobre pesquisas científicas, artigos científicos e bibliotecas virtuais, a partir da leitura do material coletado, constatou-se que a Aromaterapia é a arte da ciência que visa promover a saúde e o bem-estar do corpo, da mente e das emoções, por meio do uso terapêutico do aroma natural das plantas e seus óleos essenciais, garantindo qualidade de vida, fatores que a conferem reconhecimento como grande alternativa holística para vários agravos da saúde humana, em especial para o mal de nosso século: o estresse sendo assim desenvolvido o Kit Sono, uma opção natural para aliviar a ansiedade e promover uma melhor qualidade de vida. **Resultados:** A apresentação da vela aromaterapêutica foi desenvolvida em ambiente público, com foco na divulgação dos benefícios terapêuticos dos óleos essenciais e na promoção do bem-estar físico e emocional. Durante a execução, foi possível realizar a abordagem de aproximadamente 20 indivíduos, selecionados de forma espontânea, com o intuito de avaliar a receptividade do público ao produto e sua proposta funcional. Os participantes demonstraram alto nível de interesse quanto à composição natural da vela, principalmente por suas propriedades calmantes e relaxantes. As respostas qualitativas obtidas durante as interações indicaram aceitação positiva quanto ao aroma, estética e potencial terapêutico do produto, evidenciando sua viabilidade como instrumento de promoção de bem-estar e autocuidado. A ação também possibilitou o desenvolvimento de competências práticas relacionadas à comunicação interpessoal, educação em saúde e empreendedorismo sustentável, além de favorecer a integração entre teoria e prática no contexto acadêmico. **Conclusões ou considerações finais:** No decorrer do desenvolvimento do projeto, foi possível observar o interesse e a receptividade positiva da comunidade. As interações realizadas mostraram que, ao oferecer uma alternativa natural e acessível de cuidado, o projeto promoveu momentos de acolhimento e conscientização sobre a importância do autocuidado. A ação proporcionou ainda o desenvolvimento de competências técnicas, sociais e empreendedoras, fortalecendo o vínculo entre teoria e prática e estimulando a responsabilidade social do enfermeiro como agente promotor de saúde integral. A experiência reforçou o caráter transformador da extensão universitária, por meio da troca de saberes e da construção coletiva do conhecimento. Por fim, o "Kit do Sono", elaborado a partir dos princípios da aromaterapia, mostrou-se uma ferramenta eficaz de promoção do relaxamento e da qualidade de vida, contribuindo para a valorização de práticas naturais e sustentáveis no cuidado em saúde.

Palavras-chave: Bem-estar; Sono; Aromaterapia; Relaxamento.

REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Práticas Integrativas e Complementares**: Aromaterapia. Brasília: Anvisa, 2018.

AMSTERDAM, J. D. *et al*. A randomized, double-blind, placebo-controlled trial of oral Matricaria recutita (chamomile) extract therapy for generalized anxiety disorder. **Journal of Clinical Psychopharmacology**, v. 29, n. 4, p. 378–382, 2009.

ATLASINTEL; INSTITUTO CACTUS. **Pesquisa Nacional de Saúde Mental no Brasil**: ansiedade e depressão na população brasileira. Brasília: Instituto Cactus, 2023.

SOUZA, L. M.; FERREIRA, A. P. Potencial aromático e terapêutico da Cyperus articulatus (Priprioca): uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 23, n. 2, p. 145–152, 2021.

WATANABE, E. *et al*. Anxiolytic effects of bergamot essential oil: a study using animal behavior models and human volunteers. **Phytotherapy Research**, v. 29, n. 1, p. 19–23, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Mental health and COVID-19**: early evidence of the pandemic's impact. Geneva: World Health Organization, 2022.

SABONETE TERAPÊUTICO, FLOR DE LARANJEIRA E CAMOMILA

Cecília Eduarda de Deus Gonçalves[630]
Hemily Samara Gomes Henrique[631]
Jeniffer Gabriela Marcondes de Almeida[632]
Júlia Beatriz Abreu Da Costa[633]
Kauã Kevin Souza Duarte[634]
Lucas Pinheiro de Moraes da Silva[635]
Luiz Henrique Pereira da Silva Queiroz[636]
Nathália Hellora Tomaz Toledo[637]
Thyciana Cardoso Valente[638]
Roxane Dias da Silva[639]

RESUMO

Introdução: Este trabalho tem como foco a produção de um sabonete terapêutico artesanal, buscando entender seus benefícios para a pele e o bem-estar. O interesse por produtos naturais e sustentáveis vem crescendo nos últimos anos, especialmente pela preocupação com a saúde e com o meio ambiente. Muitas pessoas têm procurado alternativas aos cosméticos industrializados, que muitas vezes contêm substâncias químicas agressivas. Diante disso, o estudo apresenta a criação de um sabonete natural com ingredientes que possuem propriedades calmantes como a camomila, hidratantes de modo que o óleo de amêndoas e anti-inflamatórias como o açafrão. O principal objetivo é produzir e analisar um sabonete terapêutico feito com óleos e essências naturais, observando seus efeitos e benefícios. **Referencial teórico**: aborda o uso de plantas e óleos essenciais na produção de cosméticos naturais e seus efeitos terapêuticos. Segundo Demo (2010), compreender o processo químico de produção artesanal ajuda a valorizar o conhecimento científico e o uso consciente de matérias-primas. Machado et al. (2005) destacam que o planejamento e a experimentação são etapas importantes na criação de produtos inovadores e sustentáveis. Já Santos (2010) reforça a importância de

[630] Graduando(a) em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Cecília Eduarda de Deus Gonçalves
[631] Graduando(a) em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, hemily.samara@sou.fcr.edu.br
[632] Graduando(a) em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, jeniffer.almeida@sou.fcr.edu.br
[633] Graduando(a) em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, julia.abreu@sou.fcr.edu.br
[634] Graduando(a) em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, kaua.duarte@sou.fcr.edu.br
[635] Graduando(a) em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lucas.pinheiro@sou.fcr.edu.br
[636] Graduando(a) em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, luiz.queiroz@sou.fcr.edu.br
[637] Graduando(a) em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, nathalia.toledo@sou.fcr.edu.br
[638] Graduando(a) em Enfermagem, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, thyciana.valente@sou.fcr.edu.br
[639] Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, roxane.silva@fcr.edu.br

uma ciência voltada para o bem-estar social e ambiental. Com base nesses autores, foram escolhidos ingredientes com reconhecidas propriedades benéficas: o óleo essencial de laranjeira, com ação calmante e relaxante; o óleo de amêndoas doces, que hidrata e nutre a pele; o açafrão, que atua como anti-inflamatório e antioxidante; e a essência de camomila, que tem efeito suavizante e cicatrizante. Juntos, esses elementos criam um produto que combina aroma agradável, textura suave e função terapêutica. A metodologia utilizada foi de caráter experimental e descritivo. O sabonete foi produzido de forma artesanal, por meio do processo de saponificação a frio, que preserva as propriedades dos óleos e essências. Durante o preparo, os ingredientes foram medidos e misturados cuidadosamente até atingir uma consistência homogênea. Depois da cura, o sabonete foi testado por um grupo de participantes, que avaliaram aspectos como o cheiro, textura, a aparência e a sensação na pele. Também foi feita uma observação sensorial para identificar os efeitos percebidos, especialmente em relação à hidratação e à maciez. Os nossos resultados mostraram que o sabonete artesanal teve boa aceitação entre os participantes. O produto apresentou uma textura agradável, aroma suave e deixou a pele limpa e hidratada. A combinação dos ingredientes naturais realmente proporcionou uma sensação de relaxamento e bem-estar. Além dos efeitos físicos, o projeto permitiu o aprendizado sobre reações químicas simples e mostrou que é possível produzir cosméticos de forma sustentável, valorizando o trabalho manual e a consciência ambiental. Com isso, conclui-se que o sabonete terapêutico artesanal representa uma alternativa saudável e sustentável aos produtos industrializados. A experiência demonstrou que é possível unir ciência, criatividade e cuidado com o corpo em um único produto. Além disso, o projeto contribuiu para o desenvolvimento de habilidades práticas e despertou o interesse dos participantes por práticas de autocuidado e empreendedorismo sustentável. Futuramente, sugere-se realizar análises laboratoriais mais detalhadas para comprovar cientificamente os efeitos observados e aperfeiçoar a formulação.

Palavras-chave: Sabonete artesanal; Óleos essenciais; Sustentabilidade; Terapia natural; Bem-estar.

REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. **Educação e alfabetização científica**. Campinas: Papirus, 2010.

MACHADO, Anna Rachel *et al*. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEO À CRISTOLOGIA: DESAFIOS CULTURAIS E PASTORAIS

Erivone Ribeiro de Oliveira Justino[640]
Regiane Lima S. E. Ugarte[641]
Fátima Cristina F. Batista[642]
João Victor C. Oliveira[643]
Carlos de Oliveira Silva[644]
Marcos Roberto Rodrigues[645]
Domingos Sávio da Silva Sena[646]

RESUMO

Introdução: O mundo contemporâneo, marcado pela globalização, pela hipermodernidade e pela cultura digital, impõe à fé cristã desafios complexos e multifacetados. Os ensinamentos de Jesus são constantemente confrontados por novas formas de pensar, crer e viver. Nesse contexto, a Cristologia Católica é interpelada a se renovar, mantendo a fidelidade ao Evangelho e, ao mesmo tempo, dialogando com as realidades culturais e espirituais emergentes. **Objetivo:** O presente estudo tem como objetivo refletir sobre os principais desafios que a fé cristã e a Cristologia enfrentam diante das transformações socioculturais e espirituais do mundo atual, buscando compreender como a mensagem de Cristo pode continuar sendo significativa, libertadora e humanizadora em meio às mudanças da modernidade e da cultura digital. **Referencial Teórico:** A análise fundamenta-se nos princípios teológicos da Cristologia Católica e nas orientações do Concílio Vaticano II, que apresenta a Igreja como sacramento de salvação e sinal do amor de Deus no mundo. O estudo dialoga com o pensamento contemporâneo que redescobre o valor do espiritual, bem como com autores que abordam temas como secularismo, individualismo e sincretismo religioso. A reflexão parte da centralidade de Cristo como mediador entre Deus e os homens e como modelo de plenitude humana. **Metodologia:** O método adotado é de caráter **teórico-reflexivo**, baseado na leitura crítica de fenômenos culturais e religiosos à luz da teologia cristã. A abordagem segue uma perspectiva **hermenêutica e contextual**, articulando os sinais dos tempos, como o consumismo, o secularismo e as novas espiritualidades, com a mensagem evangélica. A metodologia busca compreender, mais do que condenar, os fenômenos contemporâneos, discernindo neles as possibilidades de

[640] Graduando(a) em Teologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, erivone.justino@sou.fcr.edu.br
[641] Graduando(a) em Teologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, regiane.ugarte@sou.fcr.edu.br
[642] Graduando(a) em Teologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, fatima.catequetica@sou.fcr.edu.br
[643] Graduando(a) em Teologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, João Victor C. Oliveira
[644] Graduando(a) em Teologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, carlos.oliveira@sou.fcr.edu.br
[645] Graduando(a) em Teologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, marcos.rodrigues@sou.fcr.edu.br
[646] Prof. Especialista em Direito Digital e Compliance, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, domingos.sena@fcr.edu.br

diálogo e evangelização. **Resultados Concluídos:** A reflexão demonstra que o individualismo consumista redefine a identidade humana em torno da posse e da satisfação imediata, contrastando com a antropologia cristã centrada em Cristo e na comunhão. O secularismo e o racionalismo modernos reduziram a fé ao campo subjetivo, mas o atual "póssecularismo" reabre o diálogo entre fé e razão. No campo religioso, o sincretismo e as espiritualidades New Age revelam uma busca de transcendência, ainda que muitas vezes afastada da pessoa de Cristo. O fundamentalismo, como reação às incertezas do mundo moderno, surge como ameaça ao diálogo e à liberdade de fé. Além disso, a crise de credibilidade da Igreja, marcada por escândalos e incoerências, exige uma renovação eclesial pautada pela sinodalidade, pela transparência e pelo serviço aos pobres. Por fim, o mistério do sofrimento continua sendo um desafio teológico, cuja resposta está na cruz de Cristo, expressão máxima do amor e da esperança. **Considerações Finais:** A Cristologia contemporânea é chamada a ser encarnada, misericordiosa e profética. Encarnada, ao partir da realidade concreta das pessoas; misericordiosa, ao anunciar o Cristo que acolhe e cura; e profética, ao denunciar o pecado e propor caminhos de justiça. O seguimento de Jesus exige coerência e testemunho, mostrando que Ele continua sendo o Caminho, a Verdade e a Vida num mundo fragmentado, mas sedento de sentido. A fé cristã, portanto, não é fuga, mas uma forma esperançosa e comprometida de viver no mundo, reencontrando em Cristo a plenitude da vida e da verdadeira humanidade.

Palavras-chave: Cristologia; Cultura Digital; Fé Cristã; Secularismo; Diálogo Teológico.

Bibliografia:

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. **Catecismo da Igreja Católica**. 5. ed. [S. l.]: Loyola/Vaticano, 2024.

CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição Pastoral Gaudium et Spes**: sobre a Igreja no mundo atual. [S. l.: s. n.], 1965.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta Apostólica Salvifici Doloris**: sobre o sentido cristão do sofrimento humano. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1984.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS À CRISTOLOGIA DESAFIOS DE ORDEM EPISTEMOLÓGICA E HERMENÊUTICA

Benvinda Moreira de Medeiros[647]
Francisco Silva Lopes[648]
Maria Helena Bezerra[649]
Paulo Sérgio Echeverria Ugarte[650]
Sandra Marília da Silva Costa Lopes[651]
Domingos Sávio da Silva Sena[652]

RESUMO

Introdução: Este estudo aborda os desafios contemporâneos à cristologia, especialmente no contexto de dialogar fé, razão e cultura diante das transformações epistêmicas e hermenêuticas atuais. O tema discute como a relação entre o Jesus histórico e o Cristo da fé, impactada pelo avanço do racionalismo, cientificismo e relativismo pós-moderno, influencia a compreensão da pessoa e obra de Jesus Cristo. O objetivo principal é analisar as tensões epistemológicas e hermenêuticas presentes na cristologia atual, evidenciando como o diálogo entre fé e razão pode ser fortalecido frente aos desafios do mundo contemporâneo. **Referencial Teórico:** A fundamentação conceitual apoia-se em autores como Ratzinger (Bento XVI), que diferencia o "Jesus histórico" do "Cristo da fé", enfatizando a importância da hermenêutica integradora na cristologia, conforme discutido na Dei Verbum. Walter Kasper contribui ao reforçar que a revelação e a historicidade de Jesus devem caminhar juntas para uma compreensão plena. Ainda, estudiosos como Manzatto destacam a relevância de reconciliar a dimensão histórica com o mistério revelado, superando dicotomias tradicionais. A teoria do relativismo pós-moderno também é revisada, destacando a perda de noção de verdade objetiva e a importância do diálogo criativo entre fé e cultura. O estado da arte evidencia debates atuais sobre a necessidade de uma cristologia contextualizada, capaz de responder às perguntas do homem moderno sem perder sua essência transcendente. **Metodologia:** A abordagem metodológica adotada consiste na análise qualitativa de textos teológicos e filosóficos pertinentes ao tema. Foram utilizados estudos bibliográficos, com revisão de obras clássicas e contemporâneas, incluindo obras de Ratzinger, Kasper, Manzatto e outros estudiosos. A análise dos conteúdos busca identificar categorias como “Jesus histórico versus Cristo da fé”, “impacto do racionalismo e cientificismo” e “relativismo pós-moderno”, procurando compreender

[647] Graduando(a) em Teologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, benvinda.medeiros@sou.fcr.edu.br
[648] Graduando(a) em Teologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, francisco.lopes@sou.fcr.edu.br
[649] Graduando(a) em Teologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, helena.bezerra@sou.fcr.edu.br
[650] Graduando(a) em Teologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, paulo.ugarte@sou.fcr.edu.br
[651] Graduando(a) em Teologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sandra.lopes@sou.fcr.edu.br
[652] Prof. Especialista em Direito Digital e Compliance, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil domingos.sena@fcr.edu.br

suas influências na cristologia atual. Como técnica de pesquisa, realizou-se uma análise hermenêutica crítica e comparativa, a partir de uma leitura interpretativa de textos e autores relevantes ao tema. **Resultados:** A análise evidenciou que os desafios epistemológicos e hermenêuticos afetam a compreensão do Jesus histórico e do Cristo da fé, revelando a necessidade de uma hermenêutica integradora que reconheça ambos. Observou-se também que o racionalismo e o cientificismo contribuem para a desvalorização dos elementos sobrenaturais centrais à fé cristã, dificultando sua comunicação no contexto contemporâneo. Por outro lado, o relativismo pós-moderno representa uma oportunidade para a cristologia se tornar mais contextualizada, promovendo um diálogo criativo entre tradição e cultura. Os resultados apontam para a importância de uma cristologia que reafirme os aspectos históricos de Jesus e, ao mesmo tempo, destaque sua revelação divina, em diálogo com as questões atuais. **Conclusões ou considerações finais:** A análise mostrou que os desafios atuais à cristologia requerem uma abordagem dialogal, integradora e criativa, que valorize tanto a historicidade quanto o mistério revelado na pessoa de Jesus Cristo. É fundamental que a cristologia responda às questões do mundo contemporâneo sem perder sua essência teológica, fortalecendo o diálogo entre fé e razão e promovendo uma maior compreensão do Cristo e da fé na cultura atual.
Palavras-chave: Cristologia, fé e razão, Jesus histórico, Cristo da fé, hermenêutica, relativismo pós-moderno.

REFERÊNCIAS:

KASPER, Walter. **Jesus, o Cristo**. [S. l.]: Loyola, 2012.

MANZATTO, Antonio. **Cristologia**: Teologia de Jesus Cristo. [S. l.]: Paulinas, 2019.

RATZINGER, Joseph. **Introdução ao Cristianismo**: Preleções sobre o Símbolo Apostólico. [S. l.]: Loyola, [s. d.].

RATZINGER, Joseph (Bento XVI). **Jesus de Nazaré** (Trilogia). [S. l.]: Planeta, 2007-2012.

A IDENTIDADE FUNDAMENTAL DO POVO DE DEUS E A MISSÃO DOS FIÉIS LEIGOS

Arthur Ayache de Carvalho[653]
Francisca Bernardo da Silva[654]
Lucas Marques Caitano[655]
Domingos Sávio da Silva Sena[656]

RESUMO

Introdução: Este trabalho tem como objetivo analisar o fundamento canônico e teológico da Identidade Fundamental do Povo de Deus e, a partir dele, explicitar a missão e a corresponsabilidade dos fiéis leigos na Igreja, destacando as Associações de Fiéis como um instrumento fundamental para o exercício do seu apostolado. **Referencial Teórico:** A identidade fundamental do Povo de Deus estabelece-se no batismo, momento em que os fiéis são incorporados em Cristo e constituídos Povo de Deus (Cân. 204) , participando do tríplice múnus — sacerdotal, profético e real — de Jesus Cristo. Esta constituição implica a vocação universal à santidade (LG, Cap V) , que é buscada pelos leigos em suas ocupações ordinárias por meio da caridade. Consequentemente, a missão do fiel leigo, definido pela *Lumen Gentium* como aquele que busca o Reino de Deus ordenando as coisas temporais segundo Deus , é uma corresponsabilidade na missão da Igreja , conferindo-lhes a obrigação de trabalhar para que a mensagem da salvação seja conhecida por todos (Cân. 225). Para o exercício organizado e eficaz deste apostolado, o Código de Direito Canônico reconhece e regula as Associações de Fiéis (Cân. 298-329) como um instrumento fundamental que permite aos leigos aprofundar sua fé e realizar iniciativas conjuntas em comunhão com a Hierarquia. **Metodologia:** O presente trabalho configura-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa e exploratória. A metodologia se baseou na análise e interpretação de documentos magisteriais da Igreja Católica, notadamente a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Christifideles Laici*, e do Código de Direito Canônico, a fim de estabelecer o fundamento jurídico-eclesial da identidade do fiel e de sua participação missionária. **Resultados:** A análise do Direito Canônico e do Magistério sistematizou a participação do apostolado leigo por meio das Associações de Fiéis (Cân. 298-329). A distinção fundamental se dá entre as Associações Públicas, erigidas pela Hierarquia e com a missão de agir "em nome da Igreja"0, e as Associações Privadas, que gozam de maior autonomia. Ambas, contudo, compartilham o objetivo de fomentar a perfeição de vida, promover o culto ou a doutrina, e realizar obras de apostolado e caridade, informando a ordem temporal com o espírito cristão. A relevância desse marco jurídico-eclesial é comprovada pela atuação organizada de diversas comunidades no Brasil, como a

[653] Graduando em Teologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, arthur.ayache@sou.fcr.edu.br
[654] Graduando em Teologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, francisa.bernardo@sou.fcr.edu.br
[655] Graduando em Teologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lucas.caitano@sou.fcr.edu.br
[656] Especialista em Direito Digital e Compliance, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, domingos.sena@fcr.edu.br

Canção Nova e a Comunidade Católica Shalom, que demonstram a eficácia do apostolado leigo organizado. **Conclusões ou considerações finais:** A análise cumpriu o objetivo de fundamentar que a identidade do Povo de Deus, radicada no batismo, confere aos leigos plena corresponsabilidade na missão da Igreja. Conclui-se que o Direito Canônico reconhece e regula as Associações de Fiéis como o instrumento essencial e estruturado para o exercício organizado e eficaz deste apostolado na ordem temporal.

Palavras-chave: Povo de Deus; Fiéis Leigos; Código de Direito Canônico; Associações de Fiéis.

REFERÊNCIAS:

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. **Código de Direito Canônico**. Promulgado por autoridade do Papa João Paulo II. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1983.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Lumen Gentium**: Constituição Dogmática sobre a Igreja. Vaticano: Typis Polyglottis Vaticanis, 1964.

JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**: Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1988.

DO TEXTO À VOZ: A PREPARAÇÃO DO ROTEIRO HOMILÉTICO (Jo 3,13-17).

JESUS, Letícia Beilla Vasconcelos de Sá[657]
PORFIRO, Neire Abreu Mota[658]

RESUMO

Introdução: A formação homilética enfrenta o desafio de articular exegese bíblica, comunicação pública e critérios de avaliação que permitam tornar o aprendizado verificável. Freire (2019) destaca que a educação universitária se realiza plenamente quando a compreensão se transforma em autoria responsável, o que justifica converter a leitura de uma perícope em produto comunicável, apresentado à turma e analisado segundo critérios públicos. A passagem do texto à assembleia requer unidade temática, encadeamento coerente de movimentos argumentativos e aplicações que emergem do próprio texto bíblico, respeitando as diferentes culturas e as necessidades pastorais das comunidades. Nesse sentido, o roteiro homilético configura-se como recurso indispensável para todos aqueles que desejam colaborar com a missão evangelizadora da Palavra de Deus. O objetivo consistiu em descrever e analisar a sequência de ensino que conduz da leitura orante da perícope à elaboração de um roteiro homilético. Busca-se demonstrar como a mediação docente transforma a compreensão exegética em desempenho comunicável, baseado em critérios transparentes de fidelidade ao texto, coerência estrutural e pertinência das aplicações. Essa perspectiva é reforçada pela exortação do Papa Francisco: "Renovemos a nossa confiança na pregação, que se funda sobre a convicção de que é Deus que deseja alcançar os outros através do pregador e que Ele mostra o seu poder pela palavra humana" (EG, 136). **Referencial Teórico:** O referencial teórico fundamenta-se na metodologia da leitura orante apresentada por Mesters (2008), que articula mística, simplicidade e profundidade na compreensão da Escritura. Utilizou-se, como apoio exegético, a Bíblia do Peregrino (2017), reconhecida por sua precisão literária e relevância teológica. No campo da homilética, Bortolini (2006) delineia a arquitetura da pregação centrada na ideia principal, favorecendo o crescimento no conhecimento bíblico. Andrade (2019) reforça a importância da preparação sistemática, afirmando que qualquer processo estruturado — seja um bolo, uma entrevista ou uma viagem — exige planejamento cuidadoso. Esses referenciais sustentam a compreensão da pregação como prática formativa, complexa e comunicável. **Metodologia:** Aplicou-se, no curso de Pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior, uma sequência didática composta pela leitura orante de Jo 3,13-17, identificação da ideia central, elaboração do esboço lógico e redação do roteiro homilético sob mediação docente. Os critérios avaliativos foram apresentados por meio de rubrica, com devolutivas céleres, reescrita orientada e registro sistemático de autoavaliação. As evidências analisadas corresponderam aos roteiros produzidos pelos estudantes e às anotações de acompanhamento docente. A análise qualitativa

[657] Pós-Graduanda em Metodologia do Ensino Superior, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leticia.jesus@sou.fcr.edu.br
[658] Mestre em Educação. Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, neire.mota@fcr.edu.br

organizou-se por comparação entre versões sucessivas, buscando identificar progressão na unidade temática e no domínio da estrutura homilética. **Resultados:** Os resultados evidenciaram progressão mensurável na delimitação temática e na coesão dos esboços produzidos, com redução de generalidades e maior precisão na formulação da tese e das aplicações derivadas da ideia central de Jo 3,13-17. A cada ciclo formativo, o trânsito entre tema unificador, exegese, contemplando o contexto histórico, social e literário e hermenêutica, relacionando a mensagem atemporal da perícope à realidade contemporânea, tornou-se mais claro e fundamentado. Observou-se, ainda, amadurecimento na capacidade dos estudantes de estabelecer conexões entre texto bíblico, vida comunitária e prática pastoral. **Conclusões:** Conclui-se que a combinação entre produção guiada, rubrica avaliativa e feedback sistemático mostrou-se eficaz para tornar a aprendizagem homilética visível e avaliável, convertendo a compreensão exegética em produto comunicável suscetível à análise por critérios públicos. Para futuras aplicações, recomenda-se a realização de oficina prévia de exegese, ampliação das estratégias de aplicação fundamentadas em situações pastorais concretas e desenvolvimento de microtreinos de transição discursiva, a fim de aprimorar a gestão do tempo e a condução do ouvinte da compreensão à resposta. A abordagem demonstrou potencial de replicabilidade para outras perícopes, sendo enriquecida pela análise do discurso como ferramenta para manter o foco na passagem do texto ao produto comunicável. Ressalta-se, ainda, a pertinência dessa prática no módulo de Planejamento de Ensino, por proporcionar experiência formativa concreta aos estudantes.
Palavras-chave: Homilética; Perícope; Leitura orante e roteiro.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Aíla Luiza Pinheiro. **Palavra viva e eficaz**: roteiros homiléticos – Ano C. São Paulo: Paulus, 2019.

BÍBLIA. **Bíblia do Peregrino**. São Paulo: Paulinas, 2017.

BORTOLINI, José. **Roteiros homiléticos**: Ano A, B, C – Festas e Solenidades. São Paulo: Paulus, 2006.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretório homilético**. Brasília, DF: Edições CNBB, [s. d.]. Disponível em: https://www.a12.com/source/files/originals/diretorio_de_homilia_do_vaticano_em_pdf.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

MESTERS, Carlos. **Leitura orante da Bíblia**. São Paulo: Paulinas, 2008.

ENTRE A ESCUTA E O ENCONTRO: DESAFIOS E HORIZONTES PARA UMA PASTORAL UNIVERSITÁRIA QUE DIALOGA

Renato Almeida de Andrade[659]
Clemildo Sá[660]
Carolina Simões Correia[661]
Neire Mota Abreu Porfiro[662]

RESUMO

Introdução A presente pesquisa, desenvolvida no âmbito das disciplinas de Teologia Pastoral e Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso da Faculdade Católica de Rondônia - FCR, buscou compreender como a fé é vivida no cotidiano acadêmico em um ambiente marcado por pluralismo religioso, diversidade cultural e múltiplas percepções sobre Deus. Diante de uma realidade universitária que reúne alunos, colaboradores e visitantes com trajetórias espirituais distintas, tornou-se relevante analisar como essas expressões se manifestam na convivência, nas práticas diárias e na construção de sentido dentro da instituição. A investigação considerou o dinamismo da vida acadêmica como espaço privilegiado de encontro entre diferentes modos de crer e de se relacionar com o Sagrado, observando tanto formas tradicionais de religiosidade quanto espiritualidades mais pessoais, fluidas e não necessariamente vinculadas institucionalmente. **Objetivo:** O estudo teve como objetivo analisar, a partir de entrevistas realizadas no ambiente universitário, como acadêmicos e colaboradores vivem sua fé e relacionam-se com Deus, interpretando teologicamente essas expressões para propor caminhos pastorais significativos que articulem evangelização, diálogo e respeito à diversidade religiosa presente na FCR. **Referencial teórico:** A pesquisa fundamentou-se na tradição pastoral latino-americana, especialmente no método ver–Julgar–Agir, cuja origem remonta a Joseph Cardijn e que foi aprofundado por teólogos como Brighenti e Clodovis Boff, conforme apresentado por Lopes e Cassiano (2020). Esse método orientou toda a elaboração analítica, permitindo uma leitura gradual da realidade, sua interpretação teológica e a construção de propostas transformadoras. No campo do ecumenismo e do diálogo inter-religioso, a reflexão foi iluminada pela perspectiva de Faustino Teixeira, que destaca a "arte do possível" como caminho para convivência fraterna entre diferentes tradições. Além disso, a hermenêutica teológica dialogou com as Sagradas Escrituras e com documentos do Papa Francisco — *Evangelii Gaudium* (2013), *Querida Amazônia* (2020) e o *Documento Santarém 50 anos* (2022) — os quais reforçam uma visão de Igreja em saída, promotora do encontro, da escuta e da cultura do cuidado. Assim, o referencial teórico forneceu bases para compreender as imagens de Deus, as

[659] Graduado em Licenciatura em Filosofia, Faculdade Católica da Paraíba – FCP, Brasil, Graduando em Bacharelado em Teologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, renato.andrade@sou.fcr.edu.br
[660] Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Graduado em Letras e Pedagogia, Universidade Federal de Rondônia, Esp. Em Democracia e movimentos Sociais, Universidade Federal de Tocantins, Brasil, Clemildo.sa@fcr.edu.br
[661] Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Mestra em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, carolina.correia@fcr.edu.br
[662] Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Brasil, neire.mota@fcr.edu.br

linguagens espirituais, os vínculos com a Igreja e os desafios da evangelização em contexto plural. **Metodologia:** A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, estruturada de acordo com o método pastoral: Ver–Julgar–Agir (Lopes e Cassiano, 2020). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com alguns participantes, de idades entre 20 e 50 anos, com diferentes experiências de fé. No **Ver**, observaram-se o perfil, a linguagem religiosa, suas expressões de espiritualidade e modos de perceber a presença de Deus. No **Julgar**, esses dados foram interpretados à luz das Escrituras Sagradas, do magistério do Papa Francisco e do referencial ecumênico Faustino Teixeira. No **Agir**, elaboraram-se propostas pastorais para fortalecer a presença evangelizadora da instituição. A análise foi conduzida com base documental e teológica, correlacionando os resultados às Escrituras e ao magistério do Papa Francisco. **Resultados:** Os resultados revelaram expressões de fé diversificadas, embora marcadas majoritariamente pela centralidade da experiência cristã. Alguns entrevistados demonstraram espiritualidade missionária e comunitária; outros expressaram vivência espiritual mais íntima, pessoal e não necessariamente institucional. Mesmo assim, todos reconheceram a presença de Deus no cotidiano, revelando imagens de Deus como **Aquele** que cura, provê, fortalece e acompanha. Constatou-se um fenômeno típico da contemporaneidade: a fé vivida com menor vínculo formal com a instituição religiosa, mas alimentada pela oração, pela leitura bíblica e pela solidariedade. Os entrevistados expressaram desejo de proximidade com a Igreja, embora sinalizem desafios relacionados ao ritmo da vida moderna e à cultura individualista. À luz da EG, essa realidade aponta a necessidade de uma pastoral universitária missionária, capaz de fazer da FCR um espaço de encontro, acolhida, escuta e acompanhamento. A instituição demonstra grande potencial para promover convivência fraterna, diálogo ecumênico, formação ética, rodas de conversa, mediações de conflitos e cultura do cuidado, acolhendo católicos, protestantes, teístas e pessoas de outras tradições religiosas. **Conclusão:** A análise revelou que a universidade é um ambiente no qual múltiplas expressões religiosas coexistem, exigindo da Pastoral Universitária uma postura acolhedora, sensível e dialogal. Muitos estudantes e colaboradores buscam sentido, apoio e espaço para expressar sua espiritualidade, ainda que não estejam vinculados institucionalmente a uma Igreja. Essa realidade confirma a necessidade de uma pastoral que reconheça os sinais dos tempos, valorize a diversidade e promova encontros humanizadores. Em sintonia com o desejo de Jesus “para que todos sejam um”, a FCR é chamada a assumir sua missão evangelizadora com abertura, cuidado e protagonismo, não apenas um ambiente intelectual, mas também espiritual e ético. Sonha-se, assim, com uma pastoral universitária viva e constante, capaz de ultrapassar fronteiras confessionais e acompanhar a comunidade acadêmica, mediar relações respeitosas entre diferentes tradições religiosas e fortalecer a cultura do encontro, tornando a instituição um espaço de unidade, acolhida e crescimento humano integral.

Palavras-chave: Pastoral universitária; Escuta; Diálogo; Unidade; Evangelização.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. Nova edição. São Paulo: Paulus, 2012.

COMISSÃO EPISCOPAL PARA A AMAZÔNIA DA CNBB. Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-BRASIL. **Documento de Santarém 50 Anos**: Gratidão e Profecia. Brasília: Edições CNBB, 2022.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium**: Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. 2. ed. Brasília: Edições CNBB, 2013.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica pós-sinodal do Santo Padre Francisco Querida Amazônia**: ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade. Brasília: Edições CNBB, 2020.

LOPES, Antonio de Lisboa Lustosa; PERTILE, Cassiano Alberto. O método Ver-Julgar-Agir: genealogia e sua relação com a Teologia da Libertação. **Razão e Fé**, v. 22, n. 2, p. 34-43, 2020. Disponível em: https://revistas.ucpel.edu.br/rrf/article/view/2897/1748. Acesso em: 23 nov. 2025.

TEIXEIRA, Faustino; DIAS, Zwinglio Mota. **Ecumenismo e diálogo inter-religioso**: a arte do possível. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.

CAMINHOS DA FÉ NA COMUNIDADE ACADÊMICA: PLURALIDADE, TESTEMUNHO E DESAFIOS PASTORAIS

LOPES, Antonio José da Silva[663]
JESUS, Letícia Beilla Vasconcelos de Sá[664]
ALMEIDA, Nely Jesus Silva[665]
SÁ, Clemildo[666]

RESUMO

Introdução: A pesquisa realizada na Faculdade Católica de Rondônia (FCR), no âmbito da disciplina de Teologia Pastoral do curso de bacharelado em Teologia, busca compreender como a fé se manifesta no cotidiano universitário, e quais desafios os acadêmicos e colaboradores enfrentam para expressar, viver e testemunhar suas convicções religiosas em um contexto marcado pela pluralidade cultural, diversidade de crenças e crescente subjetividade religiosa. Em diálogo com os princípios da Teologia Pastoral, a pesquisa procura identificar de que maneira a vida acadêmica influencia na vivência da fé e como ela contribui para o amadurecimento pessoal, profissional, ético e espiritual dos membros da comunidade acadêmica. A relevância desta investigação está na necessidade de fortalecer práticas pastorais que favoreçam espaços de diálogo, acolhida e escuta dentro do campus, promovendo o desenvolvimento integral da pessoa, princípio fundamental da instituição. O objetivo consistiu em promover, por meio da escuta ativa, o método pastoral de Ver, Julgar e Agir no ambiente acadêmico. **Referencial Teórico:** O referencial teórico baseia-se no método ver, julgar e agir de Brighenti (2022), essencial para aproximar a Igreja da realidade contemporânea. No magistério pós-conciliar, destaca-se a *Evangelii Gaudium* (2013), na qual o Papa Francisco enfatiza a alegria do encontro com Cristo. Já em *Querida Amazônia* (2020), o pontífice apresenta quatro sonhos para a região, com ênfase aqui no "sonho eclesial", que inspira renovação pastoral. **Metodologia:** A pesquisa utilizou abordagem qualitativa (Severino, 2014) por meio de entrevistas semiestruturadas com acadêmicos e colaboradores da FCR. A análise de conteúdo permitiu identificar categorias relacionadas à vivência religiosa, desafios e percepções sobre a fé no ambiente acadêmico. O referencial teórico orientou a interpretação das narrativas. **Resultados:** Os resultados mostram que a vivência da fé no ambiente acadêmico é marcada pelo desejo de diálogo, acolhimento e reconhecimento das diferenças. As entrevistas revelam que os estudantes valorizam a "proximidade", a "escuta" e a "cultura do encontro" indicadas pelo Papa Francisco (EG 88), mas percebem que essas dimensões ainda não se realizam plenamente na prática acadêmica. A baixa visibilidade das celebrações e a falta de

[663] Acadêmico do Curso Bacharelado em Teologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, antonio.lopes@sou.fcr.edu.br
[664] Acadêmica do Curso Bacharelado em Teologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leticia.jesus@sou.fcr.edu.br
[665] Acadêmica do Curso Bacharelado em Teologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, nely.almeidas@sou.fcr.edu.br
[666] Docente do Curso Bacharelado em Teologia na disciplina de Teologia Pastoral. Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, clemildo.sa@fcr.edu.br

convites mais diretos evidenciam a necessidade de uma presença pastoral mais integrada e comunicativa. A dimensão ecumênica surge como experiência concreta de unidade: um entrevistado relata ter sido acolhido por outra comunidade cristã, vivenciando a "troca de dons" (EG 246). Esse testemunho confirma que a unidade se constrói no cotidiano, por gestos simples de acolhida. A diversidade espiritual — católica, protestante e teísta — corresponde ao que *Querida Amazônia* identifica como riqueza regional. O Papa Francisco afirma que a Igreja deve realizar o "sonho eclesial", tornando-se **"casa de encontro".** Os dados indicam que a FCR é chamada a assumir esse papel, integrando fé, cultura e vida acadêmica de modo mais visível, inclusivo e missionário. **Conclusões:** Os dados evidenciam que a vivência da fé no ambiente acadêmico é significativa, todavia ainda carece de estruturas pastorais que promovam diálogo, acolhimento e visibilidade. As propostas apresentadas — espaços regulares de espiritualidade, criação da Pastoral Universitária, rodas de conversa, ecumenismo prático e formação de agentes — respondem diretamente às demandas reveladas nas entrevistas. Em sintonia com a *Evangelii Gaudium*, a instituição é convidada a tornar-se uma "Igreja em saída", próxima das realidades concretas de acadêmicos e colaboradores. Do mesmo modo, *Querida Amazônia* inspira uma presença eclesial encarnada, sensível à pluralidade religiosa e cultural do território. Integrar fé, cultura amazônica e práticas ecumênicas permite que a FCR se torne, efetivamente, uma casa de encontro, capaz de gerar sentido, esperança e comunhão na Amazônia.

Palavras-chave: Casa de Encontro, Vivência, Fé, Teologia Pastoral.

REFERÊNCIAS

BRIGHENTI, Agenor. **O método ver-julgar-agir**: Da Ação Católica à Teologia da Libertação. Petrópolis: Vozes, 2022. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/O_m%C3%A9todo_ver_julgar_agir.html?id=_TaVEAAAQBAJ&redir_esc=y. Acesso em: 14 nov. 2025.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal Querida Amazônia**: Ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade. Brasília: Edições CNBB, 2020.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium**: Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. [S. l.: s. n.], 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 14 nov. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-*1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o-Antonio_Joaquim_Severino*-_2014.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

DISCIPULADO FEMININO: SETE EXEMPLOS NA IGREJA PARTICULAR DE PORTO VELHO

JESUS, Letícia Beilla Vasconcelos de Sá[667]
MOSER, Lilian Maria[668]

RESUMO

Introdução: O discipulado cristão, na tradição bíblica e eclesial, constitui o seguimento de Jesus mediante a escuta, a conversão, o serviço e a missão. Embora os relatos do Novo Testamento tenham sido produzidos em contexto patriarcal e androcêntrico, as narrativas dos quatro Evangelhos revelam a presença ativa das mulheres no anúncio, no cuidado e na fidelidade ao projeto do Reino. O objetivo geral deste estudo é analisar a atuação feminina nos Evangelhos, articulando essa leitura com a teologia feminista e com o testemunho de sete mulheres da Igreja Particular de Porto Velho, cujas trajetórias manifestam, na prática, um discipulado comprometido e essencial para a vida comunitária na Amazônia. **Referencial Teórico:** O estudo fundamenta-se nos Evangelhos, destacando a presença de mulheres em momentos decisivos do ministério de Jesus, apresentando-as como interlocutoras, discípulas, servidoras e primeiras anunciadoras da ressurreição. A análise é iluminada pela teologia feminista, especialmente pelas contribuições de Schüssler Fiorenza, Ivenise Santinon e Gebara, autoras que recuperam a memória marginalizada das mulheres nas origens cristãs, defendendo um "discipulado de iguais" fundamentado na igualdade batismal. Documentos eclesiais, como o Vaticano II e a exortação *Querida Amazônia*, confirmam a urgência de reconhecer a atuação feminina nas comunidades. **Metodologia:** A pesquisa adotou metodologia qualitativa articulada em três eixos: análise bíblica das perícopes dos quatro Evangelhos que mencionam mulheres, identificando temas e aspectos teológicos; diálogo com a teologia feminista, utilizando autoras de referência como Gebara, Schüssler e Santinon, entre outras, para reinterpretar narrativas à luz da igualdade batismal e das relações de gênero; e pesquisa de campo por meio de entrevistas narrativas e história oral com sete mulheres da Igreja de Porto Velho, valorizando memória, afetos e práticas comunitárias. **Resultados:** Os resultados do estudo revelam três dimensões. **Primeiro, na Bíblia**, as mulheres aparecem como discípulas, servidoras e anunciadoras. Os Evangelhos mostram que seguem Jesus, sustentam a missão com seus bens, permanecem fiéis na paixão e se tornam as primeiras testemunhas da Ressurreição. Maria Madalena é reconhecida como "apóstola dos apóstolos"; Marta professa fé equivalente à de Pedro; e Maria, mãe de Jesus, encarna escuta e fidelidade. Assim, as mulheres não são secundárias, mas parte constitutiva do discipulado. **Segundo, na teologia feminista,** destaca-se a igualdade batismal e a crítica às estruturas patriarcais. As autoras demonstram que o discipulado feminino sempre existiu, porém silenciado. Propõem rever práticas, linguagens e estruturas que ainda

[667] Acadêmica do Curso Bacharelado em Teologia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, leticia.jesus@sou.fcr.edu.br
[668] Orientadora deste Trabalho de Conclusão do Curso de Teologia. Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lilian.moser@fcr.edu.br

sustentam desigualdades, defendendo uma Igreja organizada como discipulado de iguais, fiel ao Evangelho e às primeiras comunidades. **Terceiro, na realidade amazônica**, emergem sete trajetórias de grande relevância para a Igreja de Porto Velho: **Raimunda Manso**, dedicada à catequese urbana e ribeirinha; **Sueli Ribeiro**, referência na coordenação pastoral e formação; **Olímpia Ribeiro**, a hospitalidade tornou-se acolhimento, liturgia e catequese; **Marlene Müller**, que incultura e forma novas lideranças; **Maria de Fátima Batista**, expressão ribeirinha de cuidado e missão; **Zilda Cesco**, guardiã da memória e da evangelização; e **Joelina Barros**, testemunha histórica e única efígie feminina colocada na Porta Santa. A missão continua exigindo que a Igreja reconheça, valorize e caminhe com todas as mulheres que, como nos primórdios, sustentam as comunidades e anunciam o Ressuscitado em nossa Igreja Particular e no mundo. **Conclusões:** A pesquisa confirma que a presença das mulheres no discipulado cristão é originária e essencial. O Evangelho evidencia que Jesus lhes confiou anúncio, serviço e liderança espiritual. A teologia feminista reforça que a igualdade batismal deve orientar práticas e estruturas eclesiais. Na Amazônia, as mulheres são pilares da fé, da catequese e da organização pastoral. Reconhecer esse protagonismo exige formação, revisão de linguagens, ampliação de decisões e ministérios estáveis, construindo uma Igreja sinodal e missionária conforme o Evangelho.

Palavras-chave: Discipulado, teologia feminista e igualdade batismal.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. **Bíblia do Peregrino**. Comentários de Luis Alonso Schökel; tradução de Ivo Storniolo *et al*. São Paulo: Paulus, 2017.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. **Santarém 50 anos**: reatualizações das linhas prioritárias para a Amazônia - (Regionais Norte). Brasília; Santarém: CNBB, 2022.

FIORENZA, Elisabeth Schüssler. **Discipulado de iguais**: uma ekklesia-logia feminista crítica da libertação. Petrópolis: Vozes, 1995.

GEBARA, Ivone. **Caminhos para compreender a teologia feminista**. São Paulo: Recriar, 2023.

SANTINON, Ivenise Teresinha Gonzaga. **Elas estão no meio de nós**: a presença das mulheres católicas na Igreja em Rondônia. São Paulo: Edição da autora, 2010.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO AMBIENTE ESCOLAR: CORPO E MENTE EM EQUILÍBRIO

Alicy Souza Barata Rodrigues[669]
Arthur Reis Pereira[670]
Camily Vitória Ferreira Souza[671]
Denise Silva Rezende Meneses[672]
Janaina da Silva Lopes[673]
Lucélia Kátia Ribeiro Contreiras[674]
Petez Brilhante Ferreira[675]
Thamires Ranyelle Pinheiro Cunha[676]
Sarah Coutinho Mota de Moraes[677]
Edney Costa Souza[678]

RESUMO

Introdução: O estudo relacionado a disciplina de Extensão Curricularizada "Corpo e Mente em Equilíbrio" teve como finalidade promover a educação em saúde no ambiente escolar, unindo saberes de Nutrição e Fisioterapia. A ação conscientiza crianças sobre hábitos alimentares saudáveis, prática de atividades físicas e equilíbrio mental, em conformidade com o Programa Saúde na Escola (PSE) e a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). O objetivo do estudo foi estimular a adoção de hábitos saudáveis e o autocuidado entre alunos do ensino fundamental, prevenindo doenças e fortalecendo a saúde integral. **Referencial Teórico**: Baseado nas políticas públicas de promoção da saúde e nos determinantes sociais, o projeto considera a escola um espaço estratégico para a formação de comportamentos preventivos. Estudos apontam que a educação alimentar e a prática regular de exercícios reduzem os riscos de obesidade e transtornos alimentares. A Síndrome de Berardinelli-Seip foi apresentada como exemplo clínico para demonstrar a importância do equilíbrio nutricional. **Metodologia**: As atividades ocorreram na Escola Estadual José otino de Freitas, nos

[669] Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, alicy.rodrigues@sou.fcr.edu.br
[670] Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, arthur.pereira@sou.fcr.edu.br
[671] Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, camilly.souza@sou.fcr.edu.br
[672] Graduanda em Nutrição, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, denise.meneses@sou.fcr.edu.br
[673] Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, janaina.lopes@sou.fcr.edu.br
[674] Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, lucelia.contreiras@sou.fcr.edu.br
[675] Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, petez.ferreira@sou.fcr.edu.br
[676] Graduanda em Nutrição, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, thamires.cunha@sou.fcr.edu.br
[677] Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sarah.moraes@sou.fcr.edu.br
[678] Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Brasil, edney.souza@fcr.edu.br

dias 22 e 29 de outubro de 2025, com 102 alunos do 6º ano. Foram aplicados questionários sobre hábitos alimentares e realizada palestra interativa sobre alimentação saudável e saúde mental. O estudo seguiu abordagem descritiva, com observação direta e análise simples dos dados coletados. **Resultados**: Apenas 10% dos estudantes apresentaram peso adequado, 60% tinham sobrepeso ou obesidade e 30% baixo peso, revelando desbalanceamento nutricional. Durante as atividades, observou-se alto engajamento e compreensão dos temas, indicando efetiva absorção dos conteúdos e mudança de percepção sobre alimentação e corpo. **Considerações Finais**: O projeto demonstrou o potencial das ações extensionistas para promover saúde e cidadania. A integração entre Nutrição e Fisioterapia possibilitou abordagem multidisciplinar e prática, fortalecendo o vínculo entre universidade e comunidade. A experiência reforçou o papel da Faculdade Católica de Rondônia na formação crítica e humanizada, estimulando uma cultura de autocuidado e prevenção em saúde.

Palavras-chave: Educação em saúde; Nutrição; Atividade física; Saúde mental; Extensão universitária.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

GOVERNO DO BRASIL. **Programa Saúde na Escola (PSE)**. Portal Gov.br. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pse.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Promoção da Saúde**: aproximações ao tema. Brasília: Ministério da Saúde, [s. d.]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br.

SILVA, R. R. Intervenção nutricional na síndrome de Berardinelli ou lipodistrofia congênita generalizada: relato de caso. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, v. 13, n. 81, p. 1029-1036, 2019. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7067574.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Growth reference data for 5–19 years**: BMI-for-age. Disponível em: https://www.who.int/tools/growth-reference-data-for-5to19-years/.

ALIMENTAÇÃO E MOVIMENTO: PREVENÇÃO DE DOENÇAS E QUALIDADE DE VIDA

Andrea de Lima Costa[679]
Aurissonia Mota Rolin[680]
Aynoã Galindo[681]
Dimitri Antônio da Silva[682]
Isabelly Silva Gomes[683]
Islânia Brandão de Oliveira Rodrigues[684]
Márcia Moraes Bezerra[685]
Maria Cecilia de Almeida Kister[686]
Sabrina de Oliveira Freire[687]
Valmara Reis[688]
Edney Costa Souza[689]

RESUMO

Introdução: As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como diabetes, hipertensão e obesidade, representam um grande desafio de saúde pública, impulsionadas principalmente pelo sedentarismo e pelo consumo elevado de alimentos ultraprocessados. Diante desse cenário, promover a alimentação saudável em conjunto com a atividade física mostra-se uma estratégia fundamental. Esta ação de extensão teve como objetivo principal conscientizar a comunidade sobre a poderosa conexão entre comer bem e se movimentar, por meio de atividades educativas interativas e acessíveis, realizadas presencialmente e online. **Referencial Teórico:** O trabalho baseou-se no Guia Alimentar para a População Brasileira, que recomenda a preferência por alimentos in natura e minimamente processados. Esse princípio orientou nossas iniciativas para reduzir o consumo de ultraprocessados e fortalecer a autonomia das pessoas. A literatura científica confirma que padrões alimentares equilibrados reduzem significativamente o risco de DCNT. Da mesma forma, a atividade física regular é um pilar para a saúde, melhorando a capacidade cardiorrespiratória e o bem-estar mental. A combinação de educação nutricional e estímulo ao movimento é apontada como a abordagem mais eficaz. Para a parte prática, utilizamos a Cartilha de Alongamento

[679] Graduanda em Nutrição, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, andrea.costa@sou.fcr.edu.br
[680] Graduanda em Nutrição, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, aurissonia.rolin@sou.fcr.edu.br
[681] Graduanda em Nutrição, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, aynoa.coelho@sou.fcr.edu.br
[682] Graduando em Fisioterapia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, dimitri.antonio@sou.fcr.edu.br
[683] Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, isabelly.gomes@sou.fcr.edu.br
[684] Graduanda em Nutrição, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, islania.rodrigues@sou.fcr.edu.br
[685] Graduanda em Nutrição, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, marcia.bezerra@sou.fcr.edu.br
[686] Graduanda em Nutrição, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, maria.kister@sou.fcr.edu.br
[687] Graduanda em Nutrição, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, sabrina.freire@sou.fcr.edu.br
[688] Graduanda em Nutrição, Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, valmara.reis@sou.fcr.edu.br
[689] Docente da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, Brasil, Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Brasil, edney.souza@fcr.edu.br

COSTTA, um recurso validado que ensina a incorporar alongamentos de forma simples no dia a dia. **Metodologia:** A ação foi realizada por meio de uma Feira da Saúde, organizada em duas estações principais. Na estação de Nutrição, usamos uma mesa com amostras de alimentos para apresentar a diferença e opções de escolha entre um alimento in natura, um processado e um ultraprocessado. Na estação de Movimento, disponibilizamos acesso à alongamentos e exercícios simples baseados na Cartilha COSTTA. A observação do envolvimento do público e os relatos espontâneos foram as principais formas de avaliar os resultados. Todo o material educativo foi produzido e compartilhado em formato digital para dar continuidade ao aprendizado. **Resultados:** Os resultados foram positivos e puderam ser observados em dois aspectos. O primeiro foi o engajamento da comunidade: notamos alto interesse e participação ativa. Muitas pessoas relataram que precisam ter mais atenção com a comida e o movimento devido aos impactos à saúde. Vários participantes saíram motivados a comer mais frutas e verduras, reduzir os industrializados e fazer pausas para alongamento no trabalho. O segundo aspecto foi o desenvolvimento dos acadêmicos envolvidos, que puderam colocar em prática suas habilidades de comunicação e aprender sobre promoção da saúde na comunidade. **Conclusões ou considerações finais:** A iniciativa alcançou seu objetivo de conscientizar a comunidade. A integração entre alimentação e movimento se faz uma estratégia eficaz. A ação fortaleceu o vínculo entre a universidade e o público, e a metodologia utilizada provou ser uma ferramenta prática. Estratégias educativas simples e interativas podem, de fato, promover mudanças de hábitos.

Palavras-chave: alimentação saudável; atividade física; extensão universitária; doenças crônicas; educação em saúde.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BUDREVICIUTE, A. *et al*. Management and Prevention Strategies for Non-communicable Diseases. **Frontiers in Public Health**, v. 8, 2020.

CANDIDO, A. C. *et al*. Effectiveness of food and nutritional education activities in children under the age of two: a systematic review. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 24, 2024.

FRAGA-MAIA, H. *et al*. **Orientações para as atividades da vida diária e laboral**: alongamentos musculares (Estudo COSTTA). Universidade do Estado da Bahia, 2020.

GUALANO, B.; TINUCCI, T. Sedentarismo, exercício físico e doenças crônicas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, 2011.

MONTEIRO, L. Z. *et al*. Hábitos alimentares, atividade física e comportamento sedentário entre escolares brasileiros. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 2020.

ISBN: 978-65-86431-47-6

FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA
AASCAM Associação de Assistência à Cultura na Amazônia Madalyr Grechi

COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO

Porto Velho - RO
2026